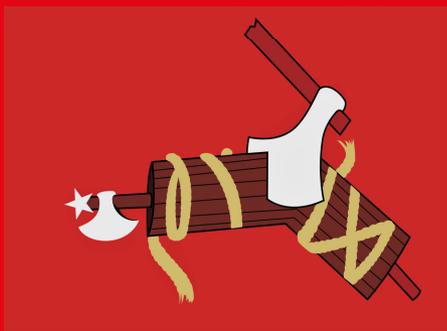


EXTREMISMOS POLÍTICOS E DIREITAS: Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”



Jefferson Rodrigues Barbosa
Oscar A. Piñera Hernández
(Organizadores)



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

O extremismo político de direita e a agenda da direita radical têm obtido grande repercussão no contexto de crise das democracias representativas contemporâneas. Muitas análises sobre esses fenômenos políticos são denominadas de forma generalizante pela imprensa e trabalhos acadêmicos sob a expressão extrema-direita. Formulação limitada em termos científicos conceituais (BARBOSA, 2015, p. 153), assim como o termo extremismo político. Entretanto, são operacionais para a identificação de ações e concepções que evidenciam postulados como violência, xenofobia, revisionismo histórico e políticas antidemocráticas daqueles que propalam formas de nacionalismo de matriz chauvinista.

Pesquisas e debates acadêmicos contemporâneos sobre as direitas têm destacado que entre formas de legitimação de diferentes modelos societários de autocracia burguesa, um aspecto geral das direitas, estas podem ser analisadas nos aspectos de suas particularidades. Por exemplo, aqueles que são explicitamente tributários do fascismo e nazismo históricos e ditaduras (como as Ditaduras Militares). Os neoconservadores que defendem pautas de defesa de valores morais e costumes e atuam nos debates públicos, no campo da imprensa e dos órgãos intelectuais de educação e cultura, sob prerrogativas do apelo a tradição, ordem e autoridade.

E, os políticos e partidos de orientação antiestablishment, chamados também nas ciências sociais na Europa de “populistas de direita”. São aqueles que se colocam retoricamente contra instituições e pontos do sistema representativo e pressupostos constitucionais, portando concepções ultraliberais ou de chauvinismo de bem-estar social, mas disputando eleições. O critério conceitual de direita radical tem estas três distinções (MUDDE, 2007, 2106).

EXTREMISMOS POLÍTICOS E DIREITAS:
BOLSONARO, TRUMP E A CRISE DAS
“DEMOCRACIAS”

JEFFERSON RODRIGUES BARBOSA
OSCAR A. PIÑERA HERNÁNDEZ
(Organizadores)

EXTREMISMOS POLÍTICOS E DIREITAS:
BOLSONARO, TRUMP E A CRISE DAS
“DEMOCRACIAS”

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2022



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

E96 Extremismos políticos e direitas : Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias” / Jeferson Rodrigues Barbosa, Oscar A. Piñera Hernández (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2022.
254 p. : il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-226-0 (Impresso)
ISBN 978-65-5954-227-7 (Digital)
DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7>

1. Ciência política. 2. Radicalismo. 3. Democracia. 4. Extremistas de direita. 5. Brasil. Presidente (2019- : Bolsonaro). 6. Estados Unidos. Presidente (217-2021: Trump). 7. Relações internacionais. I. Barbosa, Jeferson Rodrigues. II. Piñera Hernández, Oscar A.

CDD 320.53

Copyright © 2022, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Extremismo políticos, direitas e a crise das democracias.

Jefferson Rodrigues BARBOSA ----- 07

CAPÍTULO 1

A Direita Radical 'em Movimento' em tempos de crise: O caso italiano.

Manuela CAIANI ----- 15

CAPÍTULO 2

Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a apologia a intervenção militar.

Jefferson Rodrigues BARBOSA ----- 35

CAPÍTULO 3

Crisis Políticas, ultraderecha y democracias en América Latina: las relaciones Estados Unidos -Cuba, de los “Padres Fundadores” a Trump.

OSCAR A. PIÑERA HERNÁNDEZ ----- 69

CAPÍTULO 4

Política Externa Brasileira na Era Ernesto Araújo: liberalismo econômico e a extrema direita política.

LUIZ FELIPE OSÓRIO ----- 97

CAPÍTULO 5

Conflitos socioambientais no Brasil e o governo Bolsonaro: a trajetória da política ambiental e suas repercussões internacionais.

Fernanda Mello SANT'ANNA ----- 121

CAPÍTULO 6

A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro e a crise da ONU: o backlash é também verde e amarelo.

Matheus de Carvalho HERNANDEZ ----- 149

CAPÍTULO 7

Para entender o neofascismo no Brasil: um ensaio a partir das contribuições de Nicos Poulantzas.

CAIO BUGIATO ----- 167

CAPÍTULO 8

Imperialismo, sionismo e wahhabismo: as fontes da violência contra povos e nações.

MARCELO BUZETTO ----- 181

CAPÍTULO 9

Trump e relações de força: conjuntura ou longa duração?

Rodrigo Duarte Fernandes dos PASSOS ----- 211

CAPÍTULO 10

A direita cristã e o voto religioso nas eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos.

LUIZA RODRIGUES MATEO ----- 237

PREFÁCIO

EXTREMISMOS POLÍTICOS, DIREITAS E CRISE DAS DEMOCRACIAS

Dr. Jefferson Rodrigues BARBOSA

Coordenador da XVII Semana de Relações Internacionais da Unesp¹

O extremismo político de direita e a agenda da direita radical têm obtido grande repercussão no contexto de crise das democracias representativas contemporâneas. Muitas análises sobre esses fenômenos políticos são denominadas de forma generalizante pela imprensa e trabalhos acadêmicos sob a expressão *extrema-direita*. Formulação limitada em termos científicos conceituais (BARBOSA, 2015, p. 153), assim como o termo *extremismo político*. Entretanto, são operacionais para a identificação de ações e concepções que evidenciam postulados como violência, xenofobia, revisionismo histórico e políticas antidemocráticas daqueles que propalam formas de nacionalismo de matriz chauvinista.

¹ Professor de Teoria Política Contemporânea do Departamento de Ciência Políticas e Econômicas (DCPE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp. Campus Marília, SP. E-mail: jefferson.barbosa@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0001-9168-8469>. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p7-14>

Pesquisas e debates acadêmico contemporâneos sobre as direitas têm destacado que entre formas de legitimação de diferentes modelos societais de autocracia burguesa, um aspecto geral das direitas, estas podem ser analisadas nos aspectos de suas particularidades. Por exemplo, aqueles que são explicitamente tributários do fascismo e nazismo históricos e ditaduras (como as Ditaduras Militares). Os neoconservadores que defendem pautas de defesa de valores morais e costumes e atuam nos debates públicos, no campo da imprensa e dos ofícios intelectuais de educação e cultura, sob prerrogativas do apelo a tradição, ordem e autoridade. E, os políticos e partidos de orientação antiestablishment, chamados também nas ciências sociais na Europa de “populistas de direita”. São aqueles que se colocam retoricamente contra instituições e pontos do sistema representativo e pressupostos constitucionais, portando concepções ultraliberais ou de chauvinismo de bem-estar social, mas disputando eleições. O critério conceitual de *direita radical* tem estas três distinções (MUDDE, 2007, 2106).

Estas organizações têm obtido repercussão e algumas vitórias eleitorais. Destaca-se o exemplo da ascensão do chauvinista Matteo Salvini, d’a Liga (antiga Liga Norte), que se tornou Vice Primeiro-Ministro e Ministro do Interior na Itália. Com agendas políticas excludentes, exemplos expressivos na Europa, entre outros, podem ser exemplificados no notório caso francês do partido fundado por Jean Marie Le Pen, a Frente Nacional Francesa - FN, hoje reorganizado sob a nova denominação de “*Rassemblement National*”. Outro caso, é o também conhecido e polêmico partido “Alternativa para a Alemanha” (*Alternative für Deutschland – AfD*). Além da situação atual da Hungria, com Victor Orban, entre outros exemplos de países que atravessam conjunturas de radicalização política à direita. No contexto dessas expressões políticas, temos hoje o caso do Brasil sob a presidência de Jair Bolsonaro.

Cas Mudde, em “A extrema direita hoje” (MUDDE, 2019), afirma que as organizações da direita radical no século XXI diferem de seus congêneres da segunda metade do século XX, porque estas organizações foram, em muitos casos, “normalizadas”, tornando-se parte do sistema político oficial de muitos países. Nesse sentido, o autor afirma que grupos e ideias extremistas, antes consideradas marginalizadas depois da

segunda guerra mundial, se infiltraram com êxito nas correntes políticas estabelecidas e no *mainstream* político.

Para o autor, que é referência internacional nos estudos do que ele denomina de ‘direita radical’ (MUDDE, 2007, 2016), o que antes eram manifestações políticas periféricas, agora, são manifestações políticas estabelecidas no sistema político oficial de muitos países. Em alguns países, estão no poder em cargos do executivo, nas instituições legislativas, disputando o Parlamento da União Europeia, disputando eleições em municípios e atuando nos meios de comunicação. Dessa forma, em diversos países, influenciam as agendas políticas, a opinião pública e as eleições.

Cas Mudde (2019) e outros pesquisadores, referenciados ao final deste trabalho, evidenciam com dados de diferentes organizações que, nesta nova realidade contemporânea, o que antes eram manifestações periféricas e marginais se tornaram parte do “novo normal”, argumentando através de evidências atuais sobre a normalização do extremismo de direita em muitos países e uma maior influência de temas da agenda política de organizações da direita radical. Apontando, sobretudo, a importância da política extraparlamentar destes líderes e partidos, impulsionando um movimento social mais amplo de apoiadores, ao invés do enfoque exclusivo da política partidária existe também uma mobilização social, por exemplo, como os ativistas nos protestos e atos públicos em plataformas digitais e associações civis.

Diferentes em suas particularidades históricas e singularidades políticas e ideológicas, estes objetos aqui em análise são entendidos como manifestação histórica concreta da conjuntura de crise à direita, no contexto brasileiro com Bolsonaro e internacional com diferentes especificidades nacionais.

A partir do critério da valoração das particularidades históricas e singularidades dos fenômenos sociais, as expressões das direitas compõem diferenças em seus axiomas. Entretanto, além das particularidades e singularidades históricas e nacionais, essas manifestações do extremismo político de direita apresentam um elemento em comum que são formas de expressão política as quais legitimam a autocracia burguesa como universalidade, refletindo a lógica da conflitualidade de classes.

Os estudos sobre as direitas cresceram nos últimos anos como reflexo também das crises políticas e econômicas na realidade social. Investigações no campo das ciências políticas e outras áreas das ciências sociais têm analisado movimentos, partidos e regimes políticos dessa referida cultura política. Nesse sentido, a busca por critérios metodológicos adequados motiva pesquisadores deste campo de estudos específico: as direitas, suas políticas e ideologias.

As análises aqui reunidas buscam contribuir neste debate.

No contexto de repercussão midiática e de pesquisas acadêmicas sobre movimentos e partidos portadores de ideologias antidemocráticas, em diferentes países, generalizadamente, denominados de extrema direita, estes fenômenos estão articulados a contextos nacionais e internacionais de desemprego, crises políticas e econômicas, crises migratórias, de fundamentalismos religiosos e de austeridade fiscal. Potencializando iniciativas regressivas, excludentes para países considerados não alinhados às potências hegemônicas, ou de populações vitimadas por políticas internacionais ou nacionais muitas vezes violentas, contra minorias étnicas, grupos econômicos vulneráveis, como as agressões aos povos árabes dentro e fora de suas regiões de origem. Assim como, a imposição de políticas que buscam impor relações de força que intensificam sobre embargos econômicos e políticas imperialistas, como no caso latinoamericano e caribenho exemplificado nas ações contra Cuba .

Visando contribuir para a discussão científica no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais os estudos aqui reunidos foram sistematizadas para servirem como fundamento de análise histórica e teórica sobre questões relacionadas às contradições e crises que marcam a conjuntura contemporânea.

As pesquisas aqui reunidas são resultados das palestras realizadas na XVII Semana de Relações Internacionais da Unesp, promovida em 2020 realizada pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (Faculdade de Filosofia e Ciência, Campus Marília). A Fapesp aprovou o financiamento do evento para a vinda dos palestrantes convidados para o campus da Unesp -FFC. Infelizmente não

foi possível devido ao início da pandemia um Congresso presencial e o evento ocorreu de forma virtual.

O tema central do título: “Extremismos políticos, direitas e crise das democracias” tem como objetivo sintetizar contribuições com discussões científicas orientadas para a análise do contexto internacional e brasileiro de crise das instituições, e, de conflitualidades inerentes às contradições das dinâmicas sociais. Este livro resume as exposições do evento que foi composta por um convidado internacional e pesquisadores brasileiros que subsidiaram discussões de alto nível em palestras voltadas a formação de acadêmicos e pesquisadores.²

Em diferentes abordagens as palestras que resultam nos textos aqui organizados contemplam diferentes enfoques orientados para a discussão do tema geral do evento.

A respeito da conjuntura brasileira e internacional, foram abordados enfoques a respeito do governo Bolsonaro e Trump, com temas relevantes para a compreensão da conjuntura nacional e internacional (Brasil, Estados Unidos, Itália, Cuba e Israel-Oriente Médio, abordados em dez capítulos) e alguns aspectos das dinâmicas de conflitualidades sociais que marcam este período.

O primeiro capítulo é de autoria da doutora Manuela Caiani, professora de Ciência Política da Universidade de Firenzi na Itália, pesquisadora internacional sobre o tema direita radical e extremismo político. Seu capítulo é intitulado; “A Direita Radical ‘em Movimento’ em tempos de crise: O caso italiano”. A professora Caiani, especialista renomada nos estudos sobre extremismo político, coordenando pesquisas e publicando estudos em diferentes países. Foi convidada a contribuir com o livro após a realização da Semana de Relações Internacionais da Unesp e gentilmente elaborou e enviou seu texto no segundo semestre de 2021.

O segundo capítulo é de minha autoria e é resultado de pesquisa realizada no Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp. O título é “Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a

² As oito palestras estão disponíveis no Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCmUfZ9L_X7t7B95EvFCINJA. Acesso em: 06 ago. 2021.

apologia a intervenção militar.”, e, aborda aspectos das mobilizações do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores, os bolsonaristas, e, alguns conteúdos ideológicos por eles afirmados, relacionados a defesa de temas como a defesa da intervenção militar, a crítica as instituições representativas e posições antidemocráticas. Como é apontado na pesquisa dentro do debate conceitual contemporâneo o conceito de direita radical é articulado numa discussão sobre mitos políticos que são instrumentalizados pelo atual presidente. Este capítulo também foi elaborado para o presente livro após a Semana de RI da Unesp.

As preocupações e análises do tema dos capítulos deste livro são expressão das incômodas angústias e insatisfações (desde as eleições de 2018) que motivaram a escolha do tema central da Semana de Relações Internacionais da Unesp, orientando todos os temas e palestras das exposições proferidas no referido evento e agora nos capítulos aqui organizados.

Em âmbito internacional, foram analisados diferentes enfoques sobre o objeto sintetizado no título do livro – as formas de extremismo político das direitas.

A questão do embargo estadunidense e a influência da política externa dos EUA sobre Cuba é abordada em; “Crisis políticas, ultraderecha y democracias en América Latina: las relaciones Estados Unidos – Cuba, de los “Padres Fundadores” a Trump.”, de autoria de Oscar Andrés Piñera Hernández, professor Titular de Historia de Cuba y de História da América da Universidad de Matanzas, em Cuba.

A política externa nacional, com a análise crítica do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sob o comando Ernesto Araújo, é analisada em; “Política Externa Brasileira na Era Ernesto Araújo: liberalismo econômico e a extrema direita política”, de Luiz Felipe Osório, Professor de Relações Internacionais da UFRRJ.

A crise ambiental com as políticas de Bolsonaro no Ministério do Meio ambiente, foi discutida em; “Conflitos socioambientais no Brasil: a trajetória da política ambiental e suas repercussões internacionais” de Fernanda Mello Sant’Anna, professora do Departamento de Relações Internacionais da UNESP (campus de Franca-SP), do Programa de

Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

A crise na política de Direitos Humanos no Brasil sob a influência bolsonaristas foi abordada em; “A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro e a crise da ONU: o *backlash* é também verde e amarelo”, de Matheus de Carvalho Hernandez, Professor de Relações Internacionais e do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A questão da atualidade do debate do conceito de neofascismo para a reflexão da situação política nacional contemporânea foi o tema do capítulo; “Para entender o neofascismo no Brasil: um ensaio a partir das contribuições de Nicos Poulantzas”, de Caio Bugiato, professor do curso de Relações Internacionais da UFRJ.

O extremismo político sionista no Oriente Médio foi analisado em; “Imperialismo, sionismo e wahhabismo: as fontes da violência contra povos e nações” de Marcelo Buzetto, membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais NEILS/PUC-SP. Presidente do Instituto de Estudos sobre Geopolítica do Oriente Médio (IGEOP) e integrante da Secretaria de Relações Internacionais do Movimento Sem Terra (MST).

A análise sob as categorias de Antônio Gramsci das “relações de força” do governo Trump em sua política externa foi contemplada em; “Trump e relações de força: conjuntura ou longa duração?” realizada por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, professor de Teoria das relações Internacionais nos cursos de graduação em pós-graduação da Unesp.

O estudo da articulação entre extremismo político e grupos fundamentalistas religiosos nos EUA foi apresentada no último capítulo; “A direita cristã e o voto religioso nas eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos”, de Luiza Rodrigues Mateo, professora no curso de Relações Internacionais e no Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

As palestras e as preocupações que refletem o tema escolhido para a XVII Semana de Relações Internacionais da Unesp, realizada em 2020, foram assim organizadas aqui em formato livro para que estes debates sejam instrumento de reflexões, e, estimulem novos estudos e abordagens, visando sobretudo a compreensão destas conjunturas sob perspectiva científica, crítica e estimulando novas intervenções sociais contra as atuais condições de crise no Brasil.

A imagem utilizada como símbolo da XVII Semana de relações Internacionais da Unesp e também na capa do presente livro era o símbolo dos *Arditi del Popolo* na luta na Itália contra o regime autocrático chauvinista dos fascistas.

Até hoje é uma bandeira internacional que simboliza a luta contra as diferentes expressões do extremismo político de direita.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MUDDE, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

MUDDE, Cas. *The study of populist radical right parties: towards a fourth wave*. Oslo: University of Oslo; C-REX Center of Research on Extremism, 2016. (C-REX Working paper series, n.1).

CAPÍTULO 1

A DIREITA RADICAL ‘EM MOVIMENTO’ EM TEMPOS DE CRISE: O CASO ITALIANO¹

*Manuela CAIANI*²

1. INTRODUÇÃO

As eleições gerais de 2018 na Itália viram o surgimento do que foi chamado de primeiro governo populista da Europa (GARZIA, 2019). Dada a ausência de maioria parlamentar após as eleições, uma aliança entre M5S e Lega levou ao chamado Governo da Mudança. A nova configuração do governo de coalizão poderia ser considerada parte de um realinhamento mais amplo que ocorre no sistema partidário italiano pós-2008, com as

¹ Tradução de Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Professor Associado Livre-Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP.

² Dr^a Manuela Caiani é Professora Associada em Ciência Política na Scuola Normale Superiore de Pisa/Florença e Research Fellow no Institute for Advanced Studies (IHS) em Viena. Professora titular em Ciência Política e em Sociologia Política. Desde 2019 ela é Coordenadora do Grupo Permanente ‘Participação Política e Movimento Social’, Associação Italiana de Ciência Política (SISP). Os seus interesses de investigação centram-se em: populismo (esquerda e direita); movimentos sociais e mobilização de extrema direita (offline e online); movimentos sociais e Europa/europeização; transnacionalização da ação coletiva e das redes; métodos qualitativos de pesquisa social (grupos focais; entrevistas; análise de enquadramento). Sobre sua produção e pesquisas: <https://www.ihs.ac.at/people/manuela-caiani/>. Acesso em: 14 fev. 2022. <https://orcid.org/0000-0003-4849-4604>.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p15-34>

eleições gerais de 2013 constituindo um ponto de virada. Mesmo que eles se separassem após o verão de 2019, a experiência de governo de Lega sob a liderança de Salvini fez do partido o líder indiscutível da direita na Itália.

Neste capítulo, reconstruímos a história da direita radical italiana desde a década de 1990 até sua forma populista atual, considerando os elementos da estrutura de oportunidades políticas pós-2008 que facilitaram seu crescimento e fornecem o contexto para seu crescimento em maior relevância no sistema partidário em sua forma populista atual. Além disso, este capítulo examinará a relação da direita radical com o populismo em partidos como Lega e sua experiência no poder. Como será visto, ao longo deste capítulo a direita radical italiana é uma galáxia heterogênea de atores envolvendo uma pluralidade de agentes, do institucional ao não institucional, do offline ao online. No que resta desta introdução, descreveremos os conceitos norteadores empregados ao longo da visão geral empírica.

A DIREITA RADICAL COMO UM MOVIMENTO SOCIAL

Embora os termos “extrema direita” e “direita radical populista” sejam frequentemente usados na literatura para se referir ao mesmo objeto empírico, neste capítulo usamos “direita radical” para se referir aos grupos que exibem em seu núcleo ideológico comum as características do nacionalismo, da xenofobia (xenofobia etnonacionalista), das críticas antiestablishment e do autoritarismo sociocultural (lei e ordem, valores familiares) (MUDDE, 2007). O termo extrema-direita inclui grupos muito além dos limites legais da política democrática (por exemplo, ações diretas violentas ou mesmo ataques terroristas). Por isso, preferimos usar o rótulo “direita radical” para descrever os partidos que estão localizados em direção a um polo na escala padrão ideológica esquerda-direita. Tentativas acadêmicas recentes de definir a (nova) direita radical tentam mudar a atenção do “velho” fascismo para o “novo populismo”. Se a “velha” direita radical fosse identificada com o ultranacionalismo, os mitos da decadência e do renascimento, teorias conspiratórias e posturas antidemocráticas (EATWELL, 2003), então os atuais “partidos radicais de direita” (MUDDE, 2007) combinariam críticas populistas antiestablishment com nacionalismo etnocultural (nativismo),

xenofobia e autoritarismo sociocultural (lei e ordem, valores familiares) (LOCH; NOROCEL, 2015; MUDDE 2007, 2021; RYDGREN 2007). O populismo e o nacionalismo etnocultural excludente são cada vez mais indicados entre os estudiosos como distintivos partidos populistas radicais de direita em relação aos partidos do mainstream (RYDGREN, 2006).

No entanto, para compreender e caracterizar plenamente o realinhamento contínuo da paisagem italiana, precisamos olhar além da política institucional. Isso implica numa análise não só dos partidos emergentes, mas também de grupos radicais populares de direita e de movimentos sociais sem uma clara ligação com a política institucional (CAIANI et al., 2012). Na última década, vários grupos, como o CasaPound, não só se tornaram proeminentes como estabeleceram laços com vários partidos políticos. Em relação a isto, pesquisas recentes sobre a direita radical tentaram diminuir a distância entre abordagens disciplinares que tendem a se concentrar tanto nos partidos políticos quanto nos atores da sociedade civil/do movimento social. A adoção e a adaptação do conceito de movimento-partido para caracterizar esses grupos e vincular os dois espaços melhora nossa compreensão da dinâmica política atual (CAIANI; CISAR, 2018; CASTELLI GATTINARA; PIRRO, 2018a, 2018b). Esses grupos devem ser considerados não apenas por causa de sua configuração/hibridização movimento-partido (CASTELLI GATTINARA; PIRRO, 2018b), mas também pela importância desses atores em trazer e enquadrar questões que não só refletem um contexto particular (por exemplo, crise de migrantes/refugiados), mas também influenciam os discursos na esfera pública que atinge um público mais amplo. De fato, a direita radical na Itália compreende um espaço heterogêneo e diversificado que inclui uma variedade de partidos políticos, movimentos sociais e grupos subculturais (contraculturais e antissistêmicos) e nos últimos anos situa-se entre a política eleitoral e a política de protesto.

2. A DIREITA RADICAL NA ITÁLIA ANTES DA CRISE ECONÔMICA

Como foi observado, a direita radical não é uma “família” homogênea em qualquer país europeu, e isso é ainda mais verdadeiro na Itália, quando a “galáxia da direita radical é extremamente fragmentada e inclui vários

tipos diferentes de grupos de atores institucionais, não institucionais e subculturais (CAIANI; PARENTI, 2013). Além de vários partidos políticos, sua rede de movimentos inclui associações “culturais”, grupos revisionistas e “negacionistas”, mas também bandas de música e ultras do futebol. Essa variedade de rótulos, partidos políticos, grupos e movimentos existe, muitas vezes caracterizados pelo contato escasso entre eles e divididos por batalhas ideológicas de longa data (CALDIRON, 2001).

Na década de 1990, à medida que os partidos tradicionais desaparecem, a direita pós-1994 passa a ser dominada pelo magnata da mídia da Forza Italia Silvio Berlusconi pelos próximos 15 anos (PASQUINO, 2019). Com essa mudança, a Itália foi o primeiro país europeu nos últimos 50 anos em que a direita radical alcançou pleno reconhecimento político e institucional, com presença estável nos governos de centro-direita após 1994 (CALDIRON, 2001, p.15). Pode-se dizer que na década de 1990 a direita radical italiana tinha duas almas. Por um lado, os herdeiros do *Movimento Social Italiano* (MSI) - o partido neofascista do pós-guerra - eram fortes defensores do “nacionalismo Estado-nação, políticas de lei e ordem e fortes valores familiares” (RUZZA, 2018, p. 506). Estes foram (1) a Aliança Nacional mais “moderada” (AN) e (2) *Movimento Sociale-Fiamma Tricolore* (fundado em 1995 por alguns ex-membros da AN que se recusaram a seguir o caminho de moderação e distanciamento do passado fascista). Por outro lado, os partidos etnonacionalistas como o Lega Nord, que defendem um programa independentista e autonomista que se opunha ao “nação-Estado-nacionalismo, considerando o processo histórico de unificação italiana fundamentalmente malsucedido e equivocado” (RUZZA, 2008, p. 507). [BALDINI, 2001, p. 2]).

Quadro 1 - Resultados de forças de direita desde 1994

	1994	1996	2001	2006	2008	2013	2018
Forza Italia	21,01	20,57	29,43	23,72			14,43
Alleanza Nazionale	13,47	15,66	12,02	12,34			
Liga (Nord)	8,36	10,07	3,94	4,58	8,3	4,08	17,61
PdL					37,39	21,53	
FdI						1,95	4,26
Total	42,84	46,3	45,39	40,64	45,69	27,56	36,3

Nas eleições nacionais de 1994, a AN alcançou 13,5% dos votos e a LN 8,4%, formando, juntamente com a Forza Italia, a coalizão de direita de Silvio Berlusconi. Em 1996, tanto a AN quanto a LN confirmaram seu sucesso eleitoral, ganhando, respectivamente, 15,7% e 10,1% dos votos. Além disso, os neofascistas da MsFt obtiveram 0,9% (CARTER, 2005). Tanto a AN quanto a LN ocuparam importantes cargos ministeriais no governo Berlusconi após as eleições nacionais de 2001, entre elas o Ministério do Interior e o Ministério da Defesa.

Essa situação também significava que os grupos de direita radical extraparlamentares poderiam ser considerados como um aliado político potencialmente poderoso. Como um caso em questão, a direita radical não inclui apenas partidos políticos voltados para eleições e cargos públicos, mas também movimentos sociais ou “redes de redes” que visam mobilizar o apoio público, e um conglomerado de grupos subculturais e grupúsculos (CAIANI; PARENTI 2013; GATTINARA et al., 2018).

No que diz respeito à direita radical extraparlamentar durante este período, podemos citar a *Fronte Sociale Nazionale* (fundada em 1997, após uma divisão dentro do MSI-FT), *Forza Nuova* (originária da diáspora da MSI na transição para a AN), *Liberta' di Azione* (liderada pela neta de Benito Mussolini, Alessandra), e alguns grupos muito recentes como, por exemplo, a *Rinascita Nazionale*. Na categoria de grupos políticos, encontramos uma série de organizações juvenis, ligadas a partidos políticos e alguns jornais políticos. Ao lado desses partidos e movimentos políticos, temos a categoria de organizações nostálgicas, revisionistas e “negacionistas”. Estes são grupos que constantemente se referem aos 20 anos de governo fascista na Itália e na República de Saló e que são apologistas de Benito Mussolini.

Na Itália, a direita radical não é apenas altamente influente na política nacional, mas também é caracterizada por uma maior comunicação entre partidos políticos estabelecidos e movimentos populares e pequenos grupos contraculturais. Na Itália, de fato, os partidos de direita radicais populistas gozam de muito apoio eleitoral e acesso à esfera pública, ao mesmo tempo em que mantêm um canal privilegiado de comunicação com a arena do movimento social. Na Itália, o envolvimento na extrema direita vai desde

o ativismo nos vários grupos juvenis associados ao partido fascista italiano, o MSI, (como a ‘Azione Giovani’ e a ‘Azione Studentesca’) — que fazem referências explícitas ao passado fascista (CALDIRON, 2002, p.80) — até os centros sociais mais recentes (Di Tullio 2006). Uma ampla gama de organizações de extrema direita “jovens” e subculturais inclui grupos skinheads, hooligans politizados e grupos musicais, com numerosos contatos entre eles (CAIANI; WAGEMAN, 2007).

3. A GALÁXIA ONLINE DA DIREITA RADICAL

A comunidade virtual de extrema direita na Itália parece altamente fragmentada, e não está focada em algumas organizações centrais que são capazes de monopolizar o intercâmbio comunicativo dentro do setor. Trabalhos anteriores (CAIANI; PARENTI, 2013) revelam que apenas alguns partidos políticos (como, por exemplo, Movimento Sociale-Fiamma Tricolore e Forza Nuova) ocupam posições centrais na rede; a maioria está localizada em sua periferia (ver Fronte Sociale Nazionale, Azione Sociale e Rinascita Nazionale). Organizações político-partidárias e movimentos políticos emergem de forma dividida em diferentes aglomerados dentro da rede; eles não são considerados como os principais pontos de referência (parceiros) para contatos com as outras organizações de extrema direita italianas. Ao invés disso, o núcleo da rede é composto por organizações neofascistas/neonazistas e algumas organizações nostálgicas e revisionistas que têm destaque na rede. Em segundo lugar, a rede global da extrema direita italiana é caracterizada por uma corrente frouxa e uma “estrutura polifacetada” (CAIANI; WAGEMANN, 2009; DIANI, 2003, p. 309) - ou seja, ao mesmo tempo centralizada e segmentada. Embora a maioria das organizações participe ativamente de intercâmbios dentro da rede, muitas organizações da periferia não estão diretamente conectadas com as centrais. Portanto, muitos atores só podem se comunicar uns com os outros através de longos caminhos.

Embora nenhuma organização esteja completamente isolada da rede geral, vale a pena notar a posição marginal das organizações juvenis subculturais (por exemplo, os sites dos centros de invasores e dos grupos

musicais Casa Pound, Casa Montag, Lorien), que juntos formam um conjunto. Esses tipos de organizações permanecem periféricas e são integradas à rede apenas com um número muito baixo de vínculos. A impressão de uma rede segmentada é confirmada pelo grau médio, que é de 5,3, indicando que cada organização italiana tem, em média, cerca de cinco vínculos com outras organizações. Finalmente, a rede online da extrema direita italiana tem um nível moderado de centralização. O nível de segmentação em uma rede reflete o grau em que a comunicação entre atores é dificultada por barreiras. Isso pode refletir diferenças ideológicas entre vários atores ou pode ser devido a diferentes níveis de preocupação com uma determinada política (DIANI, 2003, p. 306).

Outra categoria da galáxia da direita radical italiana contém grupos neonazistas e sites. A principal diferença dos grupos neofascistas é que esses sites não se referiam à intervenção política contemporânea (CAIANI; PARENTI, 2013). Estes se referem à ideologia nacional-socialista alemã, ao Terceiro Reich e a Hitler. Além disso, é possível identificar uma ampla gama de sites “jovens” que incluem skinhead, hooligans e grupos musicais. Esses grupos consideram a música e o esporte como seus principais interesses, e seus locais foram caracterizados por símbolos fascistas ou nazistas ou por símbolos tirados da mitologia celta. Contatos entre skinheads e alguns grupos de hooligans de futebol foram frequentes (GNOSIS, 2006). Por fim, também existiam organizações que coletam e vendem souvenirs militares (por exemplo, uniformes) (“militaria”).

As principais questões dos sites revisionistas e “negacionistas” são o revisionismo histórico e a negação do holocausto; a proposta de reescrever a história e a documentação dos crimes do comunismo. Além disso, existem algumas organizações mais especificamente culturais que podem ser divididas entre associações tradicionais e Nova Era e grupos “neomísticos”. Acima de tudo, estes últimos são caracterizados por sua frequente referência à mitologia celta ou uma espécie de um novo espiritualismo que desafia a religião cristã oficial (CAIANI; KROEL, 2014).

4. MUDANÇAS PÓS-CRISE DA DIREITA RADICAL NA ITÁLIA

Uma grande mudança aconteceu no sistema partidário italiano após 2008. Paralelamente a outros países do sul da Europa à sombra da crise da Zona do Euro, décadas de corrupção, um governo tecnocrático apoiado pelos principais partidos no parlamento, e o fracasso dos partidos governantes em gerenciar a crise de várias crises (econômicas, de refugiados e de legitimidade democrática), novos partidos políticos que defendem uma retórica populista antiestablishment tornaram-se cada vez mais visíveis. Foi em 2013, nas eleições mais voláteis até agora na Itália, que a reação contra os partidos tradicionais e a transformação do sistema partidário começaram a ser mais claramente identificáveis, com um sistema partidário anteriormente bipolar se tornando tripolar (CHIARAMONTE et al., 2018; GARZIA, 2019; PASQUINO, 2019). Mesmo sem representação prévia no Parlamento italiano, o M5S entrou no parlamento obtendo 25,6% e competindo diretamente com as tradicionais coalizões de centro-direita e centro-esquerda. Este resultado levou a um parlamento suspenso sem maiorias claras. A legislatura se desdobrou com três governos diferentes liderados pelo PD (Letta, Renzi, Gentiloni) apoiados por outros partidos. Renzi, que era uma figura popular, promoveu reformas econômicas e políticas, mas mesmo assim perdeu o referendo constitucional em dezembro de 2016 e renunciou. Essa situação impulsionou a retórica antiestablishment dos partidos populistas e ajuda a explicar o resultado das eleições de 2018 (CHIARAMONTE et al., 2018).

As eleições de 2018 se repetiram e reforçaram as tendências de 2013. É importante notar que a centro-direita corre em uma coalizão unificada que “representava os quatro ‘espíritos’ da centro-direita italiana, como criado 25 anos antes por Berlusconi: a área pós-fascista agora representada por Fratelli d’Italia (FDI, Irmãos da Itália); o pós-cristão Democrata Noi con l’Italia-Unione di Centro (NCI-UDC, Nós com a Itália-União do Centro); o pró-mercado livre FI — o próprio partido de Berlusconi; e o Lega” (CHIARAMONTE et al., 2018).

Como em 2013, as eleições resultaram novamente em um parlamento suspenso que, apesar do crescente destaque de novos partidos, de alguma forma manteve os mesmos três polos a partir de 2013. No entanto, há uma grande mudança em relação aos partidos populistas com uma distinção

entre “velha política” e “nova política”: enquanto os principais partidos (PD e FI) perderam assentos, os dois partidos, com diferentes vertentes do populismo, o M5S e o Lega melhoraram seus resultados. Além disso, novos decotes parecem estar implícitos nos resultados: enquanto os resultados de Lega parecem ser alimentados pelo populismo cultural (nativismo, anti-imigrantes), os eleitores do M5S seguem um populismo político (anticorrupção, antiestablishment, democracia) (CORBETTA et al., 2018). Apesar das diferenças entre os dois partidos, após meses de negociações, houve um acordo sobre a formação de um governo de coalizão.

É importante notar que os resultados da direita não melhoraram em relação à década de 1990. A diferença é que há uma mudança no polo - a Lega sob Salvini torna-se proeminente. No entanto, os dados parecem sugerir que o realinhamento está longe de terminar e que Lega pode se tornar o ator hegemônico (CHIARAMONTE et al., 2018).

Pode-se argumentar que a transformação do polo de direita na Itália vai de liberal, sob Berlusconi, para “neofascista”. Essa virada é marcada pela crescente relevância dos grupos de base e da hegemonia do Lega em nível institucional (DE GIORGI; TRONCONI, 2018). Como dito anteriormente, a direita radical na Itália é um espaço heterogêneo e após a crise a crescente relevância de partidos políticos como FdL, Fratelli d’Italia e Lega, mas também pelo ativismo popular como CasaPound (CAIANI et al., 2012; GATTINARA et al., 2018).

Em 2007, uma nova federação de partidos políticos de direita (que incluíam Forza Italia e Aliança Nacional) - Povo da Liberdade (PDL) - foi criada com o objetivo de reforçar sua posição conjunta nas próximas eleições de 2008. No ano seguinte, esta federação se fundiu em um novo partido político, com todos os partidos se dissolvendo. No entanto, a Forza Italia foi refundada em 2013 e a PDL tornou-se novamente uma coalizão de centro-direita, enquanto os antigos membros da Aliança Nacional formaram um novo partido chamado *Fratelli d’Italia* com claras inclinações neofascistas. Até o fim do governo de Berlusconi (devido a escândalos de corrupção), esta coalizão de conservadores/fascistas à moda antiga e liberais governou o país por 20 anos (RUZZA, 2018).

Na última década, com a decadência de Berlusconi, a Lega tornou-se o líder do polo de direita. Curiosamente, não só a Lega não é só um novo partido, mas é também atualmente o partido mais antigo da Itália. Criado na década de 1980 como um partido regional que defende a independência da Padânia (norte da Itália), integrou os governos da Forza Italia de Berlusconi desde a década de 1990. De fato, durante esse período, mesmo defendendo uma posição etnonacionalista, convergiu com o ethos neoliberal da Forza Italia (RUZZA, 2018).

No entanto, o Lega não teve um caminho fácil após o estouro da crise de 2008. Em meio a um escândalo de corrupção, o partido desmorona nas eleições de 2013: a partir de 2008, quando seus resultados somaram 8,3% (60 cadeiras), eles enfrentam um declínio acentuado em 2013, onde tinham 4,09% (18 cadeiras). No entanto, Matteo Salvini, um membro de longa data do partido, tornou-se líder da Lega em 2013 e redefiniu a imagem do partido no cenário político italiano: em vez de um partido regionalista, o partido se concentra agora na Europa e na imigração à imagem da *Frente Nacional* na França e deixa de lado suas credenciais do norte para atingir todo o país. Isso poderia ser resumido como nacionalização e desterritorialização ao integrar influências “transnacionais” (CAIANI, 2018b).

Essa redefinição de sua imagem foi iniciada com a criação de um partido-irmão (Nós com Salvini – Noi con Salvini - NcS) no sul da Itália, para dar a ideia de que o “inimigo” do partido não era mais o sul. Além disso, em 2017 eles abandonaram a palavra norte de seu nome e Salvini iniciou uma campanha para se tornar primeiro-ministro, enquanto reforçava suas posições nativistas e de direita radical e de lei e de ordem.

Nas eleições gerais de 2018, depois de concorrer em uma coalizão com outros partidos de direita (FI, FdL, Nós com a Itália), eles se tornam o terceiro maior partido do Parlamento e o “líder” do polo de direita. A Lega se torna a principal força dentro da coalizão destronando a liderança de Berlusconi. Essa estratégia levou a um aumento na votação, com 17.4% e 125 as cadeiras no Parlamento. Desde as eleições, e assumindo o poder, a Lega tornou-se o principal partido nas pesquisas.

Mas a crise também levou a um ressurgimento e recriação da direita neofascista, como CasaPound e Forza Nuova, que mantêm conexões com a Lega e a FdL (DE GIORGI; TRONCONI, 2018; FROIO; GATTINARA, 2015; GATTINARA et al., 2018). Criada em 2003, mas que tem seu status oficial de “associação de promoção social” apenas em 2008, a CasaPound é um grupo político originário de partidos neofascistas pré-existentes (CAIANI; PARENTI 2013) e conecta atividades subculturais (como a música), com atividades populares e ações políticas. Assume-se como um movimento fascista (rejeitando rótulos de esquerda-direita) e se opõe ao neoliberalismo, com seu discurso sendo “amplamente inspirado pelas experiências da juventude do neofascismo dos anos 1970, atraindo tanto neofascistas nostálgicos quanto recrutas mais jovens”. (GATTINARA et al., 2018). É importante notar que suas atividades e discursos não são apenas culturais ou nativistas de natureza, mas, na verdade, seus membros afirmam que o grupo começou devido às más condições de moradia para os italianos (ver tabela 1 abaixo). Além disso, promovem uma posição antiliberal e anti-UE. Gattinara et al (2018) apontam que sua ideologia é uma espécie de fascismo à la carte que capta aspectos do fascismo que se encaixam no ambiente político atual, deixando de lado propostas que poderiam colocar em risco a legitimidade do grupo. Eles se situam entre o protesto e a política eleitoral (apesar do pouco sucesso neste último) se encaixando na definição de movimento-partido dado na introdução.

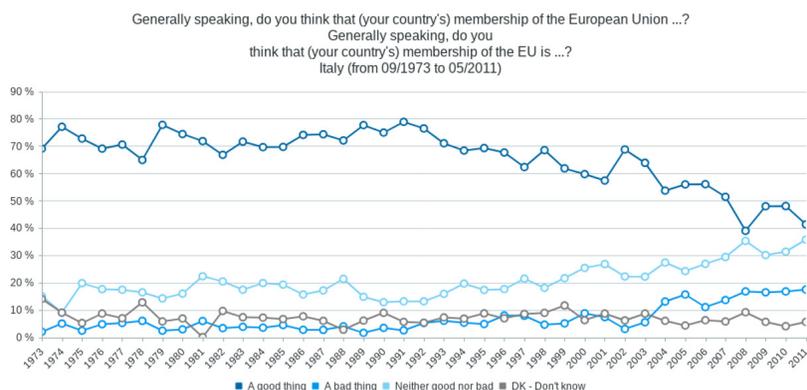
É importante notar que a CPI (CasaPound) muitas vezes se alia à Lega Nord: "A Lega Nord precisava da CasaPound e de sua rede de associações, clubes esportivos e salas de concerto para estender sua influência nas regiões do sul da Itália, enquanto a CasaPound se beneficiou da visibilidade nacional oferecida pela joint-venture com um partido anteriormente governante. Para a Lega Nord, isso significava abandonar suas posições secessionistas originais em favor de uma nova retórica nacionalista baseada no euroceticismo pleno. Para a CasaPound, em vez disso, essa aliança permitiu abordar temas que – até então – tinham sido abordados apenas marginalmente pelo grupo, mais notavelmente a questão da imigração" (FROIO; GATTINARA, 2015). Além disso, como Giorgi e Tronconi (2018) argumentam: "o ressurgimento da direita radical representa uma nova realidade e uma possível fonte de perigo, mas também de oportunidade, especialmente para a Liga e o FDI.

A importância (apenas em termos de cobertura da mídia por enquanto) de grupos políticos que até agora foram marginalizados sugere que há um crescente pool eleitoral no qual os principais partidos podem ser capazes de alcançar. No entanto, os novos concorrentes no cenário político podem afastar o consenso dos partidos de centro-direita ou restringir seu espaço para manobras. E tudo isso existe sem sequer considerar as questões sérias e preocupações que a legitimação desses grupos políticos deve levantar sobre o estado de saúde da democracia italiana".

VIRADA NATIVISTA E EUROPA

Desde 2008, a UE (União Europeia) desempenhou um papel cada vez mais significativo na política interna nos países do Sul da Europa. Três crises desempenham um papel importante nas oportunidades discursivas tomadas pelos partidos que agora dominam a política italiana: a zona do euro, a crise de migrantes/refugiados e a legitimidade democrática (GATTINARA, 2017). Além dessas crises sobrepostas que afetaram o país e estão ligadas à UE, no contexto da crise da Zona do Euro, o país tinha um governo tecnocrático implementando um programa diretamente ligado à UE.

Figura 1. Atitudes em relação à UE na Itália (1973-2011)³



Fonte: Eurobarômetro 1973-2011

³ Nota do tradutor: as perguntas e frases acima do gráfico são assim traduzidas na sequência: "Falando em termos gerais, você acha (que o pertencimento do seu país) à União Europeia..."; "Falando em termos gerais, você acha (que o pertencimento do seu país) à União Europeia é..."; Itália (de 09/1973 a 05/2011). Na ordem, as expressões abaixo do gráfico são assim traduzidas: "Uma coisa boa"; "Uma coisa ruim"; "Nem boa nem má"; "Eu não sei".

A Figura 1 mostra que, desde o início dos anos 2000, cada vez menos italianos consideram a adesão à UE uma coisa boa. Se até o início do século os valores de aprovação giravam em torno de 70%, no auge da crise em 2011 era de cerca de 40%. Este fato abre a estrutura discursiva de oportunidades para o surgimento de posições eurocéticas em nível nacional, uma questão que era consensual até muito recentemente.

Pirro e Kessel (2017) argumentam que atores populistas enquadram essas crises como uma forma de “expressar a dissidência contra a UE”. O discurso de Salvini é claramente soberano e nativista usando a expressão “Italianos primeiro”. Ele critica a Europa por “se constituir de burocratas e tecnocratas que trabalham contra os reais interesses do povo europeu” (PASQUINO, 2019). Nesse contexto, é importante mencionar que, no processo contínuo de realinhamento, dada a estrutura de oportunidades, o surgimento de tensões e conflitos “também pode ter consequências que vão além do contexto doméstico. Se os partidos eurocéticos continuarem a prevalecer, a relação entre a Itália e a UE sofrerá tensões crescentes e poderá até colocar em risco a própria existência da União na sua forma atual” (CHIARAMONTE et al., 2018).

Seguindo Bressanelli e de Candia (2019), pode-se argumentar que as posições tomadas na UE pela Lega refletem as estratégias e os eleitores em nível nacional, o que se traduz diretamente em sua política atual de alianças em nível europeu. Corbetta e colegas (2019), com base nos resultados eleitorais da Lega de 2018, mostram que a Lega explora o populismo cultural (nativismo) em suas alianças e críticas à UE fazendo alianças com partidos nativistas em toda a Europa.

Sob a liderança de Salvini, a Lega passou de um partido regionalista, que se concentra nos interesses do norte da Itália e exigindo independência para a chamada região da Padânia, para se tornar um partido nacional. Essa mudança de escala levou também a uma mudança e a uma transformação dos quadros e discursos do partido: a desnacionalização partidária criou um novo “inimigo”, já que o establishment é hoje considerado a UE que age contra os interesses dos italianos em vez de Roma. No entanto, não foi a crise que desencadeou a virada nativista e anti-Europa, pois sua posição

já estava mudando lentamente desde a década de 1990 de uma organização otimista em relação à UE para um perfil eurocético.

Na década de 1990, dadas as suas opiniões regionais, eles criticaram o “super-Estado antidemocrático” que agiu contra os interesses do povo europeu. No entanto, até a erupção da crise, o partido nunca pediu uma saída da UE ou da Zona do Euro, pois “nem a UE nem suas políticas foram consideradas diretamente responsáveis pela situação econômica do país” (PIRRO; KESSEL, 2017). A radicalização de seu discurso contra a UE vem após 2013 com a eleição de Salvini como líder do partido. A austeridade e as políticas europeias foram agora consideradas responsáveis pela crise em nível nacional e o partido pediu a saída da UE e da Zona do Euro. Pirro e Kessel sugerem que essa radicalização pode ser “lida através do contexto político interno” à medida que a lealdade da UE entre os eleitores declinou e abriu o caminho para que esses quadros se tornem proeminentes. Também é importante notar que, devido à sua filiação à coalizão de centro-direita, durante o período eleitoral de 2018, eles tiveram que restringir suas opiniões mais eurocéticas. No entanto, após as eleições e à medida que se tornam o principal partido da coalizão e integram o governo, tornaram-se menos contidos em suas críticas à UE e uso para fins eleitorais.

Em termos de sua filiação no Parlamento Europeu, até o surgimento da crise, a Lega Nord fez parte de vários grupos. Se inicialmente eram grupos pró-europeus, o partido lentamente integra os congêneres eurocéticos. Após as eleições europeias de 2009, o partido juntou-se à recém-criada “Europa da Liberdade e da Democracia” integrada por partidos como UKIP e The True Finns. Em 2015, o partido integra a Europa das Nações e da Liberdade, uma aliança de direita radical liderada por Le Pen e Wilders. Em consonância com isso, o manifesto eleitoral europeu da Lega ressaltou o papel de suas raízes cristãs, a defesa da identidade nacional, sublinhando a supremacia da constituição italiana sobre as diretivas europeias. Como consequência, este manifesto se posicionou fortemente contra as políticas de imigração, a integração da UE e a austeridade.

5. A DIREITA RADICAL POPULISTA NO GOVERNO

Como o Sul da Europa foi o mais atingido pela crise financeira e pela recessão de 2008, muitas pessoas viram os padrões de vida encolherem, os partidos centristas que governaram até então – e os eurocratas em Bruxelas com sua austeridade na prancheta – tornaram-se um alvo óbvio. Na Itália, décadas de corrupção, má gestão e o impacto da crise dos refugiados de 2015 resultaram no Movimento Cinco Estrelas antiestablishment, anti-impostos e antigastos, que tomou o poder no ano passado, em uma improvável coalizão com a extrema-direita e anti-imigração Lega. Mais especificamente, nas eleições gerais italianas de 2018, o outsider Movimento Cinco Estrelas melhorou seu desempenho desde as eleições nacionais de 2013 (das quais já recebeu uma forte legitimação política como o terceiro partido mais importante do país) obtendo 32% dos votos. Nas mesmas eleições, o partido radical de direita populista Lega (para mais detalhes ver Caiani, 2019) alcançou um inédito 17%. O M5S e o Lega, apesar das longas negociações, finalmente uniram forças para implementar uma agenda de governo compartilhada: um governo “totalmente populista” (PIRRO, 2018). Como tal, o atual governo italiano baseia-se em um frágil, estratégico, conveniente, mas também conflituoso compromisso entre duas formas de populismo.

Em termos de políticas de *imigração e integração*, o programa de coalizão, com o Ministro do Interior sob o comando de Salvini, mirou essa questão diretamente, com uma virada nativista. A ação do Lega sobre as políticas de imigração se estende entre *i.* ações e anúncios sensacionalistas pontuais (ou propaganda), e *ii.* decretos de securitização e criminalização que efetivamente reduzem os direitos dos migrantes. No primeiro encontramos episódios repetidos, como o fechamento de portos para barcos de refugiados ou anunciando um censo de pessoas decretado por Roma (o que não aconteceu); neste último encontramos decretos (como o chamado decreto de Salvini, no outono de 2018) que estreitam os direitos de asilo, impedem o resgate no mar e punem sobreviventes e socorristas. Em detalhes, o decreto levou a: (1) a restrição de “obter um visto humanitário para permanecer na Itália” se não estivesse relacionado com razões políticas ou guerra; (2) a limitação do acolhimento adequado

aos requerentes de asilo; (3) a duplicação do tempo que as pessoas podem ser detidas antes da deportação (90 a 180 dias); e (4) a expansão da lista de delitos pelos quais o status de refugiado pode ser revogado, permitindo a negação de pedidos de asilo (o suficiente para ser aplicado) (SUNDERLAND, 2018). Além disso, o Ministro do Interior legitima as medidas com um discurso que classifica migrantes e requerentes de asilo como criminosos, e conecta migrantes com a máfia e os traficantes de pessoas (ZAMPANO, 2018). No caso da Lega, radicaliza seu discurso populista público sobre migração, ao mesmo tempo em que o materializa a formulação de políticas como mostrado acima.

CONCLUSÃO

Como aponta Ruzza: “a trajetória recente da direita radical italiana e suas principais formações - FdL e LN - é marcada pela perda de relevância do partido de Berlusconi após as eleições de 2013 e pela expulsão de Berlusconi do Senado depois que ele foi considerado culpado de sonegação fiscal” (Ruzza, 2018: 508). Juntamente com a crise da decadência de Berlusconi, também deve ser levada em conta o processo de mudança de imagem da Lega sob a liderança de Salvini, a Lega tornou-se o principal partido de direita. Mesmo que atualmente a direita italiana tenha uma parcela menor dos votos do que na década de 1990, houve uma ruptura com a política liberal da Forza Italia e uma radicalização em direção a posições radicais de direita, nativistas e eurocéticas, com uma visibilidade crescente dos movimentos de base neofascistas e de colaboração com atores institucionais que constituem uma importante força auxiliar no terreno (DE GIORGI; TRONCONI, 2018).

Além disso, pode-se argumentar que o processo de realinhamento ainda está em andamento, e mais mudanças serão vistas no futuro à medida que o processo político em curso se desenrolar. Após as eleições europeias de 2019, a vitória marcante de Salvini (34%) nas eleições europeias, o “bloco” de direita se consolidou sob sua liderança. Até o colapso do Governo da Mudança no verão de 2019, a mensagem de Salvini deu voz a um bloco social que estava infundido com o medo e com a pobreza. A estratégia

de Salvini ocupou a mídia e construiu uma hegemonia política sobre a centro-direita e o 5SM, com uma agenda libertário-populista que misturava liberalismo com populismo nas políticas sociais, ou seja, enquanto tentava liberalizar a economia, ele forneceria o apoio à classe média e aos perdedores da globalização em meio à sua profusão de sua campanha de imigração. Agora vamos precisar esperar para ver o que acontece.

Na Itália, quanto ao *discurso público* sobre temas sensíveis para os populistas como a imigração, temos de considerar que a crise dos refugiados teve um impacto forte e concreto sobre o país, alimentando um discurso contra os imigrantes que está na base das posições da Lega (e, em parte, do M5S). A Lega defende uma visão claramente nativista que coloca o “italiano em primeiro lugar”, por mais que grande parte desse discurso público já estivesse presente antes do governo de coalizão, alimentado pelo surgimento de Salvini como líder da Lega. Em última análise, a Lega faz uso da imigração para entrar em conflito com a UE. Mantendo suas credenciais eurocéticas no governo, o objetivo da Lega é mudar as instituições europeias por dentro (JONES, 2018).

Finalmente, mesmo que na Itália, o populismo (direita radical) não está tentando mudar e controlar as instituições do país. No entanto, no relatório do índice Democracia 2018 da Unidade de Inteligência do Economista, é demonstrada uma queda do país da 21^a para a 33^a posição, uma vez que, como comentado, a Itália aparece caracterizada pelo “crescente apoio a ‘homens fortes’ que ignoram as instituições políticas” (The Local, 2019). Além disso, o uso da retórica antimigrantes/estrangeiros revela um desrespeito aos direitos civis e humanitários (THE LOCAL, 2019).

REFERÊNCIAS

- ADLER, K. Italy populist government pact: Candidate for prime minister named. *BBC*. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/world-europe-44197351>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- BALDINI, G. *Extreme Right in Italy: An Overview*. [Online]. 2001. Disponível em: http://www.essex.ac.uk/ECPR/publications/eps/onlineissues/autumn2001/research_extreme.htm. Acesso em: 12 fev. 2022.

- BRESSANELLI, E.; CANDIA, M. Love, Convenience, or Respectability? Understanding the alliances of the Five Star Movement in the European Parliament. *Italian Political Science Review*, v. 49, n. 1, p. 25-48, 2019.
- CAIANI, M. Radical Right Cross-National Links and International Cooperation. In: RYDGREN, Jens (ed.). *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 394-411.
- CAIANI, M. Organizzazioni di estrema destra e Internet nelle democrazie occidentali. *Destra Destre*, Feltrinelli, p. 48-61, 2018.
- CAIANI, M.; WAGEMAN, C. The Rise and the Fall of the Extreme Right in Europe: Towards an Explanation?, *Modern Italy*, v. 12, n. 3, p. 377-388, 2007.
- CAIANI, M.; CISAR, O. (ed.). *Radical Right Movement Parties in Europe*. Routledge: Abingdon, 2018.
- CAIANI, M.; KROEL, P. A Transnational Extreme Right? New Right-Wing Tactics and the Use of the Internet. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, v. 39, n. 3, p.1-21, 2014.
- CAIANI, M.; PARENTI, Linda. *Web Nero: Organizzazioni di estrema destra ed Internet*. Bologna: Il Mulino, 2013.
- CAIANI, M.; WAGEMANN, C. Online Networks of the Italian and German Extreme-right: An Explorative Study with Social Network Analysis. *Information, Communication & Society*, v. 12, n. 1, p. 66-109, 2009.
- CAIANI, M.; DELLA PORTA, D.; WAGEMANN, C. *Mobilizing on the Extreme Right: Germany, Italy, and the United States*. Oxford: Oxford University press, 2012.
- CALDIRON G. *Il lessico Postfascista*. Rome: Manifestolibri, 2002.
- CALDIRON, G. *La destra plurale*. Roma: Manifestolibri, 2001.
- CARTER, E. *The Extreme Right in Western Europe: Success or Failure*. Manchester/New York: Manchester University Press, 2005.
- CASTELLI GATTINARA, P.; PIRRO, A. The Far Right as Social Movement. *European Societies*, v. 21, n. 4, p. 447-462, 2019.
- CASTELLI GATTINARA, P. The 'refugee crisis' in Italy as a crisis of legitimacy. *Contemporary Italian Politics*, v. 9, n. 3, p. 318-333, 2017.
- CASTELLI GATTINARA, P.; O'CONNOR, F.; LINDEKILDGE, L. Italy, No Country for Acting Alone? Lone Actor Radicalisation in the Neo-Fascist Milieu. *Perspectives on Terrorism*, v. 12, n. 6, p. 136-149, 2018.
- CHIARAMONTE, A.; EMANUELE, V.; MAGGINI, N.; PAPARO, A. Populist Success in a Hung Parliament: The 2018 General Election in Italy. *Southern European Society and Politics*, v.20, n. 4, p. 479-501, 2018.

- CORBETTA, P.; COLLOCA, P.; CAVAZZA, N.; ROCCATO, M. Lega and Five-star Movement voters: exploring the role of cultural, economic and political bewilderment. *Contemporary Italian Politics*, v.10, n. 3, p. 279-293, 2018.
- DI GIORGI, E.; TRONCONI, F. The center-right in a search for unity and the re-emergence of the neo-fascist right. *Contemporary Italian Politics*, v.10, n. 4, p. 330-345, 2018.
- DI TULLIO, D. *Centri Sociali di destra*. Roma: Castelvecchi, 2006.
- DIANI, M. Networks and social movements: a research programme. In: DIANI, M.; MCADAM, D. (ed.). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 299-318.
- FROIO, C.; CASTELLI GATTINARA, P. Neo-fascist Mobilization in Contemporary Italy. Ideology and Repertoire of Action of CasaPound Italia. *Journal for Deradicalization*, v. 2, 2015.
- GARZIA, D. The Italian election of 2018 and the first populist government of Western Europe. *West European Politics*, v. 42, n. 3, p.670-680, 2019.
- GNOSIS. Relazione sulla politica informativa e della sicurezza. *Rivista Italiana di intelligence*, May-August 2006.
- JONES, G. Italy's Salvini changes tack on EU in bid for center ground. Reuters, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-italy-politics-salvini/italys-salvini-changes-tack-on-eu-in-bid-for-center-ground-idUSKBN1OB224>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- LOCH, D.; NOROCEL, O. C. The Populist Radical Right in Europe: a xenophobic voice in the global economic crisis. In: TRENZ, H.; RUZZA, C.; GUIRAUDON, Virginie. *Europe's Prolonged Crisis: The Making or the Unmaking of a Political Union*. London: Palgrave MacMillan, 2015.
- MUDDE, C. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PASQUINO, G. The State of The Italian Republic. *Contemporary Italian Politics*, v.11, n. 2, p. 195-204, 2019.
- PIRRO, A.; KESSEL, S. United in Opposition? The Populist Radical Right's EU-pessimism in times of Crisis. *Journal of European Integration*, v. 39, n. 4, p. 405-420, 2017.
- PIRRO, A. The Polyvalent Populism of the 5 Star Movement. *Journal of Contemporary European Studies*, v. 26, n. 4, p. 443-458, 2018.
- RUZZA, C. The Radical Right in Southern Europe. In: RYDGREN, J. *The Oxford Handbook of The Radical Right*. Oxford University Press: Oxford, 2018.
- RYDREN, J. *From tax populism to ethnic nationalism: Radical right-wing populism in Sweden*. Berghahn: New York, 2006.

RYDREN, J. The Sociology of the Radical Right. *Annual Review of Sociology*, v. 33, p. 241-262, 2007.

SPEAK, C. Italian government approves overhaul of welfare and pensions. *The Local*, 2019. Disponível em: <https://www.thelocal.it/20190118/italian-government-approves-overhaul-of-welfare-and-pensions>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SUNDERLAND, J. New Law for Italian Migration Policies. Preventing Rescue at Sea, Punishing Survivors on Land. *Human Rights Watch*. 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2018/09/26/new-low-italian-migration-policies>. Acesso em: 12 fev. 2022.

THE LOCAL. Italy's democracy ranking plummets due to far-right policies. 2019. Disponível em: <https://www.thelocal.it/20190109/italys-democracy-ranking-drops>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ZAMPANO, G. Italian government adopts measures to narrow asylum rights. POLITICO, 2018. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/italy-government-adopts-hardline-asylum-rules/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CAPÍTULO 2

BOLSONARISMO, MITOS E MITOLOGIAS POLÍTICAS: DIREITA RADICAL E A APOLOGIA À INTERVENÇÃO MILITAR

*Dr.º. Jefferson Rodrigues BARBOSA*¹

INTRODUÇÃO

O extremismo político de direita e a agenda da direita radical têm obtido grande repercussão no contexto de crise das democracias representativas contemporâneas. Muitas análises sobre esses fenômenos políticos são denominadas de forma generalizante pela imprensa e trabalhos acadêmicos sob a expressão *extrema-direita*. Formulação limitada em termos científicos conceituais (BARBOSA, 2015, p. 153), assim como o termo *extremismo político*. Entretanto, são operacionais para a identificação de ações e concepções que evidenciam postulados como violência, xenofobia, revisionismo histórico e políticas antidemocráticas daqueles que propalam formas de nacionalismo de matriz chauvinista.

¹ Professor de Teoria Política Contemporânea do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp. Campus Marília, SP. E-mail: jefferson.barbosa@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0001-9168-8469>. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p35-68>

Pesquisas e debates acadêmico contemporâneos sobre as direitas têm destacado que entre formas de legitimação de diferentes modelos societais de autocracia burguesa, um aspecto geral das direitas, estas podem ser analisadas nos aspectos de suas particularidades. Por exemplo, aqueles que são explicitamente tributários do fascismo e nazismo históricos e ditaduras (como as Ditaduras Militares). Os neoconservadores que defendem pautas de defesa de valores morais e costumes e atuam nos debates públicos, no campo da imprensa e dos ofícios intelectuais de educação e cultura, sob prerrogativas do apelo a tradição, ordem e autoridade. E, os políticos e partidos de orientação antiestablishment, chamados também nas ciências sociais na Europa de “populistas de direita”. São aqueles que se colocam retoricamente contra instituições e pontos do sistema representativo e pressupostos constitucionais, portando concepções ultraliberais ou de chauvinismo de bem-estar social, mas disputando eleições. O critério conceitual de *direita radical* tem estas três distinções (MUDDE, 2007, 2106).

Cas Mudde, em “A extrema direita hoje” (MUDDE, 2019), afirma que as organizações da direita radical no século XXI diferem de seus congêneres da segunda metade do século XX, porque estas organizações foram, em muitos casos, “normalizadas”, tornando-se parte do sistema político oficial de muitos países. Nesse sentido, o autor afirma que grupos e ideias extremistas, antes consideradas marginalizadas depois da segunda guerra mundial, se infiltraram com êxito nas correntes políticas estabelecidas e no *mainstream* político.

Para o autor, que é referência internacional nos estudos do que ele denomina de ‘direita radical’ (MUDDE, 2007, 2016), o que antes eram manifestações políticas periféricas, agora, são manifestações políticas estabelecidas no sistema político oficial de muitos países. Em alguns países, estão no poder em cargos do executivo, nas instituições legislativas, disputando o Parlamento da União Europeia, disputando eleições em municípios e atuando nos meios de comunicação. Dessa forma, em diversos países, influenciam as agendas políticas, a opinião pública e as eleições.

Cas Mudde (2019) e outros pesquisadores, referenciados ao final deste trabalho, evidenciam com dados de diferentes organizações que, nesta nova realidade contemporânea, o que antes eram manifestações periféricas e marginais

se tornaram parte do “novo normal”, argumentando através de evidências atuais sobre a normalização do extremismo de direita em muitos países e uma maior influência de temas da agenda política de organizações da direita radical. Apontando, sobretudo, a importância da política extraparlamentar destes líderes e partidos, impulsionando um movimento social mais amplo de apoiadores, ao invés do enfoque exclusivo da política partidária existe também uma mobilização social, por exemplo, como os ativistas nos protestos e atos públicos em plataformas digitais e associações civis.

Diferentes em suas particularidades históricas e singularidades políticas e ideológicas, estes objetos aqui em análise são entendidos como manifestação histórica concreta da conjuntura de crise à direita, no contexto brasileiro com Bolsonaro e internacional com diferentes especificidades nacionais.

A conjuntura brasileira marcada pelo bolsonarismo evidentemente motivou a organização deste trabalho. Sendo a preocupação do autor suplantar perspectivas generalizantes que aplicam o conceito de fascismo como um adjetivo ou pleonasma. Existe no debate científico conceitual e rigoroso a interpretação da nomenclatura fascismo como uma categoria transnacional mais ampla, com expressão no debate da bibliografia especializada sobre o tema (PAXTON, 2007). Alguns estudos no Brasil trazem também interpretações criteriosas e bem fundamentadas sobre o Governo Bolsonaro e seus apoiadores sob o conceito de neofascismo (BOITO JR., 2020; MATTOS, 2020). Não sendo possível aqui, por espaço e objetivos, aprofundar essas diferentes interpretações.

A partir do critério da valoração das particularidades históricas e singularidades dos fenômenos sociais, as expressões das direitas compõem diferenças em seus axiomas. Entretanto, além das particularidades e singularidades históricas e nacionais, essas manifestações do extremismo político de direita apresentam um elemento em comum que são formas de expressão política as quais legitimam a autocracia burguesa como universalidade, refletindo a lógica da conflitualidade de classes.

Os estudos sobre as direitas cresceram nos últimos anos como reflexo também das crises políticas e econômicas na realidade social. Investigações no campo das ciências políticas e outras áreas das ciências sociais têm

analisado movimentos, partidos e regimes políticos dessa referida cultura política. Nesse sentido, a busca por critérios metodológicos adequados motiva pesquisadores deste campo de estudos específico: as direitas, suas políticas e ideologias.

Para Cas Mudde (2016, p. 07), o crescimento dos estudos do que ele denomina como “direita radical” tem sido acompanhado de pouca inovação teórica desde o início dos anos 1990, e isso ocorre, segundo ele, porque grande parte dos estudos são quantitativos, baseados em hipóteses, não em teorias. De acordo com o autor, “novos estudos devem ir além da zona de conforto das eleições, de dados quantitativos eleitorais e estudos históricos qualitativos descritivos” (MUDDE, 2016, p.09). Segundo Mudde, para desenvolver novas ideias, precisamos de novos dados com base em métodos, como entrevistas, observação participante e análise qualitativa de conteúdo, através de fundamentos teóricos e conceituais (MUDDE, 2016, p.09).

A conjuntura contemporânea internacional das últimas décadas tem evidenciado a presença crescente de muitas lideranças políticas e partidos disputando posições nos sistemas institucionais de democracias representativas com afirmativas de defesa de pressupostos, agendas e projetos de caráter antidemocrático. Colocando-se como antiestablishment, entretanto sem romper com a participação e disputas eleitorais, esses líderes e partidos têm sido denominados pela bibliografia especializada, como expressões da direita radical (COMPARATO, 2014; DALMONTE; DIBAI, 2019; MUDDE, 2021, 2019, 2016; NORRIS, 2005).

Participando do sistema político representativo, mesmo portando valores e discursos em contradição com os princípios constitucionais, representantes da direita radical se colocam como antissistema, ainda que de forma retórica. Entretanto, a denominação conceitual direita radical é propositiva pela vantagem de distinção destes movimentos e partidos da atualidade, comparando aos tradicionais movimentos, partidos e líderes de caráter chauvinista que marcaram a primeira metade do século XX, chamados generalizadamente de extrema-direita ou fascistas.

As pesquisas sobre o tema, através da análise do desempenho eleitoral e de agendas políticas, destacam que o aumento dos partidos e candidatos da direita radical nas disputas e desempenhos eleitorais vem exercendo influência não somente em temas e debates, mas obtendo aceitabilidade por parte do eleitorado, além de influenciar partidos convencionais de direita e centro-direita, diante da necessidade de obtenção de votos, apoios e alianças.

O diferencial principal é que a influência de pontos da agenda política da direita radical tem normalizado concepções antidemocráticas e restritivas sem romper necessariamente com a ordem institucional ou reproduzir mimetismos tributários a concepções ideológicas e organizativas ou modelos de estéticas do fascismo histórico.

No Brasil, essas expressões extremistas de direita têm antecedentes históricos desde a primeira metade do século XX (BARBOSA, 2015). Porém, com a crise política desde 2013 e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro à presidência da República, a mobilização de uma direita radical dentro da ordem institucional ganhou novas ressonâncias e posições.

Para Cas Mudde, um dos pontos característicos da direita radical é a suplantação de discussões e programas em torno de problemas socioeconômicos, priorizando temas socioculturais, e, principalmente, polemizando em relação a contradições das democracias representativas, em torno de três eixos principais: corrupção, segurança e imigração (MUDDE, 2021, 2016).

O debate das ciências sociais contemporâneas na Europa, seguindo os apontamentos de Cas Mudde e outros autores de referência sobre os estudos recentes do radicalismo de direita, é oportuno para uma análise de Jair Bolsonaro² e seus seguidores, denominados bolsonaristas, objeto aqui em discussão.

² “Jair Messias Bolsonaro nasceu em Campinas (SP), em 1955. Ingressou no Exército em 1977, tendo chegado à patente de capitão. No entanto, com pouco mais de 10 anos de carreira, foi encaminhado à reserva por atos indisciplinados, inclusive pelo plano ‘Operação beco sem saída’, no qual ameaçava explodir bombas de baixa potência na Academia Militar das Agulhas Negras e em vários quartéis por reajuste salarial. Em 1988, venceu sua primeira eleição, como vereador do Rio de Janeiro. A partir disso, foi deputado federal por sete mandatos consecutivos, de 1990 até 2017. Embora tenha protagonizado atos infracionais contra as Forças Armadas, é defensor da memória da ditadura civil-militar de 1964 e tem os militares como seu principal nicho

A crise das instituições e a instabilidade de ordem social e econômica impulsionam o radicalismo político de direita no Brasil nos últimos anos, principalmente a partir de 2016 e 2018, quando se aprofundou na conjuntura nacional um processo antidemocrático que obteve novos impulsos e estímulos com a vitória eleitoral de Bolsonaro e muitos de seus apoiadores.

O bolsonarismo, enquanto movimento social regressivo e enquanto intento e ideologia regressiva, é uma manifestação deste período de crise. Obviamente a expressão bolsonarismo é um produto dos estrategistas políticos do atual presidente, mas tem capilaridade social, além de influenciadores que arquitetam diferentes formas de ativismo político nas redes sociais. São ativistas políticos que mobilizam atos e protestos com claro potencial fascistizante.

A construção de uma base de apoio fiel e acrítica ao atual presidente, radical, muitas vezes violenta e ignorante, tem a finalidade de ser instrumentalizada de acordo com os interesses de Jair Bolsonaro, e tem sido utilizada como base de legitimação de seu governo. Ignóbeis, estes são entendidos aqui como militantes de um movimento regressivo que Bolsonaro e seus apoiadores buscam fortalecer e mobilizar, como grupo de pressão em seu apoio e agenda política.

Em termos de conteúdos ideológicos, defendem um suposto nacionalismo que na prática é um mero patriotismo retórico, composto por três bases de sustentação: um postulado conservador como conteúdo moral (pauta dos costumes); uma defesa intransigente do liberalismo como orientação econômica (modelo ultraliberal) e a defesa de uma ordem político-social em que a militarização do Estado e da sociedade é um princípio importante (concepções de intervencionismo militar) (MATOS, 2020).

A correlação entre os princípios de ideologia, economia e política tem conotações diferenciadas de acordo com os perfis dos grupos de apoio ao presidente. Mas a prerrogativa de uma nostalgia ao regime militar é destaque

de apoio, pelo menos até 2012, quando supomos que ele tenha ganhado mais visibilidade e representatividade, conquistando simpatia/apoio de outros grupos, sobretudo evangélicos e parte da classe média ressentida com a esquerda/PT. [...] A maioria dos projetos apresentados no Parlamento está relacionada à segurança pública e defesa da categoria militar. [...]” (DALMONTE; DIBAI, 2019, p. 5).

para grande parte dos bolsonaristas. No entanto, nem todo bolsonarista defende uma nova intervenção e ditadura civil-militar. Denominamos, neste artigo, os que defendem essa referida ideia como ‘bolsonaristas intervencionistas’. Esse é o grupo de apoio analisado nesta pesquisa.

Para sustentar a reflexão sobre alguns dos elementos da ideologia e movimento bolsonaristas, na apologia à defesa do intervencionismo militar, são aqui apresentadas algumas exemplificações de situações de mobilização destes apoiadores do presidente, assim como discursos de Jair Bolsonaro no âmbito de apoio ao intervencionismo militar na sociedade e administração do Estado Brasileiro.

Entre “mitos” e mitologias políticas no Brasil contemporâneo, desde o projeto “Ponte para o Futuro”, *slogan* utilizado pelo governo federal com Michel Temer depois do desenvolvimento, em 2016, do Golpe de Estado (BIANCHI, 2016), observamos um rápido processo de crise das instituições democráticas representativas no país, onde poderíamos tristemente ironizar com o resgate - indevido - do lema de Juscelino Kubitschek: “cinquenta anos em cinco”, só que com saltos para trás.

Os bolsonaristas, na acepção defendida nesta análise, são entendidos como uma base de mobilização social que se faz presente em diversas cidades brasileiras em atos de protesto, carreatas e manifestações. Seja em defesa do atual presidente, defendendo o fechamento do Congresso Nacional, o fim do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a volta da Ditadura Militar. Obviamente esta última pauta, aqui enfatizada, mobiliza com maior influência a parte dos bolsonaristas que denominamos de bolsonaristas intervencionistas militares.

Nesse sentido, as afirmativas de apologia à tendência intervencionista militar são privilegiadas, nesta abordagem, através da análise de fontes primárias, conteúdos de discursos e manifestações de Jair Bolsonaro como presidente, e da mobilização de seus ativistas em entrevistas, protestos e em ações de apoio ao governo. A discussão da ideia de mito político é aqui também brevemente colocada e alguns fundamentos de teoria política são instrumentalizados para a análise do bolsonarismo no debate sobre o que pesquisadores denominam de direita radical.

AS TRÊS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS ENTRE OS BOLSONARISTAS E O MITO DO INTERVENCIONISMO MILITAR PARA A ORDEM

A distinção dessas tendências de direita, que apoiam e formam o bolsonarismo e pontos de sua agenda política, revela traços e finalidades de sua função social e fundamentos ideológicos. Assim, são portadores da defesa de uma concepção autocrática de governo.

Aqui são referenciadas algumas distinções acerca dos grupos ou tendências que caracterizam os apoiadores do presidente e seu governo, segundo dados retirados de importante pesquisa publicada no livro “Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil” (MATTOS, 2020):

Em quase todas as análises sobre a composição e o primeiro ano do governo Bolsonaro, foram destacados os diferentes grupos que o integram. Um forte núcleo militar está presente do primeiro ao quarto núcleo dos ministérios, secretarias, autarquias e fundações federais. A ele se soma um núcleo dito “ideológico” (como se os demais fossem “técnicos”), fortemente influenciado por Olavo de Carvalho, de um lado, e do fundamentalismo evangélico, de outro, que teria ocupado os postos de comando nos ministérios da Relações Exteriores, da Mulher e Família e da Educação. O terceiro núcleo é o dos economistas ultraliberais, comandados por Paulo Guedes. Aos três núcleos se somou a chancela da figura pública de maior popularidade do governo entre os setores que foram às ruas “contra a corrupção” e votaram em Bolsonaro: o ex-juiz Sergio Moro, no ministério da Justiça. (MATTOS, 2020, p. 204-205).

A função social dos conteúdos ideológicos do bolsonarismo (intervencionismo militar, pauta da moral e dos costumes e ultraliberalismo na defesa do Estado mínimo) é dar fundamento e sentido aos apoiadores do governo sobre as políticas defendidas pelo presidente, servindo como instrumento de orientação para seus apoiadores mais mobilizados e proporcionando também aos simpatizantes elementos de justificativa acerca da suposta ideia de uma superação da “velha política” (onde combate ao petismo é fator de articulação entre estas três vertentes do bolsonarismo). Na promessa retórica do início de uma “nova política” - moralmente

cristã, defensora das liberdades de mercado e da defesa da propriedade e sustentada pelas autoridades e pela ordem, garantida pelos militares.

Portanto, trata-se de uma coalizão de segmentos sociais que apoiam deliberadamente um regime de autocracia burguesa (MATTOS, 2020), por isso a desvalorização entre eles de pressupostos de uma organização institucional regulada por instituições políticas de democracia representativa ou popular. Assim, são aqui denominados de direita radical, porque se colocam à direita da direita, desdenhando dos procedimentos constitucionais, sem romper com o sistema político-eleitoral. Não sendo necessariamente tributários do fascismo.³

O dispositivo militar, no sentido de privilegiar recursos militarizados para a manutenção de uma ordem social, é então um fundamento importante que sustenta o modelo de sociedade defendido pelos bolsonaristas.

Sobre a dimensão da presença militar no governo, basta mencionar que nenhum governo desde a ditadura militar (e mesmo na maioria dos governos daquele período) teve tantos militares em cargos de primeiro, segundo e terceiro escalão nomeados pelo presidente e seus ministros quanto o de Bolsonaro. [...] (MATTOS, 2020, p. 205).

O bolsonarismo defende um modelo de regime político antidemocrático, ou seja, um regime autocrático, onde as ações do seu líder não encontrem entraves e limites constitucionais. Como são nostálgicos das políticas iniciadas em 1964, defendem uma modalidade de regime que é aqui entendido como apologia a formas de Estado de Exceção. A apologia à militarização como critério para a ordem social é explícita nas manifestações de Bolsonaro e dos bolsonaristas intervencionistas.

No entanto, a apologia à Ditadura Civil-Militar é um elemento ideológico presente desde o início da trajetória política de Jair Bolsonaro.

³ Apesar de correlações ideológicas de claro tributo chauvinista. Por exemplo, o lema de Bolsonaro e de seu governo é “Deus, Pátria e Família”, o tradicional lema apregoado pelos integralistas brasileiros desde 1932 até hoje. Nesse sentido, chamá-los de neo-integralistas faria mais sentido do que atribuir o conceito de neofacismo a Bolsonaro e os bolsonaristas. Entretanto, nenhuma destas duas terminologias nos parecem adequadas pensando o critério de particularidades e singularidades dos fenômenos históricos. Para não correremos o risco de generalizações conceituais.

Como apontaram pesquisadores que analisaram seus discursos e entrevistas desde o final dos anos de 1980:

A exaltação do militarismo é percebida desde 1986 – quando publicou seu primeiro artigo em meios de comunicação, cobrando salários mais justos para o Exército – até 2017 – quando afirmou que colocaria militares em metade dos ministérios, caso fosse eleito presidente da República. No entanto, ao longo desse tempo, os temas variaram de reivindicações salariais para defesas cada vez mais contundentes da ditadura e seus atos, inclusive com a prática de negacionismo histórico. No salvaguardo do regime, ele adota linhas de argumento nem sempre retílineas ou constantes (DALMONTE; DIBAI, 2019, p. 6).

A gênese da trajetória de Jair Bolsonaro como militar de carreira e as relações deste político durante mais de três décadas, inicialmente como vereador na cidade do Rio de Janeiro e depois com consecutivos mandatos como deputado federal, tendo em sua base eleitoral, principalmente, agentes das forças de segurança pública, policiais e militares da ativa e da reserva, além de agentes de empresas privadas de segurança, sustentando suas campanhas com a defesa da pauta da ordem, segurança e melhores salários para estas categorias profissionais, é pontuada também por outro estudo importante lançado recentemente que analisa os vínculos diretos de Bolsonaro com princípios de defesa de uma ordem a ser resguardada sob uma concepção militarizada de política e sociedade.

Bruno Paes Manso, no livro “A República das Milícias”, argumenta:

O novo mandatário, durante sua carreira militar (curta e banal) e política (inexpressiva), assumiu ideais herdados dos subterrâneos do regime militar, nos quais autoridades planejavam conflitos em segredo, compartilhados apenas entre integrantes de uma espécie de irmandade que acreditava agir em nome da salvação do Brasil. Essa cultura de heróis invisíveis, guerreiros de uma batalha inglória, surgiu nos anos sessenta e setenta nos porões da ditadura, nas batalhas das polícias e das Forças Armadas contra a guerrilha urbana e os opositores do regime. Durante o processo de redemocratização, muitos militares que participaram dos confrontos se ressentiram com as críticas de que foram alvo. Entendiam a volta da democracia

como um retrocesso, como um espaço para que esquerdistas tomassem o poder, justamente os grupos que militares e policiais haviam se dedicado tanto a combater. Bolsonaro tirou do armário este ressentimento e faria dele o mote de sua carreira política, como se fosse um infiltrado com a missão de sabotar o sistema que se formava com a Nova República [...] (MANSO, 2020, p. 257-258).

Os mitos chauvinistas que marcam presença na história política brasileira, hoje, são lembrados e justificados como fundamento ideológico de discursos do presidente e de membros do governo, assim como de apoiadores mais engajados. Eles estão reacendendo mitos e mitologias políticas, como o “anticomunismo”, defesa da militarização da sociedade para a “defesa da nação”, a concepção de uma “idade de ouro”, de um Brasil sob a ordem, a exemplo do período da chamada “revolução de 1964”, denominação dada pelos apoiadores da Ditadura Civil-Militar brasileira, numa retórica marcada pela naturalização de concepções conservadoras, no aspecto da política, e liberal, no campo da economia (DOMBROWSKI, 2020).

O conceito de Mudde de “direita radical” (MUDDE, 2021, 2019, 2016) é válido para a análise e conceituação no campo da ciência política para fundamentar o Bolsonarismo. Denominá-los de “direita radical” pode parecer um pleonasma, mas, nos estudos de Cas Mudde sobre partidos políticos da direita radical, este conceito é empregado para fazer distinção de partidos, movimentos e políticos que são chamados de forma generalizante de extrema-direita. A direita radical não faz apologia direta ao fascismo, nazismo ou ideologias congêneres que marcaram as experiências clássicas. A direita radical também é diferente de partidos de direita tradicionais ou de centro-direita. Na prática, são aqueles partidos e organizações que se colocam como antiestablishment e têm proposições denominadas antidemocráticas.

DEFESA DA MILITARIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS APOIADORES DO GOVERNO

Alguns casos de mobilizações e atos de protestos, impulsionados por Bolsonaro e seguidos por seus apoiadores durante os últimos três anos, são aqui exemplificados para destacar como as ações da direita radical brasileira foram impulsionadas na conjuntura de crise política nacional contemporânea. Assim como alguns pronunciamentos do presidente e dados de entrevistas de seus apoiadores em que a apologia ao intervencionismo e o ataque a instituições são claramente evidenciados. Dessa forma, as afirmações do atual presidente e o ativismo político de seus apoiadores são evidências inequívocas de posicionamentos de confronto e ataques às instituições representativas. Elemento que colabora com a tese do bolsonarismo como exemplo contemporâneo no Brasil do que o debate acadêmico denomina como direita radical.

Entre o início de 2020 e 2021, Jair Bolsonaro e os bolsonaristas obtiveram repercussão com muitas manifestações de atos de protesto contra instituições públicas e em apoio ao governo. Destacam-se, no período, as comemorações do “dia do soldado”, 19 de abril de 2020, no qual, em muitas cidades brasileiras, ocorreram atos a favor do fechamento do Congresso e do STF e de uma ditadura militar com a permanência do atual presidente no cargo de comando do país. (G1, 2020).

No dia 31 de maio de 2020 (GARCIA; FALCÃO, 2020), ocorreram mais manifestações em Brasília onde apoiadores do governo, vestidos de verde e amarelo, realizaram carreatas e marchas até a esplanada dos ministérios e se aglomeravam para ver e ouvir seu “mito”. Foram muitos os cartazes e palavras de ordem contra o STF, o congresso e, tema constante, a defesa por uma nova intervenção militar, com Bolsonaro na presidência, conforme apontado acima.

Estas mobilizações públicas, previamente organizadas e esteticamente articuladas, poderiam soar como um elemento isolado, já que numericamente estão longe de serem consideradas “manifestações de massa”. Mas, no contexto atual, são dados de evidências de uma conjuntura crítica.

Nos referidos atos e manifestações, um dos temas centrais do pensamento do teórico nacional-socialista alemão Carl Schmitt obteve vigor: a teoria amigo-inimigo. Nessa perspectiva, é necessário eliminar os inimigos internos e externos para garantir ao poder soberano a manutenção da ordem por meios discricionais. O poder soberano é maior do que a constituição e a neutralização dos adversários conforme Carl Schmitt define o conceito político (SCHMITT, 1992).

Neste cenário, que poderia ser ilustrado com imagens do cineasta Ingmar Bergman, no filme “O ovo da serpente”, os fatos de manifestações em defesa de um novo intervencionismo militar, no atual contexto brasileiro, são observados em diferentes atos e protestos dos apoiadores de Jair Bolsonaro.

A banalização do discurso intervencionista militar é popular hoje, a ponto de o atual Presidente da República participar de um ato em Brasília organizado em apoio ao retorno da Ditadura Civil-militar e do fechamento do Congresso Nacional, no referido dia 19 e abril de 2020, dia do soldado. Assim, foram também organizados atos semelhantes orquestrados nos dois finais de semana seguintes, dias 26 de abril e 03 de maio, em Brasília e em outras capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O ato de protesto dos bolsonaristas do dia 19 de abril de 2020, na capital federal, foi bastante repercutido pelos meios de comunicação (G1, 2020), principalmente pelos telejornais. Contando com a presença do atual presidente ovacionado sob a denominação de “mito” nos atos de Brasília. Outros atos, com reproduções miméticas, assim como carreatas de apoio ao presidente em diferentes cidades do país, foram realizados com periodicidade entre 2020 e 2021.

Na ocasião do “dia do soldado”, negando apologia à ditadura e afirmando respeito às Forças Armadas, Jair Bolsonaro afirmou que sua presença na manifestação foi apenas uma homenagem aos militares. Na manhã de 19 de abril, glomeradas em frente ao QG do Exército na capital federal, algumas centenas de apoiadores ovacionaram o discurso do “mito”. Os manifestantes ouviram seu “mito”, aglomerando-se e sem máscaras em época de restrições devido à pandemia do coronavírus, discursando sob gritos e manifestações de apoio, com dizeres dos manifestantes como “Fora

Maia”, “Fecha o Congresso”, “A nossa bandeira jamais será vermelha” e “Feche o STF”. Além de vários cartazes com frases como “Intervenção militar já” e “A voz do povo é soberana. Somos todos bolsonaristas” (G1, 2020). No discurso, também divulgado na internet pelas redes sociais do presidente, ele afirmava:

Eu estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aqui porque acreditam no Brasil. Nós não queremos negociar nada. Nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou para trás. Nós temos um novo Brasil pela frente. Todos sem exceção no Brasil têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte, para que possamos colocar o Brasil no lugar que ele merece. Acabou a época da patifaria. Agora é povo no poder. Mas do que um direito, vocês têm obrigação de lutar pelo país de vocês. Contem com seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para que nós possamos manter a nossa democracia e manter aquilo que é o mais sagrado para nós que é a nossa liberdade. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. Tenho certeza, todos nós juramos um dia dar a vida pela pátria. E, vamos fazer o que for possível para mudar o destino do Brasil. Chega da velha política agora. Agora é o Brasil acima de tudo e deus acima de todos.⁴

Nas semanas de abril e maio de 2020, que transcorreram de forma atípica devido ao início da quarentena imposta pela pandemia de COVID-19, ocorreram muitas manifestações e carreatas pela reabertura do comércio em diversas cidades (fechado devido à pandemia), além de atos e manifestações pelo fechamento do STF e do Congresso Nacional, que proporcionaram novos holofotes para os camisas verde-amarela que têm na palavra “mito” a expressão de sua crença e apoio ao presidente (BORGES, 2020).

Outra iniciativa de mobilização na busca de projeção da imagem atuante do presidente, criada pelos assessores e administradores de sua campanha, são os encontros matinais com apoiadores e alguns jornalistas, quando geralmente Jair Bolsonaro comenta temas polêmicos dos

⁴ FACEBOOK. Jair Messias Bolsonaro. Live. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

acontecimentos nacionais e internacionais, testando sua popularidade e limites diante das quebras de protocolo e afrontamento às regras e normas institucionais e constitucionais que seu papel exige. (CORREIO DO POVO, 2020).

A partir de 2021, as manifestações do atual presidente com apoiadores em passeios com motocicletas em diferentes cidades foram motivos para críticas e alusões a imagens de Mussolini utilizando-se dos mesmos artifícios de propaganda em busca de popularidade (PALACIO, 2021).

Na pesquisa intitulada “Bolsonarismo em crise?”, as pesquisadoras Camila Rocha e Esther Solano (2020), através de pesquisas qualitativas com entrevistas realizadas com eleitores de Bolsonaro, registraram a avaliação dos apoiadores do presidente. Os entrevistados foram divididos em categorias, como “eleitores fiéis, críticos e arrependidos”.

O argumento central das pesquisadoras é que mesmo pesquisas apontando a perda de apoio, Bolsonaro ainda mantém uma base estável na defesa de seu governo. Entre os temas elencados nas entrevistas a questão da intervenção militar foi destacada:

Finalmente, quando questionados sobre um possível fechamento do Congresso, existem aqueles que se dizem contrários porque isso significaria uma ditadura: ‘Não, não, ditadura nunca. Eu já acho ele um pouco ditador. Eu conheci gente que viveu na ditadura e não quero isso de volta, isso nunca, por isso me preocupo com tantos militares no governo.’ (Mulher, 59, apoiadora crítica).

Outros defendem a medida porque acreditam que o Congresso seria apenas um antro de corrupção que atrapalharia o governo do presidente e que, portanto, deveria ser alvo de uma “limpeza geral”. E, nesse sentido, é interessante observar que enquanto alguns falam abertamente da necessidade de uma intervenção militar, outros não estabelecem uma relação direta entre o fechamento do Congresso e o início de uma ditadura, mas sim com a possibilidade de que a política no país pudesse recomeçar “do zero”. Chama a atenção, inclusive, que mesmo aqueles que estão arrependidos de terem votado em Jair Bolsonaro gostariam que o Congresso fosse fechado, tamanha a insatisfação com seu desempenho. (ROCHA; SOLANO, 2020, p.10).

Os dados colaboram com a interpretação aqui defendida de que o componente do intervencionismo militar é um elemento importante entre parte dos bolsonaristas, porém, os posicionamentos intervencionistas não representam um posicionamento hegemônico entre os bolsonaristas:

‘Se toda a política fosse para o lado militar eu acho que o Brasil iria pra frente. Sou a favor de fechar o Congresso e o STF. Com o Bolsonaro no poder.’ (Homem, 36, bolsonarista fiel) ‘Eu sou a favor também do fechamento. Acho que pra mim não são os filhos que tão impedindo o Bolsonaro, pra mim é o Congresso mesmo, porque nada se aprova.’ (Homem, 35, bolsonarista fiel) ‘Eu também acho que deveria fechar sim, o cara não pode trabalhar, não se respeita o presidente, não tem como, tem coisa por trás.’ (Homem, 32, bolsonarista fiel).

‘Eu acho que não é ditadura. Fecha o Congresso, mas não é para sempre, aí arruma as coisas e depois volta, mas tem que ter uma limpeza geral.’ (Mulher, 45, bolsonarista fiel) ‘Democracia é o direito de todos. Mas o problema é que o país está corrompido em todos os seus pilares. Então, é como se você tivesse uma casa velha. Você tem que derrubar, começar o alicerce de novo e fazer tudo de novo. Isso demora tempo. Se fizer isso logo, rápido, na próxima eleição está tudo normalizado e você entrega o país novamente para o povo e dá continuidade à vida.’ (Homem, 56, bolsonarista fiel) ‘Eu concordo com isso. Enquanto não tirar os caras vai continuar a mesma coisa. Quando um cara chega lá e tenta fazer mudança, ele vai ser barrado, então não vai ter governo. Pra mim o militarismo devia sim intervir, devia prender os caras e devolver o país pro Bolsonaro, aí ia estar bom’. (Homem, 34, apoiador crítico) Se os militares escolherem um cara idôneo, íntegro, tudo bem fechar, pra limpar nossas casas, dedetizar, tirar tudo o que tá arraigado e começar do zero. Mas fechar pra largar um que tá defendendo os filhos aí eu sou contra.’ (Homem, 45, arrependido) ‘Na minha opinião tem que ser fechado, o Jair tem todos os seus defeitos, mas é um cara que quer fazer algo e as pessoas impedem, e quem faz isso é o Congresso. Então deveria fechar, deveria fazer alguma coisa, porque do jeito que tá a situação vai piorar.’ (Homem, 41, arrependido). (ROCHA; SOLANO, 2020, p.10).

A relação à apologia ao regime militar e à valorização da ordem é evidenciada na “live” realizada pelo presidente no dia 29 de julho de 2021. Nessa ocasião, Bolsonaro alegou irregularidades e supostas fraudes nas últimas eleições presidenciais defendendo o fim do voto eletrônico para as eleições de 2022:

[...] Não tem preço narrar o que eu sinto quando eu desço em um aeroporto e sou aclamado pelo povo que vai lá de graça, que vai com a camiseta verde amarela. Nas andanças por aí eu vejo brilhar os olhos do General Augusto Heleno de ver a sua pátria tomada pelas cores verde e amarela [...]. Nós conseguimos trazer de volta o patriotismo ao povo brasileiro. E tem gente incomodada com isso. Quer destruir isso. Usando as armas da democracia. O povo não vai permitir isso. E digo a vocês que meu exército é o povo brasileiro. O exército verde oliva, é o exército do Brasil. Também nunca faltou quando a nação assim chamou as Forças Armadas. A história viveu momentos difíceis. Mas, a nossa liberdade foi preservada. Onde as Forças Armadas não acolheram o chamamento do povo, o povo perdeu sua liberdade. Orgulho de minha marinha, do meu exército e da minha aeronáutica. Orgulho das forças de segurança nacional, das polícias militares, polícias civis. [...] Está em nossas mãos o futuro da nossa pátria. Nossa redenção está em nossas mãos. Sou o “messias”. Mas, quero jogar nas quatro linhas da constituição. [...].⁵

Os ataques constantes às instituições e a crise da democracia representativa no Brasil sob o governo Bolsonaro podem também ser exemplificados em outros acontecimentos que impulsionaram grandes expectativas de seus apoiadores mais diretos, como as mobilizações de protestos no feriado nacional de Sete de setembro de 2021. O jornal BBC Brasil, em reportagem publicada no dia das manifestações, fez uma síntese das afirmações de Bolsonaro durante o ato de 7 de setembro, em Brasília:

O presidente Jair Bolsonaro fez uma série de ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à democracia nesta terça-feira (7/9) em discurso na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para manifestantes que se reuniram no 7 de Setembro para apoiar o governo.

⁵ YOUTUBE. Live da Semana - Presidente Jair Bolsonaro. 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY>. Acesso em: 30 jul. 2021.

“Não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos Três Poderes continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil”, disse Bolsonaro em referência ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, que determinou nesta segunda (5/9) a prisão de apoiadores do presidente que publicaram ameaças ao tribunal e a seus membros.

“Ou o chefe desse Poder enquadra o seu ou esse Poder pode sofrer aquilo que não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada Poder da República”, completou Bolsonaro, conclamando o presidente do STF, Luiz Fux, a interferir nas decisões de Moraes - algo que seria inconstitucional. [...] (BBC Brasil, 2021).

A cobertura da grande mídia dos atos de apoio a Bolsonaro e seu governo repercutiu nos meios de comunicação como telejornais, canais da internet e redes sociais, principalmente nas mídias controladas por Bolsonaristas.

Foram organizadas carreatas até Brasília, acampamentos de apoiadores na Esplanada dos Ministérios, se arquitetou uma paralisação dos caminhoneiros, em parte cumprida, representantes do agronegócio enviaram máquinas agrícolas para a capital federal para bloqueios, em um teste de mobilização do Bolsonarismo em nível nacional. Pois, além de uma grande manifestação no Distrito Federal, também atos de apoio ao governo ocorreram nas principais cidades do país, como São Paulo, na avenida Paulista, na cidade do Rio de Janeiro e dezenas de atos que ocorreram em cidades do interior em diferentes estados.

Seguindo pontos de destaque da fala do presidente no ato de 7 de setembro, em Brasília, ressalta-se o tom de ameaças e a busca de apoio por parte dos setores militares dentro do governo:

“Não queremos ruptura, não queremos brigar com Poder algum, mas não podemos admitir que uma pessoa coloque em risco a nossa liberdade.”

Em cima de um carro de som, diante de manifestantes que vestiam verde e amarelo, Bolsonaro usou repetidas vezes o argumento de que a Constituição Federal estaria sendo ferida por outro Poder.

Mas ele próprio fez ameaças que, se concretizadas, significariam violações graves da Constituição.

“Nós todos na Praça dos Três Poderes juramos respeitar a nossa Constituição. Quem age fora dela se enquadra ou pede para sair”, disse, acrescentando que as manifestações do 7 de Setembro são um “ultimato” aos Poderes da República.

“Peço a Deus coragem para decidir. Não são fáceis as decisões. Não escolham o lado do conforto. Sempre estarei ao lado do povo brasileiro. Esse retrato que estamos tendo nesse dia é de vocês. É um ultimato para todos que estão na praça dos Três Poderes, inclusive eu, presidente da República, para onde devemos ir”, declarou.

No carro de som, bem ao lado de Bolsonaro, presenciando as ameaças do presidente, estava o ministro da Defesa, general Braga Netto.

“Eu jurei um dia, juntamente com (o vice-presidente) Hamilton Mourão, juntamente com Braga Netto, darmos nossa vida pela pátria. Vocês, se não fizeram esse juramento, fizeram outro igualmente importante: dar a sua vida pela sua liberdade”, declarou Bolsonaro.

“A partir de hoje uma nova história começa a ser escrita aqui no Brasil. Peço a Deus mais que sabedoria, força e coragem para bem presidir”, completou, sendo aplaudido por Braga Netto e demais ministros. (BBC Brasil, 2021).

Os embates de Bolsonaro contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também devem ser mencionados como exemplo de crise no Brasil. Pois, depois de eleito, o presidente buscou deslegitimar o processo eleitoral, os sistemas de votação eletrônica e o TSE numa postura que flertava com formas de intervenção e suplantação dos pressupostos jurídicos que respaldam as instituições representativas. Como no final de mês de julho de 2021, em que Bolsonaro realizou uma “live” em rede nacional questionando o sistema eleitoral brasileiro fundamentando informações falsas, as denominadas “Fake News”.

A repercussão foi grande e o próprio Senado se manifestou contra o presidente em notícia divulgada pelo site oficial “Senado Notícias” com a

manchete: “Senadores classificam live de Bolsonaro sobre urna eletrônica como ataque à democracia”.

Senadores criticaram, pelas redes sociais, live realizada pelo presidente Jair Bolsonaro em que ele voltou a dizer, que houve fraude nas eleições de 2018. Para eles, a transmissão ao vivo feita na noite de quinta-feira (29) foi “constrangedora”. E a classificaram como um “grave” ataque ao sistema democrático brasileiro. (AGÊNCIA SENADO, 2021).

As referências aqui articuladas de discursos do presidente e a cobertura da imprensa a acontecimentos importantes nesta conjuntura de crise que marca as instituições e a sociedade brasileira visam dar subsídio, através de fontes primárias, ao argumento central desta pesquisa de que a direita radical, base do Bolsonarismo, é impulsionada pelas ações e afirmações de Bolsonaro numa orientação antidemocrática, muito característica dessa vertente política.

As afirmações do atual presidente buscam mobilizar seu grupo de apoio principal, os bolsonaristas, em atos de protesto e mobilizações para dar legitimidade e sustentação popular ao governo e ao chefe do executivo.

A função social dos mitos políticos como o apelo de retórica nacionalista para o combate à ameaça dos inimigos internos, a suposta ameaça comunista, a defesa das tradições, moral e costumes, a garantia e a defesa da ordem, a confiabilidade do papel do líder e de algumas instituições, como as Forças Armadas, são, no Brasil contemporâneo, instrumentalizadas de forma articulada pelo presidente e seus apoiadores mais diretos, dentro e fora do governo, numa ameaça constante às instituições democráticas representativas.

MITOS E MITOLOGIAS POLÍTICAS

A palavra mito ganhou conotação popular e é atributo repetido pelos apoiadores do (Jair) “messias”, o qual prometeu salvar o Brasil em nome de “deus” e da “nação”, vencer a guerra contra a esquerda, o denominado “marxismo cultural” e o chamado “globalismo”.

A ideia da construção da imagem do “mito” é resultado e produto de uma articulada campanha eleitoral e publicitária que busca enaltecer e projetar a imagem do atual presidente, como manifestação de um homem no combate, contra os “inimigos internos da nação”, através da construção de uma mitologia marcada pelo patriotismo, tradição e ordem e segurança, que é uma remasterização da “Doutrina de Segurança Nacional” com valores liberais e conservadores.

Mitos e mitologias de “soldados” prontos para obedecer às ordens do líder em direção à “defesa da nação”. Assim, os bolsonaristas militantes se apresentam, no nível da retórica, como defensores da pátria, entendida como ameaçada por seus inimigos, internos e externos.

Os bolsonaristas, entretanto, banalizam e desconhecem o sentido das palavras. O significado da palavra “mito”, advindo do latim *mythos*, tem como origem a acepção de fábula, história. Em dicionário especializado, é relacionada à ideia de uma narrativa de características fantásticas, é uma crença sobre alguém dotado de capacidades extraordinárias, marcando a ideia de um tempo heroico, uma idade de ouro, ou, no sentido pejorativo, o mito também é entendido como a concepção de um conhecimento incorreto ou incompleto sobre um fenômeno.

Narrativa de teor fantástico e simbólico, normalmente com personagens ou seres que incorporam as forças da natureza e as características humanas. Algo ou alguém cuja existência não é real ou não pode ser comprovada. Crença construída sobre algo ou alguém; mitologia [...]. Ocorrência ou ação extraordinária, fora do comum, normalmente excessiva e deturpada pela imaginação ou pela imprensa. [Pejorativo] Conhecimento inverídico e sem fundamento [...] Relato sobre fatos e tempos heroicos que, normalmente, carregam certo teor de verdade. Forma representativa de fatos ou ícones históricos, idealizados pela literatura oral e escrita: Expressão figurada, não real, de qualquer outra coisa; alegoria. Modo idealizado de representar um momento, passado ou futuro, da humanidade. Etimologia (origem da palavra mito). Do latim *mythos*; *mythus*. “fábula, história”. (DICIONÁRIO AURELIO (ONLINE), 2020).⁶

⁶ MITO. *Dicionário Aurelio (online)*. 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

O pesquisador Luis F. Miguel, no artigo “Em torno do conceito de Mito Político”, argumenta que, na linguagem corrente e convencional, a palavra mito designa uma “ideia falsa” ou uma “imagem simplificada da realidade”. Segundo o autor, “o seu campo semântico é o da mentira” (MIGUEL, 1998, p. 01). Mas, tratando-se de mitos políticos, a reflexão e a explicação dos fatos ou das ideias é permeada por uma relação de “julgamentos factuais” e “juízos de valor”. A interpretação e análise da realidade social é sempre um campo de disputa entre tendências políticas.

Para o referido autor, também é necessário pontuar uma possível interpretação contraposta à aceção do mito como “ideia falsa”, além da perspectiva antropológica e histórica da categoria do mito, como uma forma diferente do pensamento lógico e científico, a exemplo das relações entre “sagrado e profano” e da funcionalidade dos mitos para a coesão social. Mas a especificidade dos mitos e mitologias políticas pode ser pensada também na dimensão de antagonismo, choque ou conflitualidade que exerce contra outras explicações que se quer contrapor.

Mistificação é o processo de construção de uma lógica argumentativa que busca falsear a realidade para a construção ou legitimação de um ícone (uma ideia, um indivíduo, uma instituição), para exercer um fato de mobilização social, para estimular antagonismos contra os inimigos. Na conjuntura contemporânea, estas intencionalidades são efetivadas por operações em que instrumentos da comunicação, marketing e publicidade possibilitam novos potenciais para a construção de mitos políticos com grande influência através dos meios de comunicação de massa e das táticas e estratégias no campo das disputas eleitorais. Segundo Miguel (1998, p. 2), “Ao eliminar a história, o mito despolitiza o objeto, não se pode deixar de chamar a atenção o próprio contraste entre a função política do mito e a forma despolitizada que ele se apresenta ostensivamente”.

O mito político é uma potente força para mobilização e ação política, e, conforme Miguel (1998), um de seus elementos constitutivos é a recusa da razão. O autor nos lembra que as disputas por juízos de valor não são passíveis de resolução pela lógica (MIGUEL, 1998, p. 06).

O mito do complô é um elemento caro numa reflexão sobre os fundamentos que sustentam mitos políticos, nesta dimensão, é a valoração da ideia de uma suposta “unidade perdida” dentro de uma percepção “orgânica do corpo social” que deve ser protegida. Para o autor, estas retóricas que sustentam a busca pela “unidade perdida” e a aversão ao conflito ou à alteridade marcam uma característica importante que sustenta os mitos políticos: “ele é a forma política da rejeição a política.”. (MIGUEL, 1998, p. 09). O mito utiliza esta rejeição aos procedimentos políticos como arma dentro das próprias disputas políticas. O “mito Bolsonaro”, como aparência “fenomênica”, sintetiza a regressividade de nossa sociedade e cultura contemporâneas.

Para Chauí:

O que é um mito? Um mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa [...]. A palavra mito vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: do verbo *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar). Para os gregos, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador. E essa autoridade vem do fato de que ele ou testemunhou diretamente o que está narrando ou recebeu a narrativa de quem testemunhou os acontecimentos narrados. [...] Sua palavra - o mito - é sagrada porque vem de uma revelação divina. (CHAUÍ, 2000, p. 29).

As considerações no campo da história da filosofia apresentadas por Chauí (2000) nos são úteis, não para pensar e problematizar a tentativa de construção da imagem “mito”, mas sugere, também, a ideia do “mito” como enviado, como redentor. Como aquele que vai, supostamente, superar o que eles chamam de “velha política”. Para os militantes de matizes da direita radical os pressupostos ideológicos da restauração da ordem e a crença na autoridade redentora dos seus líderes é inquestionável. Uma lógica binária e maniqueísta.

Os denominados bolsonaristas representam o grupo de maior relevância para ações de apoio e mobilização, úteis para a divulgação de pautas e agendas de interesse do atual governo e de seus financiadores (empresários e políticos profissionais que apoiam Bolsonaro por interesse em cargos e obtenção de verbas orçamentares).

Os bolsonaristas, mesmo sendo um grupo heterogêneo (conservadores, ultraliberais e intervencionistas militares), atuam como grupo de pressão ao critério das pautas que o presidente busca afirmar e defender. Pois suas posições, no campo de política e da economia, oscilam na mesma proporção que oscilam os integrantes do atual governo.

Os bolsonaristas apenas obedecem. E a importância do grupo reside na possibilidade de mobilização. Sua forma de ativismo, na busca por projeção, é proporcionada por uma tática de ações de protesto em atos públicos, numa luta midiática de compartilhamento de imagens, vídeos, falsas notícias (*fake news*). Mas a condução por seus apoiadores em atos orquestrados ao estilo ‘flash mob’ se destaca. São um grupo de mobilização para defesa de pautas do governo e ações em atos de protesto, como apontado.

Eles aprenderam com as experiências das manifestações das direitas, desde 2014, que o ativismo se organiza em rede. E, suas forças de mobilização são orientadas para formas de organização e ações diretas contra seus antagonistas, através de mobilizações articuladas em redes, visando influenciar a opinião pública e se projetando também nas manifestações em atos de protestos presenciais por todo o Brasil.

Para Chauí (2000, p. 30): “O mito é, pois, incontestável e inquestionável.” Assim, Chauí (2000) afirma que o mito usa a linguagem da genealogia para explicar a origem das coisas. Dessa maneira, a explicação dos fenômenos sociais e históricos são explicados por mitos fundantes.

No nosso caso contemporâneo, a explicação se tornou popular. Estávamos, segundo a retórica bolsonarista, a caminho de uma “ditadura totalitária”, em que o “Fórum de São Paulo” e o Partido dos Trabalhadores representavam uma ameaça a ser combatida.

Como na época dos anos 1960, no contexto nacional contemporâneo, as instituições públicas são acusadas de corrupção. O discurso era na década de 1960 e é também hoje em torno do “eminente perigo comunista”, que exige medidas excepcionais para a garantia da ordem a fim de reestabelecer a defesa da garantia da autoridade.

O argumento da falência dos partidos e da chamada “velha política” e da necessidade de um retorno a uma “época de ouro”, em que a ordem era mantida e a “nação era forte”, subsidia a retórica deste “mito” do Brasil da defesa da ordem e da segurança sob o governo Bolsonaro. E se a ordem dos “anos de chumbo” da Ditadura civil-Militar, de 1960 a 1980, é considerada por seus apoiadores como “eficaz”, é porque resgata, segundo seus proselitistas, o “espírito” dos tempos “imemorais de Caxias”, dos militares do Brasil Império e do início da Primeira República. Os militares, portanto, devem reocupar a posição de organizadores e defensores da “Nação”, segundo a retórica do atual governo e seus apoiadores (G1, 2020).

Dessa forma, a cosmologia que sustenta uma explicação e uma visão mítica do mundo, segundo Chauí (2000), como citado, é formado por genealogias que explicam a “natureza” e “origem” dos fenômenos:

Vemos, portanto, que o mito narra a origem das coisas por meio de lutas, alianças e relações entre forças sobrenaturais que governam o mundo e o destino dos homens. [...] Como os mitos sobre a origem do mundo são genealogias, diz-se que são cosmogonias e teogonias. A palavra gonia vem de duas palavras gregas: do verbo gennaio (engendrar, gerar, fazer nascer e crescer) e do substantivo genos (nascimento, gênese, descendência, gênero, espécie). Gonia, portanto, quer dizer: geração, nascimento a partir da concepção sexual e do parto. Cosmos, como já vimos, quer dizer mundo ordenado e organizado. Assim, a cosmogonia é a narrativa sobre o nascimento e a organização do mundo, a partir de forças geradoras divinas. (CHAUI, 2000, p. 31-33).

A cosmogonia sustentada pelo *slogan* do atual governo federal; “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, ou, “Deus, Pátria e Família” representa a explicação sobre a genealogia da “nação” executada pela propaganda política oficial do governo, evidencia a instrumentalização

da retórica de um “Brasil grande” e “gigante por natureza”, que tem o compromisso com as “democracias cristãs ocidentais”, contra o “perigo do comunismo” e dos “inimigos da nação”. A exaltação da expressão “Deus acima de todos”, legitima-se em um ordenamento social baseado em fundamentos ufanistas e teocráticos que são valorados como singularidade frente à chamada “velha política” dos “partidos tradicionais”, à “crise dos costumes”, assim como, à necessidade de “defesa das tradições”.

DIREITA RADICAL NO BRASIL

Os Bolsonaroístas, enquanto grupo de mobilização do governo através da articulação de apoiadores de diferentes cidades e regiões, exercem, como uma força política de caráter conservador nos costumes e liberal na economia, uma agenda política composta por temas e interesses de grupos heterogêneos da direita radical brasileira. Defendem pautas e temas como: luta contra o direito ao aborto, a defesa do Escola sem Partido, contra a “ideologia de gênero”, a favor do revisionismo histórico, ao legitimar a violência do período da Ditadura Civil-Militar, e o combate à corrupção.

A direita radical se coloca em discurso como antissistema, mas não abre mão de adequações que permitem sua participação em disputas eleitorais, e necessariamente não faz apologia ao fascismo histórico, apesar de apresentarem agendas políticas antidemocráticas em torno de questões políticas e culturais (COMPARATO, 2014; DALMONTE; DIBAI, 2019; MUDDE, 2021, 2019, 2016; NORRIS, 2005).

O bolsonarismo é aqui interpretado a partir do conceito de direita radical (MUDDE, 2021) ao refletirmos sobre ações de mobilização e protestos, as formas de comunicação, vocábulos e ideias que fazem parte dos valores que buscam defender, dessa maneira, considera-se que o termo conceitual é adequado. A mobilização e a pauta do intervencionismo militar são elementos de sustentação do conceito em questão, entre outros temas e polêmicas em torno das ações do presidente Bolsonaro e de seus apoiadores mais aguerridos e mobilizados - os bolsonaristas. Obviamente o conceito de *direita radical* é uma tipologia conceitual, com limites característicos dos debates acadêmicos, entretanto, nos parece útil para a

intenção de denominar o bolsonarismo nos marcos destes quadros teóricos em voga nos estudos sobre as direitas, suas políticas e ideologias.

A nostalgia pelo Regime Civil-militar, as homenagens a militares como Brillhante Ustra, a preferência por quadros técnicos no executivo oriundos do meio militar e não civil, gerando uma militarização e aparelhamento do Estado por militares da ativa e da reserva, do alto a baixo escalão, proporcionam elementos para aplicação do elemento da defesa do intervencionismo militar como componente importante da ideologia bolsonarista. A defesa da militarização da sociedade e do Estado é um ponto de destaque desta expressão e vertente da direita radical brasileira. Portanto, o conceito de “direita radical” é pertinente para pensarmos conceitualmente as afirmações feitas pelo atual presidente e seus seguidores, saudosistas de 1964, com mitologias a respeito da segurança, defesa ordem e costumes para um “Brasil acima de todos”.

Um elemento é fato comprovado: os protestos de apoio ao atual presidente, em defesa do fechamento do Congresso Nacional e do STF, além de uma nova intervenção militar, têm, entre seus organizadores e patrocinadores, como bases de liderança, membros da cúpula do governo, empresários e um forte apoio de militares da ativa e da reserva, conforme apontam canais da imprensa e jornais de grande circulação (BORGES, 2020).

Bolsonaro, enquanto político, tem retórica, discurso e propaganda com princípios que visam sustentar uma imagem de um antiestablishment (contra a democracia representativa e o respeito aos pressupostos constitucionais) e revisionista (revisionismo histórico numa releitura positiva e apologética ao Regime Civil-militar).

Em termos de opções políticas, o modelo preferencial de regime político é exemplificado na sua nostalgia por Regimes de Estados de Exceção, como o iniciado em 1964. Assim, ele pode ser considerado, segundo a terminologia proposta por Cas Mudde, um “radical de direita”, pois flerta e apoia o período da Ditadura Civil-Militar, e, ainda hoje, manifesta apoio e defesa a concepções intervencionistas militares. O Bolsonarismo aposta

num modelo de autocracia burguesa tutelada pelos policiais e militares (MATTOS, 2021).

Em seus pronunciamentos e medidas nestes três primeiros anos de mandato, deixou evidências claras de que o “mito” é antidemocrático e os bolsonaristas, sua base de apoio, são um grupo de pressão instrumentalizado para impulsionar a imagem do presidente e legitimar suas ações. Mas em detrimento do país, através de uma apologia ao retorno de uma ordem militarizada.

Para Cas Mudde (2021), na atualidade, políticos e partidos de centro-direita e conservadores acabaram por aderir a pontos das agendas políticas da direita radical. Diferente, segundo ele, da extrema-direita tradicional da segunda metade do século XX que ocupava posição marginal nos sistemas políticos:

A diferença não está tanto no que a direita radical oferece. Na raiz, não se pode dizer que Trump seja menos radical e extremista que Bolsonaro ou Le Pen. A diferença é o papel da extrema direita dentro do contexto político mais amplo no que chamo de terceira onda, da qual Jean-Marie Le Pen é um ótimo exemplo. Na época, a extrema direita estava obtendo sucesso eleitoral com suas opiniões, mas os atores políticos eram vistos como corpos estranhos, o que é radicalmente diferente hoje. Não apenas as ideias da extrema direita se tornaram a corrente principal, mas os próprios atores radicais fazem parte do mainstream. Tanto Bolsonaro quanto Trump são ou foram os presidentes. Isso faz com que eles mudem as políticas diretamente. O ponto principal é que há países nos quais a extrema direita não está no governo, mas suas ideias são defendidas por partidos convencionais. É a transformação de partidos conservadores em direita radical. Os conservadores encampam ideias da direita radical. (MUDDE, 2021).

A interpretação aqui sustentada é que existe hoje uma normalização e uma integração maior nos sistemas representativos de vitórias eleitorais de partidos ou políticos que se colocam numa posição abertamente contrária a pressupostos constitucionais e a normas democráticas. É o que Cas Mudde denomina de quarta onda dos partidos e políticos da

direita radical (MUDDE, 2016) que agora não são marginais no sistema e ocupam posições de poder, normalizando pontos antidemocráticos de sua agenda política.

A normalização de questões consideradas restritivas e regressivas em relação a minorias étnicas ou políticas, o revisionismo de questões históricas como a apologia a regimes ditatoriais, o nativismo e a xenofobia, a pauta dos temas relativos à moral e aos costumes, são exemplos de pontos das agendas políticas de líderes e partidos da direita radical, de acordo com o quadro teórico e as fontes primárias aqui referenciadas sobre o assunto. Segundo as considerações colocadas, a principal ação da direita radical é trazer temas e pontos, outrora considerados inadequados, antidemocráticos ou ilegais, para o debate público, influenciando os partidos conservadores tradicionais e de centro-direita que começaram a encampar as ideias da direita radical em seu discurso convencional (MUDDE, 2021).

CONSIDERAÇÕES

Nesta conjuntura no Brasil, iniciativas de mobilização em “defesa da pátria”, com mitos e mitologias que buscam legitimar formas autocráticas e Estados de Exceção, ocorrem de modo a normalizar pressupostos autocráticos. Como no exemplo dos posicionamentos de defesa do intervencionismo militar e as críticas a instituições representativas.

Os bolsonaristas permanecem fiéis ao seu presidente neste último ano de sua desastrosa gestão, ainda sob a defesa de mitos como o perigo comunista, defesa dos valores cristãos, defesa de um modelo ultraliberal, apologia à manutenção da ordem social pelas Forças Armadas e a infalibilidade do líder. Os temas da agenda política do grupo influenciam o debate político e os partidos tradicionais de direita.

Os apoiadores do presidente, os bolsonaristas, buscam se firmar como grupo de pressão e de apoio para mobilização em defesa da agenda política de Bolsonaro. São expressão da direita radical no Brasil, exercendo ressonância, como em outros países, para a defesa de uma agenda política antidemocrática, porém, não rompendo ou negando o sistema político.

Se colocam como antiestablishment, sem romper com o jogo eleitoral e a disputa por cargos eletivos. Mas, como consequência, radicalizam debates e protestos com a defesa de pressupostos inconstitucionais e fazendo apologia a uma ordem de fundamentos autocráticos.

Bolsonaro e seus seguidores, os bolsonaristas, aqui são denominados a partir do conceito de “direita radical”, conforme fundamentado, seguindo referências conceituais em voga no debate acadêmico de alguns autores que se debruçam sobre o tema extremismo político das direitas. O conceito é aplicado para instrumentar a crítica de caráter científico ao objeto deste estudo: Bolsonaro e os bolsonaristas intervencionistas. Além das figuras do atual presidente e de seus apoiadores mais entusiastas e acríticos, dentro de cargos importantes do executivo e legislativo, existem também bolsonaristas fiéis, dentro de instituições da administração pública do governo federal, no legislativo e nos governos estaduais. Sendo o bolsonarismo a nomenclatura para a identificação do intento de ideologia regressiva e do movimento social de mobilização e grupo de pressão, em apoio à agenda do presidente e a determinadas ações pautadas pelo atual governo. Dessa maneira, entendemos que o bolsonarismo como uma possibilidade de denominação conceitual para atribuímos a ideologia e ao movimento social de apoiadores do atual presidente.

Para Bolsonaro, neste contexto de ano eleitoral de 2022 em que se prepara para disputar a reeleição, com pesquisas apontando que não é o favorito entre os eleitores, sua opção é adequar-se a acordos políticos com os partidos tradicionais de centro. Entretanto, a discussão de uma agenda e debates que serão marcados pelos pontos de concepções da direita radical estará garantida se a candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro for consolidada, influenciando certamente o debate eleitoral e a mobilização de seus apoiadores.

Bolsonaro, nesse sentido, configura-se como um político profissional oportunista que instrumentaliza determinados mitos e mitologias políticas da direita radical brasileira. Seus apoiadores mais mobilizados, os bolsonaristas, são defensores das concepções da direita radical, evidenciando um potencial fascistizante. Defendem soluções como uma nova intervenção militar, o fechamento do TSE e do STF, a volta do voto impresso, conforme aqui apontado, através das análises e referências das fontes primárias e secundárias utilizadas.

A partir de 2021, observa-se a aproximação do governo com os políticos de centro, o ‘centrão’, como denomina a grande imprensa. Somado a esse contexto, conflitos e mudanças entre a equipe governamental e apoiadores importantes, ao que parece, alteraram a dinâmica e as expectativas de uma reeleição certa, frustrando aqueles que eram, ou ainda são, apoiadores mais radicalizados do ‘presidente’, aclamado por muitos seguidores como ‘mito’.

Independente dos resultados eleitorais de 2022, Jair Bolsonaro e os Bolsonaristas deixarão como legado o fortalecimento de tendências políticas da direita radical, mobilizando extremistas de potencial fascizante e resgatando elementos trágicos da cultura e da política nacional, como a defesa do Regime Civil-militar brasileiro como modelo para a restauração da “ordem e autoridade contra os inimigos da nação”.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de Estado. *Blog Junho*. 26 mar. 2016.. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 17 jun. 2021
- BOITO JR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p.111-120, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- COMPARATO, Bruno Konder. *Uma direita radical no Brasil?*. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política ABCP, 9., Brasília, 2014.
- DALMONTE, Edson; DIBAI, Priscilla. A direita radical ‘bolsonarista’: da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. *IdeAs*, n. 14, 01 out. 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideias/6895>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, ago, p. 223-234, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p223>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- MANSO, Bruno Paes. *A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

- MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MITO. In: DICIONÁRIO AURELIO (online). 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. Em Torno do Conceito de Mito Político. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998.
- MUDDE, Cas. *A direita radical populista: uma normalidade patológica*. *Revista Em Tese*, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2021.
- MUDDE, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- MUDDE, Cas. *The study of populist radical right parties: towards a fourth wave*. Oslo: University of Oslo. C-REX Center of Research on Extremism, 2016. (C-REX Working paper series, n.1).
- NORRIS, Pippa. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p.1-32, 2005.
- PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. *Bolsonarismo em crise?* São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16277.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- SCHIMITH, Carl. *O conceito de político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

FONTES DOCUMENTAIS

- AGÊNCIA SENADO. *Senadores classificam live de Bolsonaro sobre urna eletrônica como ataque à democracia*. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/30/senadores-classificam-live-de-bolsonaro-sobre-urna-eletronica-como-ataque-a-democracia> . Acesso em: 30 jan. 2022.
- BBC BRASIL. *As ameaças de Bolsonaro em discurso a manifestantes no 7 de Setembro*. 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785> Acesso em: 30 jan. 2022.
- BORGES, André. Cúpula do partido de Bolsonaro ajudou a organizar ato antidemocrático em Brasília. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 maio 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cupula-de-partido-de-bolsonaro-ajudou-a-organizar-ato-antidemocratico-em-brasil,70003292787>. Acesso em: 06 maio 2020.

CORREIO DO POVO. *Bolsonaro despista imprensa e fala somente com apoiadores*. 16 maio 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/bolsonaro-despista-imprensa-e-fala- apenas-com-apoiadores-na-frente-do-alvorada-1.423283>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FACEBOOK. *Jair Messias Bolsonaro*. Live. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

G1. *Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar*. 19 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GARCIA, Gustavo; FALCÃO, Márcio. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. *G1*, 31 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GARCIA, Gustavo; FALCÃO, Márcio. Conservadores adotaram idéias da direita radical diz cientista político holandês. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 ago. 2021. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,conservadores-adotaram-ideias-da-direita-radical-diz-cientista-politico-holandes,70003796205>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PALACIO, Fábio. Estética fascista une fantasias de Bolsonaro a Mussolini com Motos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/estetica-fascista-une-fantasias-de-bolsonaro-e-mussolini-com-motos.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

YOUTUBE. *Live da Semana*. Presidente Jair Bolsonaro. 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CAPÍTULO 3

CRISIS POLÍTICAS, ULTRADERECHA Y DEMOCRACIAS EN AMÉRICA LATINA: LAS RELACIONES ESTADOS UNIDOS – CUBA, DE LOS “PADRES FUNDADORES” A TRUMP.

*Dr. C. Oscar Andrés Piñera HERNÁNDEZ*¹

UNA INTRODUCCIÓN NECESARIA

La cordial invitación realizada por la Coordinación de la XVII Semana de Relaciones Internacionales de la UNESP, Campus Marília, fue muy bien recibida y agradecida. Dicha convocatoria estaba dirigida a la presentación de una conferencia en la que se abordara las afectaciones de las políticas de la ultraderecha norteamericana en sus relaciones con Cuba. Este es un tema que sin dudas ha sido objeto de análisis desde la tesis de grado defendida por el autor en la Universidad de La Habana en

¹ Professor do Departamento de Marxismo e Leninismo. Titular de Historia de Cuba y de Historia de América. Facultad de Historia, Universidad de Matanzas (U.M) Cuba. E-mail: oscar.pinera@umcc.cu. <https://orcid.org/0000-0002-7940-167X>.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p69-96>

1994 hasta la actualidad, sobre todo, mediante la impartición de cursos de postgrados y diplomados.

El tema de las relaciones Estados Unidos – Cuba es constantemente revisitado por académicos, politólogos, sociólogos, historiadores, políticos y hasta por los seres más comunes que se ven afectados por el carácter conflictual de estas relaciones. Numerosos artículos, libros y materiales escolares se escriben constantemente sobre el tema, de ahí que la cuestión no es un asunto cerrado y en el que nunca se tiene la verdad absoluta. En ambas orillas se poseen visiones y se encuentran justificaciones para sostener o levantar el “embargo” (para los Estados Unidos), y “bloqueo económico, comercial y financiero” (como es definido por el gobierno cubano).

A partir de 1992, anualmente en Asamblea General de Naciones Unidas (ONU) se debate el tema del Bloqueo Económico, Comercial y Financiero de Estados Unidos contra Cuba, y la condena que realizan los países en contra de esta política ya roza la unanimidad, pues solamente Estados Unidos, Israel e Islas Marshall, se han opuesto a la Resolución que año tras año presenta Cuba. Sin dudas, el Bloqueo a Cuba es un acto de genocidio y por ello recibe la condena internacional.

Este tema, a pesar de los elementos que demuestran sus afectaciones contra Cuba, es constantemente cuestionado en la actualidad por medio de una campaña bien dirigida a intentar desmontar la veracidad sobre las implicaciones del bloqueo. Esta matriz de opinión ha cobrado fuerza sobre todo en redes sociales, donde se establecen profundos y profusos debates en los que se aprecia la manera en la que se trata de imponer el criterio de que en Cuba realmente existe un bloqueo interno y no el bloqueo impuesto por Estados Unidos. Este es uno de los objetivos fundamentales de este trabajo, demostrar cómo se ha producido un recrudescimiento del bloqueo económico de Estados Unidos contra Cuba en medio de toda una propaganda que se manifiesta en sentido contrario. Este bloqueo, recrudescido en la era de Trump, es el resultado de la aplicación de políticas de la ultraderecha norteamericana en su afán por destruir la Revolución Cubana.

Entre los más importantes autores que se han acercado al estudio de las relaciones Estados Unidos – Cuba, se encuentran, entre otros, Rafael

Hernández, Esteban Morales, Ricardo Alarcón de Quesada, Carmelo Mesa Lago, Arnold August, Jesús Arboleya, Ernesto Domínguez, Luis René Fernández Tabío, y Elier Ramírez Cañedo quienes han publicado una extensa bibliografía sobre el tema. Esta bibliografía se ha incrementado a partir del triunfo de la Revolución Cubana en 1959, proceso en el que se establecen relaciones de enfrentamiento que motivaron un mayor acercamiento a las raíces del problema y a buscar desentrañar las perspectivas y aristas del conflicto.

Cada artículo o libro publicado, partía de comprender que el carácter conflictual del “embargo”, “bloqueo” o incluso “diferendo”, anclaba sus raíces históricas aun antes de que Estados Unidos existiese como nación, por el hecho de que Benjamín Franklin, ya desde 1767, se refirió a la importancia estratégica de Cuba para la futura unión norteamericana. Franklin expresó la necesidad de colonizar el valle del Mississippi para ser usado contra Cuba.

A lo largo del siglo XIX muchos presidentes o figuras relevantes de las administraciones norteamericano, fijaron sus políticas hacia Cuba o expresaron su interés en relación con el dominio de la Isla. Thomas Jefferson, presidente de Estados Unidos (1802 – 1809), llegó a confesarle a James Madison que “...Cuba era la adición más interesante que pudieran hacer a la Unión y consideró al intercambio mercantil un canal idóneo para conseguirlo” (LIMIA, 2015, p. 59). Ya en esos momentos se había “tolerado” un importante comercio entre Estados Unidos y Cuba sobre la base del intercambio de harinas, azúcar, mieles y esclavos².

Las políticas diseñadas por Estados Unidos para evitar que las potencias europeas incrementaran su control sobre las naciones Latinoamericanas tuvieron un momento importante cuando en 1823 James Monroe proclama lo que se conoce como la Doctrina Monroe, un posicionamiento político que proclamaba que ninguna potencia extracontinental podía buscar restablecer su dominio sobre las repúblicas hispanoamericanas. Realmente la Doctrina Monroe es el fruto de las contradicciones anglo-

² Luego de la Revolución de Haití (1791-1804), que arruinó la producción de azúcar y café que la colonia francesa tenía, Estados Unidos comienza a comprar el azúcar cubano y llega a convertirse, a partir de 1815 en el primer comprador y proveedor de Cuba, a su vez Cuba ocupa el tercer lugar en el comercio exterior de Estados Unidos.

norteamericanas por el control de América Latina, pero Cuba constituía una pieza clave en ese engranaje político.

En todo el contexto del siglo XIX, mientras Estados Unidos no se encontró con las fuerzas suficientes para garantizar su dominio sobre Cuba, prefirió que esta se mantuviese bajo el dominio español. Es así como se instrumentó la llamada “Política de la fruta madura”, también como expresión de la política norteamericana de esperar pacientemente a que estuvieran dadas las condiciones para que Cuba gravitara hacia la unión norteamericana:

[...] pero hay leyes de gravitación política como las hay de gravitación física, y así como una fruta separada de su árbol por la fuerza del viento puede, aunque no quiera, dejar de caer en el suelo, así Cuba, una vez separada de España y rota la conexión artificial que la liga con ella, es incapaz de sostenerse por sí sola, tiene que gravitar necesariamente hacia la Unión Norteamericana, y hacia ella exclusivamente, mientras que la Unión misma, en virtud de la propia ley, le será imposible dejar de admitirla en su seno. (FONER, 1973, p. 157).

Esa espera paciente concluyó a finales del siglo XIX, cuando en medio de las luchas por la independencia nacional, La Revolución del 1895³, Estados Unidos halló prudente intervenir en la guerra que sostenían los independentistas cubanos contra el colonialismo español y frustrar la independencia del país.

Hubo mecanismos económicos, políticos, sociales e ideológicos que fueron aplicados sobre Cuba y garantizaron la dominación norteamericana en el país. Primero se estableció un período de ocupación militar que duró entre 1899 y 1902. En ese período de ocupación militar el Congreso de los Estados Unidos aprobó e impuso a Cuba la llamada Enmienda Platt, un documento de ocho artículos en los cuales se establecía el carácter de las relaciones que tendría la futura república de Cuba con los Estados

³ Entre 1895 y 1898 Cuba reinició sus luchas por la independencia del dominio colonial español. Dicha independencia fue frustrada por la intervención de Estados Unidos en la guerra cuando Cuba tenía, prácticamente, ganada la contienda.

Unidos⁴³. El documento asumiría el carácter de vinculante debido a que en su artículo 8 planteaba que todos sus artículos formarían parte de un tratado permanente de relaciones. De esta manera la República de Cuba nació con un apéndice constitucional (Enmienda Platt), que luego se convertiría en un Tratado Permanente de Relaciones en virtud del cual Estados Unidos tendría el derecho de intervenir militarmente en Cuba cuando lo estimase pertinente, disponer de parte del territorio nacional para el establecimiento de bases navales, entre otros aspectos.

Entre 1902 y 1958 se desarrolló la etapa de la república burguesa en Cuba con un predominio importante de relaciones de dependencia económica, política, social e ideológica hacia los Estados Unidos. El desarrollo de las inversiones de capital norteamericano, dirigidos fundamentalmente a la industria azucarera, a la minería, ferrocarril, el tabaco y los servicios públicos, convirtieron al país en una economía puesta al servicio del capital estadounidense al que le rindió innumerables beneficios.

Por otra parte, en Cuba lograron establecer una base militar, la llamada Base Naval de Guantánamo, la que desempeñó un papel estratégico fundamental en el dominio militar sobre el territorio caribeño y aún se encuentra ocupando ilegalmente una parte del territorio nacional. La Base Naval de Guantánamo es el resultado de la firma de convenios entre los gobiernos de la República Neocolonial con Estados Unidos; luego del triunfo de la Revolución Cubana, ha sido un reclamo permanente de los gobiernos revolucionarios la devolución del territorio que ocupa la ilegal Base.

La primera mitad del siglo XX se erigió entonces como el período durante el cual las administraciones norteamericanas pudieron gozar con un aliado incondicional en El Caribe. Cuba fue ese aliado que defendió las intervenciones norteamericanas en América Latina, que auspició el desarrollo de las inversiones de capital norteamericano, y que apoyó a Estados Unidos en múltiples batallas diplomáticas. A partir del 1 de enero de 1959 esa historia cambió, Cuba inició el camino para la construcción

⁴ Los artículos de la Enmienda Platt concedían el derecho de intervención a los Estados Unidos en Cuba cuando vieran amenazados sus intereses, propiedades, vidas, haciendas; estipulaban que Cuba concedería o arrendaría partes de su territorio para el establecimiento de bases navales o carboneras; excluía a la Isla de Pinos (actual Isla de la Juventud) del territorio nacional cubano; entre otros.

de una sociedad diferente, incompatible con los intereses y aspiraciones hegemónicas de Estados Unidos, se buscaba el rescate de la soberanía nacional, la construcción de una sociedad más incluyente, pero con ello se alteraba el cauce que hasta ese momento habían mantenido las relaciones entre Cuba y Estados Unidos.

Las primeras medidas adoptadas por la revolución en Cuba estuvieron dirigidas al castigo de los elementos corruptos y torturadores que habían participado como miembros activos de la dictadura batistiana. En los primeros momentos, el gobierno revolucionario buscaba cumplir con el programa de medidas que había esbozado en 1953⁵⁴ el líder de la Revolución Fidel Castro. Una de las primeras medidas tomadas por el Gobierno Revolucionario fue la aprobación de la Primera Ley de Reforma Agraria, aprobada el 17 de mayo de 1959. Si bien no fue una medida anticapitalista, ni socialista, sí lo fue antiimperialista, puesto que prohibía que los extranjeros fueran propietarios de la tierra en Cuba, y expropiaba los grandes latifundios. Esta ley fue la más radical de los primeros momentos de la Revolución en el poder y puso a los grandes propietarios latifundistas e imperialistas al lado de los intereses de la gran burguesía norteamericana, eso propició que se arreciara la guerra económica de Estados Unidos contra la Revolución Cubana y el inicio de las políticas que condujeron al establecimiento del bloqueo económico, comercial y financiero contra Cuba.

Estos antecedentes permiten comprender el origen de las relaciones conflictuales entre Estados Unidos y Cuba, explica los ancestrales anhelos de dominación que han tenido distintas administraciones norteamericanas sobre Cuba y coloca en perspectiva cual ha sido el lugar que ocupa la Revolución Cubana y el proceso de construcción del socialismo en Cuba en todo este proceso.

El imperialismo había establecido su hegemonía sobre Cuba, había impuesto su concepción de democracia, con ambos elementos rompió la

⁵ El 26 de julio de 1953 se produjo el asalto a los cuarteles militares “Moncada” en Santiago de Cuba y “Carlos Manuel de Céspedes” en Bayamo, por las fuerzas organizadas en el movimiento revolucionario que dirigía Fidel Castro. Como resultado de esas acciones fueron apresados un grupo de asaltantes, entre ellos el propio Fidel quien en su alegato de autodefensa conocido como “La historia me absolverá”, expuso un programa de medidas y leyes que serían tomadas una vez que triunfara el movimiento revolucionario, y se denunciaban los principales problemas que serían resueltos: Tierra, educación, salud, vivienda, industrialización y empleo.

revolución que triunfó el primero de enero. A partir de ese instante el imperialismo y su eterna aliada, la bancada derechista, unieron fuerzas para poner fin el proceso revolucionario cubano.

TRIUNFO DE LA REVOLUCIÓN CUBANA Y LA GUERRA ECONÓMICA CONTRA CUBA.

Con el triunfo de la Revolución Cubana se iniciaron un conjunto de transformaciones económicas, políticas y sociales. Metodológicamente, para el período que transcurrió entre 1959 y 1961, pudiera agruparse las medidas revolucionarias en tres momentos bien diferenciados. En primer lugar, las medidas que estuvieron dirigidas a la consolidación del poder político por parte del Gobierno Provisional Revolucionario, entre estas medidas se destacan las que están relacionadas con la sustitución del aparato represivo de la tiranía, la eliminación del Servicio de Inteligencia Militar (SIM), y la eliminación del Buró de Represión de Actividades Comunistas (BRAC), (CANTÓN; SILVA, 2009, p.8), entre otras. En segundo lugar, se establecieron un grupo de medidas, tomadas a partir de que Fidel Castro asumió el cargo de Primer Ministro en sustitución de José Miró Cardona, que estuvieron dirigidas a profundizar el proceso revolucionario y tuvo como elemento más radical la ya mencionada Primera Ley de Reforma Agraria, la que cierra toda una primera etapa de transformaciones revolucionarias. En tercer lugar, y como resultado de las acciones de enfrentamiento que fueron sucediéndose entre los grupos de poder en Estados Unidos y Cuba, se produjo el proceso de radicalización del proceso revolucionario cubano; en este contexto se inicia el proceso de relaciones con la Unión Soviética y la ruptura de relaciones diplomáticas entre Cuba y Estados Unidos. Aquí se tomaron un grupo de medidas que situaron a la Revolución Cubana en el proceso de construcción del socialismo, entre ellas, las nacionalizaciones de empresas imperialistas y capitalistas que se realizaron entre los meses de septiembre y octubre de 1960.

En todo este contexto Estados Unidos siempre mantuvo una posición en contra de la toma del poder por parte de una organización revolucionaria. Desde los primeros días de enero de 1959, el Estado norteamericano permitió

la entrada y dio protección a criminales de guerra, malversadores y otros personajes que le habían servido de instrumento de represión durante la dictadura batistiana⁶⁵ (CANTÓN; SILVA, 2009, p. 23). Mucho de estos emigrados se armaron y organizaron con la complicidad del Buró Federal de Investigaciones (FBI), la Agencia Central de Inteligencia (CIA), así como otras instituciones de poder en los Estados Unidos. Sus acciones fundamentales estuvieron dirigidas a organizar atentados, sabotajes, falsa propaganda en contra de la Revolución Cubana, con el objetivo de desestabilizar al Gobierno Revolucionario establecido en Cuba y lograr su destrucción.

Diversos planes fueron organizados con el objetivo de quitarle la vida a Fidel Castro y a otros líderes revolucionarios. Para estas acciones no se escatimaron recursos y fueron utilizados desde ciudadanos norteamericanos agentes de la CIA, hasta líderes de la mafia, quienes se prestaron para el desarrollo de distintos atentados. A la par desataron toda una guerra económica contra la Revolución Cubana que los llevó a suspender la compra de la cuota de azúcar cubano, en total Cuba dejaba de vender a Estados Unidos, aproximadamente 750 mil toneladas de azúcar; por otra parte, suspendieron el envío de combustibles a Cuba y la refinación del combustible que Cuba comenzó a negociar con la Unión Soviética.

Cada una de estas acciones, tuvo una respuesta de la dirección de la Revolución Cubana, en ese sentido, fueron nacionalizados los 36 centrales azucareros norteamericanos que existían en el país al triunfar la revolución; se nacionalizaron las refinerías de petróleo (Esso, Texaco, entre otras); y luego el resto de las compañías norteamericanas, incluyendo la banca.

A principios de 1960 Dwight Eisenhower aprobó una fuerza de tarea con la misión de dirigir y ejecutar la guerra secreta contra Cuba. En este programa se combinaban acciones de sabotajes, guerra psicológica, espionaje, bloqueo económico y sanciones diplomáticas. Era la continuidad de una escalada que se llevaría a cabo en todos los frentes, y que llevó a la condena de Cuba en la Organización de Estados Americanos en 1960, y a la invasión mercenaria por Playa Girón entre los días 16 y 19 de abril

⁶ El dictador Fulgencio Batista Saldívar llegó al poder por medio de un golpe de estado el día 10 de marzo de 1952. Desde su llegada al poder recibió el apoyo del gobierno de Estados Unidos y otros sectores de la burguesía nacional.

de 1961. En la invasión por Bahía de Cochinos, como también se conoce por el lugar donde desembarcaron en la costa sur de la actual provincia de Matanzas, participaron bombarderos ligeros B-26, aviones de transporte, seis batallones de infantería, una compañía de tanques, grupos de ingeniería, comunicaciones, abastecimiento, entre otras fuerzas y medios preparadas y organizadas por Estados Unidos. Como resultado de dicha invasión, en menos de 72 horas las fuerzas revolucionarias cubanas obtuvieron una contundente victoria, lo que ha sido denominado como la primera derrota del imperialismo yanqui en América Latina.

Todos estos elementos demuestran las intenciones históricas de dominación de Estados Unidos sobre Cuba. En este contexto surge y se consolida el bloqueo de Estados Unidos contra Cuba. Luego de la derrota que sufrieron las fuerzas mercenarias que habían sido preparadas y organizadas por Estados Unidos contra la Revolución Cubana, se incrementaron las acciones de sabotajes, los intentos de asesinatos de los líderes revolucionarios, particularmente los atentados en contra de Fidel Castro. El 25 de abril de 1962 Estados Unidos estableció el embargo a todo tipo de mercancías destinadas a Cuba, incluyendo las que en esos momentos se habían comprado y se encontraban ya en puertos norteamericanos, este constituye la fecha del inicio oficial del bloqueo económico, comercial y financiero contra Cuba, aunque la guerra económica contra la Revolución Cubana se había iniciado desde el mismo año de 1959.

El número de violaciones del espacio aéreo y marítimo cubano creció exponencialmente, así como los atentados que se realizaban contra distintos objetivos económicos y de prestaciones de servicios. En el área internacional se produjo la expulsión de Cuba de la OEA con el beneplácito de la mayoría de los países del área, solo México se opuso a tal decisión. Unos días después se oficializó el llamado Embargo sobre el comercio con Cuba, denominación engañosa que escondía las verdaderas intenciones de la política económica establecida contra Cuba por parte de Estados Unidos, o sea, el propósito de rendir por hambre, miseria y carencia de todo tipo a la nación caribeña.

Toda la política de agresividad norteamericana contra Cuba se agrupó en la llamada “operación mangosta”, que recogía un grupo de

tareas conducentes a generar inseguridad, malestar e incertidumbre en la población cubana, todo lo cual favorecería un estallido social y el rechazo a la Revolución. Con esa pretensión fue que se incrementó la labor agresiva y subversiva contra la nación cubana, la cual debería concurrir, de ser posible, con una intervención directa.

Es en medio de ese contexto y con el incremento de las amenazas de invasión de Estados Unidos que Cuba firmó con la Unión Soviética un acuerdo secreto de ayuda y asistencia recíproca. El 29 de mayo de 1962, la URSS propone a Cuba emplazar cohetes de alcance medio e intermedio en la Isla, proposición que es aceptada, por lo que significaba esta medida como disuasión para un posible ataque de Estados Unidos contra Cuba. El acuerdo militar firmado con la URSS debía hacerse público una vez que fueran instalados los cohetes en Cuba, sin embargo, en medio de todo este proceso, el presidente Kennedy recibió la notificación y las pruebas del proceso de emplazamiento de cohetes soviéticos en la Isla y ello aceleró los planes que ya habían sido concebidos dentro de la “Operación Mangosta” para atacar a Cuba. A partir de ese momento se desató la llamada Crisis de Octubre o Crisis de los Misiles.

Luego de finalizada la Crisis de Octubre, Cuba no pudo negociar la eliminación del bloqueo económico, ni el cese de la política de hostilidad de Estados Unidos contra Cuba, en relación con el bloqueo, Cantón y Silva (2009), plantearon:

Reforzando el bloqueo económico, en diciembre de 1962 el presidente Kennedy decide imponer sanciones a los barcos de países capitalistas que toquen puerto cubano, y poco después anuncia que no se embarcarán mercancías financiadas por el gobierno norteamericano en buques que sostengan comercio con Cuba. El gobierno de los Estados Unidos confecciona una “lista negra” de esos países y amenaza con suprimirles la ayuda económica y militar”. (CANTÓN; SILVA, 2009, p.67).

La cita anterior explica por sí sola como es que el bloqueo impuesto por Estados Unidos buscaba establecer sus condiciones a otros países capitalistas, es decir, ya no es solo la relación bilateral o el conflicto entre

dos naciones, sino que se involucró a terceros países. Resulta evidente la amenaza a otros países si comercian con Cuba, la famosa “lista negra”, existe hasta nuestros días, el Departamento del Tesoro, continúa multando y denunciando a las empresas y países que se aventuran a establecer algún tipo de negociación con Cuba.

Con la llegada de James Carter a la presidencia de Estados Unidos, 20 de enero de 1977, se vivió un proceso de “acercamiento” en relación a Cuba. Carter fue partidario de la aplicación de una política que incluyó los elementos que ya habían sido esbozados en los informes conducidos por Sol Linowitz que en esencia planteaba la posibilidad de establecer una mayor incidencia sobre la política cubana a partir de un mayor acercamiento y mediante el establecimiento de medidas que hicieran evidente una distensión, entre ellas la eliminación del bloqueo económico. El Informe Linowitz fue revisado y readecuado, por lo que se conoció, en los tiempos de Carter como Linowitz II, pero esencialmente con las mismas consideraciones de su antecesor.

Entre las medidas que se aprobaron durante la administración de Carter se encuentran la apertura de oficinas de intereses como una puerta de entrada para el establecimiento de un diálogo entre ambas naciones. En este sentido, se estableció la Oficina de Intereses de Cuba en Washington y la Oficina de Intereses de Estados Unidos en La Habana. Así existieron hasta el establecimiento de embajadas durante el gobierno de Barack Obama. Otra medida interesante fue el inicio de la legalización de procesos migratorios y el acuerdo para la entrega de miles de visas a los cubanos que quisieran viajar a los Estados Unidos.

Este proceso de acercamiento y negociación culminó con la llegada de Ronald Reagan a la presidencia de los Estados Unidos en enero 1981, y por las condiciones que se le trataron de imponer a Cuba, entre ellas la de la ruptura del pacto militar con la URSS. A partir de ese momento, se retornó a los procesos de confrontación. Reagan se rigió por los planteamientos del Comité de Santa Fé, elaborado por thinks tanks dedicados al estudio de las relaciones Estados Unidos-Cuba. Dicho informe planteaba la necesidad de restablecer una línea dura en contra de Cuba, con el objetivo de restar la incidencia de esta nación en los movimientos de liberación nacional que

se desarrollaban en América Latina, sobre todo en Nicaragua, El Salvador y Guatemala.

Por otra parte, se buscaba la posibilidad de destruir la Revolución Cubana por medio del apoyo a las organizaciones contrarrevolucionarias que existían en los Estados Unidos, en este sentido, se creó la Fundación Nacional Cubano Americana, dirigida por Jorge Mas Canosa, quien se convirtió en el pivote principal en el desarrollo de las políticas contra la Revolución Cubana.

En ese contexto Cuba tuvo que destinar grandes recursos a la preparación militar contra una posible invasión norteamericana. Se cambió la concepción defensiva y se estableció la defensa territorial y la llamada guerra de todo pueblo, pues no se podía contar con la ayuda de otros países del campo socialista en la defensa de Cuba. Es por eso que se crearon las Milicias de Tropas Territoriales, como una organización destinada a mantener la vitalidad de la defensa del país en todos los momentos ante una posible guerra.

Durante el gobierno de Reagan se crearon emisoras radiales y televisivas que transmiten constantemente programas dirigidos a propiciar la subversión en el país, entre ellas se pueden mencionar a Radio Martí, y TV Martí. Proyectos concebidos y puestos en práctica en la década del 80, en este caso TV Martí, nunca ha sido visto en Cuba, pues existen recursos destinados para imposibilitar su penetración en el país.

Finalizando la década de los 80, Cuba había consolidado crecimientos económicos por encima de 4% anual, estaba insertada en el sistema de relaciones económicas del campo socialista con el que efectuaba el 85% de su comercio. En ese contexto se produjo la caída del campo socialista y la desaparición de la URSS, por lo que Cuba se vio doblemente afectada. Por un lado, perdía su área natural de inserción económica, comercial y financiera; y, por otra parte, fue el momento aprovechado por las administraciones de Estados Unidos para recrudecer el bloqueo económico en contra del país.

LA DÉCADA DE LOS 90 Y EL RECRUDECIMIENTO DEL BLOQUEO A CUBA.

La década del 90 del siglo pasado significó la entrada de Cuba en una crisis económica sin precedentes en la etapa revolucionaria. La situación generada a partir de la caída del campo socialista, se le denominó como “Período Especial”, el término podía mover a cierta confusión, por lo de “especial”, pero el sentido que se le dio fue el de coyuntural, específico, por el hecho de que determinados factores externos y algunos también internos, habían incidido en la tensa situación económica en la que se vería inmerso el país.

Para afrontar esa situación en la que el Producto Interno Bruto (PIB), caería en más de 35 % en solo unos años, se aplicaron un grupo de medidas económicas. Entre ellas se habilitó el Trabajo por Cuenta Propia (TCP), o sea, el establecimiento de pequeños negocios particulares que operarían a partir de la oferta y la demanda; se despenalizó la tenencia de divisas extranjeras, con el objetivo de lograr su posterior captación por medio de las llamadas Tiendas Recaudadoras de Divisas (TRD) que se establecieron en todo el país. Por otra parte, se aprobó una Ley para la Inversión Extranjera; se estimuló el desarrollo de la industria turística, la que llegó a convertirse en la principal locomotora de la economía cubana.

A partir de la tensa situación económica, incrementada por la carencia de combustibles fósiles, la disminución de los niveles de exportación e importación, Cuba vivió momentos en los que no había como disponer de la energía eléctrica suficiente para el funcionamiento de las fábricas y la disponibilidad de los hogares. Todo ello generaba malestares lógicos en la población.

Fue en ese contexto en que se produjo el recrudecimiento del bloqueo económico contra Cuba. La nueva situación internacional existente, la no existencia del campo socialista, es decir la consolidación de un mundo unipolar bajo la hegemonía de Estados Unidos, sirvió para agravar la relación conflictual con Estados Unidos. Esto demuestra también que las condiciones que trataban de imponer las administraciones norteamericanas para el levantamiento del bloqueo económico, eran meras justificaciones para mantener su política de acoso, el único objetivo era la eliminación

de la Revolución Cubana y con ella, su influencia en América Latina. Es por ello que, bajo estas condiciones, y en medio de la contienda por las elecciones presidenciales, en 1992 se aprobó la llamada Ley Torricelli, su nombre oficial era “Ley para la democracia de Cuba de 1992”.

La ley autorizaba al Presidente de Estados Unidos a sancionar a los países que ayudasen a Cuba; prohibía a las subsidiarias de firmas norteamericanas a comerciar con Cuba, este elemento era una pieza clave en el recrudescimiento del bloqueo, pues en medio de las circunstancias que Cuba estaba atravesando como resultado de la pérdida de sus relaciones comerciales, dichas subsidiarias habían servido de paliativo para la reinserción de Cuba en el comercio internacional, esta era la puerta que la Ley Torricelli pretendía cerrar. Por otra parte, prohibía a las embarcaciones de cualquier país que entren a puerto cubano, atracar en los Estados Unidos en los 6 meses posteriores, sin dudas demuestra el carácter extraterritorial que ya adquiría la Ley.

La Ley Torricelli debería propiciar la caída inmediata de la Revolución Cubana, al menos esa era su aspiración inmediata. Se presumía que en medio de las situaciones de carencia extrema que padecía el país, arreciar el bloqueo con estas facultades que se le otorgaban al Presidente de Estados Unidos, pues no habría forma de que Cuba resolviese esa situación. La realidad fue bien distinta, con el programa de reformas económicas que Cuba había implementado para salir del Período Especial, a partir de 1995 se comenzaron a apreciar síntomas de recuperación, el PIB había comenzado a crecer discretamente, lo que demostraba la certeza de la posibilidad de salir con esfuerzos propios de la crisis económica.

Ante la situación real presentada, en medio de la contienda electoral de 1996, y las presiones por el fracaso evidente de la Ley Torricelli, se comenzó a fraguar un nuevo plan con un proyecto de ley más agresivo que el anterior. En este caso los republicanos Jesses Helms y Dan Burton, elaboraron la llamada “Ley para la Libertad y Solidaridad Democrática Cubanas”, más conocida en Cuba como Ley Helms-Burton.

La Helms-Burton tenía tres objetivos fundamentales, el primero de ellos era lograr un proceso de codificación del bloqueo, entorpecer que un

cambio de Presidente propiciara la adopción de una medida que levantara el bloqueo económico contra Cuba; por otra parte, desestimular el incremento de las inversiones de capital hacia Cuba, como ya se había mencionado, el estímulo a las inversiones de capital extranjero había sido una de las piedras angulares del inicio de la recuperación económica de Cuba, y ese era uno de las opciones que la Ley pretendía cortar; por otra parte, la idea era retrotraer la Isla al carácter neocolonial que había tenido antes de 1959.

La Ley Helms-Burton, aprobada por el Congreso de Estados Unidos, codificaba el bloqueo, le daba el carácter de Ley, por lo que se buscaba crear la imagen de que el Presidente por sí solo no puede cambiarla. Profundizaba en la internacionalización del bloqueo; plantea la anulación de créditos y ayuda financiera internacional por medio de sanciones a las organizaciones financieras internacionales y agencias de la ONU; realización de boicot a todo proceso de negociación de inversión extranjera; limitar o torpedear cualquier acercamiento de Cuba con países que habían sido socialistas; obstaculizar la exportación de azúcar y sus derivados, sin dudas la principal fuente de crecimiento económico del país; por otra parte, se presionaba para que se lograra la entrada de la TV Martí a Cuba.

La Ley Helms-Burton cierra un período en el que se buscaba recrudescer el bloqueo a toda costa por medio de las presiones desde el Congreso de los Estados Unidos. Ahora los Presidentes tenían que contar con esa variable para el establecimiento de cualquier política hacia Cuba, o al menos, tenerlo en cuenta. No obstante, la economía cubana continuó, en ese período, su proceso de recuperación económica, en ello tuvo un papel fundamental, la reinserción económica de Cuba en América Latina, el papel que desempeñó la industria turística y el amplio programa de inversiones que se dedicó a esta, y, por otra parte, el papel de los servicios profesionales, sobre todo en los sectores de salud y educación, quiénes ayudaron a recolocar a Cuba en el mapa político a nivel internacional.

EL SIGLO XXI Y LAS RELACIONES ESTADOS UNIDOS CUBA.

Con el nuevo siglo llegó a la presidencia de los Estados Unidos George W. Bush. Desde el punto de vista internacional encabezó la llamada guerra

contra el terrorismo a partir de los acontecimientos del 11 de septiembre de 2001. El centro de la atención de la Seguridad Nacional de Estados Unidos se centró ahora en el llamado combate al terrorismo internacional. Elaboraron listados en los que incluyeron a los países considerados por ellos terroristas y prometieron su enfrentamiento en “cualquier oscuro rincón del mundo”. Cuba fue incluida en esa falsa y oportunista lista y con ello la ultraderecha de norteamericana intentaba justificar las medidas que fueron aprobadas en el 2004 bajo la denominación de “Comisión para asistir a una Cuba libre”, en Cuba fue conocido como el “Plan Bush”.

El Plan Bush se centró en continuar el ataque que sus antecesores habían reiniciado contra Cuba. En este sentido, ha sido definido como la combinación de la Ley Helms – Burton con la Enmienda Platt, debido a los postulados que defiendía. Sus principales líneas de acción estuvieron dirigidas a afectar el envío de remesas desde Estados Unidos hacia Cuba, pues se consideraba que estas constituían una fuente de ingreso fundamental para la sostenibilidad económica de la Revolución Cubana; por otra parte, se aprobaba la disminución de las visitas de los cubanoamericanos a Cuba, las que tenían que estar plenamente justificadas y solo ocurrir una vez en el año; y disminuía las posibilidades de introducción de productos cubanos, sobre todo ron y tabacos, en los Estados Unidos, su incumplimiento podría provocar sanciones judiciales o elevadas multas.

La política de recrudescimiento de las sanciones comerciales, la persecución económica internacional y el incremento de la confrontación con Cuba constituyó el preámbulo para la llegada de Barack Obama a la Presidencia. Obama desarrolló su campaña política alrededor de la concepción de una época de “cambio”, y dentro de ese cambio incluyó las relaciones con Cuba. Esta es una etapa fundamental en la comprensión de las relaciones entre Estados Unidos y Cuba debido a lo que implicó en política internacional, el acercamiento que se logró y las medidas implementadas por el primer presidente negro en los Estados Unidos en relación con Cuba.

EL CAMBIO EN LA POLÍTICA DE BARACK OBAMA HACIA CUBA. NUEVAS ESTRATEGIAS DE LA DERECHA POLÍTICA.

Obama dio pasos históricos para descongelar la hostil relación de la era de la Guerra Fría con la Isla. Estos pasos formaron parte de su agenda política, sobre todo durante su segundo mandato. Sin dudas se avecinaban acontecimientos históricos trascendentales en la historia de las relaciones entre Estados Unidos y Cuba. Los cambios que Obama propondría y negociaría con Cuba, retomaban un camino que antes había intentado recorrer la administración de James Carter, pero que no había concretar más allá de un número reducido de medidas.

Según Ramírez (2016) se establecerían un grupo de acontecimientos inéditos entre los que se podría apuntar, la llamada telefónica que Obama realizó a Raúl Castro (entonces Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros en Cuba), en un tono cordial y respetuoso; además, se manifestó en contra del bloqueo económico contra Cuba; se coordinó de manera simultánea un mensaje televisivo por los líderes de ambas naciones donde se anunció el restablecimiento de las relaciones diplomáticas y el inicio de un proceso de normalización de las relaciones, con ese anuncio se revertía la posición que habían mantenido las administraciones anteriores norteamericanas, pues el establecimiento de las relaciones diplomáticas sería el último paso en un proceso de acercamiento con Cuba; Obama mostró su disposición de sentarse de igual a igual a conversar con la dirección de la Revolución Cubana, y así lo hizo en la Cumbre de las Américas realizada en Panamá y posteriormente lo hizo en La Habana. (RAMIREZ, 2016, p. 3).

A partir de aquí se iniciaron un conjunto de reuniones bilaterales con agendas en las que se debatieron los problemas migratorios entre Cuba y Estados Unidos, se debatió sobre el escabroso tema de los derechos humanos, sobre la democracia, el terrorismo y el bloqueo económico, entre otras cuestiones, por primera vez se creó una Comisión Bilateral, y como derivación de ella se creó un mecanismo denominado como Diálogo Económico Bilateral.

Dentro de todo este proceso se produjo la visita a la Habana de Jhon Kerry en el mes de agosto de 2015 para participar en la apertura

de la embajada de Estados Unidos en La Habana, este sin dudas fue un acontecimiento que estremeció a la comunidad internacional y sentó las bases para el desarrollo de un proceso de intercambio más cercano entre ambos países. Por la primera visita de un Secretario de Estado de los Estados Unidos a Cuba en 70 años. Pero el acontecimiento culminante de todo este proceso fue la visita de Obama a Cuba en el mes de marzo de 2016, desde la visita del Presidente Calvin Coolidge a La Habana en 1928, con motivo de la VI reunión Panamericana, no se producía la visita de un presidente norteamericano a Cuba, ya habían transcurridos alrededor de 90 años.

A partir de ese momento se firmaron un elevado número de acuerdos entre Estados Unidos y Cuba. Acuerdos que llevaron al restablecimiento de los vuelos regulares entre ambos países, la transportación marítima de pasajeros que calificaban bajo 12 categorías permitidas por la ley norteamericana y el establecimiento del correo postal directo, fueron de los procesos que se beneficiaron con estos acuerdos. Por otra parte, se logró la renovación en los Estados Unidos del registro de la marca de ron cubano Havana Club, este suceso cerraba el proceso de discusiones que se había iniciado en la década del 90 alrededor de la famosa marca de ron cubano.

En materia de relaciones internacionales marcó un hito el hecho de que, por primera vez, luego de 25 años, los Estados Unidos se abstuvieron en la votación que se presenta en la sede de las naciones unidas en contra del bloqueo. Este acontecimiento marcaba la seriedad con la que el gobierno de Obama se había tomado el enfrentamiento contra esta criminal medida, y el hecho de que su posición contraria al bloqueo económico no se expresaba solamente en el discurso político.

A partir de las medidas aprobadas durante la administración de Obama, se incrementaron los intercambios académicos, culturales, científicos y deportivos, los que superaron todos los realizados en anteriores gobiernos estadounidenses. Los intercambios entre distintas universidades de Cuba y universidades norteamericanas tuvieron un repunte durante todo el 2016 y parte del 2017; igualmente el desarrollo entre centros de investigación, religiosos, todos ellos bajo la sombrilla de lo que se denominó como el intercambio “pueblo a pueblo”.

Sin dudas las medidas que tomó Obama tuvieron un impacto importante en las relaciones entre Cuba y Estados Unidos. Sin embargo, Obama terminaba su mandato y en Cuba se mantuvo el bloqueo económico, y aún permanecía intocable la base naval de Guantánamo, entre otras cuestiones relevantes en las relaciones bilaterales. Lo que sucede es que el presidente norteamericano manejó con habilidad los hilos de la política para siempre hacer ver que estaba al límite de lo que le permitía hacer su alto cargo al frente de la administración norteamericana. Las medidas que tomó a favor de las relaciones, no implicaba una eliminación de las ancestrales aspiraciones de dominación de Cuba sobre Estados Unidos, no se alejaba en lo más mínimo, en ese sentido, de la política imperialista hacia Cuba. Se necesita comprender que Obama tomó un grupo de medidas basado en el beneficio de pequeñas empresas de particulares en Cuba, distanciándose de aquellas medidas que podían representar un apoyo mayor al gobierno cubano, siempre se cuidó de ello, por otra parte, trató de influir en la juventud cubana, buscando fomentar en ellos un interés de liderazgo y emprendimiento, de manera independiente y alejado del Estado cubano.

¿Por qué el Presidente Obama solo promovió las inversiones en el área de las telecomunicaciones y no en otros sectores, como por ejemplo en la industria farmacéutica o biotecnológica? Aquí se encuentra una de las claves fundamentales para comprender los objetivos de la política del presidente estadounidense. En las telecomunicaciones existía un camino para lograr una comunicación más directa y una incidencia más expedita con la población cubana. A través de las comunicaciones se podrían elaborar mensajes y distribuirlos de forma tal que movilizaran a la población, sobre todo los más jóvenes en contra del proceso revolucionario.

En su directiva presidencial del 14 de octubre de 2016, se ponían de manifiesto un grupo importante de ideas contradictorias, entre ellas las relacionadas con la mantención de la base naval de Guantánamo bajo el dominio estadounidense. El enfoque que le daba era el de que con dicha base se mantenía el equilibrio y la seguridad regional, pero el elemento contradictorio entonces está en cómo se puede hablar del respeto a la soberanía y la autodeterminación de Cuba—elementos presentes en la propia directiva- si al mismo tiempo plantea que va a seguir ocupando, en contra

de la voluntad del Estado y el pueblo cubanos, una parte de su territorio. Por otra parte, plantea que no desean un cambio de régimen en Cuba, y sin embargo, continuaron estimulando y financiando el establecimiento de fondos para apoyar a los llamados “activistas democráticos” en Cuba. Este resulta un elemento totalmente contradictorio, no puedes plantear que respetas la soberanía de un país, que no tienes intenciones de subvertir su situación real y sin embargo promover actividades subversivas o contribuir a su sostenimiento. Aquí se imponía la prepotencia imperialista y se advertían las verdaderas intenciones del acercamiento: subvertir con mano suave, influir desde una posición no revanchista en un cambio de política en Cuba.

En el 2016 se realizarían nuevas elecciones presidenciales en Estados Unidos, y para sorpresa de muchos, el candidato republicano, Donald Trump salió electo como el nuevo presidente de los Estados Unidos para el período 2017-2020. Este suceso marcaría un rumbo de retroceso en las relaciones Estados Unidos – Cuba.

LA POLÍTICA REACCIONARIA DE DONALD TRUMP EN CONTRA DEL ESTADO CUBANO: EJEMPLO DE CONTRIBUCIÓN A LA GENERACIÓN DE CRISIS POLÍTICAS.

Durante la campaña presidencial de Donald Trump se emitieron informaciones contradictorias en relación con las pretensiones de su política en relación con Cuba. No pocas veces manifestó la posibilidad de continuar las evaluaciones bilaterales de la política tal y como estaba sucediendo con el gobierno de Obama. Sin embargo, al acercarse los meses previos a las elecciones, e incrementar sus relaciones con los que dirigen la política hacia a Cuba desde el sur de la Florida, su posición cambió, en la búsqueda de garantizar el voto anticubano en un Estado que representa un elevado número de votos electorales. A partir de ese momento daría un giro total a sus planteamientos en relación con Cuba y una vez presidente, aplicó una política de ruptura y alejamiento con todo lo que había sido establecido y aprobado por la administración anterior.

Con la asunción de Trump a la presidencia se produjo una restauración ideológica conservadora de posiciones populistas, nacionalistas y militaristas, que priorizó la aplicación de políticas económicas proteccionistas, de recorte fiscal y el uso de la fuerza. Durante su mandato se delinearon algunos elementos que constituyeron las bases de la doctrina de política exterior y seguridad nacional. El hilo conductor se correspondió con la plataforma electoral nacionalista de “primero Estados Unidos”, que combinó el aislacionismo diplomático y el proteccionismo económico con el fortalecimiento militar y el rechazo a la amenaza del cambio climático. Una “novedosa” fórmula para intentar mantener la hegemonía global y otro “buen acuerdo” para el Complejo Militar-Industrial. (GONZÁLEZ, 2020).

El 16 de junio de 2017, en el Teatro “Manuel Artime”, en la Pequeña Habana, Miami, Florida - el nombre del teatro en alusión a uno de los líderes de la invasión mercenaria por Playa Girón en abril de 1961- Trump anunció la política de su gobierno hacia la Isla en un contexto caracterizado por conflictos y divisiones al interior de la clase política del país. El momento en que se inicia el retroceso en relación con Cuba, Trump buscaba cambiar la situación de descenso de su popularidad que muy tempranamente se manifestó en las encuestas que constantemente se aplicaban. Así firmó el titulado “Memorando Presidencial de Seguridad Nacional sobre el Fortalecimiento de la Política de Estados Unidos hacia Cuba”. Este documento expresaba el giro que tendría su política hacia Cuba a partir de ese momento.

¿Qué provocó el rápido cambio de política de la administración de Trump contra Cuba? Una respuesta a esta pregunta no puede hallarse en otro sentido que no sea en la moneda de cambio que significó Cuba en el proceso electoral norteamericano, sobre todo en lo que respecta a la Florida, pues allí el bastión anticubano de Miami le prometió total apoyo a Trump si este se comprometía a retrotraer la política de Estados Unidos hacia Cuba al estado que se encontraba previo a la llegada de Obama a la presidencia. En este sentido, según Fernández y Pérez, (2018, p. 21): “La situación en Cuba, América Latina y el mundo, así como en Estados

Unidos, no experimentó cambios de magnitud y profundidad que aliente el actual retroceso representado en el Memorándum emitido por Trump”.

Con la presentación del Memorando la administración de Trump intentó destruir uno de los principales legados de Obama en América Latina y el Caribe. En el documento se precisaba que dicho Memorando sustituía y reemplazaba a la Directiva Presidencial de Política “Normalización entre Estados Unidos y Cuba”, del 14 de octubre de 2016, la cual reconocía al gobierno cubano como un interlocutor legítimo para trabajar de conjunto en el proceso hacia la normalización de las relaciones entre ambos países.

A partir de ese momento se iniciaba la vuelta hacia atrás y un giro de 180 grados en la política del gobierno de Donald Trump hacia Cuba al compararlo con el de Obama. Las proyecciones injerencistas fueron bien definidas en la “Hoja informativa de la política hacia Cuba”, que publicaron ese mismo día en el sitio web de la Casa Blanca, que señalaba que “el Presidente Donald Trump está cambiando la política de Estados Unidos hacia Cuba para alcanzar cuatro objetivos”:

- Mejorar el cumplimiento de la legislación de Estados Unidos, en particular las disposiciones que rigen el embargo de Cuba y la prohibición del turismo.
- Mantener al régimen cubano como responsable de la opresión y los abusos de los derechos humanos ignorados bajo la política de Obama.
- Mantener los intereses de seguridad nacional y de política exterior de Estados Unidos y los del pueblo cubano.
- Establecer las bases para empoderar al pueblo cubano para desarrollar una mayor libertad económica y política. (GONZÁLEZ, 2020).

Evidentemente Trump se asociaba con las posiciones ultraderechistas en contra de Cuba, cuyo liderazgo fundamental radica en Miami. El discurso de revancha estaba presente en el memorando que regiría su

política y la labor de tergiversación de la realidad cubana formaría parte de la piedra angular de su accionar en contra del Estado cubano.

Toda la política de Trump en relación con Cuba se centró, en primer lugar, en desmontar todo lo que había realizado la administración de Barack Obama. Según González (2020):

El gobierno estadounidense manejó el tema Cuba como un asunto de política interna y como pieza de negociación para recompensar al electorado en la Florida y a los dos congresistas anticubanos, aunque no pudo complacerlos en todos sus reclamos. Asumieron el riesgo político del efecto negativo que tendría regresar a la hostilidad contra la Isla, que se había convertido en un serio obstáculo para sus relaciones con América Latina y el Caribe y era rechazada casi unánimemente por la comunidad internacional. (GONZÁLEZ, 2020, p.2).

Es decir, Trump colocó sus intereses en la Florida por encima de los estratégicos con América Latina y el Caribe, lo que demuestra la identificación de intereses con el bloque anticubano de Miami. Las medidas que aprobó contra Cuba, abarcaron todas las dimensiones de la vida económica y social del país, y se destacan por su esfuerzo sistemática en la destrucción de los puentes que había trazado Obama. La política de hostilidad del gobierno de Donald Trump contra Cuba registró medidas y acciones sin precedentes, las cuales sobresalieron por su sistematicidad. Todas las esferas de la sociedad y la vida cotidiana de los ciudadanos cubanos sufrieron el impacto de este diseño, acentuado en el contexto de la pandemia.

Como ya se planteó el esfuerzo del gobierno de Trump fue sistemático, es por ellos que se ha llegado a plantear que, en los dos años finales de su mandato, prácticamente, todas las semanas se aprobaba una medida o acción en contra de Cuba, eso motivó que se han llegado a contabilizar más de 240 medidas. En su mayoría, constituyeron acciones de recrudescimiento del bloqueo con el objetivo de asfixiar económicamente al país, subvertir el orden interno, crear una situación de ingobernabilidad y derrocar a la Revolución. Estas medidas han obstaculizado las principales fuentes de

ingresos del país, entorpecieron las relaciones comerciales y, sobre todo, han tratado de incidir como desmotivación para la inversión de capitales extranjeros en Cuba.

Una de las medidas de mayor impacto fue la de limitar, casi totalmente, el derecho de los ciudadanos estadounidenses a viajar a la Isla, los que tienen prohibido hacerlo como turistas. Esta sola medida generó la disminución, casi a cero, de la llegada de visitantes norteamericanos al país, pues a pesar de la existencia de un grupo de categorías y licencias que debía entregarse para que pudieran viajar a Cuba, muchos norteamericanos hicieron sus maletas y emprendieron sus viajes a la Isla bajo el amparo de dichas licencias. Con la medida de Trump, todo ese proceso de acercamiento y reconocimiento mutuo quedó varado.

Por otra parte, se eliminó la licencia general para los viajes individuales dentro de la categoría de actividades educacionales, también identificadas como “contactos pueblo a pueblo”, y solo se autorizarán viajes en grupo, con una agenda preestablecida, un guía responsable de hacer cumplir las regulaciones y mecanismos de auditoría, que obligaban a justificar cada gasto y guardar la documentación durante cinco años. Realmente, al aplicarse esta medida, disminuyeron abruptamente los intercambios que se establecían entre universidades estadounidenses y cubanas. Estos proyectos estaban cargados de un diálogo y un reconocimiento mutuos que enriquecía culturalmente a los participantes, más allá de cualquier otro beneficio mutuo.

En 1996, como ya fue expuesto, se había aprobado la llamada Ley Helms Burton, en su Título III esta ley enunciaba que todas las propiedades que habían sido nacionalizadas por la Revolución Cubana, podían ser reclamadas por los propietarios afectados y exigía su devolución. Realmente constituía el aspecto más amenazante de la Ley y el de menos probabilidades de ser aplicados, puesto que para ello tenían que utilizar métodos coercitivos que propiciaran que Cuba devolviese dichas propiedades. Realmente en 1960, cuando concluyó el proceso de nacionalización, Cuba se dispuso y propuso las formas para indemnizar a los propietarios a partir de las regulaciones que establecía el reglamento internacional de la ONU. Sin embargo, aquellas condiciones no fueron

aceptadas por Estados Unidos, debido a que exigían una indemnización pronta y efectiva y no en los plazos establecidos por la ley. En resumen, no se indemnizó porque los propietarios no quisieron cobrar, realmente calcularon que la Revolución no tendría la fuerza y la vitalidad suficiente para enfrentar a Estados Unidos y durar mucho tiempo en el poder, y por eso se plegaron a los intereses del imperialismo norteamericano.

Ante estas dificultades, todos los presidentes norteamericanos, partiendo del propio Bill Clinton que aprobó la Ley, suspendieron cada seis meses la aplicación del Título III de a Helms-Burton. Sin embargo, Donald Trump se convirtió en el primer presidente de Estados Unidos en poner en vigor dicho Título, con el efecto de tener un “...impacto indiscutible en las perspectivas de atracción de inversión extranjera, pues constituye un desincentivo que se suma a las trabas ya existentes debido al marco regulatorio del bloqueo...” (GONZÁLEZ, 2020), por otra parte, una vez que se anunció la puesta en práctica de dicho engendro legal, se iniciaron procesos legales y reclamaciones que han tenido lugar en Estados Unidos, reclamando propiedades en Cuba.

El despliegue de las medidas del gobierno de Trump contra Cuba tomaron más fuerzas a partir de las acusaciones realizadas por la administración norteamericana en relación con el hecho de que se habían presentado problemas de salud entre el personal de la embajada de Estados Unidos en La Habana. Sobre este asunto se ha debatió fuertemente entre científicos norteamericanos y cubanos. Ante esta situación Cuba ordenó la creación de una comisión multidisciplinaria, en la que intervinieron científicos de diversas especialidades, con el objetivo de dar una respuesta coherente a las acusaciones realizadas.

A partir de dichas acusaciones, las autoridades norteamericanas emitieron alertas de viajes hacia ciudadanos bajo el pretexto de los supuestos incidentes de salud, y continuaron con la prohibición de viajes de cruceros, la suspensión de la sub categoría de viajes educativos “pueblo a pueblo” y la modificación de dos de las licencias que permitían las visitas de ciudadanos estadounidenses a Cuba. Por otra parte, se dieron los pasos iniciales para la disminución del personal que atendía en las embajadas, por lo que los

trámites migratorios y la obtención de visas se convirtieron en verdaderas odiseas para todo aquel que necesitaba viajar entre ambos países.

Hasta hoy no existe una justificación desde el punto de vista científico que demuestra la existencia de tales afectaciones de salud, sin embargo, durante todo el gobierno de Trump se mantuvo el funcionamiento limitado de las embajadas y continúan las investigaciones para esclarecer lo sucedido. Todo parece indicar que con el paso del tiempo se demostrará que todo no fue más que una justificación para poder implementar las medidas restrictivas aplicadas.

Con la aplicación de la política de Trump contra Cuba, se retrocedió a la época de Guerra Fría. Las medidas tomadas por Trump, superaron todas las acciones que en otros tiempos realizó la ultraderecha norteamericana con el fin de rendir por hambre y miseria al pueblo cubano. Esta política constituye una muestra de hasta donde pueden llegar los gobiernos imperialistas con el objetivo de cumplir con su política.

Trump pasará a la historia como otro presidente que trató de imponer su voluntad a Cuba y, aunque entorpeció el normal desenvolvimiento que debe tener cualquier país, se estrelló, como tantas otras administraciones norteamericanas, contra la voluntad y capacidad de resistencia del pueblo cubano.

Si bien el legado de Obama dejó una huella hasta cierto punto positiva en el entorno de las relaciones entre Estados Unidos y Cuba, Trump será el Presidente con recordación más triste entre los cubanos que seguimos pagando el pecado de haber decidido construir un país socialista a solo 90 millas de la potencia imperialista más grande de la historia.

Con la llegada de Joe Biden al poder se abren nuevas expectativas en materia de relaciones bilaterales entre Cuba y Estados Unidos, pero para que dichas expectativas se verifiquen, habrá que esperar a que avancen las proyecciones y se concreten los objetivos iniciales de la nueva administración. Mientras, Cuba continuará defendiendo su derecho a la libre autodeterminación y a la construcción de una sociedad soberana e independiente.

BIBLIOGRAFÍA

CANTÓN, J. Y.; SILVA, A. *Historia de Cuba (1959-1999)*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2009.

GONZÁLEZ, A. La política del gobierno de Donald Trump hacia Cuba: del acercamiento a la confrontación. *Política Internacional*, Instituto Superior de Relaciones Internacionales, La Habana, n. 8, oct./dec. 2020.

FERNÁNDEZ, L. Y.; PÉREZ, H. El memorando Trump sobre Cuba: inviabilidad de una política fracasada. *Cuadernos de Nuestra América*, La Habana, v. 27, n. 51, 2018. Disponible: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Cuba/cipi/20180720125742/2.pdf>. Acceso el: 20 nov. 2020.

FONER, P. *Historia de Cuba y sus relaciones con Estados Unidos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.

LIMIA, E. *Cuba libre: la utopía secuestrada*. La Habana: Casa Editorial Verde Olivo, 2015.

RAMÍREZ, E. El legado de Obama en la política hacia Cuba. *Cubadebate*, Havana, 21 nov. 2016.

FUENTES DOCUMENTALES:

GRANMA, 19 oct. 2016. p. 2-3.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ERA ERNESTO ARAÚJO: LIBERALISMO ECONÔMICO E A EXTREMA DIREITA POLÍTICA

*Luiz Felipe OSÓRIO*¹

INTRODUÇÃO

A discussão sobre extremismos políticos, direitas e crise da democracia, como a deste evento, ora inaugurado, acerta em cheio o cerne da questão que vivenciamos hoje. Trazendo ainda um elemento fundamental do Estado brasileiro que é a sua política externa. Neste trabalho tenta-se relacionar tudo aquilo que envolve o Ministério das Relações Exteriores à história das Relações Internacionais dentro do capitalismo. O intuito é abordar as particularidades brasileiras, contudo sem deixar de inseri-las nesse contexto mais amplo que é o sistema capitalista de Estados. Tal análise sobre a política externa será feita partindo de pressupostos que

¹ Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFRRJ). Seropédica R.J. Brasil. E-mail: luizfelipe.osorio@googlemail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4429-3645>.
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p97-120>

alinhem tanto a perspectiva teórica do marxismo, quanto o olhar prático e analítico sobre as Relações Internacionais.

Em princípio, cabe atentar que qualquer olhar que passe pelo marxismo demanda necessariamente a compreensão desse modo de produção tão estruturante e determinante nas nossas vidas quanto é o modo de produção capitalista. Afinal de contas, muitos já dão o marxismo como vencido ou ultrapassado. No entanto, é fundamental considerar que apesar de ser de fato uma teoria finita, enquanto houver capitalismo o marxismo será sempre sua melhor ferramenta de análise (ALTHUSSER, 1998). Uma vez superado esse modo de produção, aí, sim, o marxismo estará enterrado, mas enquanto isso não acontecer ele será sempre uma ferramenta muito válida. Se não a mais adequada, aquela que vai conseguir descortinar importantes horizontes da análise.

Aliás, a ideia aqui não é se somar ao coro de dizer que o Ministério das Relações Exteriores na sua atual condição é uma vergonha, obra de mirabolantes elucubrações mentais, reforçar estigmatizações ou coisa do gênero. O objetivo é tentar fazer uma análise fria e responsável da situação concreta daquilo que está acontecendo para que nós possamos justamente colocar o dedo na ferida.

Pois bem, e de que interessa isso? Interessa perceber que entrelaçados aos termos “Relações Internacionais”, “Política Externa” e “Capitalismo”, precisamos entender quando se pode falar em Relações Internacionais exatamente. Porque se formos desenrolar o fio histórico com o objetivo de buscar contexto, corremos o risco de retroceder ao infinito. Contudo, ao adotar uma análise que considere o materialismo histórico e dialético, é possível determinar esse resgate de forma mais pontual, o que precisamos é entender a história do mundo a partir da organização concreta da produção. Ou seja, a partir do momento em que a sociedade vai se sedentarizando, se fixando em um lugar específico e organizando socialmente o trabalho.

1. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA TRAJETÓRIA DO CAPITALISMO MUNDIAL

Isso se percebe ao longo da história da humanidade numa trajetória que envolve pelo menos três grandes modos de produção que se tornaram

predominantes. O primeiro é o escravismo, datando da Idade Antiga e envolvendo por volta de dez séculos. Passando em seguida para o feudalismo, que perdurou boa parte da Idade Média até chegar ao que vivemos hoje, o capitalismo. E apesar de já demonstrar indícios do que viria acontecer ao longo da Idade Moderna, que foi um período de transição, o capitalismo só se constitui enquanto modo de produção predominante no mundo a partir da Idade Contemporânea, que é o momento que marca a chegada das burguesias ao poder político. Sendo também um momento que marca a constituição daquilo que nós conhecemos hoje como Estado Democrático de Direito. Algo que é importante de pontuar, porque vem a reboque das grandes revoluções burguesas, sobretudo a estadunidense e a francesa (WOOD, 2014).

Tal fato se torna marcante ao passo que o estudo moderno, aquele que interessa às Relações Internacionais e que as constitui, ganha um conteúdo próprio a partir da Idade Contemporânea. Ainda que as relações internacionais possam ter elementos pretéritos, mas ganham especificidade nesse período. Ou seja, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, quando o capitalismo, a partir da Inglaterra, vai se alastrando pelo resto da Europa e depois pelo mundo como um todo, esse é, portanto, um momento determinante.

Nessa perspectiva, as relações internacionais se formam muito a partir daí, sobretudo com a formação dos Estados-nação — essa forma política que também é um produto do capitalismo (MASCARO, 2013). Antes disso havia organizações políticas distintas, mas não na forma de Estado como nós conhecemos hoje. Não com a burocracia atual e nem com essa maneira de se estruturar. Maneira esta que é muito particular e peculiar, própria do capitalismo.

1.1. MOMENTO PIONEIRO: FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS TERRITORIAIS, AGROEXPORTAÇÃO E TRATADOS DESIGUAIS

Nessa lógica, a partir do século XIX o capitalismo vai se consolidando e vai se espalhando por toda a Europa inicialmente. Mas ele se torna de fato predominante nas sociedades europeias com a sua primeira grande

crise. Chamada de Grande Depressão foi a crise que se iniciou e perdurou até o início do século XX, sendo um dos três momentos que nós podemos narrar aqui como determinantes nas relações internacionais enquanto uma forma do capitalismo (FRIEDEN, 2008).

Esse primeiro envolve uma geografia do capitalismo muito restrita à Europa. Inclusive é essa geografia do capitalismo que faz com que ele saia da Europa Ocidental e chegue à Europa Oriental. E não é coincidência que aqueles autores considerados os fundadores das teorias de Relações Internacionais, os conhecidos teóricos do Imperialismo, vão desenvolver seu pensamento e sua militância exatamente nesse momento de transição entre o século XIX e o século XX. Porque eles estão vivenciando e acompanhando as mudanças que vão solidificar o capitalismo enquanto o modo de produção dominante no mundo (OSÓRIO, 2018a).

Em nível global, são tempos de muita ebulição, porque é um período em que as esquerdas vão se reconhecendo enquanto classe em si e buscando seu lugar ao sol. Ou seja, buscando emplacar as suas reivindicações, lutando por mais direitos, por mais espaço e também por poder político. Não à toa, as esquerdas nesse momento são as esquerdas revolucionárias que verificavam no Estado o problema central. Tendo em conta o Estado como comitê executivo da burguesia, logo, a tomada do Estado seria o caminho para a transformação, faria com que aquele Estado se direcionasse para os trabalhadores. E aí, acabou que a História foi mostrando outros rumos.

Nesse sentido, a forma política do capitalismo de se estruturar tem no Ministério das Relações Exteriores um de seus principais braços de independência formal dos Estados. Cabe lembrar aqui que, no caso brasileiro, por exemplo, o primeiro ministério criado a partir da Independência do Brasil foi o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ilustrando aí desde já a importância dessa seara.

O Brasil nesse primeiro ciclo, o momento pioneiro da trajetória do capitalismo em âmbito mundial, marcado pela Grande Depressão e a Grande Guerra, ainda tinha uma estrutura econômica muito incipiente. Era um país que tinha a sua velha grade exportadora muito forte, com apenas alguns espasmos de tentativas de industrialização. Pode se apontar

um caso ou outro isolado, mas ainda não havia uma política disseminada e sistemática de modernização. A política externa brasileira nesse primeiro período defendia o café como principal produto de exportação nacional e em alguma medida aprofundava essa postura de defesa de vantagens comparativas do Brasil — ou seja, na especialização naquilo que o país tem de melhor em produtos agrários. É também uma política externa que foi exitosa do ponto de vista de manter a unificação territorial a partir da articulação de tratados fronteiriços (CERVO; BUENO, 2015). Um ganho bem considerável, e que só ocorreu em função da leitura inovadora e transformadora da época do Barão do Rio Branco que apontou para os Estados Unidos como o próximo poder hegemônico do mundo, já vislumbrando aí uma ultrapassagem hegemônica, uma passagem de bastão da Inglaterra para os Estados Unidos. E essa política americanista naquele momento foi responsável por vitórias importantes do Brasil em arbitragem, em negociações e em celebrações de tratados fronteiriços, permitindo assim que o Brasil tivesse a configuração continental que tem hoje (MONIZ BANDEIRA, 2014).

As esquerdas revolucionárias aqui no Brasil também fizeram sentir efeitos. Os movimentos importantes, como o Movimento Grevista de 1917, por exemplo, vêm dessa tradição. O país teve iniciativas importantes de greve e movimentos sociais ao longo desse período, mostrando que ainda que o capitalismo não estivesse inteiramente desenvolvido, havia uma parte importante aqui dentro. Por outro lado, no que toca à democracia e à questão de garantias das massas, o Brasil não chegou nem perto de viver naquele momento qualquer arremedo de regime democrático. O país passou por uma alternância de poder conhecida como “Café com Leite”, e mesmo antes, durante o processo de Proclamação da República, não houve um fenômeno liderado pelas massas, mas sim uma transformação pelo alto.

1.2. MOMENTO FORDISTA: NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI)

Assim, esse primeiro momento é importante, mas é uma fase em que o capitalismo não está plenamente disseminado no mundo inteiro, isso virá

com o segundo grande ciclo — que é o ciclo que se inaugura com a Crise de 1929. Uma grande crise estrutural e com impactos no mundo como um todo que foi seguida pela Segunda Guerra Mundial (HELLEINER, 1994). Esse novo período faz com que o capitalismo se alastre pelo globo. Não é coincidência que a partir daí se comece a falar de “centro” e “periferia”, e a periferia comece a entrar como um elemento dos debates progressistas. É um momento em que o capitalismo cede os anéis para não perder os dedos. Visto que o capitalismo teve que lidar com a vitória da União Soviética na Segunda Guerra Mundial fazendo concessões e se reestruturando de uma maneira que muitos conhecem como fordista (HIRSCH, 2010).

Nesse pós-1945, toma forma o capitalismo do fordismo, aquele que tem seu eixo de acumulação interno, ou seja, dentro dos territórios nacionais, muito associado à indústria e tem o seu modo de regulação altamente intervencionista. O Estado interferindo em várias searas, inclusive nas searas socioeconômicas, mesmo o tempo livre do trabalhador está regulamentado.

Vale lembrar que as esquerdas já venceram em algum momento da história dentro dos marcos do capitalismo, foi justamente no pós-1945. E as esquerdas chegaram ao poder quer pela via revolucionária — como aconteceu na União Soviética, na China, no Vietnã, em Cuba e países africanos importantes, como a Angola —, quer pela conciliação no que veio a se tornar a socialdemocracia. Uma frente ampla de sua época, conciliando interesses moderados da esquerda e da direita, que fez com que a socialdemocracia chegasse ao poder em países da Europa Ocidental, por exemplo.

É interessante pontuar que o que se considera parâmetro de democracia hoje são os Estados de bem-estar social que vieram desse momento de pós-guerra. Em outras palavras, são as concessões que a burguesia liberal foi tendo que fazer para não perder o poder político como um todo, dada a situação da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial de total destruição. Então, o que se percebe como ideal de democracia, de capitalismo justo, uma democracia justa ou coisa que o valha, é esse momento de um Estado de bem-estar social. É isso também que muitos aqui na política nacional querem resgatar ou adaptar às condições atuais.

Foi um momento que gerou certa prosperidade no centro do capitalismo, considerados hoje os 25 anos gloriosos, de 1945 até 1970 (BRUNHOFF, 1978). Porém na periferia não foi bem assim. Na periferia foi um período marcado por processos altamente violentos de descolonização, sobretudo na África e Ásia. Processos muito traumáticos e que impactam até hoje nessas sociedades. O que se acostumou a chamar de Guerra Fria, na periferia foram guerras muito quentes, muito beligerantes, muito pesadas. Destruindo tecidos sociais mundo afora. Mas foi uma fase em que apesar de tudo, alguns países puderam ter uma descolonização de fato, se livrando de toda aquela herança e todo aquele fardo do colonialismo.

O pós-Segunda Guerra Mundial para o Brasil foi o que permitiu a industrialização e a mudança do eixo da economia brasileira, que saiu do agrário-exportador para industrial. Muitos autores, em especial Celso Furtado (2007) que consagrou esse tema, apontam que o Brasil na Era Vargas conseguiu um desenvolvimento *avant la lettre*. Algo que só chegou para o mundo depois da Segunda Guerra Mundial, já vinha sedimentando suas bases no país desde o início da Era Vargas. E a partir daí, o Brasil foi rumo a uma toada de defesa do nacional-desenvolvimentismo, ou pelo menos a indústria nacional em maior ou menor medida (JAGUARIBE, 2006).

Então, o que acontece com as esquerdas no poder nessa vertente do desenvolvimento nacional industrial, foi conseguir ganhar algum fôlego e aqui no Brasil vai se perceber um movimento semelhante. Não é à toa que muitos candidatos à presidência hoje gostariam de ressuscitar legados desse momento, desse passado glorioso. Foi um momento que a política externa brasileira se notabilizou por ser independente, ou seja, pragmática. Não era uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos, a principal potência e sua vizinha regional. Era também a defesa de um capitalismo à brasileira, um capitalismo com sua marca e autenticidade. Entretanto, não significa que tenha sido uma política externa à esquerda, nem mesmo que tenha sido algo próximo do movimento dos não alinhados ou plenamente independentes. Essa orientação ficou conhecida como PEI (Política Externa Independente). Foi uma política pragmática que tentou alcançar objetivos nacionais na medida do nacional-desenvolvimentismo, seguindo a dinâmica do pensamento que existia na época e que em grande

medida acabou se destacando por vitórias relativas, conquistas significativas em um contexto mais amplo.

1.3. MOMENTO PÓS-FORDISTA: EQUILÍBRIO IMPOSSÍVEL DO NEOLIBERALISMO, APROXIMAÇÕES E RUPTURAS

Contudo, esse período que teve o nacional-desenvolvimentismo como a sua face mais evidente, muito em função desses acordos e dessas conciliações, começa a ruir a partir dos anos 1970, quando esse modelo fordista começa a ser questionado e gradativamente a entrar em crise. Tal crise é aguçada e chega a um ápice na década de 90, marcado pelo fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética. Essa dissolução do bloco socialista do leste europeu e da União Soviética é um baque muito grande para as esquerdas. Antes vitoriosas no pós-1945, esse é o momento que as esquerdas vão para a lona e sofrem uma grande derrota, da qual elas ainda não conseguiram se erguer. Muitas das alternativas progressistas passam a colocar à mesa questões do neoliberalismo menos pesadas, de maneira não tão socialmente impactante do ponto de vista negativo.

Por sua vez, um terceiro momento se dá a partir da década de 1990, este é coroado com a Crise de 2008, cuja qual nós sentimos seus efeitos até hoje. Uma crise que só tem parâmetros naquela de 1929, ou seja, é a segunda maior, quiçá a maior crise econômica do mundo, cujos efeitos ainda estão em rescaldo mais de uma década depois. Balançando por completo as estruturas do mundo e levando a uma geografia muito distinta daquela anterior.

Se antes a geografia do segundo momento era totalmente mundializada, abarcando os quatro cantos do globo, nesse momento agora a geografia vem através de espaços imateriais. Isto é, como o capitalismo já chegou praticamente em todos os territórios do mundo, a fenda encontrada para que se mantenha se dá agora a partir dos espaços imateriais, que correspondem a abertura das economias aos capitais (HARVEY, 2005). O que muita gente chama por aí de diminuição do Custo Brasil — o que normalmente nada mais é que a diminuição do custo da mão de obra, se fazendo por meio do governo brasileiro através da Reforma da Previdência

e Reforma Trabalhista, nas quais direitos são cada vez mais retirados dos trabalhadores. Em outros termos, é a abertura de espaço de valorização do valor, uma dinâmica muito própria de um capitalismo que se propõe como oposto ao seu momento anterior (MASCARO, 2013).

Então se o seu momento anterior é chamado de fordista, esse passa a ser entendido como pós-fordista. Em que sentido? Pós-fordista porque se antes o eixo de acumulação era interno e muito identificado no capitalismo industrial, agora esse eixo de acumulação é internacional e muito identificado com o capitalismo financeiro (JESSOP, 1991). O que acontece no momento atual é que existe a intensificação de uma tendência que é própria e estrutural do capitalismo: a internacionalização das relações de produção. Verifica-se hoje justamente isso e são evidentes seus impactos em nossa vida como um todo. Uniformizando inclusive nossos gostos por músicas, séries e demais expressões culturais. A cultura está cada vez mais uniformizada de ponta a ponta dentro daquela lógica que é a dominante, ou aquela que mais se propagandeia por aí.

Por exemplo, algo que é muito louvado como modelo de modernidade é a União Europeia, sobretudo a partir da união econômica e monetária que sacramentou o euro como moeda comum a alguns países daquele espaço. A gestão monetária é um dos aspectos centrais da soberania de um Estado, e foi transferida para um ente internacional burocratizado composto de ditos especialistas técnicos apolíticos que vão gerir da melhor maneira a política monetária. Uma falácia completa, a política monetária não pode ser tratada dessa maneira sob pena de engessar a condição econômica dos países — sendo esse o menor dos efeitos. Além de trazer mazelas por não ter uma válvula de escape em meio às crises para as economias nacionais (OSÓRIO, 2018b).

Não é fortuito que as organizações internacionais e o direito internacional, a partir da década de 90, ganharam uma proeminência tremenda. Por quê? Porque muitas das competências estatais foram transferidas para essas organizações sob o pretexto de um tratamento mais técnico, mais impessoal. Quando na verdade é a política que determina isso. Ou ao menos a política da sociedade é que deveria determinar o tratamento de questões sensíveis e importantes para o coletivo. Em suma,

esse é o momento que nós vivemos hoje, falar de democracia hoje é falar de um histórico simulacro de democracia para muitos países da periferia, que se deixam dominar no cenário atual pela submissão às dívidas financeiras.

E cabe questionar, como a política externa brasileira vai se situando nesse momento atual? Em tempos em que o eixo de acumulação está cada vez mais internacionalizado — fenômeno conhecido como globalização —, e o seu modo de regulação está também cada vez mais internacionalizado. Retirando das democracias locais e do contexto político local o poder de decisão sobre muitos assuntos importantes que impactam o indivíduo e a sociedade como um todo.

Nesse contexto, a política brasileira vai se equilibrando, com governos que vão se sucedendo, numa tentativa de resgate dos parâmetros de uma pretensa socialdemocracia. Vão tentando resgatar e ao mesmo tempo gerindo isso com medidas neoliberais de maior ou menor impacto societário. Ou seja, é uma questão de neoliberalismo com determinados momentos de algum apelo socialdemocrata e em outros de maior austeridade.

Por sua vez, a política externa no pós-década de 90 é também marcada por essas alternâncias. Inicialmente, um breve período de realismo periférico com o governo Collor. Em seguida, Itamar acabou mudando um pouco a orientação para um retorno ao desenvolvimentismo da PEI. Posteriormente, veio o Fernando Henrique Cardoso com um realismo periférico fortíssimo orientado pelo liberalismo econômico. Depois os governos Lula e Dilma, que tentam em alguma medida resgatar a política externa independente e dar colorações socialdemocratas à política externa.

Já hoje, nós verificamos que a política externa praticada pelo Brasil é de resgate das premissas liberais do governo Fernando Henrique Cardoso e aprofundando ainda mais determinados laços. Ou seja, é a retomada de algo que não é novo na política externa brasileira, é a retomada de um alinhamento automático e de uma ideia de desenvolvimento associado às grandes potências com certas particularidades do momento por conta do espectro político que se situa o governo federal. Soma-se a isso todo o ferramental da extrema direita mundial traduzido e representado mais fielmente na figura do ex-chanceler Ernesto Araújo e todo o aparato de

política internacional do atual governo, bem como com seu alinhamento automático aos Estados Unidos. Para entender melhor essa composição, cabe um olhar mais detalhado, a partir do quadro sinótico abaixo:

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA COM ERNESTO ARAÚJO À FRENTE (2019-2021)

Ainda durante a campanha presidencial nas eleições de 2018, Bolsonaro havia sinalizado poucas propostas em sua plataforma política, uma das poucas demonstrações do que viria no futuro foi a da política externa (única sinalização concreta ao lado da economia política liberal). De sua posse em diante, com a montagem do ministério, Ernesto Araújo é apontado para a pasta das Relações Exteriores. A escolha do chanceler brasileiro rompeu com a tradição sucessória na condução do Ministério das Relações Exteriores, mas, ao mesmo tempo, privilegiou um diplomata de carreira (o que acabou acalmando os ânimos de uma repercussão ainda pior no universo das relações internacionais). Içado da inexpressividade na carreira, sua ascensão foi relacionada com suas oportunas demonstrações de adesão ao ideário em voga. Ernesto Araújo demonstrou, ao longo de sua carreira, flertes intelectuais com os mais variados espectros políticos, mas ganhou os holofotes com a recente incorporação das noções da extrema direita mundial, carreada pela supremacia branca ocidental.

Desde seu discurso de posse, Ernesto já demonstrou que romperia com o tom de mínima sobriedade que sempre pesou sobre os ocupantes do cargo. Em uma fala que chamou a atenção do público por uma mistura de elementos místicos de um passado idílico ocidental com uma mania de perseguição descolada da realidade e travestida de um pretensão nacionalismo às avessas (BERRINGER *et al.*, 2021), levando para a política externa os ecos que surtiram efeitos positivos para Bolsonaro na campanha presidencial (ARAÚJO, 2019). O que se percebia de maneira clara, expressa e manifesta é que a gestão Araújo significaria uma ruptura completa, em todos os pontos, da política externa dos governos do Partido dos Trabalhadores. Em outras palavras, não havia exatamente uma pauta, mas, sim, a negação e desconstrução dos feitos anteriores. O que em

termos da história da política externa do Brasil conduz à retomada do alinhamento automático às grandes potências e o abandono da política externa independente. O Brasil, em sua história diplomática tem no americanismo, que oscila entre o pragmático e o automático, uma vertente cardial, inaugurada pelo Barão do Rio Branco (em ruptura ao europeísmo de eras remotas) e mantida com maior ou menor intensidade. Todavia, o arranjo de Araújo se aproxima do ineditismo em intensidade.

Logo, ficou perceptível que a política externa contemporânea teria dois grandes eixos. O econômico que seria a retomada de uma linha de desenvolvimento associado da política externa brasileira, já colocada em prática em outros governos, como os de Castelo Branco, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, porém, sem qualquer mediação quanto a um mínimo de pragmatismo. Já o eixo ideológico trouxe para os discursos e atos oficiais do Itamaraty a retórica e prática da extrema direita mundial, a qual se pautava, fundamentalmente, pela crítica ao liberalismo político mundial, quer à direita quer, sobretudo, à esquerda, ou seja, um repúdio às bases da socialdemocracia, consenso reinante no Ocidente no pós-Segunda Guerra Mundial.

A junção das duas diretrizes ao invés de um realismo periférico, próprio dessa orientação, transformou-se em um quase irrealismo ao assumir um alinhamento automático extremo com o, então, governo Trump, apostando todas suas fichas em uma reeleição que não veio. A compra do pacote completo da política estadunidense sem qualquer moderação levou o país a entrar em brigas desnecessárias, que não pertenciam ao radar das relações externas nacionais, e ao imobilismo em outras searas, como a da tecnologia, em relação ao desenvolvimento do 5G na China e à articulação para a compra ou obtenção de vacinas ou de suas matérias-primas em meio à pandemia da COVID-19.

O intervalo de um pouco mais de 2 anos de atuação de Araújo gerou desconforto até nas burguesias do país e nas alas militares², as

² O histórico de apoio ao americanismo nas Forças Armadas vem desde a Segunda Guerra Mundial, com a participação ao lado dos aliados, o reequipamento militar advindo do programa de apoio estadunidense (que resultou até na criação da Aeronáutica brasileira) e a fundação, em 1949, da Escola Superior de Guerra (liderada por Golbery do Couto e Silva), pelo Exército, altamente inspirada na *War College*. E esse centro de pensamento

quais apoiaram determinante a chegada do governo Bolsonaro ao poder e a guinada na política externa nacional. A queda de Araújo, em março de 2021, tende a não gerar grandes mudanças na condução da política exterior, a não ser em sua vertente ideológica, a qual deve ser eclipsada pela econômica, ainda que reste presente.

2.1. A FACE IDEOLÓGICA: ALINHAMENTO AUTOMÁTICO COM OS ESTADOS UNIDOS E COM A EXTREMA DIREITA MUNDIAL

Um misto de fé e geopolítica (FIORI, 2019). A atuação de Araújo revelou-se afinada com uma leitura de mundo que via em Donald Trump um suposto messias que comandaria o retorno de valores tradicionais do ocidente, vilipendiados pelo multiculturalismo e a globalização dos povos, o que estaria levando a civilização ocidental à barbárie e ao desaparecimento. Em artigo publicado, ele utiliza-se de Martin Heidegger e, principalmente, de Oswald Spengler, mormente no livro *A decadência do Ocidente*, publicado originalmente em 1919 (que busca na filosofia grega de Ésquilo as raízes dessa superioridade da cultura ocidental) (ARAÚJO, 2017). Os pilares contemporâneos desse movimento seriam: uma política anti-imigração; anti-multiculturalismo; e contrária ao marxismo político ou cultural (grande balaio de gato que é composto por tudo que eles discordam, mas que é basicamente o liberalismo político à direita e à esquerda próprio da alternância de poder no consenso da socialdemocracia). As diretrizes acima estão não apenas no plano das ideias, mas na prática da política externa.

Ernesto Araújo, ao lado do presidente da Comissão para Assuntos Exteriores e Defesa da Câmara, o deputado Eduardo Bolsonaro (BENITES, 2020), que é para muitos o chanceler de fato (LOPES, 2020), e do assessor da presidência da República para assuntos internacionais, Filipe Martins, forma o que parece ser a trindade que movimentou o eixo ideológico da política externa. O que deixa mais clara essa percepção é o liame que une as três figuras às ideias da extrema direita mundial, capitaneada pelo estadunidense Steve Bannon e sua divulgação de ideias de supremacia

foi estreitando ainda mais os laços com os norte-americanos. Além, claro, do expurgo ao longo da ditadura civil-militar de qualquer quadro que defendesse algo diferente de um maior ou menor alinhamento ao ocidente.

branca ocidental por meio da articulação conhecida como *The Movement*³, que possui alta capilaridade no subterrâneo do mundo virtual. Isso leva, no caso brasileiro, à parceria com os Estados Unidos, a qual extrapola o mero alinhamento automático, que já fora praticado em outras ocasiões na história da política externa nacional⁴, mas é forjada em uma identificação imediata pessoal (entre os dois governantes especificamente) e na assunção de uma postura subserviente incondicional.

O movimento da extrema direita mundial ascende indisfarçavelmente em todos os quadrantes do globo, mas, principalmente, em seu centro de acumulação, encontrando brechas em meio à tolerância do liberalismo econômico e à falta de alternativas políticas para a burguesia em vários países no contexto de uma crise econômico brutal, com precedentes somente na de 1929, acentuada ainda mais com a pandemia viral que veio desnudar os efeitos deletérios do capitalismo, sobretudo, em sua vertente neoliberal. Em um panorama radicalmente distinto daquele do pós-1945, quando a socialdemocracia encontrou espaço fértil para florescer, as necessidades e os problemas são outros. A tentativa de retomada de soluções de outrora, como a socialdemocracia, vai demonstrando sua insuficiência e falência para lidar com as questões do cotidiano. Sem grandes alternativas políticas reformistas, dentro da direita e da esquerda moderada, a extrema direita ganha espaço e ocupa o palco principal da política internacional.

Várias manifestações políticas oficiais, como eleição e ascensão de partidos políticos extremistas, como também extraoficiais, como atentados⁵ e penetração social de seu ideário, comprovam esse fenômeno (HOEVELER, 2020).

³ A articulação conhecida como *The Movement*, constitui as bases do pensamento da extrema direita e possui alta capilaridade no subterrâneo do mundo virtual. O replicador (não tão fiel) dessa perspectiva mais conhecido no Brasil é Olavo de Carvalho, responsável por costurar uma teia de extremista que influencia aqueles que seguem por esse caminho.

⁴ Em maior ou menor medida, o alinhamento automático fez-se presente na política externa brasileira dos governos Castelo Branco, Café Filho e Fernando Henrique Cardoso, tendo como exemplos concretos ações específicas (envio de tropas para a intervenção da OEA na República Dominicana) e o apoio político à ALCA.

⁵ Talvez, o mais significativo deles, que estão cada vez mais frequentes, seja o de Anders Breivik, o ativista extremista de direita que, na Noruega, em 2011, empreendeu um atentado terrorista contra estudantes da juventude socialdemocrata do país nórdico, deixando um manifesto que serve de base para os movimentos de extrema direita.

As saídas à extrema direita a partir da crise econômica de 2008 têm galgado espaço, desde o centro até a periferia. Basta dizer da eleição de Trump, nos Estados Unidos, do Brexit, no Reino Unido, da ascensão da Frente Nacional, na França, de Orban, na Hungria, da manutenção de Netanyahu, em Israel, de Modi, na Índia, e da reversão parcial da onda progressista na América Latina, mormente do governo Bolsonaro, dentre outros exemplos.

Essa plataforma une em maior ou menor medida vários políticos mundo afora. E eles identificavam no governo Trump, nos Estados Unidos, a locomotiva da extrema direita mundial, em razão disso, o alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos. Com a saída do republicano e o retorno do Partido Democrata, com Joe Biden, a relação não será umbilical como era, mas de maneira alguma será afetada, ou seja, não deixará o alinhamento automático.

Apontar o cálculo político na postura e pensamento de Araújo não significa, entretanto, considerá-lo um estrategista. Longe disso, ainda há quem o veja como o pior chanceler do mundo por uma série de razões nas movimentações da política externa brasileira (PAGLIARINI, 2019). A análise do internacionalista não deve, todavia, ser eivada de apegos excessivos ao subjetivismo. Não se pode menosprezar ou não levar a sério aparentes delírios; não é uma questão de ridículo ou falta de cognição, mas um cálculo político, que é altamente arriscado, tanto que levou Araújo à queda pela própria pressão política interna (AMORIM, 2019; GUIMARÃES, 2019).

O alinhamento automático não se justifica no plano racional mais elementar e leva o Brasil a tomar uma postura arriscada em várias searas.

No comércio exterior, o Brasil tem com os Estados Unidos, por exemplo, uma relação muito mais concorrencial do que complementar. A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos agrícolas primários ou semimanufaturados, com incremento de tecnologia próprio do agronegócio, com disputas comerciais acirradas (e com vitórias importantes) com os Estados Unidos. Com a China a

relação comercial é mais complementar do que concorrencial, sobretudo do ponto de vista do agronegócio.

Na política internacional, ao comprar o anticomunismo requeitado contra a China e os países socialistas, posicionando impreterivelmente ao lado dos Estados em meio ao aumento de tensão entre os dois países⁶ (ARAÚJO, 2020). Posicionamentos minoritários e controversos na ONU⁷; críticas e rechaço público à atuação da OMS em meio ao combate à pandemia por identificá-la com a China⁸; acordos econômicos e estratégicos desfavoráveis; não reciprocidade cobrada em algumas medidas governamentais; abandono da outrora exitosa política pendular ou de equidistância pragmática para obter ganhos em meio às rugas das duas grandes potências⁹ (JAGUARIBE, 2006).

No entorno regional, a correção de rumos envolve a intervenção em assuntos internos de outros países, sob uma constante retórica militarista e de ameaça, como em relação à Venezuela (MARINGONI, 2021), rompimento da cooperação com Cuba e formação de um bloco de direita para substituir as alianças regionais autônomas, como as coalizões políticas, Grupo de Lima e ProSul, ainda incipientes, mas, em geral, com o foco de viés conservador (OSÓRIO, 2020).

2.2. A FACE ECONÔMICA: LIBERALISMO ECONÔMICO APROFUNDADO

Em meio à espiral de crise de 2008, o neoliberalismo busca manter-se e retomar o espaço perdido à força, mesmo que para isso ele precise estar na mesma cadência que a extrema direita, como vem acontecendo no contexto atual. O Brasil é um exemplo desse movimento.

⁶ Um exemplo neste caso é a publicação de 21 de abril de 2020 de Ernesto Araújo em seu blog pessoal, chamando o coronavírus de “comunavírus”, corroborando o discurso da extrema direita mundial capitaneada pelos Estados Unidos.

⁷ Como a sinalização da mudança da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, o qual possui, mesmo uma retórica, um efeito desagregador em relação aos laços comerciais e políticos com os países árabes.

⁸ Um sinal ainda maior de hostilidade à cooperação multilateral foi o recente voto contrário à resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) que propunha um acordo global para garantir o acesso a medicamentos, vacinas e equipamentos de combate à pandemia a todos os povos.

⁹ Como fizera Vargas, por exemplo, na barganha entre Estados Unidos e Alemanha, voltado para a industrialização nacional de base durante os antecedentes da Segunda Guerra Mundial.

Na política externa atual, a pauta liberal é central, e não muda com ou sem Araújo. Seu núcleo é claro, alicerçando no setor externo as possibilidades de desenvolvimento interno e focando no mercado internacional e não no interno, o que não é uma estratégia nova, já foi aplicada em outros momentos da história nacional. Dois exemplos são mais emblemáticos.

O pleito (subordinado) de entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecida como clube dos ricos, por ter uma história e uma atuação específicas, é um resgate, por exemplo, da mesma ambição demonstrada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (AZZI, 2021). Ao juntar-se a países centrais, o Brasil sinaliza querer viver de aparências, como já ocorre com México, Turquia e Coreia do Sul. Em outras palavras, a entrada na OCDE obriga o país a aceitar na Organização Mundial do Comércio (OMC) condições próprias das potências desenvolvidas que são mais desvantajosas, se comparadas às atribuídas aos países em desenvolvimento. Logo, como o Brasil não é um país desenvolvido, ele perde poder de barganha e de negociação dentro do sistema multilateral do comércio exterior, tendo que abrir mão de condições que na prática lhe fazem falta para compensar certos atrasos concorrenciais gerados em função de sua história e de sua projeção internacional. As grandes potências pressionam os países periféricos para aderir à OMC para poderem negociar em pé de igualdade, o que em meio à discrepância material abissal da prática, lhes confere muito mais vantagens.

Outro elemento requentado do passado foi o resgate da inércia de 20 anos em que estavam as negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, iniciadas justamente durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999. O período de incubação deveu-se ao fato do acordo envolver condições questionáveis, nos moldes dos tratados desiguais que permearam a relação da América Latina com a Europa no século XIX, ou seja, direcionando o comércio interbloco para a especialização das vantagens comparativas, legando aos países sul-americanos, se muito, o destino agrário-exportador de outrora. Ainda que o acordo em si seja de difícil concretização, pois demanda a ratificação nos parlamentos nacionais de todos os países envolvidos, tanto na América do

Sul quanto na Europa, e ele enfrenta resistências de todos os lados, mesmo pelo prisma dos europeus, os mais beneficiados, o avanço nas negociações simbolizou a retomada da lógica pretérita, que outrora já foi representada pela ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas) (SCHUTTE, 2021). Essa estratégia de negociação em grandes blocos visa a anular os setores com maior fôlego na concorrência dos países sul-americanos e a proteger os setores mais frágeis dos países centrais. O movimento lembra aquele feito pelo México, que deixou o histórico de integração latino-americano para trás para assinar o acordo NAFTA, transformando-se em um país de maquiladoras, perdendo pujança no desenvolvimento interno, em tecnologia e ciência própria, o que faz índices sociais cair e aumentar a pobreza e a violência, como ocorre no país norte-americano. A União Europeia, por sua vez, quer garantir o mercado sul-americano para ela, acotovelando-se na disputa com China e Estados Unidos.

Por fim, a reorientação de um Mercosul mais voltado ao comércio exterior e menos ao desenvolvimento interno, como se esboçou fazer durante os governos de Temer e de Bolsonaro, pelo Brasil, e de Macri, pela Argentina, logo encontrou entraves, com a queda do liberal e retorno do desenvolvimento pelo lado dos argentinos. Logo, apesar de mudanças importantes, o Mercosul, ainda que tenha sofrido as consequências da guinada à direita, com o esvaziamento de suas instituições não comerciais, ele ainda está em disputa para a definição de uma linha de atuação mais clara.

Em suma, o que importa ressaltar é a articulação extremista gerada pela interação das duas linhas de força da política exterior atual. A saída de Ernesto Araújo impacta apenas no alinhamento estreito às diretrizes da extrema direita mundial, mas não significa, em absoluto, o rompimento com a economia política liberal extremada, a qual foi retomada por Temer e deve seguir adiante no cenário de predominância da direita nacional.

CONCLUSÕES

A denúncia do Estado, das instituições políticas e da intervenção na economia pela extrema direita daqui acerta o calcanhar de Aquiles da esquerda institucionalista, forjada na socialdemocracia, a qual, dentro

do novo panorama internacional do pós-1990, não consegue encontrar soluções com as mesmas receitas utilizadas em tempos passados.

Em maior ou menor medida, surfando na onda da crise, o ressurgimento desses atores com pautas retrógradas e, aparentemente, ultrapassadas, contou com a falência ou insuficiência da política socialdemocrata em conceder respostas eficientes para a depauperação do mundo. O consenso socialdemocrata (próprio do fordismo, do capitalismo industrial), que sobreviveu à crise do fordismo, e se equilibrou na corda bamba, a partir dos anos 1990 (com a consolidação do pós-fordismo, do capitalismo financeiro/fictício), com a gestão do neoliberalismo e a internacionalização do Estado junto com as necessidades de bem-estar social, eclodida a bancarrota mundial, caiu em um labirinto, do qual parece não conseguir sair. A extrema direita, que, de algum modo, é sócia e coempreiteira da ordem vigente, ao criticar as mazelas da realidade, joga no colo do consenso socialdemocrata (que reúne elementos políticos à direita e à esquerda) o cadáver da institucionalidade e da normatividade (da qual são oriundos grandes avanços pontuais, mas que estruturalmente avaliza a miséria do cotidiano), que o abraça e com ele afunda.

Diferenciando-se da direita moderada pelos ataques às minorias e munidas do sempre útil e amplo anticomunismo (que engloba qualquer espectro de esquerda), miram a carcomida ordem capitalista, para mantê-la ainda mais excludente, empurrando os moderados mais ao centro (à direita e à esquerda) para a defesa da ordem estabelecida. No Brasil, internamente, a estratégia foi exitosa nas eleições de 2018 e não cessou, a despeito da chegada ao poder, a qual representou não apenas a manutenção das velhas estruturas, como o seu agravamento no sentido da ruptura de um mínimo de coesão social, decorrente do aprofundamento das políticas neoliberais.

No plano externo, a artimanha, usada por Trump contra a OMS (Organização Mundial da Saúde), por exemplo, ecoa nas palavras de Araújo, valendo-se o, agora, ex-chanceler da cartada da ilusão institucional para fomentar o anticomunismo, elemento real de polarização. A crítica à ordem institucional internacional, construída com forte influência dos Estados Unidos, a partir de 1945, e sustentáculos de sua hegemonia mundial até hoje, segue o mesmo

caminho. Em meio à crise internacional, as instituições multilaterais mostram suas fraturas e viram alvo de um falso debate que, mais do que uma nova configuração, objetiva barrar, de fato, transformações substanciais. Novamente o consenso socialdemocrata do pós-fordismo, ou seja, que mescla elementos do liberalismo político e econômico com demandas de bem-estar social, navega à deriva. Não restando nada mais a agarrar a não ser o sistema ONU (como a própria ONU e a OMS), cuja atuação é venal e altamente questionável, mas se apresenta como um mínimo de cooperação multilateral antes da barbárie completa.

Essa estratégia extremista não apenas inviabiliza as correntes progressistas, como coloca no mesmo balaio tudo aquilo que lhes confronta. O processo de intensificação da internacionalização das relações de produção, conhecido como globalização financeira, foi altamente favorável aos grandes capitais internacionais, mas gerou ainda mais concentração e deterioração das condições socioeconômicas pelo mundo. Há toda uma disputa política e teórica em relação a esse embate. A extrema direita coloca-se à margem disso e associa um pretenso globalismo (de cunho liberal, que reúne desde liberais extremados até o consenso socialdemocrata do pós-fordismo) ao internacionalismo comunista, o que é um acinte (dado que as experiências de socialismo real, como a da China, por exemplo, representam, de fato, uma alternativa à ordem neoliberal vigente), mas que encontra grande ressonância aos insatisfeitos e penitentes da globalização financeira e da institucionalidade internacional sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Ancorar-se no Estado e nas instituições políticas como um todo, é ancorar seu barco em um castelo de areia e com o primeiro grande movimento ele vai ruir. Por esse motivo, nós não podemos engrossar o coro que a burguesia gosta, no seguinte sentido de “se a extrema-direita critica o Estado e as instituições, então cabe à esquerda defendê-los”. Não, muito pelo contrário. Muitas das mazelas estruturais da nossa sociedade são postas e legitimadas no nosso dia-a-dia pelo Estado e pelas instituições políticas, formas sociais dos capitais e, conseqüentemente, do capitalismo. É preciso entender exatamente qual é o ponto para que não sirvamos de massa de manobra ou engrossemos o coro dessa

direita moderada, que não quer largar o poder e acaba trazendo para si parcela significativa da esquerda que não entende ou não tem uma plena compreensão do que é o Estado.

Por fim, o que essa percepção ampla nos permite concluir? É que nós não podemos nem subestimar, nem ridicularizar o que está acontecendo hoje na política externa nacional, mas devemos compreender Entender através de uma vertente ampla que nos impeça de comprar a primeira solução liberal que é vendida em qualquer meio de comunicação que você tenha acesso hoje em dia. Isto é, prestar muita atenção principalmente no fato de que as Relações Internacionais são fundamentais para compreensão da política como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. O marxismo como teoria finita. *Revista Outubro*, Campinas, n. 2- 05, p. 63-73, fev. 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-marxismo-como-teoria-finita/>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- AMORIM, Celso. Nau sem rumo: a política externa brasileira no início de 2019. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 32, p. 33-39, 2019.
- ARAÚJO, Ernesto. *Discurso de Posse*. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Proferido em 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores?id=317>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- ARAÚJO, Ernesto. Chegou o comunavírus. *Metapolítica 17*: contra o globalimo. 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais*, FUNAG, Brasília, v. 3, n. 6, p. 323-358, dez. 2017.
- AZZI, Diego Araújo. Subordinação pela adesão: o pleito do Brasil a membro pleno da OCDE. In: MARINGONI, Gilberto; BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 61-74.
- BENITES, Afonso. Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil: Embaixador chinês em Brasília é ameaçado por telefone após responder filho de presidente. Pequim negocia ajuda ao Brasil na crise do coronavírus. *El país*, Brasília, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BERRINGER, Tatiana; CARNEIRO, Gabriel Santos; SOPRIJO, Gabriel; SOUZA, Leonardo Martins de; BARROS, Larissa de Oliveira. Nacionalismo às avessas. In: MARINGONI, Gilberto; BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 139-152.

BRUNHOFF, Suzanne de. *The State, Capital and Economic Policy*. London: Pluto Press, 1978.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2015.

FIORI, José Luis. Geopolítica e Fé. *Jornal Valor Econômico*, jun. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Poder-e-ContraPoder/Geopolitica-e-Fe-/55/42882>. Acesso em: 5 jun. 2019.

FRIEDEN, Jeffrey. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Política Externa Brasileira e os Cem Primeiros Dias de Governo. *Fundação Perseu Abramo*, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/04/12/politica-externa-brasileira-e-os-cem-primeiros-dias-de-governo/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HELLEINER, Eric. *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to global finance*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1994.

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOVELER, Rejane Carolina. *(Neo)liberalismo, democracia e "diplomacia empresarial": a história do Council of Americas (1965-2009)*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

JAGUARIBE, Hélio. Introdução Geral: Evolução da Política Externa. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (coord.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. I. p. 31-45.

JESSOP, Bob. Regulation theory, post Fordism and the State. More than a reply to Werner Bonefeld. In: BONEFELD, Werner; HOLOWAY, John. *Post-Fordism & social form: a Marxist debate on the Post-Fordist State*. London: Macmillan, 1991. p. 69-91.

LOPES, Dawisson Belém. O chanceler de fato. *Jornal O Povo (online)*, 20 abr. 20202. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/20/dawisson-belem-lopes--o-chanceler-de-fato.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MARINGONI, Gilberto. Venezuela, o novo espantelho. In: MARINGONI, Gilberto, BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 173-182.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONIZ BANDEIRA. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018a.

OSÓRIO, Luiz Felipe. O Direito da União Europeia e a deterioração democrática e social. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, RS, v. 13, n. 1, abr. 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/29158>. Acesso em: 29 mar. 2021.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Entre aproximações e rupturas: as guinadas na integração regional. *Revista Tempo Do Mundo*, Brasília, n. 23, p. 181-202, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/rtm23art7>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PAGLIARINI, André. O pior diplomata do mundo. *Jacobin Brasil*, São Paulo, ed. esp., p. 12-21, 2019.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Acordo União Europeia- Mercosul: falsas promessas de crescimento e sustentabilidade. In: MARINGONI, Gilberto, BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE, Giorgio Romano (org.). *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 39- 60.

WOOD, Ellen M. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

CAPÍTULO 5

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL E O GOVERNO BOLSONARO: A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL E SUAS REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS

*Fernanda Mello SANT'ANNA*¹

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas discussões a partir do diálogo entre a Ecologia Política e as Relações Internacionais, sobre as lutas por justiça ambiental e os conflitos socioambientais, no caso do Brasil, com impactos para as políticas ambientais e, em especial, as políticas voltadas ao combate do desmatamento na Amazônia e suas repercussões internacionais.

Num primeiro momento será discutida a relação e as contribuições da Ecologia Política para as Relações Internacionais e em especial a produção bibliográfica da América Latina que analisa os conflitos socioambientais. Em seguida serão examinados esses conflitos e a violência que está presente

¹ <https://orcid.org/0000-0003-3381-2884>
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p121-148>

nas lutas sociais, ambientais e territoriais na América Latina, com ênfase nos dados apresentados pelo Atlas de Justiça Ambiental, o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil e também da violência contra os povos indígenas no Brasil. Essas lutas ocorrem em meio a trajetória e atual desmonte da política ambiental brasileira que tem sofrido alterações na sua configuração de mecanismos de participação social, fiscalização, orçamento, entre outros aspectos. E por último será apresentado o caso da Amazônia brasileira e como as alterações dos últimos anos do governo Bolsonaro impactaram a Política Externa Brasileira na área ambiental, em especial em relação às mudanças climáticas e ao aumento do desmatamento da Amazônia.

1. ECOLOGIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A história ambiental tem apontado as consequências e incertezas do atual modelo de desenvolvimento capitalista que inaugurou uma nova era: o Antropoceno. É importante ressaltar, no entanto, o caráter desigual da contribuição dos povos para o atual estado de degradação socioambiental em que nos encontramos. As diferenças no padrão de consumo, nas emissões de gases de efeito estufa (GEE), e na qualidade de vida (como, por exemplo, a falta de água potável para setores da população mundial) são alguns elementos que permitem demonstrar essas desigualdades.

Esta nova era chamada de Antropoceno pode ser dividida em três fases como aponta Pádua (2015a), começando pelo período de 1800 a 1945, caracterizado pela formação da era industrial (iniciada nos países europeus) e que levou a expansão maciça do uso dos combustíveis fósseis (considerados os grandes “culpados” pelas mudanças climáticas). A segunda fase seria posterior a 1945 e denominada de “a grande aceleração”, que seria a “enorme expansão quantitativa da produção e do consumo” em escala global (ainda que de forma bastante desigual entre a humanidade). A terceira fase seria a atual em que o autor se pergunta se poderia ser chamada “Antropoceno consciente de si mesmo”? Muitos questionam a verdadeira capacidade de autorreflexão sobre o atual padrão de produção e consumo, bem como das relações sociais marcadas por grande violência,

desigualdade, racismo, ou seja, diversas formas de opressão e exploração de grupos marginalizados (PALACIO *et al.*, 2017).

As desigualdades socioambientais e a degradação ambiental, agravadas pelo atual modelo de desenvolvimento capitalista, têm causado diversos conflitos socioambientais, estudados pela Ecologia Política. Como já abordado por Sant’Anna e Moreira (2016) a Ecologia Política é uma área que tem apresentado discussões importantes para uma abordagem mais crítica da Política Ambiental Global para além das perspectivas dos regimes ambientais internacionais e da governança ambiental global. Trata-se de pensar a cisão entre a sociedade e a natureza na modernidade Ocidental e como esta ontologia se baseou na hierarquia entre seres humanos e não-humanos, além da hierarquia de classificação racial com a colonização (QUIJANO, 1992). A modernidade também estabeleceu uma hierarquia de saberes colocando a ciência moderna Ocidental como único conhecimento válido, em sua pretensão de universalidade, e inferiorizando outros conhecimentos e outras cosmologias (CASTRO-GOMES, 2005; DUSSEL, 2005).

2. A NATUREZA COLONIZADA EM ABYA YALA

A Ecologia Política desenvolvida na América Latina tem grande relação com a perspectiva decolonial, começando com a própria discussão sobre a invenção do nome “América Latina”, já que:

Até começos do século XVI, o continente não figurava nos mapas porque não havia sido inventada a palavra nem havia nascido a ideia de um quarto continente. O território existia e as populações também, é claro, mas eles davam seu próprio nome ao lugar onde viviam: Tawantisuyu a região andina, Anáhuac ao que na atualidade é o vale do México e Abya-Yala a região que hoje em dia ocupa o Panamá. Os povos originários não conheciam a extensão do que logo se denominou “América”. [...] A confusão do assunto é que uma vez que o continente recebeu o nome de América no século XVI e que a América Latina foi denominada assim no século XIX, foi como se esses nomes sempre tivessem existido. (MIGNOLO, 2007, p. 28, tradução nossa).

A colonialidade do poder, do ser e do conhecimento que persiste no mundo atual encontra-se na discussão sobre a colonialidade da natureza:

Ela, tanto como uma realidade biofísica (sua flora, sua fauna, seus habitantes humanos, a biodiversidade de seus ecossistemas) e sua configuração territorial (a dinâmica sociocultural que articula significativamente esses ecossistemas e paisagens) aparece diante do pensamento hegemônico global e diante das elites dominantes da região como um espaço subalterno, que pode ser explorado, arrasado, reconfigurado, de acordo com as necessidades dos atuais regimes de acumulação. (HÉCTOR ALIMONDA, 2011, p. 22, tradução nossa).

A perspectiva da Ecologia Política latino-americana que parte da abordagem decolonial tem analisado os conflitos socioambientais e territoriais que muitas vezes se confundem, ou melhor, também recebem a denominação de lutas pela terra ou pelo território. Partindo de uma abordagem em que o território abarca tanto o material quanto o simbólico (HAESBAERT, 2006). Como apontado por Gonçalves (2017, p. 54, tradução nossa):

a luta pela terra é muito mais do que a luta por um meio de produção: é também a luta por um certo horizonte de sentido para a vida com a terra, enfim, como território. Além disso, é a luta pela Terra cujo colapso ambiental manifesta, no fundo, a ruptura metabólica a que a racionalidade tecnocientífica, subordinada à incessante acumulação de capital e ao seu produtivismo, conduz a humanidade e o planeta.

A aceleração da velocidade dos fluxos de informações, pessoas, produtos, capitais, resíduos, poluição, etc., do atual momento histórico suscitou algumas abordagens que exaltam a imaterialidade com a virtualização e pressupõe uma desterritorialização e desmaterialização da economia. Todavia, as evidências têm mostrado o contrário, uma utilização cada vez maior de recursos naturais, ocasionando um processo de desterritorialização de grupos e povos que se veem expulsos de seus territórios devido à exploração de minérios, construção de hidrelétricas,

expansão do agronegócio, entre outras atividades econômicas e ao crescimento urbano. Esta expulsão das comunidades de seus territórios aprofunda a ruptura metabólica e deixa a terra livre para a acumulação incessante de capital e rumo ao colapso ambiental (GONÇALVES, 2017; HAESBAERT, 2004; MARTINEZ-ALIER, 2007).

Os estudos dos conflitos ecológicos distributivos, ou melhor, das lutas por justiça ambiental, tem sido uma das contribuições das discussões da Ecologia Política latino-americana (SANT’ANNA; MOREIRA, 2016). As desigualdades no acesso aos recursos naturais, bem como dos efeitos da sua degradação e poluição são decorrentes das desigualdades históricas das estruturas sociais que afetam as pessoas de acordo com classe social, raça, gênero, etnia, entre outras formas de opressão. As resistências a essas opressões e desigualdades tem gerado conflitos, que precisam ser analisados a partir da compreensão de que as sociedades se reproduzem por processos socioecológicos, isto é, toda sociedade conforma o mundo material de significados. E diferentes grupos sociais terão uma relação própria com este mundo material a partir dos significados e valores culturais e históricos, e que muitas vezes não pode ser traduzido na mesma lógica da sociedade Ocidental moderna. Assim, diferentes projetos sociais de uso, valorização e significação da materialidade se confrontam, dotando a chamada “questão ambiental” de um caráter conflitivo (ACSERALD, 2004a, 2004b). Por isso também a impossibilidade de tratar os problemas e conflitos socioambientais de forma “técnica” e despolitizada, como vem sendo apresentada em alguns discursos contemporâneos (ACSERALD, 2004c; SANT’ANNA; HONORATO; BORTOLETTO, 2020; SWYNGEDOUW, 2009).

Os chamados movimentos por justiça ambiental levaram a criação de redes, como o caso da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) que congrega diferentes iniciativas de diversas instituições pelo Brasil:

Menciono, na ordem de data de sua criação, mas atuando em sinergia, o Programa de Cartografia Social desenvolvido sob a liderança do professor Alfredo Wagner Breno de Almeida. Esse programa dá visibilidade às comunidades e povos da Amazônia e hoje se espalha por outras regiões do país; o Mapa de Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro (Instituto de Pesquisa

e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ e FASE), antecedido pelo Mapa de Racismo Ambiental; o Mapa de Conflitos, que envolvem injustiça ambiental e saúde (Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, e FASE); o Mapa de Conflitos Ambientais de Minas Gerais (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, GESTA/UFMG), o Núcleo de Investigação em Injustiças Socioambientais (NIISA/Unimontes). É indispensável lembrar igualmente: a criação, nesses últimos anos, de núcleos em diferentes universidades públicas – a maioria deles inclusive convocou o seminário -, que dedicam boa parte de seu trabalho acadêmico aos conflitos sociais e ambientais e à promoção da justiça ambiental; e as relatorias para o direito humano ao meio ambiente, da Plataforma para os Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA) e o Dossiê Abrasco sobre Agrotóxicos. (LEROY, 2014, p. 24-25).

Entre tantas outras iniciativas que surgiram dentro desta perspectiva no Brasil e na América Latina, podemos citar ainda o Atlas do Uso dos Agrotóxicos no Brasil (BOMBARDI, 2017), e o Observatório Latino-Americano de Geopolítica, coordenado pela professora Ana Esther Ceceña da Universidade Autônoma do México (UNAM).

3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A VIOLÊNCIA

A constatação da violência relacionada aos conflitos socioambientais pode ser feita em diferentes pesquisas e bases de dados do Brasil, e de outros países. Em uma tentativa de denunciar e ao mesmo tempo analisar essa escalada da violência, Martinez-Alier e Navas (2017) a partir da base de dados do Atlas de Justiça Ambiental (EJATLAS, 2021), apresentam um panorama desta violência na América Latina e destacam que entre os assassinatos de ecologistas no mundo e nesta nova fase de criminalização dos protestos sociais, são as mulheres as protagonistas que têm sofrido com a violência e morte. Dentre esses assassinatos com grande repercussão internacional está o caso de Berta Cáceres que em 2016 foi morta em sua casa em La Esperanza (Honduras):

Berta era uma ecologista de longa data, seu assassinato teve ressonância mundial, especialmente na América Latina. Um marco que não passou despercebido pela imprensa internacional, embora não seja isolado. Todos os anos, defensores do meio ambiente, da vida, são assassinados em todo o mundo. (MARTINEZ-ALIER; NAVAS, 2017, p. 29, tradução nossa).

Ainda segundo os autores:

À medida que a economia cresce e o metabolismo social muda, surgem conflitos ecológico-distributivos que levam a protestos ambientais que se expressam com várias linguagens de valoração (Martínez-Alier, 2011) como valores sagrados da natureza, demandas por compensação monetária ou territórios indígenas, entre outros. E a repressão recai em graus variados contra aqueles que protestam, como membros que são, embora não saibam disso, do movimento global pela justiça ambiental (MARTINEZ-ALIER; NAVAS, 2017, p. 30, tradução nossa).

O processo chamado de desenvolvimento e modernização, que se representa como avanço social, é acompanhado por diversos conflitos e violência (ESCOBAR, 1995). Processo esse permeado pela colonialidade do poder que se reflete na subjulgação do Outro, no seu silenciamento e na desqualificação de seu conhecimento. De certa forma, naturaliza-se a violência nos conflitos socioambientais

Há a violência dos jagunços, capangas, pistoleiros de aluguel e afins, protagonistas funcionais da materialidade do desenvolvimento no território. Mas também há o aviltamento do trabalho informal, na cidade e no campo, da moradia precária nas beiradas insalubres e improdutivas do que é visto como paisagem do “progresso” e das vãs buscas do subcidadão por uma oportunidade fingida de sobrevivência em relação às quais, quando se manifesta publicamente para reivindicar tratamento digno, colhe intolerância, espancamentos, prisões arbitrárias. Disseminam-se as mortes e os desaparecimentos em circunstâncias variadas envolvendo conflitos socioambientais, frente às quais as rotinas do Estado supõem que possam ocorrer e manter-se por longo tempo sem explicação. A

violência física também corresponde à violência simbólica, na transformação do outro em mera categoria administrativa, como atingido, reduzindo o conflito à abordagem de um economicismo vulgar, cujas feições são predominantemente quantificáveis e passíveis de contabilização, conflito sobre o qual se pode colocar um preço – por sinal, pífio – à parte em desvantagem e assim, supostamente, contê-lo, a despeito de direitos individuais e coletivos inalienáveis e prescritos constitucionalmente. (ZHOURI; VALENCIO, 2014, p. 11-12).

O Atlas de Justiça Ambiental (EJATLAS, 2021) apresenta 172 casos de conflitos no Brasil divididos em diferentes categorias: 1) nuclear; 2) exploração mineral e de materiais de construção; 3) gestão de resíduos; 4) Biomassa e conflitos agrários (florestas, agricultura, pesca e pecuária); 5) Combustíveis fósseis, justiça climática e energética; 6) Gestão da água; 7) Infraestrutura e ambiente construído; 8) Turismo e lazer; 9) Biodiversidade e conservação; 10) conflitos industriais e utilitários. Trata-se, é claro, de conflitos com maior repercussão, seja dos protestos ou dos efeitos devastadores como foi o caso dos rompimentos das barragens de Brumadinho e Mariana.

Infelizmente o assassinato de lideranças de movimentos por justiça ambiental no Brasil tem sido recorrente e alguns alcançaram mais visibilidade internacional que outros. O assassinato do líder sindical e seringueiro Chico Mendes apresentou grande repercussão e seu nome tem sido lembrado em diferentes iniciativas como a Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre, e até mesmo no nome da instituição responsável pelas Unidades de Conservação no Brasil o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Martinez-Alier e Navas (2017) ainda recordam de Nicinha, importante liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Rondônia que foi assassinada em 2016 (Mutum Paraná-RO) no conflito em torno das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira. Lembram de Maria do Espírito Santo e José Claudio Ribeiro da Silva (Zé Claudio) que foram assassinados em 2011 em conflito envolvendo o desmatamento no estado do Pará, madeireiros, grilagem de terras e reservas extrativistas. A morte da ativista

Dorothy Stang em 2006, devido aos conflitos agrários também no Pará, ganhou grande projeção internacional. Eles apontam que dos 1.270 casos de homicídios relacionados a questões agrárias reportados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 1985 e 2013, menos de 10% chegaram aos tribunais, o que demonstra a grande impunidade que persiste nestes casos (MARTINEZ-ALIER; NAVAS, 2017).

Outra importante iniciativa neste sentido é o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013), que se refere aos conflitos “claramente declarados” e não apenas a denúncias de injustiças. Isto é, entende-se como conflito quando existe uma reação por parte da comunidade afetada que apresenta resistência e mobilizações transformando-se em conflito. Na última atualização do mapa, este apresentava um total de 611 conflitos em todo o território nacional. Tais conflitos podem ser analisados por grupos da população (por exemplo: agricultores familiares, caiçaras, entre outros), por atividades geradoras de conflitos (tais como: agroindústria, barragens e hidrelétricas, etc.), por danos à saúde (como contaminação química, doenças respiratórias, violência-assassinatos, etc.), por impactos socioambientais (exemplo: desmatamento, erosão do solo, falta de saneamento básico, etc.), ou por Unidade da Federação (UF). No caso do estado de São Paulo, por exemplo, foram relatados 52 casos.

Carlos Walter Porto Gonçalves (2017) aponta dois movimentos diferentes que surgem por um lado fruto das identidades que estão relacionadas a territorialidades ancestrais e históricas, como no caso dos movimentos indígenas, quilombolas, de comunidades camponesas, de seringueiros, ribeirinho, entre outros. E, por outro, a formação de movimentos sociais cuja identidade é construída a partir das agressões que sofrem, tal como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Os povos indígenas de Abya Yala também tem sido alvo de inúmeras violências desde a colonização e que persiste com a colonialidade do poder, do saber e do ser. São povos que estão envolvidos em conflitos territoriais que refletem a incomensurabilidade dos valores e significados dos recursos materiais e dos seres vivos não-humanos para diferentes culturas. No

“Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019”, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), demonstra como esta violência que nunca cessou, tem se agravado nos últimos anos já no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil. O que aponta para a “intensificação das expropriações de terras indígenas, forjadas na invasão, na grilagem e no loteamento” (CIMI, 2020). De acordo com o Relatório, em 2019, das 19 categorias de violência sistematizadas nesta publicação, ocorreu um aumento em 16 delas. Na categoria “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” houve um salto de casos registrados de 109 em 2018 para 256 casos em 2019 (CIMI, 2020).

Pode-se dizer que esta violência crescente ocorre junto com o chamado genocídio doméstico:

[...]considerados os atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupos étnicos, raciais ou religiosos, incluindo formas de genocídio cultural. Nos tipos de genocídio doméstico se encontra aquele praticado contra povos indígenas. Esta é uma forma contemporânea dos massacres do período colonial, atualmente perpetrada contra os pequenos grupos de caçadores e coletores ameaçados de extinção, vítimas de uma economia de desenvolvimento predatório, como no caso do povo indígenas Awá-Guajá” (O'DWYER, 2014, p. 86).

Tal violência se perpetua nos governos com modelos neoliberais e, também nos modelos neodesenvolvimentista e neoextrativista, que tem se revelado mesmo em governos chamados de progressistas na América Latina, o que permitiu a continuidade dos conflitos socioambientais no Brasil e da violência que os acompanha (ZHOURI; VALENCIO, 2014). Lander (2017) evidencia como o debate sobre o extrativismo tem gerado duas formas majoritárias de tratar esta temática dentro desses governos progressistas latino-americanos das últimas décadas. Por um lado, estão aqueles que defendem como prioridade lutar contra as políticas neoliberais com a recuperação do Estado, da soberania nacional, e superar a pobreza no curto prazo por meio do crescimento econômico. De forma que não teria prioridade, ou seriam pouco problematizadas, questões relacionadas

ao patriarcado, interculturalidade, autonomias territoriais e impactos ambientais do extrativismo. O Estado seria o grande protagonista das transformações necessárias, colocando o controle sobre a exploração das matérias-primas em mãos estatais. Do outro lado estão várias perspectivas que defendem atuar igualmente e de forma simultânea contra o racismo, o patriarcado, a colonialidade e o antropocentrismo característicos do capitalismo. E as mudanças passariam necessariamente pelos movimentos e organizações sociais, povos e comunidades. Desta forma, possuem “visões radicalmente críticas em torno da possibilidade de que a acentuação do modelo extrativista possa ser considerada uma forma de superar o capitalismo” (LANDER, 2017, p. 80, tradução nossa).

Ainda que o modelo neoextrativista tenha obtido êxitos importantes com programas sociais que possibilitaram tirar milhões de pessoas da linha de pobreza, o crescimento se deu com um modelo de produção extrativista e de reprimarização da economia. No entanto, “acelerou-se o fornecimento dos insumos necessários para alimentar a lógica predatória global e consolidou-se a ordem capitalista contra a qual vinha sendo combatida” (LANDER, 2017, p. 82, tradução nossa).

Esta tendência em governos progressistas, como foi o caso do Brasil na segunda década do século XXI, pode ser vista na análise de Leroy (2014) sobre a flexibilização de normas ambientais e desregulação que tem ameaçado os direitos humanos de muitas comunidades no Brasil. Ele relata diferentes ações como Medidas Provisórias, Propostas de Emendas à Constituição, Portarias, Leis, entre elas a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) que instituiu a tese do marco temporal que põe em xeque as demarcações de Terras Indígenas, e o Novo Código Florestal alterado em 2012. Leroy finaliza ainda apontando os efeitos perversos das alterações propostas para a democracia, visto que em muitas delas estão presentes mecanismos que dificultam o direito à informação, o direito à expressão, entre outros que promovem a “relativização dos direitos humanos” (LEROY, 2014, p. 41). Ou seja, no momento em que a política ambiental no Brasil parecia estar se consolidando, ocorrem diversas iniciativas de flexibilização das normas e desregulação para priorizar setores da economia de modelo neoextrativista.

4. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

Este contexto de violência que caracteriza os conflitos socioambientais no Brasil, com a ênfase em um modelo neoextrativista que intensifica as disputas e os conflitos, ocorre, portanto, em paralelo com o desmonte da política ambiental no país. Para entender este processo é preciso primeiramente revisar alguns marcos da formação desta política.

Moura (2016) considera que as primeiras normas estabelecidas entre as décadas de 1930 e 1960 no Brasil sobre temas ambientais se referiam a políticas setoriais que focavam na administração e controle sobre a exploração dos recursos naturais. Nas décadas de 1960 e 1970 foram instituídas algumas iniciativas importantes tais como a Política Nacional de Saneamento (Lei 5.318 de 1967), o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) ligada ao Ministério do Interior, além de alguns órgãos ambientais estaduais que surgiram no período (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Somente na década de 1980, no entanto, que se destacaram iniciativas mais consistentes com uma política ambiental propriamente dita, como a Política Nacional de Meio Ambiente e a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) (Lei 6.938/81). A partir de então o CONAMA aprovou resoluções sobre o licenciamento ambiental, tais como as “Resoluções n. 001/1986 e n° 009/1987, que tratam, respectivamente, do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e das audiências públicas prévias ao licenciamento” (MOURA, 2016, p. 17). Ainda no final da década, com a Constituição de 1988 há uma tentativa de descentralização da política ambiental com a criação e fortalecimento de órgãos estaduais e municipais ambientais. Além do que, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é criado em 1989, concentrando diversas funções que antes pertenciam a diferentes instituições. No entanto, a partir dos anos 2000, o órgão começou a sofrer fragmentações com funções sendo transferidas para outros órgãos como o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o ICMBio (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Na década de 1990 novas iniciativas contribuem para a continuidade da institucionalização da política ambiental. Já em 1990 é criada a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (Semam/PR), fato também influenciado pela organização da Rio-92 no Brasil, que se preparou com a instituição da Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA). Em 1992 a Semam/PR é extinta e substituída pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA). Neste período, a influência de recursos externos para o financiamento da política ambiental no Brasil chama atenção:

O Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) iniciou sua atuação em 1991, como o primeiro grande investimento (com empréstimo do Banco Mundial) realizado pelo governo federal para investir na área ambiental. [...] Nesta década, o MMA operou com poucos recursos humanos e financeiros, a maior parte oriunda de empréstimos via agências multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud). Como estes recursos eram de difícil utilização, em vista da necessidade de uma contrapartida nacional e da rigidez das regras dos financiadores, havia uma morosidade na execução dos projetos que faziam parte de programas como o PNMA e o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PP-G7). Neste período, o ministério operou apenas com alguns poucos funcionários cedidos de outros órgãos (como o IBAMA) e terceirizados com contratos temporários intermediados pelo PNUD, agência que intermedia recursos dos financiadores externos nos empréstimos realizados para os programas do órgão. (MOURA, 2016, p. 18).

Neste período se acentua o processo de descentralização da política ambiental. Os estados da federação estabeleceram políticas estaduais de meio ambiente e as instituições para sua implementação, ainda que com características diferentes, processo que se completa em 1996. Embora a participação social também seja um elemento importante destas políticas ambientais em todos os entes federativos, este tema envolve uma grande complexidade para ser tratado de forma superficial e merece um destaque a parte que não é o foco deste artigo. No caso dos municípios a descentralização enfrenta diversas dificuldades para sua efetiva consolidação:

Ao longo dos anos, a descentralização, como parte da Política Nacional de Meio Ambiente, tem ocorrido de forma fragmentada, descontínua e seletiva. Nesse período, os estados e municípios experimentaram diferentes graus de descentralização, tornando-se necessárias ações coordenadas pelo governo central. Alguns fatores podem explicar esse quadro: falta de técnicos nos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, falta de capacitação técnica e treinamento, salários defasados, quando comparados aos praticados pela iniciativa privada; instituições despreparadas para assumir atividades ambientais; carência de recursos financeiros e de infraestrutura; ausência de instrumentos de gestão ambiental, dentre outros. (BURSZTYN; BURSZZTYN, 2012, p. 498).

Na década seguinte, em especial no período de 2000 a 2012, diversas leis são estabelecidas como a que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), entre outras (MOURA, 2016). Ao mesmo tempo em que são estabelecidas novas normativas para a regulação de temáticas ambientais específicas, também havia um movimento para a diminuição das regulações ambientais, culminando no atual governo no desmantelamento da política ambiental brasileira. Entre as últimas alterações realizadas destacaremos: o desmonte do CONAMA e de outros órgãos colegiados vinculados ao MMA, com restrição da participação da sociedade civil; liberação acelerada de agrotóxicos e esvaziamento de políticas de segurança alimentar e nutricional; alterações no Fundo Amazônia e na aplicação de seus recursos.

As ações do atual governo de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil têm sido acompanhadas e analisadas por diversas instituições e acadêmicos (ASCEMA, 2020; FERRANTE; FEARNSSIDE, 2019; SAUER; LEITE; TUBINO, 2020; WERNECK *et al.*, 2021). Isto levou, entre outros tipos de denúncias, a ações na Justiça como aquelas realizadas por alguns partidos políticos e outras instituições relacionadas ao congelamento do Fundo Amazônia e do Fundo Nacional do Clima, bem como tem apontado outras ações que visam o desmonte da política ambiental brasileira (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021a, 2021b). Recentemente, a

própria Política Federal, por meio do superintendente da instituição no Amazonas, apresentou uma denúncia-crime ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro de meio ambiente Ricardo Salles e o senador Telmário Mota (Pros). Nesta denúncia são apresentadas evidências de terem cometido três crimes: “atrapalhar a fiscalização ambiental, advocacia administrativa e embaraçar investigação destinada a combater uma organização criminosa” (SOUZA, 2021), referentes a uma operação de apreensão de madeira ilegal na Amazônia.

Para Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 289), o atual governo federal pode ser caracterizado por uma “coalisão de conveniências”, pois envolve “setores conservadores católicos, mas especialmente de evangélicos neopentecostais, forças armadas, concertação política do agronegócio, direita “tradicional” e neoliberal, capital financeiro e neofascistas”. Os autores apontam ainda que este governo está implementando uma política econômica neoliberal, além da política de “guerra cultural”, ou seja, de combate aos inimigos do governo, e também uma política de “Estado mínimo” por meio do desmonte e sucateamento de instituições estatais. Além disso, ressaltam que as “alterações administrativas explicitam o caráter autoritário do governo, especialmente na exclusão de espaços democráticos de participação e acompanhamento de políticas públicas” (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 292). Apresentam como exemplo, entre outros, o caso do CONAMA que foi alterado em sua composição diminuindo as vagas para os membros da sociedade civil. Além do próprio IBAMA que tem sofrido com demissões, cortes de orçamento, bem como com intervenções e discursos que buscam denegrir e desautorizar as atividades de fiscalização do órgão:

O presidente Bolsonaro afirmou repetidamente seu desejo de enfraquecer o licenciamento ambiental (Fearnside 2018) e prometeu remover a autoridade de licenciamento do IBAMA, a agência ambiental federal que faz parte do Ministério do Meio Ambiente (Soterroni et al. 2018). [...] O governo também destituiu de seus cargos os superintendentes do Ibama em 21 dos 27 estados brasileiros. O Ministério do Meio Ambiente planeja estabelecer um ‘núcleo’ dentro do ministério para revisar e modificar ou anular as multas emitidas pelo IBAMA. No atual governo, o Ibama teve o

piores desempenho de sua história. O Ibama agora costuma avisar com antecedência onde vai realizar as inspeções de desmatamento ilegal, o que não resultou em punições para os infratores, apesar de 95% do desmatamento ocorrido nos primeiros 3 meses da administração presidencial ser ilegal (MapBiomass 2019). Taxas de desmatamento dispararam, com a taxa de junho de 2019 (primeiro mês de seca na nova presidência) subindo 88% em relação à taxa de 2018 no mesmo mês (INPE 2019). (FERRANTE; FEARNSTIDE, 2019, p. 261).

Outras instituições da política ambiental que passaram por uma reestruturação administrativa está a Agência Nacional de Águas que passou do MMA para o Ministério do Desenvolvimento Regional, e o Serviço Florestal Brasileiro que também era vinculado ao MMA e passou para o Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA). Isto faz parte da estratégia de esvaziamento do Ministério de Meio Ambiente que vem sendo implementada desde o início do governo de Bolsonaro. A questão da própria nomeação de Ricardo Salles para o MMA já indica essa estratégia (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020). Diversas ações, como as medidas provisórias demonstram as intenções das políticas do governo, tal como a chamada MP da grilagem:

[...] destaque para a edição de diversas Medidas Provisórias (MP) e Projetos de Lei (PL), quase sempre, atendendo as demandas de alguns grupos focais (em sua maioria empresariais), como foi o caso da MP 910/19, endereçada aos políticos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). [...] Essa MP tornou possível regularizar áreas oriundas do patrimônio da União em todo o Brasil, não importando a forma como a apropriação tivesse ocorrido (ou seja, garantiu a regularização fundiária mesmo para quem se apropriou da terra de forma violenta). (KLUCK, 2020, p. 684-685).

A política de aceleração e flexibilização para a liberação de agrotóxicos também tem gerado protestos e análises acadêmicas. Desde 2019 já haviam sido aprovados 475 novos pesticidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) acelerando o processo que levava em torno de 6 anos

(BRAGA *et al.*, 2020). Muitos dos quais são banidos na União Europeia (UE) e outras partes do mundo. Também foram encontrados em pesquisas com legumes, frutas e outros alimentos, taxas de agrotóxicos superiores ao permitido no Brasil, que ainda é maior do que na UE, por exemplo, além do que é preciso levar em conta que esses produtos são exportados pelo Brasil, o que pode e tem afetado a compra de determinados produtos por clientes estrangeiros (BRAGA *et al.*, 2020). Neste caso, chama atenção a perseguição sofrida pela geógrafa e professora da Universidade de São Paulo (USP) Larissa Bombardi, que realizou pesquisas sobre o uso de agrotóxicos e o fluxo de produtos para a UE (BOMBARDI, 2017; REDE BRASIL ATUAL, 2021).

Essas ações e outras políticas ambientais específicas para os problemas da degradação da maior floresta tropical contínua do mundo, a Amazônia, são importantes para entender as consequências das estratégias empregadas pelo governo Bolsonaro para o desmonte da política ambiental e seus efeitos para a Política Externa Brasileira (PEB). Ainda que a Amazônia, enquanto bacia hidrográfica e também como um grande bioma, seja transnacional, abarcando os territórios de sete países sul-americanos mais a Guiana Francesa (SANT’ANNA, 2017), iremos tratar especificamente da Amazônia brasileira.

5. AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONSEQUÊNCIAS DO DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA A PEB

A aceleração da degradação ambiental da Amazônia se intensifica na década de 1970, quando se acentua também o desmatamento, entre outros problemas socioambientais como os conflitos territoriais e agrários (PÁDUA, 2015b). É importante, no entanto, ressaltar que o planejamento para a exploração e povoamento da Amazônia pelo Estado brasileiro começa muito antes, como bem salienta Becker (2007). É principalmente no final dos anos 1980 que a mobilização transnacional de grupos sociais como os povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos e demais comunidades consegue maior visibilidade nacional e internacional para suas lutas e outras formas de viver e utilizar os recursos da floresta (BECKER, 2007).

Com a consolidação da temática ambiental na agenda internacional, em especial, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), os chamados “povos da floresta” colocaram em xeque quem realmente contribuiu para a preservação e sustentabilidade das florestas. A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) desde 2014 publica mapas e estatísticas sobre as Áreas Naturais Protegidas (ANP) e Territórios Indígenas (TI) na região amazônica, o que permitiu uma análise sobre a criação destas áreas e sua relação com a dinâmica do desmatamento (RAISG, 2016). Destaca-se:

No âmbito regional, uma primeira análise estatística nos mostra que antes de 1970 havia sido criada menos de 3,3% da área total das ANP aqui reportada, e que apenas entre 2000-2014, mais da metade foi criada (50,8%) de toda aquela superfície regional (869.319 km²) das ANP. [...] Uma análise anterior da mesma RAISG relatou uma cobertura florestal original da Amazônia estimada em 6,1 milhões de km², dos quais 9,7% haviam sido perdidos até o ano de 2000 (591.414 km²), sendo determinante o peso das ANP e TI para impedir a perda de florestas amazônicas, que historicamente se concentra fora desse tipo de unidades de conservação, com pouco menos de 93% da área desmatada até o ano 2000. (RAISG, 2016, tradução nossa).

Estes estudos revelam, portanto, a importância das ANP e TI para conter o avanço do desmatamento, em especial no chamado “arco do desmatamento” na Amazônia Brasileira (BEKCER, 2007). Além destas políticas ambientais de criação de unidades de conservação, tem se consolidado na governança ambiental global formas de mercantilização da natureza como por exemplo o mercado de carbono e o pagamento por serviços ambientais. Trata-se do paradigma predominante também chamado de “modernização ecológica” ou “neoliberalismo verde” que caracteriza o discurso sobre o desenvolvimento sustentável (MCCARTHY; PRUDHAM, 2004).

A proteção da Amazônia brasileira teve muito apoio da cooperação internacional, já que o governo brasileiro não dispunha (ou não quis dispor) de recursos financeiros para as iniciativas necessárias. Assim, o

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7) foi um programa que financiou diversos projetos sustentáveis na região desde o início dos anos 1990 e durou 17 anos, sendo substituído em 2003 por um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial. Inaugurando uma série de programas e projetos para combater o desmatamento e a degradação da floresta. Lembrando que nos anos 2000 foi criado o SNUC, depois alterado em 2007 com a criação do ICMBio. Em 2003 teve início o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e no ano seguinte o Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), e o DETER (Sistema de Detecção em Tempo Real), que permitiram avaliar que a taxa de desmatamento na Amazônia Legal naquele momento era de 27.772 km² (MMA, 2021). Já em 2008 foi criado o Fundo Amazônia e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), seguido pela Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) em 2009.

O Marco de Varsóvia em 2013 instituiu as regras para o REDD+, que permitiram a elaboração das políticas de REDD+ no Brasil. Em 2015 ocorre um aprimoramento do Sistema DETER e DETER B. E, durante a Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) na qual os países assinam o Acordo de Paris, em 2016, o Brasil apresentou suas “Contribuições Nacionalmente Determinadas” (Nationally Determined Contributions – NDC). Neste ano também é aprovada a 4ª. Fase do PPCDAM pelo GPTI. Estas medidas possibilitaram “84% de redução da taxa de desmatamento anual entre 2004 e 2014” (MMA, 2021).

A partir do governo Bolsonaro em 2019 várias mudanças ocorreram nas políticas de fiscalização e combate ao desmatamento revelando a militarização da proteção ambiental da Amazônia. A tentativa de desacreditar e deslegitimar os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e a própria instituição, sobre o desmatamento na Amazônia culminaram na exoneração do presidente do INPE, numa estratégia de produção da ignorância sobre os dados do desmatamento (BRANT; WATANABE, 2019). De acordo com o monitoramento feito pelo Observatório do Clima durante o ano de 2020 do governo Bolsonaro:

[...] a receita para o desmonte ambiental, neste primeiro momento, consiste em fazer todas as mudanças possíveis de forma infralegal, sem precisar passar pelo Congresso, onde de fato o governo amargou derrotas em 2020. Segundo dados do projeto Política por Inteiro, de janeiro a dezembro de 2020 houve 593 canetadas do governo federal relacionadas a meio ambiente. Na classificação por impacto das normas, 57 determinavam reformas institucionais, 32 eram revisações de regulamentos, 32 promoviam flexibilização, 19 desregulação e 10 eram revogações. (WERNECK *et al.*, 2021, p. 4).

O relatório continua com as principais ações neste sentido (não necessariamente em ordem de importância): a) flexibilização do controle da exportação de madeira ilegal; b) corte do orçamento do MMA e do IBAMA, bem como a não utilização de orçamentos de alguns programas específicos; c) nomeação de policiais militares sem conhecimento técnico para cargos nos órgãos ambientais; d) proposta de extinção do ICMBio e fusão com o IBAMA; e) terceirização da proteção ambiental da Amazônia para os militares que culminou no “Plano Mourão”, com a recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, além do que as ações do IBAMA de fiscalização na Amazônia passaram a ser coordenadas pelo Ministério da Defesa; f) atropelo do CONAMA com a diminuição dos membros e aumento da representação da União; g) órgãos colegiados extintos ou redefinidos com diminuição da participação da sociedade civil como foi o caso da CONAREDD; h) censura aos funcionários do MMA e do IBAMA, bem como intimidação e perda de transparência nas ações do IBAMA; i) queda nas ações de fiscalização e aplicação de multas ambientais (WERNECK *et al.*, 2021). Estas ações convergiram para que o país ficasse:

[...] 180% acima da meta traçada na Política Nacional de Mudanças Climáticas de limitar o desmatamento na Amazônia em 2020 a 3.925 km² no máximo (redução de 80% em relação à média 1996-2005). [...] Até dezembro, o número de focos de queimada no bioma era 15% maior do que em 2019, ano em que o fogo colocou o Brasil no centro de uma crise internacional (WERNECK *et al.*, 2021, p. 22).

Cabe destacar a redução do orçamento do MMA e do IBAMA que no caso da fiscalização ambiental e combate a incêndios florestais teve redução de 34,5% em relação a 2019. No caso do ICMBio foi cortado 61,5% do orçamento previsto para à criação, implementação e gestão das UCs, levando a promessa do governo de rever todas as UCs no território nacional (WERNECK *et al.*, 2021). Além disso, o “maior responsável pela queda de 83% do desmatamento de 2004 a 2012, o PPCDam na prática está extinto, mas jamais chegou a ser revogado formalmente” (WERNECK *et al.*, 2021, p. 7).

Desde o início do governo Bolsonaro as ações de desgovernança e desmonte da política ambiental repercutiram internacionalmente. As mudanças no Fundo Amazônia e na PNMC tiveram um impacto negativo na imagem do Brasil no exterior e, em alguns casos, geraram tensões com alguns países, em especial com os países financiadores do Fundo como Noruega e Alemanha. Já que o Brasil paralisou as ações do Fundo desde 2019 e não usou os R\$ 2,9 bilhões doados por eles. Inclusive o governo está sendo processado no STF por este motivo (WERNECK *et al.*, 2021).

Entre outros efeitos internacionais está a paralisação das negociações do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, tendo alguns eurodeputados demonstrado questionamentos sobre a política ambiental no Brasil. Em 2020 um grupo de “30 fundos de investimento de oito países, que juntos manejam ativos de US\$ 4,1 trilhões, escreveu às embaixadas brasileiras pedindo explicações sobre a crise ambiental” (WERNECK *et al.*, 2021, p. 12). Mais recentemente o governo Bolsonaro está em um impasse com o governo do presidente Joe Biden dos EUA em relação ao combate às mudanças climáticas e ao desmatamento. Em uma reunião deste ano de 2021 com o enviado especial para o clima John Kerry o ministro Ricardo Salles teria condicionado ações neste sentido se houvesse uma “expectativa de pagamentos”. Assim, “na reunião do dia 17 de março, por exemplo, o ministro brasileiro pediu US\$ 1 bilhão até 2021 para ajudar na preservação da floresta” (DIAS, 2021). Em meio a esse contexto diversas iniciativas da sociedade civil buscaram influenciar o presidente Biden a não fazer um acordo com o governo Bolsonaro, devido ao não cumprimento das metas de redução de emissões bem como as ações de retrocesso e desmonte

da política ambiental, e de violência e desrespeito aos direitos dos povos indígenas no Brasil (ALENCASTRO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A degradação ambiental acompanhada por conflitos socioambientais no Brasil tem sido palco de grande violência e injustiça ambiental. A abordagem crítica da Ecologia Política latino-americana permite analisar a persistência da colonialidade do poder, do ser e do saber no modelo neoextrativista da natureza colonizada. A dívida ecológica gerada por séculos de colonização e depois inserção desigual na economia mundial dos países latino-americanos prossegue com a desterritorialização e expulsão de comunidades e povos de seus territórios. A resistência e mobilização destes grupos marginalizados sinalizaram questionamentos sobre quem estaria realmente protegendo os recursos naturais além de transformarem as injustiças em conflitos socioambientais.

A consolidação da temática ambiental na agenda internacional contribui para a formação de redes transnacionais, intensificando a relação entre as políticas ambientais domésticas e internacionais ou globais. Desse modo, é possível demonstrar a relação estreita entre o desenvolvimento da política ambiental brasileira e a política ambiental global. Muitos programas, projetos, políticas e instituições ambientais no país foram criados e implementados com recursos externos e também como forma de reação a eventos internacionais.

A partir da década de 1980 diversas políticas são criadas no país demonstrando uma tentativa de institucionalização e consolidação da política ambiental brasileira. Entretanto, ao mesmo tempo que se intensificava as ações de política ambiental, inclusive com políticas específicas para combater o desmatamento ilegal na Amazônia, também eram propostas iniciativas para a sua desregulação fomentada por setores da sociedade ligados a determinadas atividades econômicas.

As estratégias de desmonte e desregulação da política ambiental no Brasil atinge seu ápice no governo atual de Jair Bolsonaro com diversas

ações que tem promovido um esvaziamento do MMA e do IBAMA, entre outras apontadas neste trabalho. Todavia, essas ações têm efeitos para além do território nacional e tem gerado tensões e impactos negativos sobre a imagem do país no exterior. Tais estratégias também geraram reações de grupos opositores ao governo levando a uma judicialização dos conflitos. A violência também está presente neste cenário atual, particularmente, intensificada em relação aos povos indígenas. A contestação das políticas continuam em meio a um crescente autoritarismo.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In: ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004b. p. 13-35.
- ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais - a atualidade do objeto. *In: ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004a. p. 7-11.
- ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004c.
- ALENCASTRO, Mathias. No vácuo político, coube à sociedade civil pressionar EUA contra acordo com Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2021/04/no-vacuopolitico-coube-a-sociedade-civil-pressionar-eua-contra-acordo-com-bolsonaro.shtml?origin=folha>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Uma aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. *In: ALIMONDA, Héctor (coord.). La Naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-60.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE - ASCEMA. *Cronologia de um desastre anunciado: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil*. Brasília: ASCEMA Nacional, 2020.
- BECKER, B. K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH, USP, 2017.

BRAGA, Ana R. C.; ROSSO, Veridiana V.; HARAYASHIKI, Cyntia A. Y. JIMENEZ, P. C.; CASTRO, Ítalo B. Global health risks from pesticide use in Brazil. *Nature Food*, London, v. 1, p. 312–314, June 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/s43016-020-0100-3>.

BRANT, Danielle; WATANABE, Phillippe. Diretor do Inpe será exonerado após críticas do governo a dados de desmate. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/diretor-do-inpe-sera-exonerado-apos-criticas-do-governo-a-dados-de-desmate.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires (Argentina): CLACSO, 2005. p. 80-87.

CHAGAS, Elisa. MP da regularização fundiária perde validade e é substituída por projeto de lei. *Agência Senado*, Brasília (DF), 20 maio 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/20/mp-da-regularizacao-fundiaria-perde-validade-e-e-substituida-por-projeto-de-lei>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019*. CIMI, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

DIAS, Marina. Em reunião com EUA, Salles mostra Brasil como cachorro de olho em frango de padaria. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/04/em-reuniao-com-eua-salles-mostra-brasil-como-cachorro-de-olho-em-frango-de-padaria.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires (Argentina): CLACSO, 2005. p. 24-32.

EJATLAS. Atlas de Justiça Ambiental. *Brazil*. 2021. Disponível em: <http://ejatlas.org/country/brazil>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERRANTE, Lucas; FEARNSIDE, Philip. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. *Environmental Conservation*, Cambridge, v. 46, p. 261–263, 2019. doi: 10.1017/S0376892919000213.

GONÇALVEZ, Carlos W. P. Lucha por la tierra. Lucha por la Tierra. In: ALIMONDA, Héctor; TORO, Catalina Pérez; MARTÍN, Facundo (coord.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 53-78.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Terra e floresta em foco: Percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. *Revista da ANPEGE*, Anápolis, v. 16, n. 29, p. 681 - 711, 2020. DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12507. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 11 dez. 2020.

LANDER, Edgardo. In: ALIMONDA, Héctor; TORO, Catalina Pérez; MARTÍN, Facundo (coord.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017. p. 79-92.

LEROY, Jean Pierre. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. In: ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma. (coord.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 23-50.

MARTINEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan; NAVAS, Grettel. La represión contra el movimiento global de Justicia Ambiental: algunas ecologistas asesinadas. In: ALIMONDA, Héctor; TORO, Catalina Pérez; MARTÍN, Facundo (coord.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017. p. 29-52.

MCCARTHY, J.; PRUDHAM, S. Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. *Geoforum*, Oxford, v. 35, n. 3, p. 275–283, 2004.

MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. *Os planos de prevenção e controle do desmatamento em âmbito federal*. 2021. Disponível em: <http://combateadesmatamento.mma.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 13-43.

O'DWYER, Eliane C. Projeto modernizador de construção da nação e estratégias de redefinição do Estado e suas margens. In: ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma. (coord.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 79-94.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *Publicações*. 2021b. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2020/12/ADPF-processo-sancionador-Assinado.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *Publicações*. 2021a. *Petição Fundo Clima*. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Peticao-Incidental-ADO-FUNDO-CLIMA.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 232-251, 2015b. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0002. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PÁDUA, José Augusto. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: OLIVEIRA, Luiz Alberto. *Museu do amanhã*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015a. p. 60-65.

PALACIO, German; VARGAS, Alberto; HENNESSY, Elizabeth. Antropoceno o Capitaloceno en fricción. Des-Encuentros entre Geociencias e Historia. In: ALIMONDA, Héctor; TORO, Catalina Pérez; MARTÍN, Facundo (coord.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017. p. 265-288.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre. *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAISG. *Cartografía Histórica de Áreas Naturales Protegidas y Territorios Indígenas en la Amazonía*. 2016. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/mapas/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

REDE BRASIL ATUAL. Apesar de ameaças, pesquisas de Larissa Bombardi contra agrotóxicos continuarão mesmo no exílio. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 19 mar. 2021. Disponível: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/03/pesquisas-de-larissa-bombardi-veneno-exilio/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SANT'ANNA, Fernanda M.; HONORATO, Raí; BORTOLETTO, Pedro C. Os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: da despolitização à repolitização e contestação de conhecimentos. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.9, n.18, jul./dez. DOI 10.30612/rmufgd.v10i18.12096. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SANT’ANNA, Fernanda M.; MOREIRA, Helena M. Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica Crítica Internacional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 20, p. 205-248, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162006>.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Z.; TUBINO, Nilton L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 285 - 318, 2020. DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12518. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SOUZA, Felipe. ‘Duas caixas de documentos’: entenda denúncia feita por superintendente da PF contra ministro Ricardo Salles. *BBC News Brasil*, São Paulo, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56767426>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SWYNGEDOUW, E. The Antinomies of the Postpolitical City: In Search of a Democratic Politics of Environmental Production. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v. 33, p. 601-620, 2009. DOI:10.1111/j.1468-2427.2009.00859.x.

WERNECK, Felipe; SORDI, Jaqueline; ARAÚJO, Suely; ANGELO, Claudio. “Passando a Boiada”: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. *Observatório do Clima*, jan. 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/passando-boiada-o-segundo-ano-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma. (coord.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CAPÍTULO 6

A POLÍTICA EXTERNA EM DIREITOS HUMANOS DO GOVERNO BOLSONARO E A CRISE DA ONU: O BACKLASH É TAMBÉM VERDE E AMARELO

*Matheus de Carvalho HERNANDEZ*¹

“A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro e a crise da ONU: o *backlash* é também verde e amarelo”. Antes de entrar exatamente na discussão, como meu lugar de fala é dos estudos sobre a ONU, gostaria de pontuar rapidamente quais são os fatores pelos quais a ONU se faz importante na governança global e nas relações internacionais para que possamos também entender o que significa dizer que a ONU está em crise ou que o sistema de direitos humanos, que é o meu tema mais especificamente, está em crise.

A ONU é importante por diversas características. Elenquei alguns fatores, entre eles a promoção de normas como orientação de

¹ Professor de Relações Internacionais e do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Dourados, M.S. e-mail: matheushernandez@ufgd.edu.br <https://orcid.org/0000-0003-3384-4982>.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p149-166>

comportamento: não necessariamente são normas vinculantes a que os Estados se obrigam a seguir juridicamente, no entanto, a ONU cria guias de comportamento, ela cristaliza consensos mínimos a respeito de algumas temáticas, orienta comportamentos com suas normas internacionais formadas pelos próprios Estados. Além disso, a ONU com o passar do tempo, foi se tornando um referencial de legitimidade, especialmente o seu sistema de Direitos Humanos, ou seja, o país que é visto como mais respeitador de direitos humanos tanto internamente tanto como na sua promoção externa, é visto com maior legitimidade, tanto no sentido mais normativo, mas até às vezes em disputas internas de políticas públicas. Vemos no Brasil e em outros países muitas vezes os atores políticos e sociais, para se validar um dado e para que ele carregue alguma aura de veracidade ou de isenção, recorrerem aos dados produzidos pela ONU, seja para tratar do Bolsa Família, do avanço do combate à fome e até questões de investimentos. Assim, a ONU possui essa faceta de **legitimidade**, quando a crise se instaura, também se instaura sobre isso.

A ONU é muito importante para institucionalizar práticas, institucionalizar fóruns, agendas, ela cria espaços e ela também é formada por um corpo burocrático. Ela não é apenas o encontro dos países, ela também possui funcionários que também não são exatamente neutros. Muitas vezes eles se valem dessa reivindicação de neutralidade ou de isenção como capital político e se valem mesmo, mas eles possuem também agendas, como bem já mostrou Finnemore e Barnett (2004). Especialmente em órgãos de direitos humanos, via de regra, são funcionários que são, digamos, pró direitos humanos. Então, quando é colocado que a ONU está em crise também se está pensando em uma crise no nível **organizacional**. E, por fim, em sua faceta mais visível, a ONU é uma câmara, um eco que ressoa o multilateralismo, hospedando o encontro coletivo dos atores para negociações, para que essas negociações sejam feitas minimamente mediante regras comuns. Assim, quando falamos em crise, no mínimo, esses fatores estão sendo atingidos e questionados: **normativa, organizacional/ institucional e multilateral**.

A definição que o ex-embaiador Gelson Fonseca (2008) atribui para a ONU é oportuna. Ele diz que a ONU trafega ou circula, tenta

se equilibrar entre o interesse e a regra, ela tenta se equilibrar na tensão entre o egoísmo de base nacional (ou até de egoísmos de atores que não necessariamente são nacionais, como corporações transnacionais, agentes privados) e um certo ideal difuso da comunidade internacional. E, apesar de seu lugar “artificial”, esse lugar possui um capital político, esse lugar político está sempre em disputa. Não é que necessariamente um país queira ocupar esse lugar, mas muitas vezes um aglomerado de países ou até não necessariamente países querem retirar a ONU desse lugar, desse lugar entre o interesse e a regra. Então, a crise atual se dá também por atingir esse âmago, esse lugar peculiar e o Brasil atual é um propagador dessa crise, é um promotor dessa crise. Essa doutrina (que não sei nem se podemos chamar exatamente de doutrina), que é seguida atualmente pelo Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, de inspiração olavista e “anti-globalista”, contesta esse lugar da ONU, assim como se contesta o lugar das agências da ONU, das organizações correlatas.

Podemos observar atualmente que a política externa brasileira vem contestando esse lugar de fala da OMS, por exemplo, podemos ver que o ataque se dá nesses flancos, na tentativa de deslegitimar, de tirar potência, de algo que nem é muito potente, que possui várias contradições, em uma leitura mais estrutural, poderíamos falar por várias horas das contradições, das iniquidades ou das assimetrias que a ONU incorpora e cristaliza, desde as mais visíveis, como o Conselho de Segurança com seus poderes de veto, até um desequilíbrio orçamentário entre os pilares da ONU e por aí vai. Não concordo que o Ernesto Araújo seja um louco, essa linhagem de política externa não é baseada na insanidade, na loucura, na irrazão total, na ausência de lógica. Nesse sentido, é preciso fazer um esforço compreensivo, ainda que não concordemos e que a vejamos com muitos problemas, em relação à política externa brasileira atual.

Na busca de tentar compreendê-la, eu diria que há uma dimensão valorativa e há uma dimensão estratégica da atual política externa, elas se alimentam, se relacionam, não são exatamente a mesma coisa, mas elas estão muito articuladas nessa atuação do Brasil internacionalmente, com um foco maior no sistema de direitos humanos da ONU, sendo essa minha área. Não estou fazendo uma separação estanque entre a dimensão

valorativa e a dimensão estratégica, elas se relacionam dialeticamente, estou fazendo apenas uma separação mais didática.

Mas, na dimensão que chamei de valorativa podemos observar uma cruzada “antiglobalismo”. Fiz até uma brincadeira com um trocadilho entre pátria livre e pária livre, pois recentemente em um evento de formatura de novos diplomatas, o Ernesto Araújo criticou a atuação do Itamaraty em governos anteriores e, ao fazer essa crítica, ela fala que se o que estivermos fazendo atualmente for algo pária, que sejamos pária então (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Isso não é uma afirmação trivial, pois, na concepção valorativa do Ernesto Araújo, isso que o Brasil vem fazendo é uma defesa da soberania brasileira. Ele lembra com convicção dos discursos de abertura da Assembleia Geral da ONU de 2020, na qual, segundo ele, só dois presidentes falaram em liberdade: Trump e Bolsonaro.

É uma política externa que pretende destruir aquilo que já foi feito e, para se remeter a alguns elementos conservadores ou até retrógrados da política externa brasileira, ele afirma “Sim, o Brasil hoje fala de liberdade através do mundo, se isso faz de nós pária internacional, então que sejamos esse pária” (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Portanto, o chanceler, que defendeu que é bom ser pária, tem realmente uma estratégia de descolamento, de desengajamento ou de libertação, na nova língua do Ernesto Araújo, daquilo que ele identifica como globalismo, essas forças de destruição de valores tradicionais da nação como família, isso tem e terá sérias consequências para os direitos humanos, como veremos adiante. Além disso, eles reivindicam que estão obtendo resultados, nem sempre é visível, pois aos nossos olhos não estão obtendo resultados, mas é preciso pensar, fazer o esforço de pensar quais são os resultados que ele está vislumbrando, que ele vislumbra como um bom resultado.

Mas, além da dimensão valorativa, a política externa brasileira atual também tem uma dimensão que, por falta de um nome melhor, chamei de dimensão estratégica. Observando a atuação do Brasil nos fóruns internacionais de direitos humanos desde a eleição do Bolsonaro, o que eu observo é uma tentativa explícita, muito constante e muito pronunciada de se valer da política externa e do seu peculiar insulamento (comparado com outras políticas públicas de outros ministérios) para fins eleitorais,

isto é, se valer dessa plataforma internacional que recebe pouca atenção do legislativo brasileiro, comparado com outros países, para fidelizar o eleitorado doméstico.

A atuação do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU atualmente representa fidelização do extrato doméstico que apoia o governo Bolsonaro. Podemos ver nas notícias que eu trouxe nos slides para ilustrar meus argumentos, são trechos sobre a Anajure – “Os superpoderes da Anajure, a associação de juristas evangélicos que quer um Brasil teocrático” (THE INTERCEPT, 2020). Todo o meu respeito à crença de cada um, seu credo, a fé das pessoas, mas estou falando aqui do ponto de vista institucional e político. A Anajure é a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos, é uma entidade fundada pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves que, apesar de não ser ministra das relações exteriores, possui uma atuação internacional destacada nas posições brasileiras em matéria de direitos humanos².

A Anajure vem tentando influenciar dentro do governo de variadas maneiras: na indicação de cargos para o judiciário, para o MEC (basta ver o atual ministro), o próprio André Mendonça no Ministério da Justiça. Assim, além de avançar nessa área jurídica, a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos vem exercendo uma forte influência sobre o Itamaraty, ela vem atuando para tentar usar o internacional, as instâncias internacionais para defender o cristianismo que, segundo eles, é perseguido no Brasil e no mundo. É assim que podemos entender a expressão “cristofobia” que Bolsonaro usou no último discurso da Assembleia Geral da ONU (ONU News). Com isso, a Anajure vem alçando lugares que antes eram “reservados” a ONGs pró direitos humanos, que não é exatamente o caso da Anajure. Vale dizer que a Anajure goza atualmente de assento na Organização dos Estados americanos - OEA, e agora com a ajuda do Itamaraty, que tem feito um lobby diplomático junto ao Conselho Econômico e Social da ONU, vem tentando conquistar o status consultivo junto à ONU, o que dará direito de participar ativamente na produção de documentos e participar de reuniões dos fóruns de direitos humanos da ONU. A Anajure ainda não obteve êxito junto à ONU, especialmente porque a China acendeu

² Para mais detalhes: <https://anajure.org.br>.

o alerta e vem barrando, questionando e dificultando a obtenção deste credenciamento (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020).

Por isso, argumento que existe uma dimensão estratégica, existiu uma parcela expressiva do voto religioso no Brasil que foi para o Bolsonaro e ainda constitui sua base de apoio, lógico que não há um bloco político, aqui eu me refiro justamente ao bloco de apoio, não estou aqui tentando simplificar de maneira nenhuma esse extrato que muitas vezes é chamado de voto evangélico ou de voto religioso, mas o voto que é religioso e que foi para o Bolsonaro e constitui a sua base de apoio se regozija, se alegre, se anima com esse tipo de posicionamento que o Brasil vem tendo internacionalmente nos fóruns de direitos humanos da ONU.

Trouxe aqui também um conceito que é muito discutido na literatura sobre direitos humanos, que é a noção de *backlash*, que podemos chamar de um processo de retrocesso. Essa literatura vai trabalhar e dizer que os direitos humanos estão sofrendo um *backlash* (HOPGOOD; SNYDER; VINJAMURI, 2017). E minha ideia é mostrar como o Brasil participa, incentiva e é parte desse *backlash*, ou seja, como há uma resistência deliberada e sistemática aos direitos humanos como projeto deliberado, como uma linguagem conduzida por aqueles que se sentem ameaçados pelas conquistas de direitos de outros grupos.

E, é preciso frisar as dimensões materiais, as dimensões de poder, então não é apenas um “sentimento” de resistência aos direitos humanos, mas é uma resistência deliberada por aqueles que se incomodam e possuem poder para resistir a eles, que é o caso ao qual estamos assistindo agora no Brasil. Aqueles que se ressentem dessa linguagem de direitos humanos, desse projeto, estão no poder do ponto de vista simbólico e do ponto de vista material. Mas então como os atores que animam, que operam esse *backlash* fazem, quais são as táticas? Eles fortalecem bases domésticas por meio da (i) mobilização de valores alternativos ou eles (ii) criam interpretações que ignoram direitos humanos, ou eles (iii) reinterpretam demandas por direitos de um modo que não conflite com prerrogativas soberanas (entendida aqui de forma bastante retrógrada, mas instrumental, e não como soberania popular, de participação popular), e, por fim, (iv) ainda

na criação de contra normas, de normas que conflitam com os direitos humanos em termos internacionais.

Então, qual é o *backlash* no sistema de direitos humanos da ONU? Como ele vem se manifestando e como o Brasil participa de tal processo?

Para fins didáticos, eu destrinchei a crise em um tripé, uma crise **normativa**, uma crise **organizacional/institucional** e uma crise que eu chamei de **multilateral**. É uma divisão artificial, claro, e nós poderemos ver como tudo isso se relaciona com aquilo que apresentei sobre o *backlash* e o fortalecimento de bases domésticas, a criação de interpretações que ignoram os direitos humanos, a reinterpretção de demandas e, por fim, a criação de contra normas.

Sobre a **crise normativa**, eu trouxe um exemplo, em que se contesta ou até se ressignifica linguagem. Alguns governos de extrema direita de orientação anti-democrática se juntaram, entre eles o Brasil³, os Estados Unidos, o Egito, a Hungria, a Indonésia e Uganda, se articularam e criaram aquilo que eles chamam de Declaração do Consenso de Genebra, que nada mais é que uma declaração baseada em uma leitura bastante conservadora de pautas que são caras à agenda de direitos humanos, como a saúde da mulher e o fortalecimento da família. Podemos notar que o nome da declaração não possui a expressão direitos humanos.

Estou falando de algo muito recente, o *banner* de lançamento da declaração é de 22 de outubro de 2020, então a gente pode notar como o Brasil está se articulando e, dessa forma, participando ativamente desse *backlash*, incentivando, alimentando e colocando combustível nessa resistência às normas de direitos humanos, que incluem direitos civis e políticos, mas incluem direitos econômicos, sociais e trabalhistas, questões que tocam dimensões sanitárias, saúde e educação, que mexem com o bem-estar da população, inclusive, diretamente do ponto de vista material, então podemos ver que o tipo de participação que o Brasil vem tendo é obviamente contraproducente, mas condizente com a linhagem de uma política externa que pretende de forma deliberada destruir aquilo que

³ Ver: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/the-geneva-consensus-declaration-virtual-signing-ceremony-october-22nd-2020>.

vinha sendo anteriormente feito. Essa declaração, vale dizer, deriva de uma iniciativa (que foi noticiada, mas acho que não com a visibilidade que merecia) de Mike Pompeo, Secretário de Estado do governo Trump⁴. Ele iniciou um projeto de uma Comissão de Direitos Inalienáveis que, nada mais é em português claro, que uma ressignificação muito retrógrada que se remete ao entendimento do direito natural do que são os direitos humanos (COMMISSION ON UNALIENABLE RIGHTS, 2020).

Como podemos ver, então, eles dizem que estão formulando uma nova visão de direitos humanos que priorize liberdade religiosa, direito de propriedade e vida, um entendimento muito conservador de vida, a propósito. Eles dizem que é preciso se fixar apenas em direitos muito mínimos que sejam consensuais para todo mundo (Commission on Unalienable Rights, 2020). Ao fim e ao cabo, eles estão tentando refrear a característica expansiva da agenda de direitos humanos, pois, segundo eles, quando se abre, se expande a agenda de direitos humanos, ocorrem os dissensos. Assim, quando os grupos, por exemplo, LGBTQIA+ conquistam a agenda de direitos humanos da ONU e fazem disso uma pauta legítima (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020), na visão dessa comissão de direitos inalienáveis e que inspira essa Declaração do Consenso de Genebra da qual o Brasil é um dos principais promotores (especialmente após a derrota de Trump), se “politiza” e se dissemina o dissenso. Então, a saída deles para a construção do consenso não é como já muitas vezes foi prática da diplomacia brasileira, isto é, a negociação a fim de tentar encontrar zonas de sobreposição a respeito de como expandir essa agenda e proteger mais pessoas, promover mais direitos para que essas pessoas sejam humanizadas, no melhor sentido do termo. Não é essa a solução proposta pelos Estados Unidos (então de Trump) e pelo Brasil. A solução proposta é, ao contrário, restringir a definição de direitos humanos, torná-la diminuta e enrijecê-la e, com isso, obviamente, deixar para trás uma série de atores sociais, individuais e coletivos, deixando-os não respaldados e não resguardados pelas normas internacionais de direitos humanos.

⁴ Ver: <https://www.hhs.gov/about/news/2020/10/22/trump-administration-marks-signing-geneva-consensus-declaration.html>.

Neste sentido, começamos a entender de onde vêm notícias como as que o Jamil Chade vem veiculando⁵, como, por exemplo: “Com pé no Brasil, lobby antiaborto dos EUA gastou R\$ 1,6 bi pelo mundo”, o que mostra como essas fontes de financiamento vêm, como colocado pela OpenDemocracy, de 28 entidades cristãs dos Estados Unidos com livre acesso ao governo Trump e que se mantêm com extremo contato com organizações brasileiras, até mesmo com Damares Alves e Ernesto Araújo (CHADE; TREVISAN, 2020; OPENDEMOCRACY, 2020).

Estamos então falando de uma política externa que possui, sim, uma estratégia. Não se trata de insanidade, se trata de estratégia, ainda que não concordemos, existe, sim, uma estratégia, uma coalizão sendo formada. Trago outra notícia aqui, não só pelo seu título “Aliança antiaborto proposta pelos EUA com apoio do Brasil afronta direito das mulheres”, mas porque as três autoras são de ONGs tradicionais de direitos humanos brasileiras (ASANO; CORREA; KANE, 2020). Peço que guardem essa informação, pois mais a frente veremos o que o Brasil vem fazendo em matéria de ONGs de direitos humanos, aqui temos ONGs como Conectas, Ipas, Observatório de Sexualidade e Política, que são ONGs historicamente ligadas aos direitos humanos e pautas progressistas e, como tais, são opositoras dessa política externa atual. Assim, veremos onde deságua a estratégia da política externa brasileira atual para tentar enfraquecer também esse flanco de atuação pró direitos humanos.

Afirmo que não era apenas uma crise normativa, mas uma crise **institucional/organizacional**, que tentei aqui dividir como uma *deslegitimação eminentemente política* e um *constrangimento orçamentário*. Para ilustrar brevemente a deslegitimação política, eu elenquei apenas alguns episódios, sendo o primeiro quando a atual Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, se pronunciou dizendo que o Brasil vinha perdendo espaço democrático e encolhendo o espaço para atuação da sociedade civil, o que é uma grande verdade, tendo em vista que, desde o começo do governo Bolsonaro, se vislumbrou que o então ministro General Santos Cruz iria de alguma maneira monitorar as ONGs (HERNANDEZ, 2019; O GLOBO, 2019). Vimos isso acontecendo na

⁵ Para vários exemplos: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/>.

COP, com a ABIN monitorando ativistas que participavam da conferência do clima (ESTADÃO, 2020a).

Os exemplos são muitos sobre o encolhimento do espaço para atuação de organizações populares, da sociedade civil, movimentos sociais, mas Bachelet fez essa observação de que havia esse encolhimento do espaço para atuação da sociedade civil e a resposta que Bolsonaro deu ganhou muita notoriedade, pois ele diz que “ela só esquece que o país não é Cuba graças aos que tiveram coragem a dar um basta na esquerda em 63”, e, como é o Bolsonaro, podemos ainda notar em sua fala sempre um toque de crueldade, “entre esses comunistas o seu pai”, ele ainda complementa que “quando tem gente que não tem o que fazer vai lá pra cadeira de direitos humanos da ONU”. O detalhe é que o pai de Bachelet foi torturado e morto pela ditadura chilena, uma fala, portanto, que ultrapassa qualquer limite de humanidade, qualquer limite diplomático. Mas resalto ainda esse trecho final: “quando tem gente que não tem o que fazer vai lá pra cadeira de direitos humanos da ONU”, o que Bolsonaro faz ao dizer isso é deslegitimar politicamente esse sistema (HERNANDEZ, 2019).

Outro exemplo é quando observamos os aliados com os quais o Brasil vem se juntando (Estados Unidos então de Trump e Hungria, por exemplo). A Hungria fez grande pressão para que o Alto Comissário anterior, Zeid Hussein, renunciasse, tendo em vista seus pronunciamentos muito fortes contra as posições húngaras de Viktor Orbán a respeito de migração, por exemplo (DEUSTCHE WELLE, 2018).

Trump tirou os EUA do Conselho de Direitos Humanos da ONU e avisou que faria isso (HERNANDEZ, 2017, 2018). Depois de sair, lembrou sua audiência na Assembleia Geral da ONU que faria isso, pelos mesmos motivos que Bush, em 2006, não entrou no Conselho de Direitos Humanos em virtude de um foco visto como exagerado sobre Israel (HERNANDEZ; ALBRES; MACEDO, 2013).

Outra notícia que evidencia a política externa brasileira atual é um esforço desconstrutivo, ou seja, como uma desconstrução proposital, uma desconstrução estratégica, deliberada; por isso o Brasil integra o *backlash*, pois é uma resistência deliberada, não é uma mera discordância pontual ou

aleatória. O Valor Econômico (2019) noticiou que Bolsonaro se pronunciou em um jantar em Washington, em 2019, dizendo explicitamente que ele precisava desconstruir muita coisa, ele diz “que o sentido do seu governo não é construir coisas para o povo brasileiro, mas sim desconstruir”, “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para nosso povo, desfazer muita coisa”. Assim, esse esforço que se observa não apenas na política externa em direitos humanos (vemos também na política ambiental, tanto externa, quanto interna) é de aumento de potencial de exploração e de ganhos materiais mais altos, de lucros maiores que são só possíveis graças aos esforços desconstrutivos ou destrutivos de direitos, proteções e garantias. E esse esforço sistemática passa pela deslegitimação política, mas também pelo constrangimento orçamentário.

Irei tratar apenas de algumas informações pontuais sobre isso⁶. Quando afirmo, as assimetrias da própria ONU: aponto que a ONU é organizada sob a égide da Paz e Segurança, um outro pilar é o Desenvolvimento e um outro pilar é o de Direitos Humanos, mas o pilar de direitos humanos é o que recebe apenas 3,7% do orçamento regular da ONU. Pois, é o pilar que possui maior capacidade de constrangimento aos Estados, que pode jogar luz sobre violações, que pode jogar luz em como determinado governo trata sua própria população, então não é à toa toda essa animosidade contra o sistema de direitos humanos pelo governo Bolsonaro. E com o passar do tempo, cada vez mais o sistema de direitos humanos passou a depender de orçamento voluntário/marcado.

Quando o orçamento é regular significa que o Estado doa e a ONU lida com esse dinheiro da forma que for preciso. Quando o montante é derivado de doação ele costuma vir marcado, ou seja, o Estado direciona, estipula, “carimba” para onde ele quer que vá o dinheiro. Isso faz com que haja projetos que recebem muito menos atenção que outros.

Em 2019, por exemplo, cerca de 63% das atividades de direitos humanos vieram dessas doações voluntárias, isso não é um dado meramente orçamentário ou contábil, uma maneira de conseguirmos olhar confrontos políticos ou tendências políticas é olhar de onde vem o dinheiro e para

⁶ Para informações completas: <https://www.ohchr.org/en/aboutus/pages/fundingbudget.aspx>.

onde ele está indo e, nesse sentido, podemos observar que o Brasil não fez nenhuma doação voluntária. Essa animosidade, que muitas vezes podemos chamar de táticas diversionistas, não é apenas isso, existe uma real intenção de estrangular materialmente o sistema.

Os Estados Unidos da América contribuíram, mas 100% das doações foram carimbadas, sendo essa mais uma estratégia com intenção material⁷. Eu trouxe mais uma notícia e nela podemos ver que o ministro Rogério Marinho articulou no Congresso e ficou com 1.2 bi do Itamaraty, justamente a verba que era destinada a pagar contas do Brasil com os organismos internacionais como a ONU e a OEA, ou seja, na hora da disputa por recursos, o dinheiro que cai, aquele que se perde é justamente aquele que financiaria esse sistema (ONU) ou o sistema regional da OEA (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Tratei de uma crise normativa e de uma crise institucional e agora, por fim, tratarei da crise **multilateral** propriamente dita, isto é, aquela que se relaciona com o espaço no qual os Estados efetivamente se encontram, votam e fazem proposições, e aí podemos visualizar um desengajamento multilateral em diferentes níveis. Nesse sentido, é incontornável fazer alguma menção aos EUA. E por que eu estou fazendo menções constantes aos Estados Unidos? Primeiro, porque a política externa brasileira estava (tendo em vista a recente vitória de Biden) em um alinhamento automático e nem é com os Estados Unidos, mas em um alinhamento automático com o governo Trump.

Os Estados Unidos saem do Conselho de Direitos Humanos em apoio a Israel em 2018, e a partir disso o Brasil se torna uma espécie de preposto dos EUA dentro do Conselho. O Brasil não abandona o órgão, mas começa a vocalizar e defender posições conservadoras, retrógradas e até cruéis, ressoando visões da extrema-direita norte americana. Na época de campanha no Brasil, em agosto de 2018, Bolsonaro disse que cometeu um ato falho e que se fosse eleito ele sairia da ONU e, para se corrigir, ele disse: “Em Resende eu não falei conselho, houve um ato falho meu aí já se começou dizendo que eu sairia da ONU. Eu jamais pensaria em sair da

⁷ Ver a seção *Funding* no Relatório 2019 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos: <https://www2.ohchr.org/english/OHCHRreport2019/>.

ONU. É sair do Conselho de Direitos Humanos da ONU” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Só que não saiu, não só não saiu, como se tornou, como já dito, um preposto para veicular e para ressoar e vocalizar opiniões e visões extremamente conservadoras dos Estados Unidos e dessa articulação que incluem Hungria, Egito, Indonésia esse clube que o Brasil passou a integrar no governo Bolsonaro.

Para ilustrar mais essa crise multilateral, eu poderia ainda mostrar como o Brasil vem votando contra a saúde da mulher, contra questões LGBTQIA+, e sempre privilegiando um entendimento de família tradicional de apenas um homem e uma mulher. Eu poderia mostrar como o Brasil vem votando nas últimas resoluções e declarações propostas, mas eu decidi iluminar uma coisa que ainda é pouco iluminada em nosso debate.

O que o governo Bolsonaro está fazendo, além de se juntar a uma coalizão de governos extremamente retrógrados, anti-democráticos e anti-populares, além de ser um contraponto aos esforços pró-direitos humanos de outros Estados ou da própria ONU, ele vem sistematicamente contestando o lugar das organizações da sociedade civil. E a literatura de Direitos Humanos durante muito tempo e, mesmo em um debate público quando a gente pensa em uma ONG que atua nas instâncias de direitos humanos da ONU ou da OEA, quase que intuitivamente a gente pensa que é uma ONG pró-direitos humanos, claro. Entretanto, o que a gente vem observando, no caso do Brasil (tal como ocorre em vários países não-democráticos, como o Egito), é o uso do aparato do governo (inclusive o gabinete de segurança institucional e a ABIN) para monitorar aqueles que são os ativistas brasileiros tradicionais do campo ambiental e de direitos humanos.

O jornal Estadão (2020b), afirmou “Carta assinada por 162 entidades civis cobra providências da ONU contra ação da ABIN”, ou seja, ativistas que se viram vigiados e monitorados na sua atuação na cúpula do clima nas Nações Unidas. De um lado, portanto, vemos que se dificulta a atuação das organizações tradicionais do campo de direitos humanos do Brasil (não apenas de direitos humanos especificamente, mas de direitos de modo mais amplo, como MST e MTST) e, de outro lado, vemos o governo federal incentivando a atuação internacional de ONGs como a Anajure, já mencionada anteriormente (THE INTERCEPT, 2020). A Anajure

já está na OEA e, ainda que não como ONG credenciada, já participa também de reuniões do comitê da ONU em Genebra. Ela atualmente peticiona junto à Corte Interamericana com a Amicus Curiae no caso sobre ensino religioso, já submete relatórios sobre liberdade religiosa para os procedimentos especiais da ONU⁸. Isso também integra a estratégia da política externa brasileira atual.

Não se trata apenas, portanto, das posições internacionais que o Brasil toma ou defende em matéria de direitos humanos, mas também quais atores são privilegiados ou enfraquecidos, inclusive internamente. Pois sabemos que esse campo de ativistas da área de direitos humanos e de movimentos sociais são justamente uma das bases de oposição ao governo Bolsonaro, não são a base de apoio. Nesse sentido, ele está usando justamente o Araújo, o MRE está usando a política externa para fazer isso, para enfraquecer a resistência interna e fortalecer a base eleitoral doméstica.

Um outro exemplo de alinhamento conservador no qual o Brasil está inserido, especialmente quando vamos falar da questão da saúde da mulher ou de direitos LGBTQIA+, tem integrantes como a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Conferência Islâmica, a Santa Sé, todos atores que baseiam suas posições em postulados religiosos, que, muitas vezes, dialogam com as preferências e valores da base eleitoral do governo Bolsonaro.

O Brasil vem se juntando a esses atores para contestar avanços, inclusive dentro da OMS, dentro da UNESCO, e não apenas dentro dos órgãos de direitos humanos especificamente. Mas também vem se articulando com ONGs extremamente conservadoras da extrema-direita norte-americana, como *Family Watch International*, que já conquistou o status consultivo nas Nações Unidas, e que vem sempre ao Brasil. Em 2015 eles participaram de um seminário dentro da Câmara de Deputados (GAZETA DO POVO, 2015). A Anajure, portanto, não está fazendo isso de maneira errática, tem toda uma estratégia de inspiração em outras organizações que já chegaram ali e que pretendem chegar disputando o lugar discursivo também daquilo que convencionamos chamar de organizações da sociedade civil, que historicamente era um lugar mais

⁸ Para a atuação internacional da Anajure: <https://anajure.org.br/categorias/anajure-internacional/>.

pró direitos humanos no Brasil, pelo menos nas instâncias organizadas do ponto de vista internacional.

Então temos o *human rights backlash* na ONU com a cara do Brasil: contestando e ressignificando a linguagem de direitos humanos; deslegitimando politicamente as instâncias de direitos humanos; uma política externa que trabalha para constranger do ponto de vista orçamentário as instâncias de direitos humanos; que se desengaja das instâncias multilaterais e, quando não se desengaja, serve de preposto para o governo Trump. Assim, o meu principal argumento é que essa política externa está a serviço de um processo de retrocesso das instâncias de direitos humanos da ONU com sérias consequências internas tanto eleitorais, como sociais e até econômicas na distribuição de recursos internos na garantia de direitos como saúde e educação etc. Claro que tudo isso pode sofrer um nível de modificação com essa mudança recente nos EUA, ainda que Biden esteja muito longe de ser um líder de esquerda. Mas é uma mudança de posição importante tendo em vista que o Brasil tomou uma opção de um alinhamento automático ao governo Trump, que não se reeleger.

O cenário que vem por aí não conseguimos saber e eu não consigo fazer um exercício de futurologia aqui, mas pelo menos um pouco disso que mostrei pode mudar justamente com a mudança de governo nos Estados Unidos (Biden substituindo Trump). Mas os tempos atuais demandam muita cautela com previsões...

REFERÊNCIAS

ASANO, Camila; CORREA, Sonia; KANE, Gillian. Aliança antiaborto proposta pelos EUA com apoio do Brasil afronta direito das mulheres. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/alianca-antiaborto-proposta-pelos-eua-com-apoio-do-brasil-afronta-direitos-das-mulheres.shtml>. Acesso em: 23 out. 2020.

CHADE, Jamil; TREVISAN, Maria Carolina. Com pé no Brasil, lobby antiaborto dos EUA gastou R\$1,6 bi pelo mundo. *UOL*, São Paulo, 29 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/29/lobby-antiaborto-e-pro-familia-dos-eua-gastou-r-16-bi-em-aco-es-pelo-mundo.htm>. Acesso em: 01 nov. 2020.

COMMISSION ON UNALIENABLE RIGHTS. *Report of Commission on Unalienable Rights*. 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/07/Draft-Report-of-the-Commission-on-Unalienable-Rights.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. “Que sejamos pária”, afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no Mundo. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

DEUTSCH WELLE. *Hungary demands resignation of UN Human Rights Chief*. 27 fev. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/en/hungary-demands-resignation-of-un-human-rights-chief/a-42751804> Acesso em: 14 jun. 2018.

ÉPOCA NEGÓCIOS. *China trava adesão de entidade evangélica a Comitê da ONU*. 21 jan. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2020/01/epoca-negocios-china-trava-adesao-de-entidade-evangelica-brasileira-a-comite-da-onu.html>. Acesso em: 27 out. 2020.

ESTADÃO. *Helena admite que ABIN monitorou maus brasileiros na Conferência do Clima da ONU*. 16 out. 2020a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,helena-admite-que-abin-monitorou-maus-brasileiros-na-conferencia-do-clima-da-onu,70003478088>. Acesso em: 17 out. 2020.

ESTADÃO. Carta assinada por 162 entidades civis cobra providências da ONU contra ação da ABIN. 29 out. 2020b. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,carta-assinada-por-162-entidades-civis-cobra-providencias-da-onu-contra-acao-da-abin,70003493860>. Acesso em: 30 out. 2020.

FINNEMORE, M.; BARNETT, B. *Rules for the world: International organizations in global politics*. Cornell University Press: Ithaca, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU*. 20 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-diz-que-cometeu-ato-falho-e-que-jamais-pensou-em-sair-da-onu.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Marinho articula no Congresso e fica com R\$1,2 bi do Itamaraty*. 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/marinho-articula-no-congresso-e-fica-com-r-12-bi-do-itamaraty.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FONSECA, Gelson. *O interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

GAZETA DO POVO. *Entidades em defesa da família conquistam espaço na ONU*. 06 nov. 2015. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/entrevista/entidades-em-defesa-da-familia-conquistam-espaco-na-onu/>. Acesso em: 19 out. 2020.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho Hernandez. Bachelet e Bolsonaro: obviedades, desumanidades e alertas. *Estadão*, São Paulo, 13 set. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/bachelet-e-bolsonaro-obviedades-desumanidades-e-alertas/>. Acesso em: 14 set. 2019.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O cartão amarelo de Trump para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Nexo*, São Paulo, 8 ago. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/O-cartao-amarelode-Trump-para-o-Conselho-de-Direitos-Humanos-da-ONU>. Acesso em: 22 nov. 2018.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O cartão vermelho de Trump para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Estadão – Blog Fausto Macedo*, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-cartao-vermelho-de-trump-para-o-conselho-dedireitos-humanos-da-onu/> Acesso em: 23 nov. 2018.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; ALBRES, Hevellyn; MACEDO, Gustavo. De Bush a Obama: a dotação orçamentária dos EUA para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 131-150, 2013.

HOPGOOD, Stephen; SNYDER, Jack; VINJAMURI, Leslie. *Human rights futures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

O GLOBO. *ONGs reagem a MP que dá poder de monitoramento ao governo*. 09 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ongs-reagem-mp-que-da-poder-de-monitoramento-ao-governo-23358524> . Acesso em: 13 jan. 2019.

ONU NEWS. *Em discurso na ONU, Jair Bolsonaro pede combate à ‘crisofobia’*. 22 set. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727002>. Acesso em: 29 set. 2020.

OPENDEMOCRACY. *Revealed: \$280m ‘dark money’ spent by US Christian right groups globally*. 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/trump-us-christian-spending-global-revealed/> Acesso em: 29 out. 2020.

RODRIGUES, João Paulo Ribeiro; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 32, p. 207-248, maio/ago. 2020.

THE INTERCEPT. *Os superpoderes da Anajure, a associação de juristas evangélicos que quer um Brasil teocrático*. 18 out. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/10/18/anajure-juristas-evangelicos-brasil-teocratico/>. Acesso em: 26 out. 2020.

VALOR ECONÔMICO. *Nós temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro durante jantar*. 18 mar. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.gh.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CAPÍTULO 7

PARA ENTENDER O NEOFASCISMO NO BRASIL: UM ENSAIO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE NICOS POULANTZAS¹.

*Caio BUGIATO*²

Quanto à atualidade da questão do fascismo, digamos simplesmente que os fascismos – como, aliás, outros regimes de exceção – não são fenômenos limitados no tempo. [...] O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo hoje – mesmo porque, provavelmente não se revestiria agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado. (POULANTZAS, 1978, p. 10).

INTRODUÇÃO

Esse ensaio pretende entender alguns elementos da atual conjuntura política brasileira, em que um governo neofascista chega ao poder por

¹ Artigo originalmente publicado na revista *Actuel Marx/Intervenciones* n.27, segundo semestre de 2019, Santiago, Chile.

² Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seropédica RJ. E-mail: bugiato@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9378-4830>.
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p167-180>

via eleitoral, à luz das contribuições de Nicos Poulantzas em seu livro *Fascismo e ditadura* de 1970. Para tal, na primeira parte do texto buscamos explicar algumas noções sobre o fenômeno do fascismo, com foco nesse processo político em detrimento de outros, como a ditadura militar e o bonapartismo. Trazemos à tona alguns elementos que podem ser úteis para entender a conjuntura brasileira e assim optamos por não realçar outros, como o imperialismo, o fascismo no campo, etc. Em geral, buscamos um conceito de fascismo, a dinâmica política desse fenômeno e a possibilidade de verificá-lo na atualidade. Na segunda parte do texto fazemos uma breve análise de conjuntura baseada em autores e autoras brasileiros que igualmente procuram entender a conjuntura política brasileira e consideram a ascensão do (neo)fascismo como um traço marcante da atualidade. Considerações finais encerram nosso ensaio.

1. FASCISMO E DITADURA

A primeira explicação sobre a obra de Nicos Poulantzas que precisamos fazer para entender o fenômeno do fascismo está relacionada com a citação que abre esse ensaio. Poulantzas considera que o fascismo não é um fenômeno político restrito a formações sociais europeias no período entre as duas guerras mundiais, mas sim é possível verificá-lo em outros períodos e espaços afora do que poderíamos denominar fascismo original. Tal verificação é possível porque o fenômeno está atrelado ao modo de produção capitalista e particularmente à luta de classes e ao Estado capitalista. É deste, da teoria marxista do Estado, que Poulantzas parte para chegar a um conceito de fascismo.

Segundo Poulantzas, o fascismo é um regime político específico da forma do Estado capitalista de exceção (POULANTZAS, 1978, p. 11). Essa afirmação traz algumas implicações³. Primeiro, existem tipos

³ Ressaltamos que tais implicações decorrem de indicações feitas por Poulantzas. Uma vez não estão definidos nem aparecem de maneira clara as relações entre tipo de Estado e formas de Estado e forma de Estado e regimes políticos. Assim como o conceito de Estado capitalista, muito bem trabalhado em seu livro anterior *Poder político e classes sociais*, que aparece caracterizado quase que unicamente pelo item b arrolado. Armando Boito Junior em seus textos sobre o neofascismo no Brasil chama atenção para essa pouca sistematização, bem como para a relação entre de um lado formas de Estado e regimes políticos e de outro o bloco no poder e sua fração hegemônica. O exemplo da burguesia nacional nesse texto é dele.

de Estado que tiveram lugar na história: o tipo escravista, o tipo feudal e o tipo capitalista, entre outros. Isto é, o Estado capitalista é um tipo de Estado, cuja singularidade pode ser resumida, a partir de *Fascismo e ditadura*: a) nas relações específicas entre de um lado a esfera econômica (as forças produtivas e relações de produção) e de outro as esferas da política e da ideologia (em que se situa o Estado enquanto centro da organização política de uma formação social), relação esta em que o Estado garante a reprodução da esfera econômica; e b) na autonomia relativa do Estado frente à classe dominante, cujas frações não detêm diretamente o controle do Estado, mas se mobilizam para governá-lo sob a hegemonia de uma delas (o fenômeno do bloco no poder, do qual trataremos adiante).

O Estado capitalista assume formas: uma forma típica e formas de exceção. A forma típica corresponde ao regime democrático-burguês e as formas de exceção correspondem aos regimes fascista, bonapartista e ditadura militar. Ou seja, a forma de Estado depende do regime instaurado. Os regimes por sua vez são moldados pela luta de classes e frações de classe, que reorganiza as relações entre os ramos do Estado. O ramo que ocupa o papel dominante do Estado sob o regime fascista é a polícia política, no bonapartismo a burocracia civil, e na ditadura militar a burocracia militar. No regime fascista, acrescenta-se a existência de um partido de massa e a perda da autonomia dos aparelhos ideológicos do Estado (no sentido de Althusser). Ademais Poulantzas considera fascista a(s) força(s) social(ais) – partido, movimento, classe e fração de classe –, e sua(s) ideologia(s), que busca(m) instaurar tal regime.

O regime fascista no Estado capitalista de exceção, ou o Estado fascista, apresenta – assim como todas as formas de Estado capitalista – o fenômeno do bloco no poder: a unidade conflituosa entre as frações da classe dominante para governar o Estado, sob a hegemonia de uma delas. Por hegemonia de uma fração no bloco no poder se entende que tal fração é a grande beneficiada pela política estatal, sobretudo pela política econômica. Contudo, o que Poulantzas indica em *Fascismo e ditadura* é que um mesmo regime político e uma forma de Estado podem apresentar um bloco no poder com diferentes frações burguesas hegemônicas, ou seja, não há uma determinação direta entre a fração que detém a hegemonia e

a forma de Estado e o regime político existentes. Exemplo: a burguesia nacional era hegemônica durante a existência dos Estados fascistas alemão e italiano e essa mesma fração era hegemônica nos Estados Unidos e na Inglaterra durante longos períodos de regimes democrático-burgueses.

A afirmação de Poulantzas acima precisa ser complementada: o fascismo é um regime político específico da forma do Estado capitalista de exceção que corresponde uma crise política (POULANTZAS, 1978, p. 12). Uma crise política, que igualmente não é restrita no tempo e pode surgir em períodos diferentes, corresponde a uma série de embates de classes e frações de classe que desorganiza a estabilidade do bloco no poder e a hegemonia e é acompanhada por rupturas profundas nos aparelhos de Estado (sistema institucional). A crise é efeito da luta de classes que modifica os aparelhos de Estado; dessas modificações se institui o Estado capitalista de exceção (POULANTZAS, 1978, p. 12, 57, 69)⁴.

A crise que caracteriza a conjuntura do fascismo corresponde a uma estratégia ofensiva da burguesia e a uma etapa defensiva da classe trabalhadora; corresponde à derrota dessa classe e das massas populares após um período de lutas contra a burguesia; e corresponde ao início do que Poulantzas chamou de processo de fascização. “O que se passou pois, efetivamente, no caso do processo de fascização, foi a correspondência entre uma crise política da burguesia e uma estratégia ofensiva” (POULANTZAS, 1978, p. 88). Com efeito, essa mesma crise, que dá origem ao Estado fascista, é uma crise de hegemonia no bloco do poder: nenhuma fração da burguesia é capaz de impor, seja por meios de organização próprios, seja por meio do Estado democrático-burguês, sua direção a outras frações burguesas e exercer a dominação política sobre o conjunto da formação social. Conseqüentemente, a crise implica na reorganização do bloco e o estabelecimento, por meio de uma força social fascista, da hegemonia de uma nova fração de classe, oriunda do grande capital. De uma instabilidade/incapacidade hegemônica, em que diversas frações ocupam a hegemonia e/ou são incapazes para tal nos termos descritos acima, passa-se por meio da ação política fascista a uma nova hegemonia. Poulantzas acrescenta que tal crise de hegemonia é acompanhada de uma crise de

⁴ É possível entender em *Fascismo e ditadura* que crises políticas podem ter como base crises econômicas.

representação partidária: “(...) ruptura da relação, simultaneamente na ordem da *representação* – no sistema estatal – e na ordem da *organização* entre as classes e as frações de classes dominantes e seus partidos políticos” (POULANTZAS, 1978, p. 79, grifos do autor). De mesma maneira, a crise de representação partidária não se dá apenas na classe dominante, mas se estende ao conjunto das classes e frações de classe da formação social.

A força social fascista que mencionamos anteriormente é oriunda da pequena burguesia (pequenos produtores e proprietários, trabalhadores assalariados não produtivos e funcionários do Estado; não fazem parte nem da burguesia nem do proletariado). Um dos aspectos ideológicos dessas frações de classe que a compõe é o mito da *passarelle*: medo da proletarização, por baixo, e atração para a burguesia, por cima, aspirando-se a tornar burguesa pelo empenho individual. Outro é a oscilação de sua posição política: ora contra a ordem burguesa que privilegia os capitalistas, ora contra a ascensão do proletariado que abala sua condição de classe. Esse caráter de classe intermediária, segundo Poulantzas (1978, p. 258), não lhe possibilita a ter interesses político próprios de longo prazo, porém em determinadas situações pode entrar na conjuntura política de maneira relativamente autônoma, com um peso específico.

No caso das conjunturas de crises políticas das classes dominantes, a pequena burguesia é diretamente afetada, sobretudo pela crise de representatividade, pois a ruptura das frações de classe no bloco no poder com os partidos afeta a respeitabilidade destes para ela. Assim fica aberto o caminho para que partidos, movimentos, ideologias fascistas envolvam a pequena burguesia, representando-a e inclusive formando partidos de massa. Os partidos fascistas com base na pequena burguesia tendem a ser em um primeiro momento um programa político de ressentimentos dessa classe, entretanto em momentos posteriores abandonam esses interesses e representam os do grande capital. A força social fascista tem o papel histórico de realizar uma aliança entre a pequena burguesia e o grande capital, em ofensiva contra a classe trabalhadora, e reorganizar o bloco no poder sob a hegemonia de uma fração da grande burguesia.

Para finalizar a concepção de Poulantzas sobre o fascismo, vejamos brevemente o que ele entende por processo de fascização, que compreende

os elementos arrolados até aqui. Na primeira etapa do processo, do início ao ponto de irreversibilidade, o partido fascista se torna partido de massa e o grande capital o apoia, mas ele não o representa. O ponto de irreversibilidade ocorre quando o partido fascista estabelece uma ligação de organização partidária com fração ou frações do bloco no poder, que passaram para a ofensiva. Por outro lado, a ligação do partido com as massas populares se mantém forte. Na segunda etapa, período que vai do ponto de irreversibilidade ao estabelecimento do fascismo no poder, é o auge do período anterior, em que se estabelece uma aliança efetiva entre o grande capital e a pequena burguesia realizada por meio do partido fascista. A ligação com as massas populares continua.

Na terceira etapa, o primeiro período do fascismo no poder, o partido fascista representa os interesses de fração ou frações da grande burguesia no bloco no poder, mas se vê obrigado a fazer concessões às massas populares, contra a vontade daquelas. A pequena burguesia se torna a classe detentora do Estado. Na quarta etapa, o período de estabilização do fascismo, uma nova hegemonia de fração do grande capital já está estabilizada, o partido fascista não representa mais os interesses da pequena burguesia, que se mantém como classe detentora do Estado, e ligação com as massas se afrouxa, mas não é inteiramente rompida. O partido fascista mantém certa independência frente à fração hegemônica, não está às suas ordens, porém tem agora seu programa político que corresponde aos interesses da fração hegemônica em longo prazo.

2. A ASCENSÃO DO NEOFASCISMO NO BRASIL.

O bloco no poder do Estado brasileiro durante os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores/PT (2003-2016) foi caracterizado pela ascensão e hegemonia da grande burguesia interna brasileira, deslocando a hegemonia da burguesia associada (exercida nos governos de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB, 1994-2002) e colocando seus interesses e do imperialismo (sobretudo estadunidense) em segundo plano (BERRINGER, 2015; BOITO JR., 2018; BUGIATO, 2016; MARTUSCELLI, 2015). Os governos de Luiz

Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016) articularam uma frente política neodesenvolvimentista, sob hegemonia da burguesia interna e composta por frações das classes proletárias – segmentos populares importantes passaram a ter protagonismo político-social no interior dessa frente – , que sustentou os governos e colheu os benefícios da política estatal.

O programa neodesenvolvimentista, que atendia prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, consistia, entre outros aspectos, em uso dos bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) para fomentar a industrialização e o crescimento econômico, uso da Petrobrás como centro da construção da cadeia produtiva do petróleo, política de fortalecimento do mercado interno (crédito, aumento real do salário mínimo, Bolsa-Família e Previdência Social), política externa autônoma, com ênfase nas relações com América Latina e África. O programa neodesenvolvimentista foi o desenvolvimentismo possível dentro do capitalismo neoliberal na periferia do sistema, que contornava as políticas neoliberais, mas não as eliminava. Vários projetos do capital estrangeiro e da burguesia associada foram contrariados e adiados, em particular a descoberta e a forma estabelecida para a exploração do pré-sal contrariou profundamente o imperialismo e a burguesia associada.

Contudo, a crise mundial do capitalismo iniciada em 2008 abalou o programa neodesenvolvimentista, que passou a ter dificuldades de implementação. A desaceleração econômica começou no primeiro Governo Dilma e foi reforçada por políticas econômicas de desonerações fiscais e pelo ajuste fiscal no início do segundo governo, transformando-se em recessão econômica (BASTOS, 2017). Nesse contexto nacional e internacional de crise do capitalismo, a burguesia associada e o imperialismo recuperaram o protagonismo político e voltaram ao ataque, incentivando, patrocinando e redirecionando as manifestações populares de 2013 (originalmente contrárias aos reajustes das tarifas do transporte público) contra o Governo Dilma e o PT, tendo como mote central a denúncia da existência de corrupção generalizada no governo.

Tanto o centro quanto a periferia do sistema capitalista foram afetados pela crise mundial, o que promoveu maior concentração de renda

e de propriedade, aumento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, crescimento da pobreza e grandes movimentos migratórios. Como consequências se generalizaram incertezas e instabilidades, que levaram a sentimentos de insegurança, medo e ódio e ressentimentos em relação aos “outros”.

A História mostra que esse tipo de conjuntura econômico-social e política é o ambiente em que prosperam e são difundidos ideologias, movimentos políticos, líderes e governos de extrema direita, como o fascismo. Esse movimento político-ideológico, como também nos mostra a História, alimenta-se e se desenvolve especialmente em momentos de crise do capitalismo (desemprego, queda da renda, precarização do trabalho e pobreza, ou seja, piora das condições de vida do povo). Assim, a ascensão de movimentos de extrema-direita mundo afora e a crise global do capitalismo eclodida em 2008 não são fenômenos díspares, como apontam estudos sobre a nova direita no Brasil e na América Latina e sobre os *think tanks* neoliberais, como a Fundação Atlas (CHALOUB; PERLATTO, 2016; LOWY, 2015; PUGLIA, 2018; SOLANO, 2018; VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

No Brasil, a crise criou as condições para a ruína do programa neodesenvolvimentista e o conseqüente abandono da grande burguesia interna como base de sustentação do governo. Assim, a grande maioria das frações da burguesia se opôs ao governo Dilma, uma vez que este se mostrava incapaz de superar a crise econômica. O golpe de Estado de 2016, apoiado pela burguesia em seu conjunto, foi predominantemente uma ação do imperialismo e da burguesia associada que voltaram ao ataque para eliminar de vez o programa neodesenvolvimentista e restaurar as políticas neoliberais a serem implementadas pelo Estado brasileiro, de modo a ir ao encontro de seus interesses (BOITO JR, 2018)⁵. Esse foi o caráter do governo de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, entre 2016 e 2018, junto com uma política de austeridade. Embora o golpe de Estado tenha sido uma confluência de vários interesses, deu

⁵ Monteiro (2018) e Fuser (2018) apontam o patrocínio dos EUA em outros golpes de Estado recentes na América Latina: Honduras em 2009 e Paraguai em 2012. Assim como Bandeira (2013) descreve histórica e atualmente os procedimentos de *regime change* da política externa estadunidense em dezenas de países.

voz, sobretudo, a uma nova direita no Brasil, e a crise econômica criou as condições econômico-sociais para o seu desenvolvimento, em especial parindo o que chamamos de neofascismo. A ascensão do neofascismo no Brasil pode ser considerada então resultado em boa parte de uma ofensiva da burguesia associada, como argumenta Poulantzas (1978).

O neofascismo no Brasil, paralelamente a sua articulação internacional, é um movimento político originado na alta classe média (o que Poulantzas consideraria a pequena burguesia), que esteve de fora do programa neodesenvolvimentista, impactada pela crise econômica e pela crise política, esta oriunda das denúncias de corrupção no governo propagadas pela grande imprensa.

O movimento tomou corpo nas manifestações pela deposição do governo Dilma a partir da vitória deste nas eleições de 2014, levando à frente a palavra de ordem “Fora PT”. O neofascismo pode ser caracterizado da seguinte forma. Em primeiro lugar, é uma retomada de programas e ideologias de períodos passados (Itália fascista e Alemanha nazista), em uma etapa histórica nova, o capitalismo neoliberal globalizado (BOITO JR, 2019)⁶. Ademais é caracterizado por: deslegitimação da política e do Estado democrático de direito; reacionarismo moral e cultural (culto às tradições), associado a um messianismo político; valores individualistas (neoliberais) resumidos no binômio empreendedorismo-meritocracia, contrários às políticas sociais e aos direitos trabalhistas; anticomunismo histórico, rememorando o período da Guerra Fria e forjando um clima artificial de “ameaça comunista” (identificada com o PT); e um nacionalismo vazio, (retórico e abstrato), declarado apenas na valorização de símbolos

⁶ O neoliberalismo é um programa político e econômico surgido para eliminar o Estado de bem-estar social nos países centrais e o desenvolvimentismo nos países periféricos, como forma de restaurar o poder da burguesia. Após sucessivas perdas dessa classe desde o fim da Segunda Guerra Mundial, frente à melhoria das condições de vida do proletariado, as burguesias dos países centrais se aproveitaram das crises do capitalismo da década 1970 e impuseram tal programa aos Estados nacionais. Em muitos destes, a fração burguesa orientada pelo programa neoliberal se tornou hegemônica. Uma das grandes consequências desse processo foi uma nova onda de internacionalização/mundialização do capital, implementada a partir da extinção do Acordo de Bretton Woods, e caracterizada por uma nova reestruturação produtiva global (tecnológica e organizacional) e de um processo de financeirização do grande capital – que se espalhou mundo a fora, reconfigurando os blocos no poder. Na prática, o programa neoliberal significa desregulamentação financeira, abertura comercial, privatizações, ataque aos direitos trabalhistas e redução dos investimentos em política social. Nos países periféricos, o programa neoliberal é o mais adequado para atender os interesses do imperialismo e da burguesia associada. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007; HARVEY, 2005).

nacionais, como a bandeira e hino. O movimento ainda é conduzido pela cruzada anticorrupção, política e seletivamente dirigida contra forças de esquerda (e no limite a eliminação da esquerda) cujos agentes são as instituições do próprio Estado (lawfare): o Judiciário (juízes, promotores e procuradores), o Ministério Público (procuradores) e a Política Federal (delegados e agentes), inculcados de uma missão (irrealizável no capitalismo) autodelegada, moral e salvacionista: acabar com a corrupção no país. Pode-se acrescentar ainda a mobilização política de massa, com a constituição de um movimento ativo, agressivo e, no limite, violento (BOITO, 2019; FILGUEIRAS; DRUCK, 2018, 2019).

Após a quarta vitória do PT nas eleições presidenciais de 2014 e a quarta derrota do PSDB, tradicional aliado do imperialismo e representante da burguesia associada, estes, ainda diante da possibilidade da candidatura de Lula para 2018 e 2022, promoveram a aliança com o crescente movimento neofascista, contra as políticas dos governos do PT. O capital internacional e a grande burguesia brasileira associada confiscaram esse movimento de classe média para, no caso do capital estadunidense e dos segmentos da grande burguesia brasileira a ele associados, perfilar o Estado e a economia brasileira ao lado dos Estados Unidos.

Dessa forma, desde o governo Temer, o conteúdo da política externa, da política econômica e da política social do Estado brasileiro prioriza os interesses do grande capital internacional, principalmente o estadunidense, e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados, e atende também, embora secundariamente, outros segmentos da burguesia brasileira, dinâmica que continua no governo Bolsonaro, eleito em 2018. Portanto, são o imperialismo e a burguesia brasileira associada principalmente que ocupam o poder de Estado, a hegemonia do bloco no poder. A eleição de Jair Bolsonaro para presidência da república solidifica a aliança entre a burguesia associada e o imperialismo com o movimento neofascista, um movimento ativo que forma um governo cuja chefia está entregue ao principal representante desse movimento, o atual presidente da república⁷ (BOITO JR, 2019).

⁷ Os principais motivos do emprego do prefixo “neo” em neofascismo são: a retomada de programas e ideologias de períodos anteriores na etapa histórica do capitalismo neoliberal globalizado e o fato que esse movimento,

Assim, em 2019 existe uma nova hegemonia, a hegemonia do capital internacional e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados. A burguesia interna, que foi a fração hegemônica nos governos do PT, sofreu derrotas e foi deslocada para uma posição subordinada no interior do bloco no poder. Nesse caso brasileiro, histórica e atualmente, o central do processo político são os conflitos entre frações da burguesia – burguesia associada e capital internacional *versus* a burguesia interna – e, na conjuntura hodierna, ocorre intervenção política massiva de uma classe social intermediária – a alta classe média.

Se há uma nova hegemonia no bloco no poder brasileiro, igualmente parece haver uma nova forma de Estado, decorrente da ocupação do movimento neofascista no aparelho de Estado, de caráter autoritário. Pois a política de segurança pública do governo pretende suspender, arbitrariamente, garantias constitucionais; o Ministério Público incorre em ilegalidades no processo penal para a punição exemplar e espetacular da corrupção – preferencialmente quando tal prática puder ser imputada às empresas nacionais e à centro-esquerda representada pelo PT; e o executivo denuncia como “a velha e corrupta política” a atividade praticada no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, condenando assim a própria democracia burguesa; entre outros. A democracia burguesa brasileira, então, vive dias de deterioração, em que brotam tendências à ditadura fascista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das contribuições de Poulantzas sobre o fascismo podemos fazer algumas considerações sobre a atual conjuntura política no Brasil. A frente neodesenvolvimentista, hegemônica pela burguesia interna e organizada partidariamente pelo Partido dos Trabalhadores, representou tanto o deslocamento da burguesia associada e do imperialismo para um segundo plano no bloco no poder brasileiro quanto à ascensão de lutas da classe trabalhadora que conquistou direitos e maior parte na distribuição

que ocupa o poder executivo, implementa uma política neoliberal, a favor dos interesses do imperialismo e da burguesia associada.

da riqueza. A ofensiva contra tal ascensão aconteceu em decorrência da crise econômica e representou uma crise política, desencadeada em duas frentes.

A primeira frente foi a ofensiva da grande burguesia associada e do imperialismo para restaurar sua hegemonia e o programa neoliberal, patrocinando partidos e movimentos de direita que militaram para a deposição do governo Dilma via golpe de Estado. A outra frente foi a ofensiva da classe média/pequena burguesia, cujos funcionários do Estado – a operação Lava Jato do Ministério Público – apoiados pela grande imprensa instrumentalizaram a bandeira de combate à corrupção para fins políticos: derrotar os governos do PT e sobretudo a ascensão das lutas populares.

O resultado disso foi a prisão do ex-presidente Lula, o que lhe tirou da corrida eleitoral. Apesar de não constituir um partido de massa, essa força social da classe média/pequena burguesia agiu massivamente nas redes sociais para angariar milhões de correligionários, com uma campanha baseada no perigo que o PT e a corrupção desse partido representavam para a sociedade brasileira, para transformar o Partido Social Liberal (PSL) no segundo maior partido da Câmara dos Deputados e por esse mesmo partido eleger Bolsonaro. Ainda que não tomemos o processo de fascização exatamente como Poulantzas o considera, uma vez que esse fenômeno adquire novas formas históricas e novas roupagens, é possível argumentar que a eleição de Bolsonaro significa a ação da força social fascista oriunda da classe média/pequena burguesia para reorganizar o bloco no poder sob hegemonia da burguesia associada e do imperialismo, sem perder os vínculos com as massas populares que o elegeram. Entretanto, o programa neofascista que Bolsonaro e seus correligionários representam não agradam completamente os interesses do grande capital e atritos entre eles já começam a ser notados. Por outro lado, forças democráticas da direita e da esquerda brasileiras, diante do perigo do neofascismo para diversos setores da sociedade, começam a se organizar em frente ampla contra o governo. Parece-nos então que o ponto de irreversibilidade sobre o qual escreve Poulantzas ainda não foi atingido e por essa razão é que não

estão descartadas ações mais impetuosas do próprio governo em direção a medidas autoritárias e, de fato, ao Estado fascista.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz. *A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. esp., p. 1-63, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- BOITO JUNIOR, Armando. O neofascismo no Brasil. *Boletim LIERI*, Rio de Janeiro, n. 1, maio 2019. Disponível em: <http://laboratorios.ufrj.br/lieri/boletim-lieri-o-neofascismo-no-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BOITO JUNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP; São Paulo, SP: Editora da Unicamp: Editora UNESP, 2018.
- BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. 2016. 282 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, n. 72; ano 19, jan./fev./mar. 2016.
- DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, maio 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde debate*, v.42, n. esp., p.78-89, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0078.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LOWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0652.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.

MONTEIRO, Leonardo. Os Neogolpes e as Interrupções de Mandatos Presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 49, n. 1, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/487079>. Acesso em: agosto de 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PUGLIA, Leonardo. Gramsci e os Intelectuais de Direita no Brasil Contemporâneo. *Teoria e Cultura*, UFJF, v. 13, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/issue/view/631>. Acesso em: agosto de 2019.

SOLANO, Ester. *Crise da Democracia e extremismos de direita*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018. (Análise, n. 42). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906042027/pdf_1132.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

CAPÍTULO 8

IMPERIALISMO, SIONISMO E WAHHABISMO: AS FONTES DA VIOLÊNCIA CONTRA POVOS E NAÇÕES

*Marcelo BUZETTO*¹

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal analisar um conjunto de ideias profundamente conservadoras e antidemocráticas que são responsáveis por ações políticas e militares cujo resultado, ao longo dos séculos, foi a criação de regimes e governos acusados de apartheid, de limpeza étnica e de genocídio. Imperialismo, sionismo e wahhabismo atuam conjuntamente na região conhecida como Oriente Médio (Ásia Ocidental), e o principal exemplo de intolerância e extremismo dessas ideologias e doutrinas se manifestou na operação planejada de destruição da República Árabe Síria.

Desde a origem da propriedade privada, do Estado e das classes sociais, a violência tornou-se um método sempre utilizado pelas classes

¹ Marcelo Buzetto é Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e realizou Pós-Doutorado em Ciência Política na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp. Membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais NEILS/PUC-SP. Presidente do Instituto de Estudos sobre Geopolítica do Oriente Médio (IGEOP) e integrante da Secretaria de Relações Internacionais do Movimento Sem Terra (MST). <https://orcid.org/0000-0001-9796-484X>. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p181-210>

dominantes para assegurar seus privilégios e seu poder econômico e político. Os impérios ou potências regionais também se utilizaram da violência através das guerras pela conquista de novos territórios. Com o surgimento do modo de produção capitalista cria-se um verdadeiro mercado mundial, e a internacionalização das relações de produção, dos conflitos sociais e das diferentes formas de luta pelo poder torna-se uma realidade.

Tal processo de expansão mundial sempre foi desigual e contraditório, criando uma Divisão Internacional do Trabalho baseada na exploração da maioria de povos e nações por um punhado de potências capitalistas industrializadas. O capitalismo, desde sua origem, sempre teve como uma característica intrínseca ao seu processo de expansão mundial a violência, a intolerância, o genocídio de populações nativas. O capitalismo comercial nasce criando o Sistema Colonial, e o colonialismo produziu milhões de vítimas em todo o planeta. Todo tipo de colonialismo resultou nas mais cruéis formas de dominação e opressão já conhecidas pela humanidade. O capitalismo industrial vai aperfeiçoar esse método de uso da violência extrema contra povos e nações que insistem em se rebelar diante da imposição de relações sociais e econômicas que atendem aos interesses do grande capital europeu ocidental. Com o capitalismo financeiro em expansão, entre o final do século XIX e início do século XX, temos a multiplicação de conflitos, de guerras, de rebeliões e de revoluções, entre elas as guerras interimperialistas, pela disputa dos mercados, dos territórios considerados estratégicos e dos recursos naturais. Consolida-se, nesse período, o neocolonialismo ou imperialismo.

Consideramos que o imperialismo, assim como o sionismo e o wahhabismo, são três interpretações da realidade econômica, política, social e cultural que serão transformadas em ação política e em referência na análise e condução da política externa e da política internacional, tanto por organizações, grupos e partidos políticos, como por governos de determinadas nações. O que imperialismo, sionismo e wahhabismo tem em comum? São um conjunto de ideias que se transformaram numa corrente do pensamento contemporâneo que influencia as relações internacionais. Além disso, tornam-se aliados nos assuntos que tratam da política regional no chamado “Oriente Médio” e entorno. Também seus métodos para a

conquista de territórios e resolução de conflitos são os mesmos, e em muitos casos, atuam de maneira conjunta e coordenada, visando enfraquecer, desestabilizar ou eliminar aqueles indivíduos, organizações ou governos considerados uma ameaça a seus interesses estratégicos numa determinada região do planeta.

A atuação conjunta e coordenada de forças políticas e militares imperialistas, sionistas e wahhabistas na República Árabe Síria, nos últimos dez anos, podem confirmar essa contundente afirmação. A Síria tem sido vítima da maior agressão externa já praticada nesse início de século. São dez anos de ataques cotidianos de uma coalizão político-militar liderada pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA), com apoio de seus aliados: Inglaterra, França, Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Turquia e Israel (BUZETTO, 2019a, p. 13-14). Entre as organizações internacionais que deram apoio à guerra contra a Síria temos: Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Européia, Conselho de Cooperação do Golfo e Liga Árabe. Aliados a estes países e organizações estão uma variedade de grupos terroristas, que atuaram principalmente entre o Iraque e a Síria, recebendo armas e munições, apoio financeiro e logístico, informações estratégicas e apoio de exércitos regulares, como a ação das Forças Armadas de Israel, EUA e Turquia. Todos os países citados, de alguma maneira, contribuíram para o nascimento e sustentação de organizações terroristas como o Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS), o Exército Livre da Síria (FSA) ou a Frente Al-Nusra (agora chamada de Jabhat Fateh al-Sham), entre outras.

O pensamento imperialista, sionista ou wahhabista tem uma interpretação da realidade muito influenciada pela intolerância e pelo racismo. O pensamento imperialista elaborou argumentos justificando a escravização, o colonialismo e a violência contra povos que não aceitavam ser oprimidos por determinada potência industrial-capitalista.

O pensamento sionista procura justificar o direito dos judeus europeus-ocidentais de colonizar a Palestina, tendo como objetivo a expulsão dos árabes dessa pátria ocupada, através da implantação de um regime baseado no apartheid, na limpeza étnica, no racismo e no genocídio.

O pensamento wahhabista faz parte do conservadorismo desenvolvido no mundo árabe e no mundo islâmico, com uma interpretação muito particular e equivocada dos fundamentos da religião criada pelo Profeta Maomé. Sua influência está presente na construção da Arábia Saudita e outras monarquias árabes, bem como em organizações terroristas como Al-Qaeda e ISIS.

Os wahhabistas sempre estiveram na vanguarda da luta contra o comunismo e contra o nacionalismo árabe/nasserismo/pan-arabismo. E, desde 1979, também estabelecem como um dos inimigos principais o governo da República Islâmica do Irã, que adotou essa denominação após um referendo popular com intensa participação de todos os segmentos da sociedade. Governos e organizações wahhabistas se tornaram o aliado ideal do imperialismo britânico, estadunidense e europeu-ocidental, que sempre buscou cooptar lideranças da elite/burguesia em toda a Ásia Ocidental (Oriente Médio). Nos últimos vinte anos se destacaram pela desestabilização de países como Afeganistão, Iraque, Síria e Iêmen. Seus alvos principais são muçulmanos xiitas, cristãos, curdos, yazidis, sufis, considerados “infiéis” que impedem a constituição do “Califado Islâmico”. Interessante notar que a atuação desses grupos e organizações terroristas influenciadas pelo wahhabismo sempre adquire projeção em nações cujos governos entram em conflito com os interesses estratégicos e geopolíticos dos EUA, França, Inglaterra ou seus aliados regionais. Não temos atentados terroristas wahhabistas ocorrendo na Turquia, na Arábia Saudita, no Qatar, nos Emirados Árabes Unidos, em Omã ou em Israel, que poderia ser um alvo prioritário, já que é a mais perfeita representação dos valores ocidentais e anti-islâmicos na região da Ásia Ocidental, tendo ocupado militarmente cidades onde estão locais sagrados do Islã, como é o caso de Al-Quds (Jerusalém) e Al-Khalil (Hebrom), na Palestina.

Portanto, identificamos um vínculo muito forte entre essas três expressões de um pensamento conservador, antidemocrático e racista, que se utiliza do colonialismo, da guerra de conquista e do terrorismo para impor seus interesses econômicos e políticos a um grande número de povos e nações oprimidas.

IMPERIALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A GUERRA DE CONQUISTA E A VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTOS DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A guerra sempre fez parte da política expansionista dos países imperialistas, pois o controle dos recursos naturais e de um determinado território sempre teve um papel estratégico na luta de classes e na luta entre as nações opressoras e as nações oprimidas. Desde o final do século XIX, o processo de desenvolvimento e expansão mundial do capital e do capitalismo fez com que a guerra se transformasse numa das principais formas de acumulação de capital para a classe dominante das potências capitalistas centrais, principalmente para a classe dominante da potência hegemônica do momento.

Além disso, as potências capitalistas da época precisavam de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados. A África, a Ásia e a América Latina serão territórios disputados através de guerras de conquista, guerras civis ou golpes militares com a participação direta ou indireta do capital e dos exércitos imperialistas.

Preocupados em compreender as desigualdades do desenvolvimento mundial do capitalismo, alguns autores marxistas, como Rosa Luxemburg, Nicolai Bukhárin e Vladimir Lênin - vale lembrar que não eram os únicos - procuraram dar mais consistência à explicação sobre a fase imperialista do capitalismo. Os teóricos críticos do imperialismo também se esforçavam para destacar o papel do militarismo e da guerra como formas de acelerar o processo de acumulação de capital da classe dominante dos países centrais. Um exemplo disto são os textos de Rosa Luxemburg, onde a mesma afirma que o militarismo

[...] desempenhou papel decisivo na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarianização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital europeu (europeu em regiões não-europeias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas

resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando a conquista de culturas não-capitalistas. (LUXEMBURG, 1985, p. 311).

Será possível desconhecer que o militarismo tem realmente um papel decisivo no processo de expansão mundial do capitalismo? Se observarmos os séculos XX e XXI, com certeza diremos não, pois o militarismo e a guerra sempre se fizeram presentes. São vários os exemplos: Cuba, Nicarágua, Panamá, Granada, Haiti, intervenções e golpes patrocinados pelo governo dos EUA, ingleses e franceses disputando o Oriente Médio, europeus partilhando a África, franceses na Indochina e na Argélia, ingleses na China e na Índia, estadunidenses na Coreia e no Vietnã, guerras nos Balcãs, duas Guerras Mundiais, criação do Estado de Israel e Guerra na Palestina, guerra no Golfo Pérsico/Arábico, invasões dos EUA e OTAN no Afeganistão, Iraque e Líbia, guerra total contra a Síria, novo ciclo de golpes em Honduras, Paraguai, Brasil e Bolívia, etc. São todos exemplos concretos de integração - através de intervenções militares - de regiões e países à lógica do mercado mundial capitalista e das grandes potências imperialistas. A política externa imperialista sempre foi acompanhada pela violência, pelo extremismo, pela intolerância e pela realização, a qualquer custo, dos objetivos estabelecidos.

Em *A economia mundial e o imperialismo* (1988), Bukhárin analisa o papel das guerras no processo que ele qualifica de “internacionalização do capital”. Afirma que “a guerra é um meio de reprodução de certas relações de produção”, e “a guerra de conquista é um meio de reprodução ampliada dessas relações”. (BUKHÁRIN, 1988, p. 05).

Outro autor que ficou bastante conhecido por estabelecer relações entre a política externa imperialista e a guerra foi Vladimir I. Lênin. Em seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, ele destaca as principais características desta fase do capitalismo: 1. a concentração e centralização do capital, gerando com isso os monopólios e oligopólios; 2. fusão entre o capital bancário e o capital industrial, resultando no surgimento do capital financeiro e de uma oligarquia financeira; 3. além da exportação de

mercadorias, ganha importância a exportação de capitais; 4. formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que dividem o mercado mundial entre si; 5. partilha territorial do planeta entre as maiores potências capitalistas (LENIN, 1988, p. 88). Portanto, de acordo com Lênin:

[...] o imperialismo é o capitalismo chegando a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trusts internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo entre as maiores potências capitalistas. (LENIN, 1988, p. 88).

Não pretendemos desconsiderar as inúmeras transformações que ocorreram no mundo desde o final do século XIX e início do século XX, mas é bastante prudente reconhecer a capacidade destes e de outros teóricos críticos do imperialismo em identificar as tendências do desenvolvimento mundial capitalista. Afinal de contas, Rosa Luxemburg publicou seu livro em 1912, Bukhárin em 1915, e Lênin em 1916. Podemos perceber que as características do imperialismo estão cada vez mais presentes na vida econômica e financeira atual, basta observar as constantes e quase diárias crises financeiras internacionais, ou então as várias fusões entre empresas e/ou bancos, constituindo os já apontados monopólios e oligopólios.

Sem dúvida alguma, o século XX foi o século do imperialismo, o século das guerras imperialistas, onde a população civil foi amplamente impactada pelas consequências das batalhas e dos acordos que deram fim aos conflitos. Decisões tomadas por governos inspirados numa política externa imperialista causaram genocídios, destruição de casas, bairros, vilas e cidades, campos de cultivo, hospitais, escolas, pontes, ferrovias e demais infraestruturas existentes nas regiões atingidas. Milhões de refugiados surgiram como resultado das novas configurações geográficas e geopolíticas nas relações internacionais. Entre 1914 e 1991 foram contabilizadas 187 milhões de mortes como resultado das guerras do século XX. Como afirma Emir Sader, somente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

[...] morreram 8 milhões de soldados – o dobro do número de mortos em guerras nos 125 anos anteriores-, 9 milhões de civis e, logo depois da guerra, 6 milhões de pessoas morreram pela epidemia da gripe espanhola. Além disso, 20 milhões de pessoas ficaram inválidas, num quadro de vítimas em que, pela primeira vez em uma guerra, houve mais mortos civis do que militares. (SADER, 2000, p. 119-120).

O pensamento político imperialista busca justificar a dominação colonial e neocolonial, através do imperialismo econômico, que controla a economia das nações, da periferia e semiperiferia, consolida o poder das grandes corporações transnacionais e envia grandes quantidades de remessa de lucro para o exterior, para assegurar a acumulação ampliada de capital para a burguesia dos países centrais, estimulando os monopólios e oligopólios. Esse pensamento se torna orientação, uma recomendação e ação, e tem sido muito influente na definição da política externa, na diplomacia e nas decisões sobre política internacional, dissimulando ódio, instabilidade, extremismos de toda natureza e profunda intolerância com opinião ou posição política que contrarie seus interesses imediatos ou estratégicos. O imperialismo também tem sua face de dominação financeira. O imperialismo financeiro, através da dívida externa, consegue manter determinados países numa condição de submissão e subordinação, impedindo seu livre desenvolvimento econômico e impondo uma política de “ajuste estrutural” que retira recursos que poderiam ser utilizados em políticas sociais para que sejam pagos os juros criminosos gerados pelo processo de endividamento. O pensamento imperialista também leva nações capitalistas centrais a intervir de maneira contundente nas lutas políticas internas, interferindo em resultados eleitorais, patrocinando golpes de Estado, financiando candidatos e organizações da sociedade, fazendo desses instrumentos de seus interesses particulares. Essas são ações desse imperialismo político.

O imperialismo cultural tem sido outro campo de batalha de difusão desse pensamento conservador e extremista, criando inúmeros meios de comunicação e uma poderosa indústria do entretenimento, acompanhada de uma indústria cultural de caráter global, que tem reunido pesquisadores,

professores, escritores, atores, diretores de cinema, artistas de todas as áreas, rádios, editoras, livrarias, jornais, revistas e as diferentes redes sociais. Quantos filmes hollywoodianos não retratam de maneira desrespeitosa, racista e preconceituosa os mexicanos, os povos originários da América do Norte, os africanos, os chineses, os vietnamitas, os árabes (em especial os palestinos), etc. Filmes transformados em instrumentos de propaganda das ideias e valores explicita ou implicitamente pró-imperialistas.

Uma política externa influenciada por ideias pró-imperialistas sempre contribuirá para a manutenção de uma profunda desigualdade entre as nações. Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, em seu clássico *As Veias Abertas da América Latina*, afirma que:

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos (...) A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam, e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas. (GALEANO, 1978, p. 14).

Essa desigualdade entre as nações é algo próprio da expansão mundial capitalista em sua fase imperialista, agravada pela internacionalização do capital a partir de 1991, quando os EUA se aproveitam da situação favorável para desencadear novas guerras de conquista, aumentar o número de bases militares e de tropas pelo mundo e, para dar sustentação a essa decisão, aumentar seu orçamento militar. O Congresso e o Senado dos EUA, com amplo e massivo apoio e entusiasmo dos parlamentares Democratas e Republicanos, vão assegurar os recursos necessários para que suas tropas regulares, a Central de Inteligência Americana (CIA) e outras agências do governo possam atuar livremente na deposição de governos e destruição de nações.

IMPERIALISMO E ACORDO SYKES-PICOT (1916): MAIS DE CEM ANOS DE EXTREMISMO E TERROR NO ORIENTE MÉDIO

Assistimos à continuação de inúmeros conflitos e guerras na região da Ásia Ocidental, também conhecida como “Oriente Médio”. Guerras convencionais, onde os exércitos nacionais e suas articulações regionais/ internacionais movimentam-se em simultâneos campos de batalha; ou guerras não-convencionais, guerras híbridas, com organizações político-militares, milícias, diferentes expressões midiáticas com instrumentos de propaganda e operações de guerra psicológica, e a crescente presença dos serviços de inteligência. Um cenário mais complexo que as guerras, rebeliões e revoluções do século XX (BUZETTO, 2016, p. 169).

Durante a construção do Acordo Sykes-Picot, em 1916, quando os governos da França e Inglaterra pensavam o futuro diante da possível queda do Império Turco-Otomano, o capitão William Reginald Hall (chefe da Inteligência do Almirantado britânico) dizia ao diplomata Mark Sykes: “A força é a melhor propaganda entre os árabes” (HALL, 2008, apud FROMKIN, 2008, p. 219). Era o contexto de discussão sobre as possíveis concessões do governo britânico aos árabes, em especial às reivindicações de Hussein Ibne Ali, Xerife e Emir de Meca entre 1908 e 1924. Era o momento da construção de uma aliança entre ingleses e lideranças tribais árabes. O capitão Hall anunciava sua posição de enviar tropas britânicas para a Palestina e outras regiões, para assegurar os interesses de seu governo contra as forças políticas e sociais que disputavam os territórios árabes liberados da dominação turca.

Essa declaração revela uma tragédia anunciada, pois no século XX e início do século XXI milhares de soldados europeus e estadunidenses participaram de intervenções militares. Patrocinares golpes de Estado, assassinatos de lideranças políticas, de presidentes, estimularam e praticaram atos terroristas contra a população civil e/ou membros de governos, infiltraram seus agentes em instituições governamentais, empresas e organizações políticas, sociais, culturais e religiosas, apoiaram veículos de comunicação. Aliaram seus interesses a grupos/ partidos subordinados a uma estratégia política de consolidação do poder imperialista no Oriente

Médio, especialmente nos territórios árabes, e em países importantes para a geopolítica regional, como a Turquia e o Irã (que não são árabes).

Com o Acordo Sykes-Picot, o imperialismo inglês e francês inaugura uma era de violência e terror contra a classe trabalhadora e as massas populares da Ásia Ocidental. Mark Sykes e François Georges-Picot firmaram um acordo secreto entre Inglaterra e França no dia 16 de maio de 1916.

Assim nasceu o mapa e a expressão Oriente Médio, fruto de uma intervenção militar imperialista, com o apoio de setores dirigentes da classe dominante árabe, lideranças tribais, iludidas pela ideia de uma futura independência e soberania, e agraciadas pela ampliação de seu poder político e econômico. Inglaterra assumia o controle da Palestina, Transjordânia e Iraque, e França do Líbano e Síria. O sonho de independência dos árabes era interrompido. Para:

[...] seus aliados da família Hussein, Londres ofereceria a Península Arábica. Os árabes não sabiam disso, pois esperavam criar uma grande nação, cujo centro seria justamente o Crescente Fértil, sendo a península um apêndice (...) A Síria e Líbano passaram a ser Mandato Francês em 1920 e os britânicos, através de seus Mandatos, colocaram os irmãos Faiçal e Abdallah, filhos de Hussein, nos tronos do Iraque e da Transjordânia, respectivamente. Na Península Arábica, o Xerife Hussein de Meca, aliado dos ingleses, foi derrotado militarmente por seu rival, Ibn Saud, da região e Nedj. Saud uniu as duas regiões (Hedjaz e Nedj) e expandiu seus domínios na península, criando, em 1932, um reino que mais tarde seria denominado Arábia Saudita. (VISENTINI, 2014, p. 8-9).

Algumas lições do Acordo Sykes-Picot: 1. A guerra de conquista, a violência e o terror são parte indispensável da política colonialista/imperialista; 2. A força (política, social militar e cultural) é elemento fundamental para a resolução de conflitos na região. Forças políticas e sociais com projeto estratégico de libertação nacional e/ou pelo socialismo devem construir pontes e alianças entre partidos, movimentos e governos, para fortalecer ideias e organizações populares, visando a alterar a correlação de forças e se contrapor à política imperialista; 3. O pacifismo

pequeno burguês e idealista não encontra terreno favorável no interior do Oriente Médio. Mas a defesa da paz deve ter forma e conteúdo, não pode ser a “paz dos cemitérios”, nem a paz da rendição e derrota das forças progressistas e populares que lutam contra os interesses das empresas e governos imperialistas e seus aliados. Muitos governantes falam de paz, mas pronunciam mais a palavra guerra, como Barak Obama no discurso do Nobel da Paz (BUZETTO, 2016, p. 170).

O pacifismo expresso das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) será ineficaz, se não existirem condições concretas de resistência. Líbia e Síria, dois exemplos: para se construir uma nação de paz, é necessário derrotar as forças que representam o imperialismo e sua política militarista e intervencionista.

EUA/UNIÃO EUROPÉIA/OTAN NO IRAQUE E NO AFGANISTÃO: UMA POLÍTICA PROGRAMADA DE DESTRUIÇÃO E PILHAGEM DE NAÇÕES E POVOS

Entre agosto de 1990 e fevereiro de 1991 explode a Guerra do Golfo, após o governo de Saddam Hussein ordenar a invasão do Kwait visando a “recuperar” território que historicamente pertencia ao Iraque. Acusando a Inglaterra de ter criado um país artificial após sua vitória contra o Império Turco-Otomano (1918), Saddam decidiu resolver uma série de conflitos com a monarquia vizinha através da guerra. Mas, “o imprevisível e o inesperado fazem parte do cotidiano das guerras e revoluções”, e toda guerra é acompanhada por certo grau de “incerteza” e “insegurança” (BUZETTO, 2004, p. 56-58) quanto aos seus desdobramentos.

Saddam também acusava o Kwait de atender os interesses do imperialismo estadunidense-britânico-francês, produzindo mais petróleo, para derrubar os preços no mercado mundial e atingir economicamente o Iraque. A invasão do Kwait mobilizou tropas dos EUA, Inglaterra, França, Arábia Saudita e Kwait contra o Iraque, numa coalizão que promoveu o maior bombardeio aéreo desde a Segunda Guerra Mundial. EUA, França e Inglaterra tiveram o apoio do Conselho de Segurança da ONU para forçar a retirada das tropas iraquianas. O início da batalha aérea demonstrava

que não bastava exigir a retirada do território do Kwait, mas destruir as forças armadas iraquianas. O Iraque atacou refinarias no Kwait e na Arábia Saudita, e enviou mísseis Scud contra Israel. As tropas estadunidenses iniciaram a contra-ofensiva também por terra. Entre 1991 e 2003 o Iraque foi bombardeado semanalmente pelos EUA e Inglaterra. O bloqueio econômico contra esta nação árabe e os bombardeios assassinaram cerca de 1 milhão de habitantes, entre eles 500 mil crianças. Cerca de 100 mil iraquianos morreram nos ataques de 1991 contra Bagdá. Nessa Guerra do Golfo, observa-se que o Iraque foi o primeiro país árabe a atacar Israel (desde 1973) e a supostamente inatingível monarquia pró-imperialista da Arábia Saudita. O ato de atacar esse país árabe revelou, mais uma vez, a natureza da política imperialista. Em vez de insistir numa solução negociada para os conflitos, com promoção de diálogos entre as partes envolvidas, buscando uma paz justa, os sucessivos governos imperialistas jamais permitem o desenvolvimento de uma saída política e diplomática quando o que está em jogo são seus interesses econômicos, geralmente disfarçados de “defesa da democracia” ou dos “direitos humanos”.

Entre 1991 e 1996 a guerra civil no Afeganistão levou ao poder os Talibans, antigos aliados dos EUA, da Árabia Saudita e do Paquistão na luta contra as tropas soviéticas, que chegaram ao país em 1978, através de um acordo de cooperação com o governo do Partido Democrático e Popular do Afeganistão. Com o fim da URSS (1991) e a conquista do poder em 1996, os Talebans foram reconhecidos pelos EUA. Fizeram reuniões com o presidente Bill Clinton, que visava a obter aprovação para um conglomerado de empresas liderado pela Union Oil Company of California (UNOCAL) construir um conjunto de oleodutos/gasodutos, entre Uzbequistão-Afeganistão-Paquistão-Mar da Arábia, entre Afeganistão-Paquistão-Oceano Índico e outro a partir do Turcomenistão (BANDEIRA, 2014, p. 82).

De 1996 a 2001 aumentam as tropas estadunidenses e da OTAN no Grande Oriente Médio, e novos conflitos desenvolveram-se no Afeganistão. O misterioso atentado terrorista contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e contra a Casa Branca e Pentágono, criaram as justificativas para mais uma operação militar cuja principal vítima foi

a população civil, ou seja, os não-combatentes. O governo dos EUA criou acusações fantasiosas sobre uma articulação entre Osama Bin Laden (conhecido aliado dos EUA na luta contra os soviéticos no Afeganistão) e Saddam Hussein (antigo aliado dos EUA na Guerra Irã-Iraque 1980-1988, mas desafeto político desde 1991). Outras falsificações foram incorporadas como verdade absoluta pela mídia empresarial internacional e até por setores considerados progressistas que queriam evitar “teorias conspiratórias”. O fato é que “Bin Laden sempre expressou seu ódio por Saddam Hussein” (FISK, 2007, p. 1410).

Duas impressionantes manipulações midiáticas da história da comunicação mundial podem ser destacadas: 1. O impacto dos aviões não derrubou as torres gêmeas. Segundo engenheiros envolvidos na construção do World Trade Center, os prédios suportariam a colisão. Uma sucessão de explosões destruiu as colunas de sustentação dos prédios, semelhante a uma implosão, amplamente conhecida por especialistas da construção civil, e testemunhada por bombeiros, policiais, trabalhadores do WTC e pessoas nas ruas, em diversas publicações; 2. Nunca houve um Boing 757 contra o Pentágono. As imagens das câmaras de segurança não foram divulgadas. A imagem de um posto de gasolina mostra uma grande explosão, mas nenhum avião. O mais provável é que tenha sido um míssil contra o Pentágono. Três livros são fundamentais para se compreender os eventos de 11 de setembro de 2001: *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*, de Robert Fisk (2007), *Guerra e globalização: antes e depois do 11 de setembro* (2004), de Michel Chossudóvsky, e *11 de setembro de 2001: uma terrível farsa* (2003), de Thierry Meyssan (2003).

Em março de 2003, foi a invasão do Iraque, seguida do assassinato do presidente Saddam Hussein. Os EUA tinham na região 225 mil soldados, 5 porta-aviões, 990 aviões, 150 navios, 900 tanques e milhares de bombas e mísseis. O Reino Unido contava com 45 mil soldados, 1 porta-aviões, 30 navios e 510 tanques (BUZETTO, 2004, p. 56). Saddam Hussein apresentava-se como uma liderança antiimperialista, mas sempre foi um personagem repleto de contradições. Entre 1973 e 1980 firmou acordos com a URSS, mas mesmo os comunistas pró-soviéticos no Iraque eram perseguidos, presos e assassinados pelas forças do governo. E isso

aconteceu antes e após a integração do Partido Comunista Iraquiano à Frente Nacional Progressista, uma união de partidos liderada pelo Partido Nacionalista Socialista Árabe (Baath), cujo presidente era Saddam (ALI, 2003, p. 127). Curdos e xiitas também foram alvos da repressão.

As tropas da OTAN foram derrotadas no Afeganistão e no Iraque. Fracassaram na tentativa de obter o controle da produção e comercialização de gás e petróleo. Fracassaram também na conquista do território, indispensável para a colonização/recolonização desses dois países pelas forças imperialistas da OTAN.

Os povos do Afeganistão e Iraque pagaram um preço altíssimo. Os dois países invadidos estão hoje mais próximos do Eixo Irã-Rússia-Síria do que do Eixo EUA-Arábia Saudita-Paquistão. A OTAN promoveu uma destruição econômica, social, política, militar e cultural, com consequências humanitárias indescritíveis, sem qualquer disposição de reparação pelos governos responsáveis por essa tragédia. A ONU sequer se manifesta sobre algum julgamento por tortura, genocídio ou crimes de guerra praticados pelas forças da OTAN, mesmo depois de contundentes e numerosas provas, com fotos e filmagens de soldados praticando violações de direitos contra prisioneiros e população civil. Nada disso foi suficiente para a ONU levar a OTAN para o Tribunal Penal Internacional.

A impunidade só estimulou a OTAN a reproduzir os mesmos crimes na Líbia e na Síria. A destruição do Afeganistão e Iraque pelas forças da OTAN criou as condições favoráveis para o surgimento e desenvolvimento de grupos e organizações terroristas com os mais distintos interesses, geralmente financiados pelas forças da própria OTAN e seus aliados na região, em especial Arábia Saudita e monarquias árabes, Turquia e Israel.

SIONISMO E IMPERIALISMO NA PALESTINA: A IMPLANTAÇÃO DE UM REGIME BASEADO NO APARTHEID, NA LIMPEZA ÉTNICA E NO GENOCÍDIO

A Palestina é um território de 27.000 km² que se localiza entre o Egito, Líbano, Síria e Jordânia, tendo um vasto litoral com saída para o Mar Mediterrâneo. Pelo sul da Palestina chega-se ao Golfo de Ácaba,

que levará qualquer navegante ao Mar Vermelho, Golfo de Áden, Mar da Arábia, Golfo de Omã e Oceano Índico. Do ponto de vista econômico, político e militar, sua localização é estratégica. Pelo mapa mundial desenhado pelos europeus, a Palestina fica no centro do mundo, entre a África e a Ásia, e bem próxima da Europa. A região também sempre foi importante rota comercial terrestre e marítima. A Palestina adquire cada vez mais importância estratégica para o colonialismo europeu à medida que o capital comercial e industrial inglês e francês necessitam expandir sua atuação para além das fronteiras nacionais (BUZETTO, 2019, p. 47).

A Palestina é incorporada/integrada pela força da violência colonialista ao processo de internacionalização do capital, movimento que se intensifica durante o final do século XIX e os primeiros quarenta anos do século XX, período de pleno desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial nos países centrais do capitalismo. Importante destacar que, assim como outros países da Ásia, África e América Latina, a Palestina será integrada a este processo de maneira submissa, subordinada aos interesses de potências regionais que passavam por um processo de transição para o capitalismo (apesar da coexistência com formas pré-capitalistas de exploração do trabalho e de organização da propriedade) e/ou potências imperialistas em explícita ofensiva política e militar na região conhecida como “Oriente Próximo” ou “Oriente Médio”.

Durante o final do século XIX a Palestina estava sob o domínio do Império Turco-Otomano. Na Europa e na Rússia cresce o número e a força de grupos que perseguiram os judeus (“pogroms”). Também nesse período surge um movimento nacionalista judaico chamado Sionismo, que adota esse nome em referência a uma colina de Jerusalém (Sion) onde havia sido construído o Templo de Salomão. Um dos fundadores do movimento sionista foi Theodor Herzl (1869-1904). Herzl nasceu em Budapeste e estudou em Viena, duas cidades importantes do então Império Austro-Húngaro. Vinha de uma família de banqueiros, e elaborou sua concepção nacionalista judaica num livro chamado O Estado Judeu, publicado em 1896. Em 1897, Herzl e outros adeptos do Sionismo se reúnem no I. Congresso Sionista, em Basileia, na Suíça. Deste encontro nasce a Organização Sionista Mundial. A resolução final do Congresso

falava da criação de um “lar nacional para os judeus”, algo que já estava presente no livro de Herzl, apontando a Argentina ou a Palestina como os locais mais favoráveis para a realização de tal empreendimento. A partir daí os sionistas correram o mundo para angariar recursos financeiros e apoio político para sua proposta. Herzl e seus seguidores vão estabelecer contatos com os governos da Inglaterra, da Alemanha, com o Império Turco-Otomano, com banqueiros, industriais e comerciantes judeus e não-judeus, visando fortalecer a ideia da necessidade de um “lar nacional”. A comunidade judaica europeia se divide, e nem todos apoiam a ideia sionista, mas esse movimento consegue o apoio da burguesia judaica e de setores importantes da burguesia não-judaica europeia.

Em seu livro Herzl já afirmava sua preferência pela Palestina, que chamava de “pátria histórica” dos judeus, e dizia que o Estado Judeu seria, “para a Europa, um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie” (HERZL, 1988, p. 66). Tal afirmação comprova o vínculo entre sionismo e imperialismo, pois o objetivo de Herzl era obter o apoio das potências imperialistas que dominavam o mundo e, em especial o Oriente Médio, para que a Palestina fosse entregue a um setor da burguesia judaica e, assim, se transformasse numa fortaleza militar contra o avanço do nacionalismo árabe e de possíveis movimentos anti-imperialistas, que cresciam no período pós-Primeira Guerra Mundial, especialmente como resultado da vitória da Revolução Russa de 1917. Para uma melhor compreensão do contexto histórico da época, não podemos menosprezar a influência e o impacto da Revolução Russa e da construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na política internacional. Aliado a estes dois importantes acontecimentos históricos, o surgimento da IIIa Internacional, também conhecida como Internacional Comunista (1919-1943), contribuiu para alterar a correlação de forças no mundo oriental. São de conhecimento público as preocupações do imperialismo europeu-ocidental e estadunidense com o aparecimento dessa nova força política, militar e cultural com apoio e influência não só na Ásia, mas em todo o planeta. A URSS reuniu 15 repúblicas: Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Uzbequistão, Cazaquistão, Geórgia, Azerbaijão, Lituânia, Moldávia, Letônia, Quirguistão, Tajiquistão, Armênia, Turcomenistão e

Estônia. Nas suas fronteiras estavam nações onde os interesses geopolíticos da França, da Inglaterra e dos EUA se faziam presentes, seja através de acordos militares, compra de armas e equipamentos da indústria bélica, ou através de apoio diplomático e tratados comerciais. No entorno da URSS estavam Turquia, Irã, Afeganistão, Paquistão, China, Mongólia, Coreia e Japão. Além de países europeus como Finlândia, Noruega, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária. Entre 1917 e 1921 Lenin e a IIIª Internacional acreditavam que os povos do Oriente estavam vivendo uma situação - em muitos casos - revolucionária, ou seja, favorável ao início de um processo de luta eminentemente anti-imperialista e anticapitalista, que se deslocava rapidamente dos países centrais para os chamados países “coloniais, semicoloniais e dependentes” (BUZETTO, 2003, p. 59).

É possível observar que a cada dia aumentava a necessidade dos países centrais do capitalismo de dominar, pela força militar, política e/ou econômica, essa parte do mundo. Esta expansão imperialista rumo aos povos orientais aparece como exigência fundamental do processo de acumulação ampliada do capital em escala mundial. O que fica evidente nesse debate leniniano sobre a questão nacional (realizado no interior da Internacional Comunista) é que, nas fronteiras da URSS, em especial na Ásia, palavras como o “direito das nações à autodeterminação, independência nacional, libertação nacional” assumem - ou melhor, poderiam assumir - um caráter proletário e anticapitalista. A expansão do comunismo – “movimento comunista internacional” - e a força cultural e política do islamismo tornam-se o centro das preocupações de diplomatas, generais e estrategistas imperialistas que se dedicavam ao estudo da conjuntura política na Ásia Ocidental. Portanto, o **sionismo é uma corrente política nacionalista judaica que serviu como linha auxiliar do colonialismo/imperialismo desde o seu nascimento até seu ápice, que ocorre com a criação do Estado de Israel**, cinquenta e um anos depois da fundação da Organização Sionista Mundial. De 1948 até os dias atuais deixou de ser somente a linha auxiliar do imperialismo no mundo árabe e no mundo muçulmano. **O sionismo tornou-se a vanguarda, a linha de frente, a tropa de choque dos EUA, França e Inglaterra na confrontação com qualquer movimento de caráter antiimperialista, seja de natureza comunista ou islâmica.**

Todo e qualquer pensamento sionista torna-se, inevitavelmente, nas lutas políticas e sociais, uma posição pró-colonialista, pró-imperialista, que vai buscar justificativas para a política racista de *apathid*, genocídio e limpeza étnica conduzida por todos os governos do “Estado de Israel” contra os palestinos. O sionismo e sua entidade política vão manter uma aliança estratégica com EUA, OTAN e União Europeia para vigiar/monitorar, perseguir/reprimir, isolar ou mesmo eliminar/destruir qualquer partido, movimento, liderança, organização ou governo que seja considerado uma ameaça aos interesses desse conjunto de forças que tem dado sustentação política, diplomática e militar a Israel desde a sua criação.

Com a derrota do Império Turco-Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), França e Inglaterra invadem o Oriente Médio e dividem entre si a região, ficando a Palestina sob o domínio britânico de 1918 a 1948. Nesse período o movimento sionista está consolidado, e sua ambição de construir um “lar nacional para os judeus” na Palestina ganha ainda mais apoio, principalmente após o massacre de judeus pelos nazistas na Europa da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Criam-se, então, as condições favoráveis para a realização da profecia que Herzl e seus seguidores elaboraram em 1897: criar o “Estado Judeu” em cinquenta anos (BUZETTO, 2019, p. 48). Durante vários séculos os judeus haviam passado por um processo de assimilação, ou seja, haviam se integrado na comunidade nacional de vários países. Trabalhavam, estudavam, participavam da vida política, econômica, social e cultural de onde viviam, e muitos também se envolviam nas lutas por justiça, democracia, igualdade e em defesa dos trabalhadores contra a exploração do capital e do capitalismo. O Movimento Sionista divide a comunidade judaica e vai iniciar uma propaganda em defesa de um nacionalismo burguês conservador e com um conteúdo racista e antidemocrático. Basta ver a proposta de organização política do Estado Judeu defendida por Herzl. Diz ele: “Considero a monarquia democrática e a república aristocrática como as mais belas instituições políticas (...) Sou amigo convencido das instituições monárquicas porque elas tornam possível uma política permanente e representam o interesse ligado a conservação do Estado de uma família historicamente ilustre, nascida e educada para reinar” (HERZL, 1998, p.

111-112). Sua posição elitista e antidemocrática considera “o referendun como absurdo, pois, em política, não há questões simples que possamos resolver por um sim ou por um não. Aliás, as massas são ainda piores do que os parlamentos (grifo nosso) (...) Diante de um povo reunido, não podemos fazer nem política exterior nem política interior (...) A política deve ser feita do alto” (HERZL, 1998, p. 112).

Apesar de existirem diversas correntes políticas no interior do próprio sionismo, as posições políticas que se tornaram hegemônicas ao longo do século XX foram as mais conservadoras e pró-imperialistas. Essa ideologia conservadora serviu de base para a instauração do “Estado de Israel”. No interior do sionismo existiram expressões ideológicas de um certo “socialismo étnico-utópico” (YANNI, 2019, apud BUZETTO, 2019, p. 22), mesmo esses acabaram flertando com o colonialismo/imperialismo, criando partidos adeptos do Trabalhismo ou da Social-Democracia europeia, muitos filiados à Internacional Socialista (chamada, pelos comunistas, de herdeira dos reformistas da Ilo Internacional), que sempre apoiou a criação do Estado de Israel. Ao chegar ao governo, essa autointitulada “esquerda sionista” tornou-se mais um algoz do povo palestino.

Em vários países do mundo (incluindo o Brasil), no interior da comunidade judaica, essa força política que se autodenomina “esquerda sionista” são uma minoria que se transformou na face simpática e “politicamente correta” do sionismo. Cumprem um papel importante para o Estado colonialista israelense, pois são instrumentos voluntários de propaganda da ideia de que “Israel é a única democracia no Oriente Médio”.

Comprender o conteúdo racista, colonialista e conservador do sionismo é fundamental para que possamos explicar a posição atual do governo de Israel em relação ao povo palestino. Três ideias foram fundamentais para convencer milhares de judeus a emigrar para a Palestina: 1) que a Palestina era uma “terra sem povo” e os judeus eram um “povo sem terra”; 2) que a Palestina é a “pátria histórica” dos judeus; 3) que os judeus são o “povo eleito” por Deus. Esse fundamentalismo judaico-sionista estimulou a utilização de métodos violentos para expulsar as comunidades não-judaicas das terras da Palestina. Essas ideias fizeram

com que banqueiros e grandes empresários judeus contribuísssem para a criação da Companhia Judaica, empresa de colonização com o objetivo de comprar terras para instalar colônias judaico-sionistas na Palestina. Durante os anos 20 e 30 do século XX o crescimento dessas colônias deu início a uma série de conflitos entre judeus sionistas e árabes-palestinos. Nos anos 40 o movimento sionista começa a organizar grupos terroristas como o Irgun, Stern e Haganah, que fazem ações armadas e atentados contra a população árabe-palestina, com a intenção de intimidá-los e fazer com que abandonem seus lares, suas propriedades e suas aldeias.

O Sionismo se organiza de diversas maneiras: **1)** politicamente: através de várias organizações nacionais e internacionais que visam buscar apoio político de governos para seu projeto colonialista; **2)** economicamente: buscando recursos financeiros de empresários e banqueiros judeus e não-judeus para a instalação de colônias na Palestina; **3)** militarmente: organizando grupos terroristas/paramilitares para espalhar o pânico entre a população árabe-palestina, grupos que, depois de 1948, se transformam nas Forças Armadas de Israel; **4)** culturalmente: através da difusão, pela indústria cultural, de ideias que buscam justificar a dominação territorial da Palestina e o direito “histórico e sagrado dos judeus” de ocupar aquela região.

A grande vitória do sionismo foi a criação do Estado de Israel, em 1948, e seu reconhecimento pela ONU, em 1949, apesar de vários massacres cometidos pelo recém-criado Exército de Defesa de Israel contra a população civil palestina, e a conseqüente destruição de suas vilas e aldeias, o que causou a tragédia dos refugiados. Em dezembro de 1949 já existiam 750 mil famílias de refugiados palestinos. O chamado “Estado de Israel”, uma entidade política sionista, tem se destacado como o país que mais violou as regras e tratados do direito internacional, desrespeitando inúmeras resoluções da ONU e tornando como alvos de seus ataques a população civil, seja em Gaza, em Jerusalém ou em qualquer outra parte da Palestina ocupada. Se na história da constituição da entidade sionista conhecida como “Israel” é evidente os vínculos desse colonialismo com o imperialismo britânico, francês e estadunidense, a novidade desde os anos setenta e oitenta do século XX é a aproximação e a consolidação de laços de cooperação entre o sionismo e o governo wahhabista da Arábia Saudita,

seja na luta contra a República Islâmica do Irã, após fevereiro de 1979, ou na guerra contra a República Árabe Síria, desde 2011.

O WAHHABISMO: UMA DOCTRINA ESTIMULADORA DO ÓDIO E DA INTOLERÂNCIA

A mídia empresarial ocidental divulgou amplamente as imagens da ocupação de territórios do Iraque e da Síria por milícias formadas por membros do Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS). Em cada vila ou cidade dominada por essa organização terrorista tinha início uma intensa perseguição contra cristãos, muçulmanos xiitas ou sufistas, curdos, yazidis (uma comunidade étnico-religiosa curda) e qualquer outra pessoa ou comunidade considerada como “infiel” ou “traidores do islã”. Também autoridades locais e apoiadores dos governos sírio e iraquiano tornavam-se, imediatamente, inimigos principais. Essa violência e essa intolerância nas ações do ISIS tem um fundamento teórico, e se ampara numa doutrina conhecida por muitos muçulmanos como salafismo ou wahabismo. Salafistas e wahhabistas são correntes de pensamento no interior do islã sunita, com uma interpretação muito própria dos ensinamentos do Profeta Maomé. Buscando um retorno àquilo que consideram as autênticas fontes da fé muçulmana. São admiradores do comportamento das gerações de muçulmanos que vieram logo depois da morte do profeta, onde se estabeleciam regras, leis e normas que fortaleciam um compromisso moral dos indivíduos com os princípios existentes no Alcorão, o livro sagrado.

O chamado wahhabismo está amplamente representado, nos últimos noventa anos, pelo governo da Arábia Saudita, que patrocina a difusão desse pensamento conservador no interior das comunidades muçulmanas de todo o mundo. Sua origem está associada às concepções de Muhammad ibn Abd al-Wahhab (1703-1792). Ele pregava

[...] um retorno ao islã primitivo do Profeta e repudiou evoluções posteriores como o xiismo, o sufismo, a falsafah e a jurisprudência (fiqh), a que todos os outros ulemás muçulmanos se subordinavam. Ele ficava particularmente aflito com a veneração dos homens santos e de seus túmulos, que condenava como idolatria. Mesmo assim, o wahabismo

não era inerentemente violento; na verdade, Ibn Abd al-Wahhab se recusara a legitimizar as guerras de seu patrono, Ibn Saud de Najd, porque ele combatia simplesmente por riqueza e glória. Foi só depois da aposentadoria de Ibn Abd al-Wahhab que os wahhabis se tornaram mais agressivos, chegando ao ponto de destruir o templo do Imã Hussein na cidade de Karbala, em 1802, e monumentos na Arábia ligados a Maomé e seus companheiros. Também nesse período, a seita declarou que os muçulmanos que não aceitassem as doutrinas deles eram infiéis. (ARMSTRONG, 2016, p. 394-395).

Segundo Karen Armstrong, em seu livro *Campos de sangue: religião e a história da violência*, a partir do início do século XIX os “wahhabi incorporam os escritos de Ibn Taymiyyah a seu cânone, e a *takfir*, ato de declarar outro muçulmano como um descrente, que o próprio Ibn Abd al-Wahhab rejeitara, se tornou central em sua prática” (ARMSTRONG, 2016, p. 395). Em muitos lugares os wahhabistas são chamados de “takfiri”, pois são aqueles muçulmanos que criam alguma discórdia no interior da comunidade, acusando outros de serem infiéis ou apóstatas (que renegam a sua fé). Para os wahhabistas a apostasia deve ser punida com a morte. Por isso as organizações ou governos influenciados por este pensamento encontram justificativas para as atrocidades cometidas pelo ISIS ou outros grupos terroristas wahhabistas, como a destruição de mesquistas, templos, locais de adoração de santos populares para cristãos e muçulmanos do interior do Iraque ou Síria. Ou ainda os castigos físicos, como chibatadas em praça pública, amputação das mãos de pessoas acusadas de roubo, crucificação e outras torturas aplicadas em cidades e vilas ocupadas por wahhabistas. Sem esquecer da aplicação da pena de morte, por fuzilamento, enforcamento ou cortando a cabeça do condenado. Essas cenas chocaram uma parte do mundo, principalmente entre 2011 e 2014, quando da ofensiva do ISIS no Iraque e Síria.

O wahhabismo tem sido amplamente difundido pelas madrassas (escolas), financiadas pela Arábia Saudita por todo o mundo. A Liga Mundial Islâmica, com sede em Riad, tem patrocinado a construção de

mesquitas e centros islâmicos, e tem estimulado a participação de jovens sauditas em guerras e conflitos contra governos não-muçulmanos (caso da luta contra a URSS no Afeganistão) ou contra governos considerados infiéis (caso da luta dos wahhabistas contra a Síria e Iraque). Essa propaganda que a Arábia Saudita faz em “defesa dos muçulmanos de todo o mundo” também faz parte de uma tentativa do governo dessa monarquia petroleira de desviar o olhar da população para os problemas internos do país, visando obter apoio popular para o enfrentamento de um inimigo externo, através de uma jihad internacional contra os infiéis e apóstatas (ARMSTRONG, 2016, p. 396).

É importante salientar que, assim como no cristianismo existem seitas neopentecostais conservadoras que deturpam as palavras e os ensinamentos de Jesus Cristo, e que se associam a partidos e governos de direita e extrema-direita, ou à milícias do crime organizado (como ocorre aqui no Brasil, especialmente no Estado do Rio de Janeiro), o wahhabismo é uma deturpação dos ensinamentos do Profeta Maomé. Por exemplo, “embora o Alcorão de fato exija que os muçulmanos saiam em defesa de seus irmãos, a lei da Charia proíbe a violência contra civis, o uso do fogo na guerra e qualquer ataque a um país onde os muçulmanos possam praticar livremente sua religião” (ARMSTRONG, 2016, p. 408). Enfim, o wahhabismo quer a volta do islã da época dos Califas, sem nenhuma das inovações ocorridas posteriormente, como o xiismo (SALGADO, 1999, p. 257).

Certa vez o erudito islâmico fundador desta doutrina, Mohammad Ibn Abd al-Wahhab, em seu vilarejo de Al-Uyaina, em Négedo, região central da Península Arábica (atual Arábia Saudita), surpreendeu a todos ordenando a execução, em praça pública, de uma mulher adúltera, algo incomum para os habitantes daquela localidade. Esta e outras atitudes agressivas e em desacordo com os verdadeiros fundamentos do islamismo levaram à sua expulsão e desterro. Mas o jovem teólogo encontrou apoio no vilarejo vizinho, de Al-Diriyya, governado por Mohammad Ibn Saud. Essa aliança seria fundamental para dar origem ao wahhabismo, que foi esse encontro de um conjunto de ideias de um jovem teólogo muçulmano com um membro da elite local em condições de dar abrigo e apoio

econômico e político para essa nova interpretação do Alcorão (ROGAN, 2010, p. 91). Tal cooperação foi decisiva, pois conseguiu transformar as ideias em ações concretas, em leis, decretos e na formação de uma primeira geração de seguidores e combatentes, que fizeram da espada o instrumento principal para impor sua concepção de mundo. Aqui está a raiz ideológica de organizações terroristas como Al-Qaeda e ISIS. Interessante lembrar que, no Ocidente, os meios de comunicação de massa e a industrial cultural, em especial estadunidense, sempre apresentaram os muçulmanos xiitas como sendo um exemplo de intolerância e extremismo, fazendo com que, em países como o Brasil, a expressão “xiita” esteja associada a alguém que não deseja o diálogo, alguém com quem é impossível conversar, pois seria uma pessoa muito extremista e intransigente. Não vemos nenhuma iniciativa ou disposição na mídia empresarial ocidental de explicar que o wahhabismo tem origem no interior do islã sunita, e é a fonte de grande parte da violência existente em países como Afeganistão, Iraque, Síria ou Líbia, Também não iremos encontrar nenhuma referência sobre os laços intrínsecos e umbelicais entre o governo da monarquia saudita e a difusão do terrorismo pelo mundo.

Entre 1744 e 1765 o wahhabismo se concentrava nos oásis da região central de Négede. Mas a partir de 1780 é possível perceber a expansão dessa doutrina até as fronteiras otomanas do Iraque e Hejaz. O wahhabistas

[...] prossiguieron su cruzada de conquista, hasta que en el año 1802 se adentraron por primera vez en territorio otomano al atacar la ciudad sagrada de Kerbala, en el Irak meridional. Kerbala ocupa una posición muy especial en el islam chiita, ya que fue en esta población donde las fuerzas del califa omeya dieran muerte a Hussein ben Ali, nieto del profeta Mahoma, en 680 d. C. Al martirizado Hussein se le tiene en gran veneración, ya que es el terceiro de los doce dirigentes infalibles, o imanes, del sistema chiita (...) El ataque que los wahabíes dirigieron contra la ciudad de Kerbala fue de una brutalidade escalofriante. (ROGAN, 2010, p. 94-95).

Os relatos dos sobreviventes falam de destruição do túmulo e da mesquita principal, que possuía uma cúpula dourada. Todos os locais

de adoração ao martírio do Imã Hussein foram violados, e os objetos e oferendas levados pelos milhares de peregrinos, que adornavam vários locais foram destruídos ou saqueados pelos wahhabistas. Pessoas foram assassinadas em suas casas e no mercado, e muitas foram degoladas. Ao final, cerca de dois mil mortos, entre homens, mulheres, idosos e crianças, todos desarmados, pois se tratava de um local sagrado, de peregrinação, onde se proibia, segundo o próprio Alcorão, fazer a guerra. Seu “fanatismo llevó a los wahhabíes a destruir los lugares de veneración popular, por ejemplo, árboles sagrados y mausolés de personalidades musulmanes tenidos por santos. Justificaban dichos comportamientos en la preservación del monoteísmo puro contra la idolatría (TAMAYO, 2009, p. 277-278).

Em 1803 o comandante saudita Saud ibn Abdel-Aziz penetrou em Hejaz, depois em Meca. Entre 1803 e 1807 os wahhabistas vão conquistar e estabelecer o controle de Meca e Medina, e irão adotar leis bastante restritivas para seus habitantes, bem como interromper e proibir a entrada de caravanas de peregrinos que vinham de todas as regiões onde prevalecia o islamismo. A música, a decoração dos locais sagrados, as roupas dos viajantes, tudo era motivo para que os wahhabistas se sentissem ofendidos por aqueles que não seguiam, segundo essa doutrina deturpadora do islã, o verdadeiro caminho da fé muçulmana (ROGAN, 2010, p. 94-95). Imagens semelhantes à destruição de Kerbala, em 1802, foram vistas no Iraque e Síria, quando da ofensiva do ISIS, entre 2011 e 2015. Como é facilmente comprovado:

[...] ao longo dos séculos XIX e XX, os wahhabistas trabalharam com a família de Saud para unificar os povos que viviam na península Arábica sob uma única religião e autoridade política. O esforço culminou na criação do atual Estado da Árabia Saudita e os governos sauditas continuam a ter, até hoje, uma relação estreita com as autoridades religiosas wahhabistas. (BERGER; STERN, 2015, p. 304).

Portanto, podemos concluir que não é o islã xiita o fator gerador de instabilidade, extremismo ou violência na região conhecida como Oriente Médio, Grande Oriente Médio ou Ásia Ocidental. Como bem salienta

Patrick Cockburn, em seu livro *A origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista*, não é só o poder econômico e financeiro da Arábia Saudita que explica o surgimento de organizações terroristas na região, mas:

[...] seu papel na propagação do wahabismo, a versão fundamentalista do Islã, nascida no século XVIII, que impõe a lei da sharia, relega as mulheres o papel de cidadãs de segunda classe e enxerga os xiitas e sufistas como não muçulmanos, que devem ser tão perseguidos quanto cristãos e judeus (...) Por exemplo, há poucos anos, o saudita que montou um website em que clérigos podiam ser criticados foi condenado a mil chibatadas e sete anos de prisão. A ideologia da Al-Qaeda e do ISIS é em grande parte originária do wahabismo (...). (COCKBURN, 2015, p. 46-47).

Infelizmente, “la mayoría de la población saudí pertenece ala corriente wahhabi” (TAMAYO, 2009, p. 278). O pensamento imperialista, a ideologia sionista e a doutrina wahhabista são responsáveis pela situação de instabilidade permanente na Ásia Ocidental/Oriente Médio e entorno. Existem convicções e amplas provas que permitem afirmar que “foram os EUA, a Europa e seus aliados regionais na Turquia, Arábia Saudita, Qatar, Kwait e Emirados Árabes que criaram as condições para a ascensão do ISIS. Eles sustentaram um levante sunita na Síria, que se espalhou para o Iraque. Mantiveram a guerra na Síria, embora fosse óbvio, desde 2012, que Assad não cairia” (COCKBURN, 2015, p. 49). Não é exagero incluir a entidade sionista (“Estado de Israel”) nessa coalizão extremista e violenta, pois a aviação israelense tem se destacado como a “Força Aérea do ISIS”. É impressionante verificar que, em muitos momentos do conflito na Síria, quando as tropas e milícias do ISIS se encontravam encurraladas, com dificuldade de mobilidade ou para romper o cerco imposto pelo Exército Sírio, Hezbollah ou a Guarda Revolucionária iraniana, aviões israelenses atacavam as posições do Eixo da Resistência, destruíam blindados e tanques sírios, e assim, ajudavam o ISIS a encontrar um caminho para recuar e reagrupar suas unidades de combate. O ISIS retribuiu até agora essa solidariedade israelense, não realizando nenhum atentado ou operação contra aquele que é o principal aliado dos EUA na região.

Concluimos nossa reflexão desejando e acreditando que um dia viveremos num mundo onde as relações internacionais sejam baseadas na paz, na justiça, na cooperação e na solidariedade entre povos e nações, pois já existirá uma sociedade sem colonialismo, sem imperialismo e onde ideologias baseadas na intolerância e na violência não encontrem mais respaldo de governos ou populações. Já não será mais o mundo do capital e do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALI, T. *Bush na Babilônia: a Recolonização do Iraque*. São Paulo: Record, 2003.
- ARMSTRONG, K. *Campos de Sangue: religião e a história da violência*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.
- BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BERGER, J.M.; STERN, J. *Estado Islâmico: Estado de Terror*. Amadora: Vogais, 2015.
- BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BUZETTO, M. A batalha da Síria e a nova geopolítica do Oriente Médio. *Novos Rumos*, Marília, v. 56, n. 01, 2019a.
- BUZETTO, M. *A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais*. 2. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2019b.
- BUZETTO, M. As guerras de libertação nacional e o processo de expansão mundial do capital. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 10/11, 2004.
- BUZETTO, M. As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: entre as guerras imperialistas e a resistência popular. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 37, 2016.
- CHOSSUDOVSKY, M. *Guerra e globalização: antes e depois do 11 de setembro de 2001*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- COCKURN, P. *A origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.
- FISK, R. *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*. São Paulo: Planeta, 2007.
- FROMKIN, D. *Paz e guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- LENIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1988.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MEYSSAN, T. *11 de setembro de 2011: uma terrível farsa*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.
- ROGAN, E. *Los Árabes: del Imperio Otomano a la actualidad*. Barcelona: Crítica, 2010.
- SADER, E. *Século XX: uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SALGADO, F. *Vocabulario de historia árabe y islámica*. Madrid: AKAL, 1999.
- TAMAYO, J. J. *Islam: cultura, religión y política*. Madrid: Trotta, 2009.
- VISENTINI, P. G. *O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014.

CAPÍTULO 9

TRUMP E RELAÇÕES DE FORÇA: CONJUNTURA OU LONGA DURAÇÃO?¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos PASSOS²

INTRODUÇÃO

A análise da ascensão e eventual queda da direita nos últimos anos e, em particular, de Donald Trump, se reveste, por vezes, de foco nas questões eleitorais e conjunturais ou, como no caso específico norte-americano, na retomada ou enunciação da tese de uma reação ou nexos ligados ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos (EUA). Trata-se de uma abordagem apegada demasiadamente às questões conjunturais da gestão do presidente referido ou às dimensões do poder estatal reificando a análise ao abstrair este aspecto de uma perspectiva mais holista, composta por vários outros aspectos que não somente aqueles atinentes ao Estado, suas relações políticas, elementos de seu poder e aspectos internacionais. Não chega a ser diferente quando se confronta a questão da hegemonia dos EUA e uma eventual futura hegemonia chinesa³.

¹ Esta reflexão é um desenvolvimento e pequeno aprofundamento de uma análise anterior (PASSOS, 2020).

² Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) e curso de Relações Internacionais Unesp, campus de Marília. Brasil. E-mail: rodrigo.passos@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0002-5542-2812>.

³ A título de exemplificação de tal perspectiva, consulte-se MASTRO (2019) e MEARSHEIMER (2010). <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p211-236>

Até mesmo a literatura dita neogramsciana conforma algumas destas tendências. Nesta linha de argumento, o ponto de partida remete à enunciação de Robert W. Cox (1981, 2007) como o grande intérprete de Gramsci para as Relações Internacionais. A análise coxiana, em boa medida, focada em força e consenso e uma sobrevalorização das questões interestatais, reduz assim o escopo da avaliação da hegemonia como processo histórico mais amplo. Há um empobrecimento de tal categoria reduzindo-a a uma perspectiva dualista com os pares hegemonia e ausência de hegemonia, hegemonia e contra-hegemonia e a antinomia hegemonia e sua ausência como uma revolução passiva.

De forma diversa, a elaboração de Gramsci sustenta que o confronto entre posições em qualquer nível – local, regional, continental, nacional, internacional – contempla direta ou indiretamente um choque de projetos hegemônicos, de parte ou conjunto de concepções de mundo mais amplas, mesmo que elas sejam apenas aspirantes a tal condição. A categoria de hegemonia enuncia na sua forma histórica completa uma profunda e radical transformação executada pelas massas, ilustrada na fase jacobina da Revolução Francesa e no período inicial da Revolução Russa Soviética de 1917. Uma das hipóteses não desenvolvidas por Gramsci nos seus cadernos carcerários foi a recorrência da sua forma incompleta como revolução passiva na maioria dos processos históricos, vendo-a como chave para analisar tais trajetórias. Ou seja, classes e suas frações promovem uma modernização conservadora conduzida “por cima”, pelo Estado, cooptando parte das classes e grupos subalternos e das suas demandas sem dar-lhes protagonismo político. Portanto, ao contrário do que sustenta Cox, hegemonia e revolução passiva não são excludentes entre si (GRAMSCI, 1975).

Alguns dos autores inspirados em Cox e leituras das antologias temáticas de Gramsci em língua inglesa enunciam, a título de exemplificação, uma crise da hegemonia neoliberal na conjuntura histórica que abrange a gestão do presidente em questão e sua ênfase no *slogan* “*America First*”, também associada ao declínio hegemônico dos EUA (BIEGON, 2020; HARRIS et al., 2017; LÖFFLMANN, 2019; ÖNER, 2018; PARNREITER, 2018).

Tais análises repetem os padrões hegemônicos da Ciência Política no sentido de enfatizar os aspectos políticos, tornar outras dimensões epifenômenos da política ou abstrair do todo os aspectos centrados na política, perdendo de vista os processos históricos mais amplos e a amplitude de determinações que lhes dizem respeito. No caso de outros exemplos e análises, sobrevalorizam-se as questões conjunturais ou unidimensionais, focadas em um ou pouco aspectos.

Com outras palavras e traduções (tomadas em sentido gramsciano como ressignificações de totalidade histórica de uma elaboração original sem perder completamente o sentido original), tal é a ressalva de uma das mais relevantes formulações gramscianas do cárcere, a análise de situações enquanto relações de força (GRAMSCI, 1975, p. 1578-1589). Com este preâmbulo, enuncia-se que o objetivo deste texto é responder à seguinte pergunta: à luz da análise de relações de força em termos gramscianos, como contemplar uma breve avaliação do advento e da queda de Trump e o nexos com a ascensão da China em termos da hegemonia dos Estados Unidos?

A hipótese a ser desenvolvida de forma breve remete ao seguinte enunciado: a ascensão de Trump e a queda se relacionam, em parte, a processos históricos de longa duração que não permitem apontar no médio e curto prazo o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, mesmo com a crescente presença chinesa no cenário internacional. Neste sentido, o conteúdo fordista da hegemonia norte-americana sugerido como hipótese por Gramsci passou por traduções, ou seja, ressignificações, transformações históricas que não colocaram em xeque a sua ideia mestra, a saber, o consumo e a produção em massa. As forças sociais e históricas relacionadas à ascensão da China não desencadearam uma transformação que possa substituir tal quadro, mas apenas reposicionaram a Terra do Meio no âmbito da hegemonia estadunidense e se relacionam à ascensão de Trump nos EUA e, em parte, à sua queda.

O argumento a ser percorrido seguirá as seguintes etapas: uma breve elucidação da metodologia histórica da análise das relações de força de Gramsci e seu nexos com o fordismo enquanto conteúdo da hegemonia norte-americana, uma sumária avaliação do processo histórico chinês que envolve aspectos internos e externos de seu reposicionamento na

hegemonia dos EUA desde o fim dos anos 70 e o nexos destes aspectos com o advento de Trump à Casa Branca. A derrota eleitoral de Trump suscitará mais um ponto a ser analisado. Por fim, a conclusão resumirá os argumentos apresentados.

A METODOLOGIA HISTÓRICA DA ANÁLISE DE RELAÇÕES DE FORÇA E SEU NEXO COM O FORDISMO

As Relações Internacionais são um campo disciplinar hegemonicamente pautado por aspectos permanentes, perenes e ahistóricos nas suas categorias. A categoria canônica nesta linha de argumento é a anarquia. Isto é, o entendimento de que a inexistência de um ente dotado de soberania no plano internacional acima de todos os agentes leva os Estados a competirem egoisticamente entre si de forma semelhante à guerra de todos contra todos no estado de natureza descrito por Thomas Hobbes (1985), em que há sempre o risco e a possibilidade da violência. Qualquer que seja o período histórico, tal categoria permanece como o pano de fundo mais relevante para a análise, incidindo sobre os agentes mais relevantes (governantes, militares, diplomatas, Estados) em termos de uma natureza única e antissocial em qualquer periodização cronológica.

Este recorte teórico com um claro viés de predomínio das questões políticas é completado com a delimitação do ambiente internacional como o único ou o mais relevante para análise acrescido das relações políticas e das dimensões estatais de poder (militares, econômicas, culturais, geográficas etc), sendo estas últimas também subsumidas, subordinadas e transformadas em apêndices, epifenômenos da política.

Em uma palavra, uma perspectiva que Justin Rosenberg (2016) chamou metaforicamente de Relações Internacionais “na prisão da Ciência Política”.

A perspectiva gramsciana difere substantivamente destes referenciais.

Em primeiro lugar, o historicismo absoluto gramsciano não admite repetição ou analogia histórica. Exemplar neste sentido é a própria assimilação crítica ou tradução que Gramsci fez de Maquiavel,

autor concorde com uma única natureza egoística na história humana caracterizada de forma abstrata, fixa e imutável. De forma diversa, Gramsci formula que a natureza humana deve ser explicada, dentro de certos limites, por métodos de filologia e crítica dentro do conjunto de relações sociais historicamente determinadas (GRAMSCI, 1975, p. 1598-1599).

A menção à filologia dá ensejo a outra importante formulação metodológica do comunista sardo, a saber, a tradutibilidade ou traducibilidade ou ainda tradução (GRAMSCI, 1975, p. 469, 489, 1468, 2268). Um autor, categoria, conceito, formulação ou análise não é transposta, aplicada mecanicamente. Passa por uma ressignificação, uma reelaboração rica e complexa em consonância com especificidades históricas no todo sem perder parte do seu sentido original, ponto viável somente no âmbito do materialismo histórico. A assimilação crítica de Gramsci das várias fontes que formaram seu pensamento está inserida em tal lógica.

Embora não haja menção direta a tais aspectos na formulação gramsciana da análise das relações de força, elas se relacionam e são contempladas indiretamente no ponto em questão.

Os princípios canônicos da análise das relações de forças, inspirados em Marx, apontam para o entendimento de que nenhuma formação econômico-social se esgota antes de desenvolver todas as suas potencialidades e contradições na produção da vida e de que as sociedades só se põem tarefas quando da concretude de condições necessárias e suficientes em vias de aparecer e se desenvolver (GRAMSCI, 1975, p. 1578-1579).

Ainda conforme Gramsci, derivam-se destes cânones outros princípios de metodologia histórica, a serem elucidados sumariamente em termos do nexa orgânico entre estrutura e superestrutura. A distinção do que é orgânico, permanente, daquilo que é imediato, conjuntural. O cuidado necessário para se evitar a crítica política miúda, concentrada nos pequenos grupos dirigentes e nas personalidades individuais criando abordagens voluntaristas e individuais. A cautela para não se valer somente de causalidades unidimensionais, ou unicamente aquelas somente de ordem direta, imediata, mecânicas ou exclusivamente as congêneres de índole mediata, intermediária.

Alternativamente, Gramsci enuncia um laço dialético entre as duas ordens de movimento, conjunturais e orgânicas. Perceber a articulação dialética mencionada permite reelaborar as relações entre estrutura (a produção da vida na base social) e superestrutura (a consciência social e a base coercitiva e jurídica do Estado), de um lado. De outro lado, permite entender o vínculo entre a trajetória do movimento orgânico e do movimento de estrutura. Com o objetivo de compreender tal ligação, Gramsci asserta três momentos ou graus.

O primeiro é a relação de forças sociais ligada à estrutura, à produção da vida. Ela é mensurada objetivamente nos parâmetros das ciências exatas, na quantificação precisa de empresas, operários, trabalhadores, cidades, população etc. O seu exame permite o estudo sobre as condições necessárias para a transformação de uma sociedade no tocante ao grau de realismo e viabilidade das diversas ideologias, o seu desenvolvimento e contradições.

Em seguida, há o momento das relações de forças políticas entendido como análise do grau de homogeneidade, de autoconsciência e organização dos distintos grupamentos sociais. Este momento, por sua vez, é composto por vários graus. O primeiro, de caráter econômico-corporativo. Como a nomenclatura sugere, o caráter unitário homogêneo do grupo profissional como imperativo de organizá-lo, sem ampliar para um grupo social mais amplo. A ampliação em questão - o segundo momento - para o grupo social mais amplo possui um caráter pura e simplesmente econômico, colocando no horizonte o Estado em termos de se buscar uma igualdade político-jurídica em relação aos grupos dominantes, objetivando legislar e administrar neste âmbito dentro dos marcos existentes. A superação do patamar corporativo e econômico é o terceiro momento, levando à possibilidade de tornar-se os interesses de outros grupos subordinados, quando se marca a passagem da estrutura para as superestruturas complexas. É o momento em que as ideologias se irradiam e se impõem para toda a sociedade com a unidade moral, intelectual e dos fins econômicos e políticos. O Estado é visto como organismo de um grupo específico cuja finalidade é criar o terreno para sua expansão máxima, apresentada de uma forma universal e englobadora de todas as energias de modo a se equilibrar

e formar o equilíbrio dos interesses do grupo fundamental e dos demais grupos subordinados.

Os dois momentos se implicam, se traduzem, se transformam reciprocamente ao longo da história em várias possibilidades econômicas e políticas nas atividades sociais e nos territórios dos Estados com combinações e cisões originais em diferentes tempos, velocidades envolvendo inclusive o entrelaçamento com as relações internacionais entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. O nexo entre o plano nacional e o âmbito internacional se complexifica em vista das várias seções territoriais com diferentes estruturas e relações de forças em vários graus.

O terceiro momento diz respeito à relação as forças militares, imediatamente relevante nas oportunidades concretas. Ele se relaciona aos nexos entre política e guerra nas suas mais variadas combinações, alcançando desde as lutas de nações oprimidas contra aquelas hegemônicas e as lutas revolucionárias das multidões.

O desenvolvimento histórico oscila entre o primeiro e o terceiro momento, tendo a mediação do segundo. Como efetuar uma breve análise estabelecendo o nexo de tudo isto com a perspectiva gramsciana da hegemonia de conteúdo fordista dos EUA, pautada pela produção e consumo em massa?

A produção em massa almejada por Henry Ford na sua montadora homônima há cem anos só faria sentido socialmente com todo um conjunto de condições sociais que possibilitassem o consumo em massa. Na direção de viabilizar tal quadro, Gramsci diagnostica um conjunto de condições sociológicas e demográficas favoráveis nos Estados Unidos comparativamente à Europa: a ausência de classes sociais e grupos intermediários “parasitários” remanescentes das antigas nobrezas que dificultassem a acumulação e a produção em massa, um contexto proibicionista ao alcoolismo e adepto de uma rigidez moral, sexual e financeira para as classes subalternas, conjugado com uma visão de mundo submissa, servil e coisificada da mulher como parte do conjunto de aspectos adequados aos nervos e músculos para os operários e classes hegemônicas implementarem a produção massiva mencionada. Um relativo aumento

salarial aos operários que se submetessem a tal disciplina seria uma compensação e um elemento de passivização em relação à intensificação da produção e da disciplina fabril, fortemente ampliada considerando-se a pulverização e enfraquecimento dos sindicatos. De modo bem grosseiro, esta é a avaliação na qual a lavra prisional de Gramsci situa o nascimento da hegemonia norte-americana e de vários de seus componentes até os anos 1930 como hipótese de revolução passiva (GRAMSCI, 1975, p. 2137-2181).

Um dos pontos mencionados rapidamente por Gramsci (1975, p. 2140) na sua análise sobre o fordismo sugere um aspecto orgânico, de longa duração: o capital financeiro e seus mecanismos de acumulação e distribuição a partir da produção industrial. Ele se relaciona com uma temporalidade histórica de longa duração (PASSOS; FRANCO, 2017), o capitalismo imperialista inaugurado em 1870, segundo a periodização de Hilferding (1981), que marcou a era imperialista não somente em termos da fusão do capital bancário com o capital industrial, mas também em termos das diversas sínteses do capital financeiro com inúmeras atividades produtivas, entre outras características. Chama a atenção em trecho provavelmente escrito entre fevereiro e março de 1934 (FRANCIONI, 1984, p. 145), um elemento histórico-conjuntural, uma menção à China (GRAMSCI, 1975, p. 2145) como parte de um conjunto de países estagnados e impotentes política e militarmente na medida em que se registram neles o parasitismo das antigas classes nobres que obstaculiza o desenvolvimento industrial. Evidentemente que a conjuntura histórica chinesa mencionada difere completamente do período que incide nesta análise.

A análise gramsciana sobre o fordismo se reveste dos limites não somente de uma obra carcerária inacabada e passível de revisão e reelaboração conforme sua própria manifestação em outros momentos, como também a impossibilidade de vislumbrar no horizonte histórico o alcance que a nascente hegemonia fordista alcançaria. Apesar disto, elementos que apontariam para este caráter orgânico, durável já ficaram evidenciados com a enorme repercussão dos métodos fordistas como verdadeira concepção de mundo constatada imediata e inicialmente por Gramsci e depois nas diferentes transformações, aparências e revestimentos

que a produção e consumo em massa assumiram ao longo de mais de cem anos, inclusive como stakhanovismo⁴ na União Soviética, em que se perdeu de vista a avaliação de que a técnica não é empreendimento neutro e sim pertencente a uma concepção de mundo mais ampla de classes e suas frações (DIAS, 2012).

Em termos de um balanço parcial do argumento, há alguns pontos a destacar. O primeiro diz respeito ao caráter orgânico, de longa duração, do capitalismo imperialista desde 1870, com a participação do capital financeiro de forma imbricada com a indústria e demais atividades produtivas. O segundo concerne a outro aspecto de permanência histórica, o fordismo com seu princípio de produção e consumo em massa como linha-mestra de organização do capitalismo. O terceiro sublinha os elementos de conjuntura histórica de transformação, tradução pelos quais passaram o fordismo e o capitalismo imperialista ao longo de mais de cem anos, aspectos que transcendem o escopo deste artigo. O quarto aspecto enuncia a profunda transformação histórica pela qual passou a China em relação à sumária análise de Gramsci, sendo a mesma uma das principais potências do capitalismo global. O quinto e último, mas não menos importante, remete ao processo histórico da hegemonia fordista norte-americana que se apoia em temporalidade histórica longa e ainda não esgotada. Este ponto e o nexos com a ascensão chinesa serão abordados a seguir.

UMA PARTE DO PROCESSO HISTÓRICO CHINÊS E SEU REPOSICIONAMENTO NA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

A hegemonia fordista norte-americana de suas classes ligadas ao capital financeiro se consolidou com o choque interimperialista e inter-hegemônico da Segunda Guerra Mundial. Os EUA saíram do conflito com seu território praticamente intacto, um menor número relativamente em perdas de forças produtivas em comparação com outros

⁴ Referência a Alexei Stakhanov, operário soviético que em 1935 teria superado em muito a sua cota de extração diária de carvão e foi tomado como exemplo e instrumento de propaganda e de coação pelo governo de Stalin. Conforme o discurso oficial, o trabalho dos operários até a exaustão se justificaria porque não mais haveria exploradores e os ganhos de produção excedentes seriam apropriados exclusivamente pela classe operária. (PASSOS, 2019, p. 63).

envolvidos no conflito, fazendo valer, inclusive, a sua superioridade de recursos e sua concepção de mundo fordista para superar algumas lacunas tecnológicas em armamentos, devidamente compensadas com a economia de escala que facilitava a produção de muito mais armas em estreita conexão com a produção de bens e componentes para a vida civil. A sua economia respondia por mais da metade do PIB mundial, posição que foi enfraquecida gradativamente ao longo do século XX. Espasmos conjunturais que sugeriam uma eventual superação de sua hegemonia pelo capital financeiro do Japão e da União Europeia liderada pela Alemanha nos anos 90 não tiveram fôlego de longo prazo. A tradução do fordismo em termos de totalidade histórica enquanto manutenção da sua hegemonia no século XXI foi acompanhada de vários aspectos ideológicos, econômicos, culturais, linguísticos relacionados organicamente entre si. Devem ser destacados entre os aspectos econômicos a manutenção do dólar norte-americano como o padrão para a ampla maioria das transações econômicas internacionais, atual composição de 20% do PIB mundial pelos EUA, bem como sua superioridade militar convencional e nuclear acompanhada do maior orçamento militar do mundo, da ordem de US\$ 700 bilhões (PASSOS, 2019, p. 67).

A hegemonia estadunidense de seu capital financeiro aceitou uma lógica passivizadora de vultosos investimentos de reconstrução econômica, direitos sociais e relativo bem-estar no Japão e na Europa Ocidental a fim de bloquear uma ampliação da hegemonia regional da União Soviética (URSS). O fim da Guerra Fria se desdobrou no fim desta lógica desigual de passivização que se manifestou em todo o globo, sendo substituída por uma perspectiva bem lesiva às classes trabalhadoras no contexto mais amplo de um conteúdo neoliberal que foi acrescido à hegemonia dos EUA⁵.

Uma das crises mais recentes de lucratividade do capital financeiro dos centros do capitalismo imperialista, como os EUA, remonta aos anos 1970. Desde tal período, o capitalismo financeiro buscou várias alternativas para extrair excedentes de mais valor nos Estados da periferia global. Este

⁵ Para um maior desenvolvimento do argumento de que a hegemonia dos Estados Unidos não encontra indícios de uma crise terminal e de que provavelmente permanecerá como aspecto orgânico, de longa duração, consultar PASSOS (2019).

movimento alcançou também a República Popular da China (BIELER; MORTON, 2018) e coincidiu com as reformas iniciadas em 1976 com a morte de Mao Tsé-tung em 1976.

Antes do início da maior abertura chinesa no fim dos anos 70 ao capital financeiro, é importante registrar historicamente um significativo distanciamento envolvendo algumas posições políticas e ideológicas entre o Partido Comunista da China e o Partido Comunista da URSS (com recomendações e formulações muito distantes da realidade chinesa) anterior à Revolução Chinesa de 1949 e posterior a isto, ponto que não é o foco deste texto. O distanciamento em questão culminou com a ruptura entre ambos em 1960, chegando a haver escaramuças militares de fronteira no final da mesma década. A aproximação da China com os EUA conduzida ao longo da década de 70 culminou com o reestabelecimento de relações diplomáticas em 1979. A perspectiva de se aproximar da China como rival e vizinha da URSS, o potencial econômico de um Estado dotado de um enorme território e população eram algumas das justificativas mais factíveis para tal aproximação naquela conjuntura histórica.

Portanto, nota-se que a competição inter-hegemônica e interimperialista entre EUA e URSS foi um componente importante nesta reaproximação e processo de reposicionamento chinês na hegemonia norte-americana. Como explicar resumidamente o processo histórico mais amplo que vai da retomada de relações diplomáticas até a competição inter-hegemônica entre EUA e China? Parte do argumento pertinente à questão proposta passa por perspectiva das diferentes temporalidades da produção da vida e pela hipótese do processo chinês contemplar uma especificidade enquanto revolução passiva.

No sentido dos diferentes tempos de transformação das dimensões da vida, Gramsci assinalou em 1919 que o capitalismo é um fenômeno histórico mundial, sendo seu desenvolvimento econômico compreendido de forma que os Estados não podem ter o mesmo nível simultaneamente (GRAMSCI, 1919 apud MORTON, 2007, p. 1). O ponto que importa para a análise é exatamente a enorme disparidade econômica entre China e EUA no momento desta aproximação política.

A despeito da China ter passado por grandes transformações para superar o quadro genericamente descrito por Gramsci de um país de enorme pobreza e opressão, composto por 90% de camponeses e ter alcançado importantes metas de expectativa de vida, produção de alimentos e educação, seu crescimento anual se dava a taxas inferiores a Japão, Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura. Seu PIB era inferior ao congêneres do Canadá, Itália e apenas um quarto do Japão (HOBBSAWM, 1995, p. 449, 455, 456).

O processo de modernização que se seguiu, dentro das especificidades chinesas, parece convergir para elementos da categoria gramsciana de revolução passiva. Conforme já reiterado, a China era constituída essencialmente de uma enorme população camponesa, base da revolução e da vitória do Partido Comunista na breve guerra civil finalizada em 1949, amparada em boa medida por uma doutrina militar de cerco da cidade pelo campo. O seu perfil demográfico permaneceu essencialmente com tal característica até a morte de Mao. Um processo de passivização nos termos gramscianos teria que levar este dado objetivo em consideração. Em que consistiu a modernização conservadora chinesa conduzida pelo Estado?

Uma maior inserção da China na economia capitalista internacional coincide com o desenvolvimento acelerado experimentado desde as reformas da era pós-Mao. A transformação da China no que hoje é a “indústria do mundo” envolveu a descentralização da gestão das empresas estatais, descoletivização da agricultura, abertura aos investimentos estrangeiros, somente para citar algumas medidas.

A trajetória gradual de incremento da industrialização chinesa e de entrada de investimentos estrangeiros se aproveitou da enorme massa de camponeses desempregados, mas dotados de um perfil de boa formação e educação, testemunhado o maior êxodo rural da história:

Uma industrialização limitada precisava acontecer para garantir a independência da China no futuro. Mas, dada a sua base social rural, o PCCh⁶ não seguiria a política de Stalin de uma urbanização violenta do campesinato. Em vez disso, a propriedade privada foi abolida e o campo foi coletivizado, permitindo finalmente ao

⁶ Partido Comunista da China.

Estado extrair um excedente rural para investimento em novas indústrias nas cidades. A população rural, enquanto isso, foi fixada nas comunas e impedida de migrar para as cidades. E essas estruturas políticas se tornaram o veículo para a prestação de serviços - como educação e saúde - em níveis nunca antes experimentados pela maioria das áreas rurais da China [...].

Mais tarde, ficaria claro que esse “desenvolvimento combinado” peculiar de uma economia de comando stalinista com as fundações amplamente ainda agrárias da sociedade chinesa produziram um efeito não intencional de grande consequência: um enorme reservatório de trabalho saudável e educado, represado no campo, mas disponível para a rápida expansão da indústria quando a política do Estado mudou. Quando as comportas foram abertas, o resultado seria o maior processo de migração interna na história - cerca de 144 milhões em 2000 [...] - alimentando a demanda por mão-de-obra barata impulsionado por níveis igualmente sem precedentes de investimento estrangeiro vindo de países capitalistas mais avançados (ROSENBERG; BOYLE, 2019, p. 40, tradução nossa).

Esta incorporação deste extrato subalterno ao mercado e na vida assalariada na lógica de passivização de tal classe. Mas também em termos de superexploração, com um preço médio de hora de trabalho de US\$0,67 (ROSENBERG; BOYLE, 2019, p. e42). De uma certa forma, na lógica da revolução passiva, uma incorporação de demandas das classes e grupos hegemônicos ao inseri-los no mercado de trabalho de uma forma muito precária e sem dar-lhes direção deste processo⁷. Evidente que este custo baixo de mão de obra contribuiu enormemente para a atração de investimentos do capital financeiro originado de outros Estados.

Relacionado a isto, o contexto de relativa pobreza e de baixo desenvolvimento (em comparação com os mais avançados centros do capitalismo imperialista) da China no fim dos anos 70 passou por uma transformação bastante rápida, que “pulou etapas” para se chegar ao quadro contemporâneo. O intercâmbio com o acesso de milhares de estudantes chineses a universidades no exterior, os vários acordos e

⁷ Para uma avaliação mais profunda do processo histórico chinês enquanto revolução passiva, consultar GRAY (2010).

convênios de cooperação técnica e científica com os EUA, com outros Estados e com agências como o Banco Mundial contribuíram para esta elevação de vários degraus. Como Gramsci já havia enunciado na sua reflexão sobre a análise da relação de forças, países desenvolvidos podem ser imitados por Estados menos desenvolvidos na adoção de ideologias (GRAMSCI, 1975, p. 1585). Neste caso, avalia-se que raciocínio semelhante pode ser estendido a outras possibilidades de transformação de dimensões da vida, como ocorreu no caso chinês.

Conforme já escrito, todo este processo, a despeito de credenciar a China para uma competição inter-hegemônica e interimperialista com os EUA, reposicionou a Terra do Meio na hegemonia fordista estadunidense. Concorrem para isto a dependência em vários graus estabelecidas com Washington, como o caráter exportador de manufaturas para um mercado de maior capacidade aquisitiva e financiadora, dotado de um capital financeiro mais robusto que deslocou boa parte de suas plantas industriais para a China. Outro aspecto da maior relevância é a tradução do fordismo para as especificidades chinesas, caracterizando um processo histórico em que não se criou uma concepção de mundo alternativa ao fordismo. Ainda que em termos conjunturais a ascensão chinesa tenha elementos de longa e curta duração em termos de processo histórico que resultaram em PIB de US\$ 13 trilhões – o segundo maior do mundo - ante os US\$20 trilhões doo EUA como um dos principais elementos de um desafio ao *hegemon*, esta trajetória também proporcionou a emergência de uma distinta forma de conceber a hegemonia dos Estados Unidos e sua inserção interimperialista e inter-hegemônica, materializados na eleição de Trump.

Quais as consequências deste processo histórico no sentido de contribuir para a conjuntura histórica de ascensão de Trump? Este é o ponto derradeiro do texto, a ser abordado a seguir.

A ASCENSÃO DE TRUMP

Alguns analistas enxergam a gestão Trump como o fim de um período de uma hegemonia liberal que se seguiu nas últimas gestões presidenciais estadunidenses (LÖFFLMANN, 2019; MEARSHEIMER,

2016; POSEN, 2018) e a ascensão de um projeto hegemônico de teor contrário a isto. Neste sentido, a postura mais ofensiva e assertiva contra o Irã e seu projeto nuclear, a guerra comercial com a China e a Europa, a cobrança incisiva dos aliados da OTAN de uma maior parcela de gastos e contribuições para a aliança militar, as políticas e visões xenófobas, racistas associada a várias nacionalidades, estrangeiros e imigrantes na política exterior e na política interna em várias das manifestações públicas do presidente e de seu governo, o aumento de medidas protecionistas à economia norte-americana, as medidas para buscar reverter a perda da hegemonia estadunidense seriam a justificativa de tal avaliação.

As avaliações referidas, motivadas pelos referenciais tradicionais das Relações Internacionais, privilegiam os Estados e seus projetos hegemônicos no sistema internacional de forma monolítica, coesa, homogênea, de forma separada dos demais aspectos da vida social.

Uma avaliação gramsciana difere substantivamente disto. De forma diversa, o projeto hegemônico estadunidense se presta a contradições, fissuras internas e conflitos. Tudo isto se relaciona vários aspectos da vida social, como a política interna. O processo histórico de ascensão chinesa em diapasão de distintas temporalidades de produção da vida também contribuiu para a conjuntura histórica que levou à eleição de Trump e uma distinta perspectiva de conduzir o processo hegemônico estadunidense.

Resumindo os resultados da trajetória desigual dos tempos de transformação da trajetória chinesa em comparação com a análise estrutural das relações de forças dos EUA:

Esse “choque da China”, como ficou conhecido [...], acelerou o processo de desindustrialização que vinha ganhando ritmo desde a década de 1980. Os setores expostos a importações de baixo custo apresentaram taxas crescentes de fechamentos de fábricas e despejo de mão-de-obra à medida que as empresas mudavam uma proporção crescente de seu trabalho rotineiro de fabricação no exterior, ou abandonou inteiramente setores menos competitivos [...]. O resultado foi um declínio acentuado no emprego industrial. Entre 2000 e 2007, o número de empregos na indústria manufatureira nos EUA diminuiu um quinto (3,6 milhões), enquanto o emprego industrial na Grã-Bretanha caiu mais de um quarto, com uma

perda de quase um milhão de empregos [...]. A análise sugeriu que o aumento das exportações da China foi responsável por um quarto das perdas de empregos na área de manufatura nos EUA no período de 1990 a 2007 e de um quinto a um terço do declínio na Grã-Bretanha entre 2000 e 2015 [...].

Obviamente, a perda de empregos foi apenas um lado da moeda. O outro lado foi o aumento da produtividade e lucratividade das empresas que agora redirecionaram seus processos de produção através da força de trabalho chinesa muito mais barata. E quando a produção não competitiva foi abandonada, a fabricação nos EUA se beneficiou de um efeito duplo: maior concentração em atividades produtoras de maior valor e, simultaneamente, preços mais baixos para insumos importados [...]. Os benefícios das exportações chinesas também não foram limitados à manufatura. No enorme setor americano de serviços, a queda nos preços das mercadorias de TIC⁸ importados da China facilitou a adoção rápida e generalizada de tecnologias digitais que aumentaram a produtividade [...]. O resultado foi uma melhoria notável no crescimento geral da produtividade, com os EUA (e até certo ponto a Grã-Bretanha) avançando à frente da Europa e Japão na década de 1995 a 2004 [...]. Aprofundando a interdependência entre uma rápida industrialização da China e um país cada vez mais pós-industrial - entre Shenzhen e o Vale do Silício – pareceu assim elevar a economia americana a um novo caminho de maior crescimento. (ROSENBERG; BOYLE; 2019, p. 46, tradução nossa).

Por fim, como estabelecer o nexo de todos estas assertivas com a eleição de Trump? O cerne da análise pode ser assim expresso de maneira bastante relevante, justificando assim a longa citação:

Parcialmente tomado como resultado, quando (a partir de junho de 2009) a economia dos EUA finalmente começou a sair da recessão, a recuperação não incluiu um renascimento do emprego industrial. Essa “recuperação” nos EUA e na Grã-Bretanha após o ano de 2010 mostrou-se extremamente distorcida, gerando relativamente poucos empregos rotineiros de renda média [...]. Em 2016, o emprego no setor manufatureiro dos EUA havia

⁸ Tecnologias da Informação.

recuperado apenas um terço dos 2,3 milhões postos de trabalho perdidos em 2008 e 2009, embora a produção tenha aumentado em um quinto [...]. Como consequência, a maior parte do crescimento do emprego nos EUA durante a recuperação ocorreu em empregos não rotineiros de salários baixos, como hotelaria e cuidados com saúde. Na Grã-Bretanha, a recuperação de empregos foi mais em forma de ampulheta, com forte crescimento tanto nos serviços de baixo salário quanto nos negócios de alta renda e áreas profissionais de alto salário [...]. A manufatura, no entanto, permaneceu moribunda: em 2015, o setor conseguiu recuperar apenas 80.000 dos mais de 400.000 empregos de manufatura perdidos em 2008-10 [...]. Ambos os países viram uma retomada da tendência de aprofundamento da polarização do mercado de trabalho que caracterizou o período anterior. [...]

Por sua vez, isso significou que a recuperação assumiu uma forma altamente regionalizada. Áreas metropolitanas como Londres e o sudeste do Reino Unido ou os corredores costeiros de Nova York e Los Angeles nos EUA se beneficiaram de um forte serviço de crescimento da indústria. Mas em áreas “não metropolitanas” historicamente mais dependentes do emprego industrial - as Midlands na Grã-Bretanha e nos estados do Centro-Oeste dos EUA - a recuperação nunca chegou. Até 2016, os níveis de emprego nas áreas metropolitanas dos EUA não apenas reverteram sua queda de 5% entre 2008 e 2009; eles estavam agora em 4,8% acima dos níveis anteriores à crise. Nas áreas não metropolitanas, no entanto - que já haviam suportado o peso das perdas de empregos décadas anteriores - as taxas de emprego permaneceram 2,4% abaixo do que haviam sido no início de 2008 [...]. Enquanto isso, em algumas regiões industriais da Grã-Bretanha, como Yorkshire e Humberside, o PIB per capita em 2015 definhava ainda cerca de 6% abaixo do nível anterior à crise e 14% abaixo da média nacional [...].

E escusado será dizer que essas regiões também foram as mais atingidas quando o governo central reduziu os gastos com assistência social e emprego no setor público após 2010 [...]. Não é de admirar que, em ambos os países, essas regiões tenham se tornado o epicentro de uma polarização política nacional. A polarização em si não era nova. Nos Estados Unidos, a eleição de Ronald Reagan em 1980 e o sucesso do “Contrato com a América” de Newt Gingrich nos anos 90 havia refletido uma crescente divisão cultural entre grandes

idades etnicamente mescladas, com economias diversificadas baseadas em serviços e os mais subúrbios brancos da “classe média da América”. Mas essa divisão se tornou mais aparente nos anos 2000, quando os americanos se tornaram menos moderados politicamente, mudando seu apoio para candidatos mais extremos, tanto da direita quanto da esquerda. E como David Autor e seus colegas mostram, houve uma correlação entre o aumento do apoio dos eleitores a republicanos mais conservadores no Congresso e a exposição de uma economia manufatureira local para importar a concorrência da China. Particularmente em comunidades majoritariamente brancas, o aumento da exposição comercial ao longo dos anos 2000 catalisou o apoio aos republicanos do “Tea Party” - populistas de direita que se opõem à imigração e aos acordos comerciais multilaterais. [...] automação (ROSENBERG; BOYLE; 2019, p. 48-51, tradução nossa).

Segundo o mesmo autor:

Finalmente, a desigualdade regional da recuperação econômica nos dois países (acentuada pelo impacto diferencial do choque da China nas indústrias manufatureira e de serviços), acrescentou uma dimensão cultural e racial à política polarização que precedeu os votos de 2016. Nos EUA, onde os brancos representam 62% da população total, áreas não metropolitanas são 78% brancas, enquanto esse número cai para apenas 56% nas cem maiores áreas urbanas onde estão concentradas minorias étnicas e imigrantes recentes. Com trabalhadores brancos assim super-representados em áreas em declínio e sub-representadas nas regiões em expansão, uma “classificação racial desigual de empregos” [...] chegou a caracterizar a recuperação: dos nove milhões de novos empregos criados entre 2007 e 2016, a maioria foi para a minorias étnicas urbanas, enquanto os brancos tiveram uma perda líquida de 700.000 empregos (embora, no geral, é claro, os trabalhadores brancos mantivessem sua liderança econômica significativa sobre as minorias étnicas). [...]

O apoio nas primárias democratas ao candidato de esquerda anti-livre comércio Bernie Sanders foi forte em os distritos norte e centro-oeste mais expostos à competição econômica estrangeira [...]. Quando Hillary Clinton recebeu a indicação, no entanto, estes distritos foram

deixados sem um candidato democrata preparado para desafiar o *status quo* da política comercial. Eles se voltaram, portanto, para Donald Trump, produzindo uma mudança suficiente nos principais estados do pleito - Wisconsin, Pensilvânia e Michigan - para ganhar o voto no colégio eleitoral. Essa mudança foi especialmente forte em municípios com uma alta parcela de trabalhos de rotina vulneráveis a terceirização ou automação (ROSENBERG; BOYLE; 2019, p. 48-51, tradução própria).

Em resumo, um longo processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo da China que atraiu investimentos, indústrias e criou empregos em condições extremamente interessantes para extração de mais-valia para o capital financeiro dos centros capitalistas – e dos EUA em particular -, situado em processo histórico de competição interimperialista e inter-hegemônica entre ambos produziu importantes repercussões na conjuntura que resultou na eleição de Donald Trump.

A QUEDA DE TRUMP

Conforme já reiterado, qualquer projeto hegemônico ou processo histórico de tal teor não é um bloco coeso, homogêneo e monolítico e se presta a fissuras internas e contradições. As distintas visões sobre a hegemonia norte-americana no plano internacional que se consubstanciaram nas diferenças entre republicanos e democratas no processo eleitoral de 2020 no final da gestão de Trump são apenas uma pequena amostra do embate entre as distintas frações que buscaram a liderança e a supremacia neste processo. Dentro deste confronto surgiu a avaliação de que a postura mais isolacionista da gestão Trump gerou, tanto na sua parca projeção internacional quanto nas instituições internacionais, um espaço irremediavelmente ocupado pela República Popular da China e demandaria uma mudança de rumo focada, ao menos no nível retórico, de uma retomada de foco na democracia, nos direitos humanos, na defesa ambiental e na ênfase diplomática e multilateral como meios e fins da política externa estadunidense (SCAKE, 2020).

A derrota de Trump no pleito presidencial de novembro de 2020 gerou muitas análises precipitadas no mesmo tom descartado nesta análise, qual seja, o de se tomar a conjuntura pela maior amplitude. Em outras palavras, a hipótese preliminar que se enuncia é de que a derrota de Trump não significa doravante a ausência de sua relevância tampouco a superação de características históricas de longa duração e superestruturais que lhe dizem respeito.

Em termos conjunturais, alguns aspectos são apontados para sua derrota no âmbito do senso comum. Entre eles, a crise econômica de mais longa duração para a qual não se apresentou alternativa, tendo sido a mesma agravada pela pandemia do coronavírus. A condução interna da crise sanitária, pautada pelo negacionismo científico e pela ausência de medidas adequadas se constituiriam em outros fatores. O racismo e sua perspectiva xenófoba seriam outros agravantes.

Alguns aspectos aparentes, conjunturais também dão o ensejo para uma análise que talvez tangencie aspectos superestruturais.

A votação de Joe Biden, o oponente de Trump, ficou bem abaixo das expectativas em termos absolutos. Também neste tópico, a adesão do eleitorado negro e de ascendência latino-americana ficou muito abaixo do esperado. A votação para o Partido Democrata que lhe atribuiu maioria na Câmara dos Representantes ficou abaixo do previsto, tendo perdido várias cadeiras na mesma para o Partido Republicano de Trump em relação à composição anterior. No Senado, a maioria democrata só foi possível graças ao voto de desempate da vice-presidente, Kamala Harris, que tem como prerrogativa presidir a Câmara Alta.

Algumas tendências foram constatadas no perfil majoritário dos eleitores dos dois partidos. Os mais pobres, os negros, os descendentes de latinos e de outras origens, os eleitores dos centros urbanos e metrópoles e as mulheres votaram majoritariamente em Biden. Brancos, homens, os mais abastados e os habitantes das pequenas cidades e áreas rurais votaram majoritariamente em Trump.

O início do governo de Joe Biden, a despeito de medidas imediatas que buscaram reverter várias políticas de Trump, levará algum tempo

para fazer frente a várias delas, como as indignas condições expostas aos imigrantes ilegais, se é que de fato isto ocorrerá. Neste caso, considere-se o fato de que no governo Obama, no qual Biden era vice-presidente, a deportação alcançou cifras crescentes e maiores em relação a governos anteriores (WASHINGTON, 2020).

A referência de Trump como líder carismático é objeto de várias dúvidas, se tomarmos o conjunto das análises. Se por um lado, análises mais apressadas viram seu fim na derrota eleitoral, por outro, outras sugeriram tendências no sentido contrário. Dentre elas, Trump seria uma referência que seria maior que o próprio Partido Republicano, ou mesmo que este partido veria sua figura como inconveniente e de que teria ultrapassado todos os limites de ideias e práticas conservadoras e autoritárias. Trump enunciou também retórica com intenções de voltar se candidatar a ser presidente.

Nesta mesma direção, outros indícios recentes indicam a continuidade da relevância do líder carismático referido. A invasão violenta do Capitólio, sede do legislativo estadunidense, resultou em cinco mortes em 6 de janeiro de 2021 e foi incitada pela presença de Trump em manifestação ocorrida no mesmo dia nas proximidades e nas suas redes midiáticas. Todo este processo teve como pano de fundo as acusações do ex-mandatário de fraudes nas eleições, ponto enfatizado desde o processo antecedente ao início das mesmas em novembro de 2020.

Completa este quadro a última absolvição do processo de *impeachment* que Trump recebeu no Senado estadunidense em 13 de fevereiro de 2021.

Há indícios de que questões ideológicas de médio e longo prazo vem incidindo sobre esse processo e não somente nos Estados Unidos. A União Europeia tem apresentado vários processos associados, ao menos em parte, com conteúdos nacionalistas, xenófobos e autoritários de resistência ao aprofundamento de seu processo de integração. Isto é datado aproximadamente desde, por exemplo, a consulta ao eleitorado francês em 2005, que rejeitou a adesão à Constituição europeia. Obviamente, o processo mais recente associado a tal tendência é o BREXIT, a decisão do eleitorado britânico de saída da União Europeia.

Tudo isto se soma à existência de fortes tendências nacionalistas, racistas e xenófobas no mundo todo em meio ao contexto da duradoura crise econômica global inaugurada em 2008. Isto se traduziu em governos com tal orientação. Exemplificam isto, entre outros, Duterte, nas Filipinas, Orban, na Hungria; Morawiecki, na Polônia; Kurz, na Áustria; Erdogan, na Turquia; Modi, na Índia; Bolsonaro, no Brasil; Bukele, em El Salvador.

Trump é normalmente classificado como fascista e populista, até mesmo pela literatura que o analisa inspirada pelo viés gramsciano (CREHAN, 2018). Tais classificações suscitam o resgate de uma passagem escrita por Gramsci (1975, p 1602-1603) sobre as relações de força e os períodos de crise orgânica (muito provavelmente escrito a propósito do ascenso do ditador fascista Benito Mussolini), assim traduzida por Carlos Nelson Coutinho:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra) ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2000, p. 60).

A passagem suscita várias questões que incidem sobre a análise de relação de forças do objeto em tela. A crise mundial em curso e as ideologias que lhes dizem respeito são um período de crise orgânica? Existem crises de hegemonia associadas aos adventos de governos autoritários, antiiluministas e conservadores no mundo todo, como aquele de Donald Trump? Ele e os mandatários de perfil semelhantes podem ser classificados como fascistas ou mesmo populistas? Em alguma medida, o quadro histórico e ideológico atinente ao fascismo italiano comporta alguma forma de tradução no sentido gramsciano, ou seja, de resignificação histórica guardando algumas de suas perspectivas originais.

Estas questões se constituem grandes desafios analíticos e requerem cautela, sob pena de se perder de vista, inclusive, as especificidades históricas que dizem respeito ao fascismo. Em vista disto, evita-se a aplicação de fascismo e de populismo. Certamente, como uma perspectiva histórica de longa duração, requer tempo e aprofundamento investigativo-analítico que transcende o escopo desta reflexão.

CONCLUSÃO

Ao longo desta breve reflexão, foram apresentados alguns argumentos centrais.

A análise gramsciana de relações de força não se pauta pela unidimensionalidade nem pelo apego somente a conjunturas. Ela parte de processos históricos vistos em sua amplitude e totalidade a fim de diagnosticar todas as potencialidades desiguais de produção da vida e suas contradições como parte da avaliação sobre a geração de uma significativa transformação histórica ou, de forma distinta, uma certa continuidade de tal trajetória.

Os elementos iniciais aqui apresentados apontam para uma perspectiva orgânica, de longa duração e contínua tradução, transformação da hegemonia norte-americana fordista capitaneada pelas classes e frações controladoras do capital financeiro estadunidense. Sob a hipótese de uma lógica e especificidade de um processo histórico de revolução passiva, o

fordismo em questão é recepcionado, traduzido e ressignificado em todo o mundo em distintas temporalidades de produção da vida, como ocorreu na China de forma mais intensa a partir do final dos anos 70.

Ainda como hipótese, o processo desigual de desenvolvimento econômico chinês com seus traços específicos de revolução passiva se configurou como um curso histórico de longa duração insuficiente para reverter a hegemonia estadunidense. Mas ocorreu de forma suficiente para se associar à nova crise orgânica do capital inaugurada em 2008 e aos efeitos mais duradouros da nova divisão internacional do trabalho em que se coloca como dependente dos EUA, produzindo efeitos relevantes nas classes – notadamente de brancos de grandes centros – que perderam seus empregos de modo a direcioná-los para o voto em Trump.

A ascensão de Trump se relaciona também a processos de polarização em que se reforçam as posições conservadoras, xenófobas, racistas de longo prazo nos Estados Unidos e que se somam a fortes tendências de caráter global que resultaram em decisões como o BREXIT e a ascensão de governos de posições congêneres em distintos Estados. Muito provavelmente, sua derrota na eleição estadunidense não implicará na perda de sua relevância tampouco o apelo ideológico e material que lhe dá sustentação numa perspectiva histórica de longo prazo.

A questão de longo prazo também suscita eventuais nexos ou possibilidades de tradução (no sentido gramsciano) do período em curso referente às ideias autoritárias de Trump e experiências semelhantes em relação ao fascismo e sua classificação dentro de um populismo. Tais pontos vão além do escopo desta análise e certamente demandam investigações futuras mais aprofundadas.

Toda análise de conjuntura se expõe a riscos que somente a análise do processo de longa duração pode dirimir. Portanto, coloca-se em aberto esta reflexão para o debate.

REFERÊNCIAS

- BIEGON, Rubrick. US Hegemony and the Trans-Pacific Partnership: Consensus, Crisis, and Common Sense. *The Chinese Journal of International Politics*, Oxford, v. 13, n. 1, p. 69-101, 2020.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. *Global capitalism, global war, global crisis*. Cambridge: Cambridge University, 2018.
- COX, Robert W. Book review: Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global political economy by David Morton. *Capital & Class*, London, n. 93, p. 258-261, 2007.
- COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium*, London, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- CREHAN, Kate. The common sense of Donald J. Trump: A Gramscian reading of twenty-first century populist rhetoric. In: TORRES, Angel Jaramillo; SABLE, Marc Benjamin. *Trump and Political Philosophy: Leadership, Statesmanship, and Tyranny*. New York: Palgrave Macmillan, 2018. p. 275-291.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del “Quaderni del carcere”*. Nápoli: Bibliopolis, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- GRAY, Kevin. Labour and the state in China's passive revolution. *Capital & Class*, London, v. 34, n. 3, p. 449-467, 2010.
- HAYES, Peter. Trump and the interregnum of American nuclear hegemony. *Journal for Peace and Nuclear Disarmament*, Abingdon, v. 1, n. 2, p. 219-237, 2018.
- HARRIS, Jerry *et al.* Trump and American Fascism. *International Critical Thought*, Abingdon, v. 7, n. 4, p. 476-492, 2017.
- HILFERDING, Rudolf. *Finance capital: a study on the latest phase of capitalist development*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan or The Matter, Forme, and Power of a Common-Wealth Ecclesiastical and Civil*. London: Penguin, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÖFFLMANN, Georg. From the Obama Doctrine to America First: The erosion of the Washington consensus on grand strategy. *International Politics*, London, p. 1-18, 2019.

- MASTRO, Oriana Skylar. The Stealth Superpower: How China Hid Its Global Ambitions. *Foreign Affairs*, New York, v. 98, n. 31, 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/china-plan-rule-asia>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- MEARSHEIMER, John. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, Oxford, v. 3, p. 381–396, 2010.
- MEARSHEIMER, John. Trump should embrace a realist foreign policy. But he can take on infamous Washington “Blob”? *The National Interest*, 27 Nov. 2016. Disponível em: <https://nationalinterest.org/print/feature/donald-trump-should-embrace-realist-foreign-policy-18502>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- MORTON, Adam David. *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. London: Pluto, 2007.
- ÖNER, Çağatay. *For whom the bell tolls - A neo-Gramscian analysis of the decline of American hegemony*. [Tese de Doutorado apresentada à Universidade İstanbul Bilgi]. İstanbul, 2018.
- PARNREITER, Christof. America first! Donald Trump, the demise of the US hegemony and chaos in the capitalist world-system. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, Berlin, v. 62, n. 1, p. 1-13, 2018.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Interregno hegemônico? Uma avaliação sobre a hegemonia dos Estados Unidos a partir da análise das relações de força dos cadernos carcerários de Gramsci. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 56, p. 59-69, 2019.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; FRANCO, Thiago Fernandes. A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira. In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo dos; CAMARGO, José Marangoni (org.). *A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise*. Bauru: Canal 6; Projeto Editorial Praxis, 2017. p. 150-221.
- POSEN, Barry R. The Rise of Illiberal Hegemony: Trump's Surprising Grand Strategy. *Foreign Affairs*, New York, v. 97, p. 20-27, 2018.
- ROSENBERG, Justin. International relations in the prison of Political Science. *International Relations*, London, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.
- ROSENBERG, Justin; BOYLE, Chris. Understanding 2016: China, Brexit and Trump in the history of uneven and combined development. *Journal of Historical Sociology*, Chichester, v. 32, p. e32-e58, 2019.
- SCAKE, Kori. Defense in Depth. *Foreign Affairs*, New York, 23 Nov. 2020.
- WASHINGTON, John. We need to reverse the damage Trump has done in Latin America. Biden's plans don't cut it. *The Intercept*, 18 Apr. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/18/trump-latin-america-foreign-policy-joe-biden/>. Acesso em: 30 out. 2020.

CAPÍTULO 10

A DIREITA CRISTÃ E O VOTO RELIGIOSO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2020 NOS ESTADOS UNIDOS

*Luiza Rodrigues MATEO*¹

As eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos foram paradigmáticas em vários sentidos. Mesmo em meio à pandemia de COVID-19, que teve neste país sua expressão mais severa em número de casos e mortes, o comparecimento às urnas bateu seu recorde histórico. O volume de americanos recorrendo ao voto antecipado por correio e comparecimento à urna no dia três de novembro é reflexo de um país polarizado. Joe Biden e Donald Trump foram a representação não somente da clássica competição bipartidária entre democratas e republicanos, mas de visões muito distintas do que é e do que deveria ser a “América”. O posicionamento antagônico dos candidatos quanto

¹ Professora no curso de Relações Internacionais e no Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora do *Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos* (INCT-INEU). E-mail: luizamateo@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1945-9853>.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p237-254>

a tensões sociais advindas do racismo estrutural e da brutalidade policial contra populações negras e latinas, ou a permissividade quanto aos movimentos supremacistas brancos e a xenofobia escancarada, são exemplos claros de uma nação dividida.

Após o lento e fragmentado processo de apuração de votos no sistema indireto de colégio eleitoral, e em face do questionamento da própria legitimidade das eleições, o resultado final foi favorável ao democrata. Biden venceu com 306 votos no colégio eleitoral, contra apenas 232 delegados de Trump, tendo sido o presidente que mais recebeu votos na história dos Estados Unidos. No entanto, ao analisar os números absolutos de votos registrados, nota-se que a diferença entre ambos foi de apenas sete milhões de votos, numa proporção acirrada de 51,3% de votos para Biden contra 46,9% de votos para Trump.

A pequena margem na vitória democrata de 2020 indica a continuidade da importância política de Trump e do trumpismo, inclusive para o futuro do Partido Republicano. As tendências recentes de adesão popular ao *Grand Old Party* (GOP) se mantiveram e se aprofundaram: Trump recebeu majoritariamente o voto de homens, idosos, brancos, com menor nível de escolaridade e residentes no interior do país. As divisões geográfica, etária, racial, de gênero e educação formal se somam a outra dinâmica também relevante, o chamado *God Gap*: o apoio dos conservadores religiosos e principalmente daqueles que frequentam os serviços religiosos com maior frequência.

A despeito de nítidas contradições entre a agenda moral dos movimentos conservadores americanos com a vida pessoal Trump, destaca-se a fidelidade da chamada direita cristã ao Partido Republicano, e ao próprio trumpismo. Buscaremos nesse capítulo refletir sobre o papel político-eleitoral da direita religiosa e do voto religioso nos Estados Unidos, com ênfase na corrida presidencial de 2020. Nosso objetivo é lançar luz sobre os padrões de mobilização, as principais pautas e comportamento político desta que segue como força singular na mobilização ao voto, no conservadorismo estadunidense, e no próprio Partido Republicano.

A DIREITA CRISTÃ E A MOBILIZAÇÃO DO VOTO RELIGIOSO

A direita cristã pode ser considerada a conjunção de ativistas religiosos dispostos a defender pautas conservadoras-morais, que começaram a atuar na cena política estadunidense dos anos setenta. Na década anterior, grandes mudanças sociais, como o fortalecimento de movimentos feminista, de contracultura, antiguerra, a expressão da nova esquerda nos campi universitários americanos, entre outros, mobilizaram uma contrarreação pela “retomada dos valores tradicionais da família americana”.

Assim, não se trata de um partido, organização ou movimento com liderança e pautas unificadas, mas da articulação tática entre evangélicos conservadores, fundamentalistas protestantes, ou católicos de direita dispostos a lutar contra o avanço liberal e progressista, defendendo legislações e apoiando candidatos conservadores nos níveis local, estadual e nacional. Seu amálgama é o receio de que os valores cristãos da sociedade americana estejam sob ameaça do secularismo (HAYNES, 2021).

Algumas agendas aglutinaram a luta contra o “declínio moral da América” ao longo da história: a revolução sexual, o direito ao aborto e eutanásia, ou mesmo o crescimento da indústria pornográfica. Posteriormente, as pesquisas com células tronco, a conquistas de direitos LGBTQ+ e, principalmente, o direito da oração nas escolas e manifestações públicas da fé – enquadradas nas premissas da liberdade religiosa (MARSDEN, 2008).

Dois marcos da articulação da direita cristã foram a oposição à mudança constitucional que aboliu a discriminação de gênero, o *Equal Rights Amendment* (de 1972), e o caso *Roe vs. Wade* julgado pela Suprema Corte em 1973, garantindo o direito ao aborto. Ao final da década de setenta, surgem importantes iniciativas em defesa dos temas morais, como a *Christian Action Coalition*, *Religious Roundtable*, *Moral Majority*, *Christian Voice*, *American Family Association*, *Focus on the Family*, ou *Concerned Women for America*, para citar as mais influentes. Assim, atuam através de “mobilização de base” e de campanhas de *advocacy*, do *lobby* articulado em Washington DC (sobretudo junto ao Capitólio) e de *think tanks* (a exemplo da *Heritage Foundation*). A capilaridade da direita cristã se deve

tanto aos elevados níveis de filiação religiosa (sobretudo entre evangélicos), como à grande presença midiática, originada com programas de rádio e televisão como o *Old Time Gospel Hour* de Jerry Falwell ou o *The 700 Club* de Pat Robertson.

A direita cristã continua sendo um ator central na chamada “guerra cultural” em que os polos liberal e conservador disputam pautas sociais como políticas de controle de natalidade. Para além do interesse dos conservadores cristãos pela política, também se consolida seu nível de comprometimento partidário (WILLIAMS, 2010). Cresce a relação profunda com o Partido Republicano, que colherá os primeiros frutos na eleição de Ronald Reagan, em 1980.

A *Moral Majority* de Falwell teve um papel importante para a mobilização dos conservadores religiosos em torno da candidatura de Reagan, moldando uma visão para a direita cristã que permanece forte até hoje (FEA, 2018). A confluência entre movimentos (neo)conservadores distintos – nos campos moral, político e econômico – é a estrutura da chamada nova direita americana (FINGUERUT, 2009). Também no plano local, as lideranças da direita cristã operam dentro do partido Republicano, pressionado congressistas a partir de suas bases eleitorais.

Nos ciclos eleitorais seguintes, a direita cristã manteve sua relevância. Como o voto nos Estados Unidos é facultativo, um elemento crucial para entender os padrões de comportamento político é a mobilização para as urnas. E dentre as principais tendências do voto religioso, há dois claros comportamentos eleitorais que se destacam pela estável adesão aos candidatos republicanos: o voto dos evangélicos brancos (*white evangelical protestants*) e o voto daqueles que frequentam a igreja regularmente (*church attendance*).

No início do século XXI, 60 milhões de americanos (em torno de 20% da população) se identificaram como membros ou simpatizantes da direita religiosa (MEAD, 2007, p.111-12). Recentemente, destaca-se a composição dos votos para George W. Bush, que recebeu o aval de 68% dos evangélicos brancos em 2000 e 78% na sua reeleição, em 2004. Cresceu de maneira significativa, também, a bancada religiosa em ambas

as casas do Capitólio, que avançou de 10% dos congressistas em 1970 para 25% em 2004.

Nos ciclos posteriores, apesar das derrotas republicanas para Barack Obama, o GOP ainda foi amplamente apoiado pelos evangélicos brancos, que conferiram 73% dos votos para John McCain em 2008 (THE PEW FORUM, 2010) e 79% dos votos para Mitt Romney em 2012 (THE PEW FORUM, 2012). Ainda que a influência da direita cristã tenha diminuído durante o governo Obama, a vitória de Trump marcou seu retorno para o palco político nacional (BETTIZA, 2019).

A corrida pela Casa Branca em 2016 foi amplamente influenciada pelo apoio da direita cristã à Trump, que recebeu apoio explícito de líderes influentes como James Dobson (*Focus on the Family*), Tony Perkins (*Family Research Council*), Ralph Reed (*Christian Coalition*), Jerry Falwell Jr. (*Liberty University*). Recebeu também 77% dos votos de evangélicos brancos, enquanto apenas 16% votaram para Hillary Clinton. Segundo pesquisa de opinião do *Pew Forum*, daqueles que frequentam a igreja frequentemente (ao menos uma vez na semana) aproximadamente 58% votaram para Trump, e apenas 38% para Hillary. No sentido inverso, dentre os que afirmaram nunca participar de serviços religiosos, Hillary Clinton recebeu 61% dos votos contra 30% para Trump (THE PEW FORUM, 2018).

Nas eleições de 2020, o apoio do bloco religioso seguiu padrão similar. Segundo levantamento do Gallup, Trump recebeu entre 76% a 81% dos votos de evangélicos brancos, enquanto apenas 18% a 24% votaram para o candidato democrata Joe Biden (NEWPORT, 2020). O desempenho de Trump, no entanto, não foi tão expressivo dentre outros grupos demográficos, sobretudo os protestantes negros e católicos hispânicos, além de judeus, agnósticos e ateus que preferiram o Partido Democrata por ampla margem (SMITH, 2020).

Cabe ressaltar que, as eleições indiretas no sistema de colégio eleitoral acentuam a importância do voto de determinados grupos demográficos, em função de sua concentração em alguns estados com maior peso relativo no somatório dos 538 delegados. O bom desempenho de Trump nos estados

do *Sun Belt* foi alavancado, principalmente, pelo voto religioso: o apoio de evangélicos brancos a Trump foi de 82% na Flórida, 89% na Geórgia, 86% na Carolina do Norte e 82% no Texas, por exemplo (RUBIN, 2020).

Biden, por outro lado, contou com a adesão do voto católico em estados decisivos como Pennsylvania, Michigan e Wisconsin. O desempenho do democrata junto ao eleitorado católico em 2020 (com 52% votando para Biden contra 47% para Trump), foi superior em relação ao ciclo de 2016 (quando 46% dos católicos votaram para Clinton, e 50% para Trump). As exceções foram o peso diferencial dos votos de católicos latinos para Trump em estados como a Flórida, por exemplo (RUBIN, 2020).

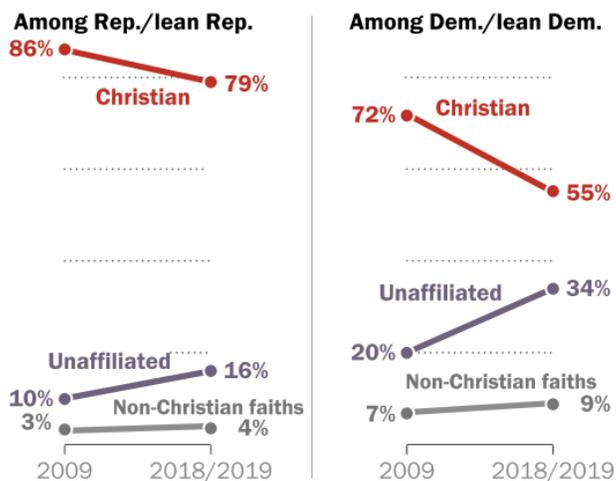
É importante mencionar, no entanto, que o voto religioso não é totalmente homogêneo. Nas eleições de 2020, importantes movimentos religiosos não apoiaram a candidatura republicana de Trump: é o caso da *National Association of Evangelicals*, maior organização evangélica dos EUA (HAYNES, 2021). Outros concederam, inclusive, apoio ao democrata, como os movimentos como Jerushah Duford, autora gospel e neta de Billy Graham que liderou o movimento *Pro-Life Evangelicals for Biden*, e outros movimentos como *Not Our Faith* e *Evangelicals for Biden*. A organização progressista *Vote Common Good* buscou arregimentar o voto religioso cristão contra Trump. Em outubro de 2020, uma carta de apoio ao democrata reuniu 1600 assinaturas de lideranças religiosas, sobretudo entre católicos, evangélicos e protestantes tradicionais (MATEO, 2020).

O que podemos concluir, desta maneira, é que o eleitorado religioso e sobretudo evangélico (amplamente mobilizado pela direita cristã) continua relevante na composição do voto nos Estados Unidos. Nos últimos trinta anos, os evangélicos ou renascidos cristãos (*born-again christians*) se mantiveram na estável na casa dos 40% da população americana (SMITH, 2020). Aproximadamente 60% dos evangélicos costumam votar, e destes três quartos votam constantemente no Partido Republicano. Em 2020, totalizaram 44% dos americanos registrados para votar (número superior a qualquer outro grupo demográfico).

A identificação dos religiosos com o GOP, como vimos é histórica e se deve às alianças forjadas no seio do conservadorismo americano. Quase metade dos evangélicos se identificam com o Partido Republicano (49%), enquanto um terço se considera independente (31%) e apenas 14% se identifica como democrata (JONES; COX, 2017, p. 36-37). A única denominação religiosa que se aproxima deste nível de identificação partidária é o mormonismo, com 44% de fiéis autodeclarados republicanos, mas que não têm a mesma expressividade demográfica, compondo apenas 2% da população dos EUA.

Como ilustrado na figura abaixo, a polarização partidária em função do perfil religioso é clara, ainda que tenha se alterado na última década: os cristãos tendem a votar em candidatos republicanos, enquanto os não-religiosos tendem a votar nos democratas.

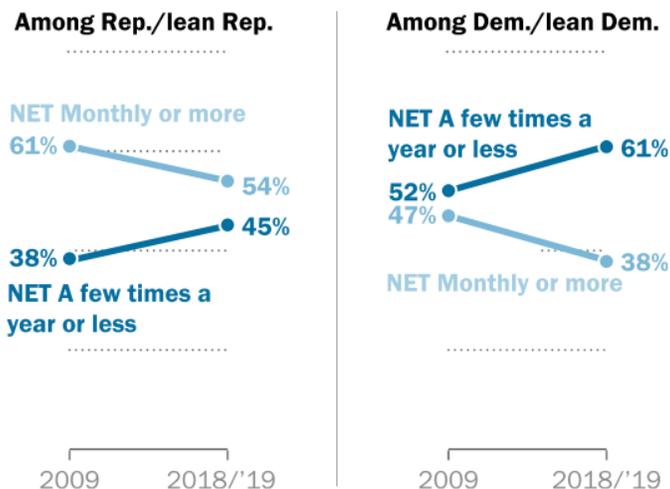
Figura 1: Perfil de identificação religiosa e partidária



Fonte: PEW RESEARCH CENTER (2019, p.17).

Do ponto de vista da regularidade da prática religiosa, o nível de adesão partidária é igualmente polarizado: os assíduos aos cultos religiosos tendem a votar no Partido Republicano, enquanto aqueles que frequentam raramente a igreja tendem a votar no Partido Democrata.

Figura 2: Regularidade da prática religiosa e identificação partidária



Fonte: PEW RESEARCH CENTER (2019, p.17).

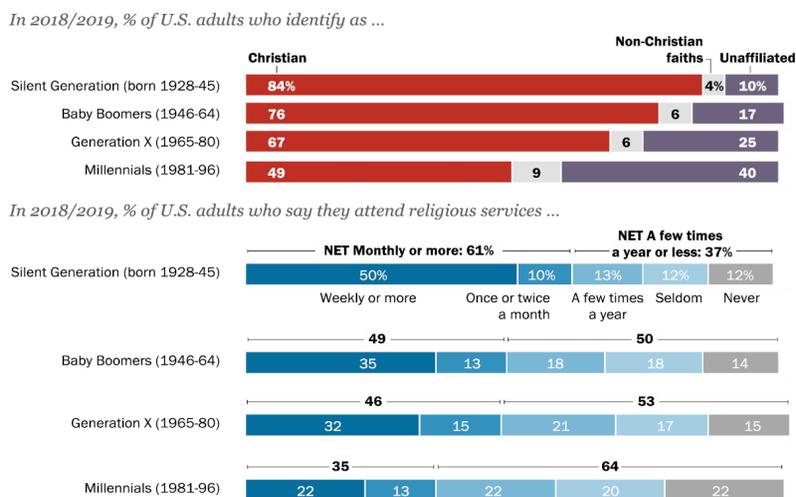
As transformações identificadas pelas figuras acima sugerem refletir sobre o futuro impacto do voto religioso. Destaca-se, neste sentido, a queda significativa na filiação às dominações tradicionais nos EUA: ainda que a maioria dos americanos continuem se identificando como cristãos (65%), o volume representa uma queda de 12% em relação à última década. De maneira semelhante, o volume de americanos que se identificam como não-religiosos – entre ateus, agnósticos e os chamados “nones” (*nothing in particular*) – cresceu de 17% para 26% entre 2009 e 2019 (PEW RESEARCH CENTER, 2019, p.3).

As transformações ganham maior impacto quando cruzamos o perfil da religiosidade com as transformações demográficas nos Estados Unidos. Isso porque o padrão de “adesão religiosa” declinou sobretudo entre os mais novos: 38% dos americanos entre 18 e 29 anos se identificam como “nones” – em movimento decrescente conforme a faixa etária. Os dados compilados pelo *Public Religion Research Institute* indicam 26% de “nones” na faixa dos 30 aos 49 anos, 18% entre 50 e 64 anos, e 12% dos americanos acima dos 65 anos. No extremo oposto, a identificação como protestantes

evangélicos brancos é maior conforme a faixa etária, perfilando 26% dos idosos acima dos 65 anos, 21% daqueles entre 50 e 64 anos, 14% dos 30 aos 49 anos e apenas 8% dos jovens na faixa dos 18 aos 29 anos (JONES; COX, 2017, p.11).

A figura abaixo transcreve esta mudança geracional que tende a impactar a relação entre a religião e os padrões de votação nos Estados Unidos. Apesar da capacidade de mobilização política que a direita cristã possa manter, a crise de identificação com as tradições cristãs, em particular junto à população mais jovem americana, tenderá a alterar efetivamente o espaço de ação do movimento conservador religioso.

Figura 3: A lacuna geracional na religiosidade americana



Fonte: PEW RESEARCH CENTER (2019, p.8).

TRUMP, A DIREITA CRISTÃ E O NACIONALISMO RELIGIOSO

O amplo apoio dos conservadores cristãos e da direita cristã a Trump mantém o padrão histórico de fidelidade ao Partido Republicano. Se diferencia, entretanto, na medida em que o magnata e showman, diferentemente de seus antecessores, nunca foi um exemplar representante da “moral e bons costumes”. Para além da vida pessoal de Trump, marcada

pelos divórcios e escândalos, ele nunca demonstrou publicamente ser um “homem de fé” ou ter relações próximas com lideranças religiosas.

No entanto, a relação entre Trump e a direita cristã se consolidou em mútua dependência desde a eleição de 2016 e durante seu mandato presidencial. Trump foi considerado, assim, uma opção viável para defender os valores da direita cristã, num contexto de polarização política nos EUA. Nas palavras de James Dobson, importante líder evangélico e fundador do *Focus on the Family*, deveríamos nos preocupar mais com o futuro da América do que com o passado de Trump (MILLER, 2018, p.1).

Para Haynes (2021), esta relação se consolida na base da troca, visível principalmente com a nomeação de juízes conservadores para a Suprema Corte e com a defesa da liberdade religiosa. A recompensa ao apoio da direita cristã teria vindo com as nomeações dos juízes Neil Gorsuch, em fevereiro de 2017, Brett Kavanaugh, em outubro de 2018 e a polêmica nomeação de Amy Coney Barrett, já no fim do mandato presidencial em outubro de 2020. Com as três nomeações, a Suprema Corte dos EUA teria uma “maioria conservadora” assegurada (com seis juízes conservadores contra três considerados liberais). A expectativa em torno dessa composição era, por exemplo, que a Suprema Corte pudesse restringir o acesso ao aborto, revendo prerrogativas definidas nos anos setenta a partir do caso *Roe vs. Wade*.

Outra compensação importante foi a indicação de conservadores religiosos para cargos de alto escalão no governo trumpista, a exemplo do próprio vice-presidente Mike Pence, que se descreve como “um cristão, um conservador e um republicano – nessa ordem”. Destaca-se ainda a nomeação, em maio de 2018, do ex-Secretário de Estado Mike Pompeo, que afirma ter uma bíblia aberta em sua mesa de trabalho para guiar suas decisões. Além de William Barr, indicado para a Procuradoria Geral da República em janeiro de 2019, dentre outros nomes ligados à direita cristã em diversas posições da burocracia republicana (HAYNES, 2021, p.5).

Dos temas sociais que aglutinam esforços entre religiosos conservadores nos Estados Unidos, é justamente a defesa da liberdade religiosa que se torna a franca moeda de troca no governo Trump. Logo no

início do seu mandato, Trump lançou a ordem executiva *Promoting Free Speech and Religious Liberty* (EXECUTIVE ORDER 13798, 2017). Na prática, o decreto presidencial não altera os direitos previstos na Primeira Emenda e na jurisprudência consolidada pela Suprema Corte em matéria de liberdade religiosa, mas sinaliza positivamente para o avanço dos interesses da direita cristã em Washington (MATEO, 2020). Mirando no apoio da direita cristã para sua reeleição, Trump volta a publicamente defender a bandeira da liberdade religiosa, anunciando em 16 de janeiro de 2020 a instituição do *National Religious Freedom Day*.

Muitas dimensões sociais são impactadas por decisões federais em matéria de liberdade religiosa, a exemplo da educação, através do *lobby* articulado em defesa da oração ou do ensino religioso nas escolas públicas. O apoio da Casa Branca a esta agenda central para a direita cristã veio através da *guidance letter* do Departamento de Educação (de janeiro 2020), que reforça o direito constitucional à livre expressão religiosa. A questão do “*school choice*” – que garantiria incentivos fiscais para alunos que frequentam escolas religiosas privadas e apoio ao *homeschooling* – contou com o apoio de Trump, que se manifestou favoravelmente ao projeto de lei *Education Freedom Scholarships and Opportunities Act*, proposto pelo senador republicano pelo Texas, Ted Cruz (MATEO, 2020).

No âmbito estadual e local, cabe mencionar o chamado *Project Blitz*, que acumulou um “repertório de projetos de lei” para inspirarem proposições dos legisladores locais nos avanços pela liberdade religiosa. A iniciativa foi articulada pela *Congressional Prayer Caucus Foundation*, que se propõe a defender o livre exercício da tradição e dos valores religiosos judaico-cristãos no espaço público. O *Project Blitz* teria inspirado ao menos 75 projetos de lei propostos em mais de 20 estados desde 2017 (TAYLOR, 2019).

As propostas legislativas, conhecidas como *In God We Trust Bills*, acabam representando a instrumentalização da defesa da liberdade religiosa ao garantir o direito a demonstrações religiosas em locais públicos, o estudo religioso nas escolas, e a legitimação de medidas discriminatórias justificadas por “crença particular”. Este é o caso da “liberdade religiosa” assegurada a comerciantes que se negam a atender a clientes LGBTQ+,

ou trabalhadores da área da saúde que não fariam atendimentos visando a interrupção de gravidez (TAYLOR, 2019).

No plano internacional, Trump também sinalizou esforços na defesa da liberdade religiosa. A ordem executiva *Advancing International Religious Freedom* identificou a questão como imperativo moral e interesse de segurança nacional para os EUA, reafirmando o compromisso da *National Security Strategy* de 2017: “os fundadores da nação entendiam a liberdade religiosa não como uma criação do Estado, mas um dom de Deus para cada pessoa e um direito que é fundamental ao florescimento de nossa sociedade” (EXECUTIVE ORDER 13926, 2020).

A inserção da liberdade religiosa internacional na política externa dos EUA não é um feito de Trump, pois data do final do governo Clinton. Em grande medida a aprovação do *International Religious Freedom Act* (IRFA), de outubro 1998, se deveu ao lobby da direita cristã, conjuntamente com outros grupos de interesse de direitos humanos. O IRFA deu origem a uma estrutura de monitoramento da perseguição a minorias religiosas e de violações à liberdade religiosa no mundo. Foi constituída, então, a uma comissão no Departamento de Estado, a *United States Commission on International Religious Freedom* (USCIRF), com o objetivo de avançar globalmente a norma da liberdade religiosa, por meio de relatórios anuais sobre o *status* da perseguição a minorias (visando à estratégia *naming and shaming* de constrangimento de violadores), instituindo condicionalidades para elegibilidade de ajuda externa, além de recomendações diplomáticas que incluíam sanções (MATEO, 2011).

A USCIRF sempre teve em sua diretoria pessoas próximas à direita cristã, sobretudo as nomeadas pela gestão W. Bush. Trump também indicou para a USCIRF diversos ativistas conservadores ligados ao *Family Research Council*, *Focus on the Family*, *Patriot Voices*, para citar os mais conhecidos. Haynes (2020) avalia que a grande mudança na política de liberdade religiosa internacional sob Trump foi o rompimento com uma abordagem multi-religiosa das administrações anteriores, colocando foco mais claro na perseguição de minorias cristãs. De Clinton a Obama, a linguagem e atuação da USCIRF focou numa abordagem pluralista dos direitos humanos. Na administração Trump, capitaneada por burocratas ligados à

direita cristã como Sam Brownback, *Ambassador-at-large for International Religious Freedom*, e Tony Perkin, diretor da USCIRF, promoveram a centralização em torno da liberdade e valores cristãos (HAYNES, 2020).

Mike Pompeo, que assumiu o Departamento de Estado no início de 2018, também avançou iniciativas para promoção da liberdade religiosa internacional, notadamente a criação do *Ministerial on Religious Freedom* (2018), da *Commission on Unalienable Rights* (2019), e do *International Religious Freedom Alliance* (2020). Os discursos de Pompeo foram bastante enfáticos na denúncia da perseguição de minorias cristãs no exterior, ou na insuficiência de políticas governamentais de garantia da liberdade religiosa em países estratégicos, como Turquia, Rússia, Irã e principalmente a China (MATEO, 2020).

Em visita diplomática ao Vaticano, em setembro de 2020, o Secretário de Estado denunciou particularmente as minorias perseguidas na China, entre muçulmanos uigures de Xinjiang, budistas do Tibete, além de minorias protestantes e do Falun Gong. Nota-se, assim, que a questão da liberdade religiosa também foi instrumental ao enfrentamento colocado ao governo Pequim durante toda administração Trump. Em diversas ocasiões, Pompeo também acusou a China de manter “campos de concentração” com milhões de perseguidos religiosos. Nota-se, ainda, que os relatórios anuais da USCIRF trouxeram condenações diplomáticas sobretudo aos países de maioria muçumana, assentando-se de reproches aos aliados como Arábia Saudita e Índia. Destacam-se na lista dos “*countries of special concern*” os países ex-soviéticos da Ásia Central – Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão (MATEO, 2020).

Para Miller (2018), não se trata apenas de uma associação estratégica de quid pro quo, ou da identificação com uma narrativa de declínio e salvação – o apoio dos evangélicos a Trump foi antes, de tudo resultado da própria centralidade do conservadorismo e da lealdade ao GOP na construção identitária do evangélico estadunidense. O apontamento vai além da aliança simbiótica entre os universos da religião e política, para sugerir que nos Estados Unidos contemporâneos, a ambas esferas estão fundidas no plano identitário.

É notória, nesse sentido, a importância da narrativa do “nacionalismo cristão” empreendida por Trump, a fim de dialogar diretamente com aqueles que expressavam profundo receio quanto às rápidas transformações culturais da sociedade americana. Em discurso durante a corrida presidencial de 2020, Trump se colocou como única opção diante do avanço da esquerda radical cujo objetivo seria “tirar nossas armas, destruir a Segunda Emenda, nenhuma religião, nada, ferir a Bíblia, ferir a Deus” (apud MOLINE, 2020).

O discurso sobre o “declínio da América” ressoa entre os mais religiosos (sobretudo evangélicos) como derivado da corrosão da identidade americana enquanto nação cristã (e branca). Por consequência, o desejo de retomar um “passado glorioso” resumido pelo slogan *Make America great again*. Na narrativa do nacionalismo cristão, a moralidade nos Estados Unidos estaria sob ameaça de forças tanto internas como externas (SCALA, 2020). Trata-se de uma identificação inclusive com a ansiedade diante do aumento de “outsiders” culturais e étnico-religiosos, além do apreço velado pelo discurso misógino e xenofóbico de Trump (BAKER; PERRY; WHITEHEAD, 2020).

A instrumentalização da narrativa nacionalista-cristã não é necessariamente uma inovação de Trump. No passado recente, foi mobilizada como fator de unificação do país diante dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, e da deflagração da guerra global ao terror, por vezes enunciada como uma “cruzada entre o bem e o mal” por George W. Bush. Durante o governo Obama, a narrativa também foi amplamente utilizada pelo *Tea Party*, conferindo à Sara Palin grande adesão dos eleitores evangélicos quando concorreu como vice na chapa presidencial de McCain (MATEO, 2016).

De todo modo, Trump conseguiu mais uma vez utilizar o componente nacionalista para ativar o apoio de religiosos conservadores, sinalizando a defesa dos valores cristãos na esfera pública. Por outro, garantiu a proximidade estratégica com a direita religiosa, dando à Suprema Corte contornos permanentes que podem alterar o futuro de diversas políticas sociais, inclusive a questão da liberdade religiosa.

CONCLUSÕES

O ponto de partida deste capítulo é o resultado das eleições presidenciais de 2020, que deu a vitória a Biden e explicitou algumas tendências demográficas do voto nos Estados Unidos. Abordamos, assim, o papel do voto religioso conservador, especialmente do evangélico branco americano, que nos últimos ciclos eleitorais se manteve como base de apoio fundamental do Partido Republicano. Sem esgotar as especificidades do comportamento desse heterogêneo grupo social, verificamos que ao longo dos últimos anos houve uma forte predileção partidária, garantindo porcentagem de votos significativa aos republicanos, a despeito da derrota de Trump nesta última eleição.

Um contraponto a esta lealdade histórica são as próprias mudanças na paisagem religiosa americana. Ou seja, o encolhimento da parcela da sociedade americana que se autodenomina cristã, e particularmente dos adeptos de denominações tradicionais, vis a vis o aumento da parcela que não se identifica com alguma religião, os “nones”. A tendência é mais relevante para as camadas mais jovens da população, indicando um encolhimento progressivo do estrato que divide uma identidade conservadora tanto no plano religioso quanto político.

Outro ponto de reflexão foi a relação particular estabelecida entre Trump e a própria direita cristã. Esta se consolidou, desde os anos 80, como força política relevante na defesa de políticas públicas conservadoras e na articulação dessa mesma base eleitoral religiosa. Parte integral da nova direita americana, a direita cristã se aproximou de Trump, um outsider político que se instalou na Casa Branca em 2017. Múltiplas são as hipóteses levantadas para explicar esta associação nada previsível. De um lado, pode-se refletir sobre como o conservadorismo político (e a fidelidade ao GOP) é o próprio substrato da “experiência identitária” evangélica.

De outro, fica claro o sucesso de Trump na articulação de uma narrativa em torno do nacionalismo cristão, dialogando diretamente com a “ansiedade social” de uma parcela importante da população americana. Ressentidos com as transformações culturais e os avanços políticos liberais,

os conservadores aderiram à promessa de “resgate” de uma América gloriosa, construída a partir da moralidade cristã.

Por fim, identifica-se também a disposição de Trump, ao longo do seu mandato presidencial, em “honrar as promessas” feitas à direita cristã em 2016, viabilizando uma guinada conservadora na Suprema Corte dos Estados Unidos. Como exemplo, destacou-se também o comprometimento público com a defesa da liberdade religiosa (nos planos doméstico e internacional), com desdobramentos para políticas públicas como educação, dentre outras.

Ainda que as medidas adotadas pela Casa Branca não tenham alterado antigos compromissos em matéria de liberdade religiosa, abriram caminho para conquistas de lobistas e legisladores sobretudo nos planos estadual e local. Aquelas adotadas pelo Departamento de Estado, por sua vez, viabilizaram um recrudescimento das relações com países violadores da liberdade religiosa (sobretudo de cristãos), assim como uma guinada conservadora do posicionamento diplomático em fóruns multilaterais no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BAKER, Joseph; PERRY, Samuel; WHITEHEAD, Andrew. Keep America Christian (and White): Christian Nationalism, Fear of Ethnoracial Outsiders, and Intention to Vote for Donald Trump in the 2020 Presidential Election. *Sociology of Religion*, Cary, v. 81, n. 3, 2020, p. 272–293.

BETTIZA, Gregorio. *Finding Faith in Foreign Policy: Religion and American Diplomacy in a Postmodern World*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

EXECUTIVE ORDER 13798. Promoting Free Speech and Religious Liberty. *Federal Register*, v. 82, n. 88, 4 May 2017. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2017/05/09/2017-09574/promoting-free-speech-and-religious-liberty>. Acesso em: 17 mar. 2021.

EXECUTIVE ORDER 13926. Advancing International Religious Freedom. *Federal Register*, v. 85, n. 109, 5 June 2020. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2020/06/05/2020-12430/advancing-international-religious-freedom>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FEA, John. *Believe Me: the Evangelical Road to Donald Trump*. Grand Rapids: William Eerdmans, 2018.

FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org.). *Uma nação com alma de Igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HAYNES, Jeffrey. Donald Trump, the Christian Right and COVID-19: The Politics of Religious Freedom. *Laws*, Basel, v.10, n.6, p.1-15, 2021.

HAYNES, Jeffrey. Trump and the Politics of International Religious Freedom. *Religions*, Basel, v.11, n.8, p.1-20, 2020.

JONES, Robert P; COX, Daniel. America's Changing Religious Identity. *Public Religion Research Institute*, 2017. Disponível em: <https://www.prii.org/research/american-religious-landscape-christian-religiously-unaffiliated/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MARSDEN, Lee. *For God's sake: the Christian Right and US foreign policy*. New York: Zed Books, 2008.

MATEO, Luiza Rodrigues. Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2011.

MATEO, Luiza Rodrigues. A direita cristã e a política externa dos Estados Unidos. In: CARLETTI, Anna (org.). *Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá, 2016. p. 227-254.

MATEO, Luiza Rodrigues. Liberdade religiosa para quem? *Informe OPEU*, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2020/11/29/liberdade-religiosa-para-quem/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MEAD, Walter R. País de Deus? *Política Externa*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 103-130, 2007.

MILLER, Daniel D. The mystery of evangelical Trump support? *Constellations*, Chichester, v. 26, n.1, p.43-58, 2018.

MOLINE, Jack. Trump says Biden will ‘hurt God’ but such 2020 posturing really hurts religious Americans. *NBC*, 10 Aug. 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/think/opinion/trump-says-biden-will-hurt-god-such-2020-posturing-really-ncna1236298>. Acesso em: 17 mar. 2021.

NEWPORT, Frank. Religious Group Voting and the 2020 Election. *Gallup*, 13 Nov. 2020. Disponível em: <https://news.gallup.com/opinion/polling-matters/324410/religious-group-voting-2020-election.aspx>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PEW RESEARCH CENTER. *In US, Decline of Christianity Continues at Rapid Pace*: An update on America's changing religious landscape, 17 Oct. 2019. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2019/10/17/in-u-s-decline-of-christianity-continues-at-rapid-pace/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

RUBIN, Jeniffer. What the election tells us about religion in America. *The Washington Post*, Washington, 20 Nov. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/11/12/what-election-tells-us-about-religion-america/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SCALA, Dante J. The Skeptical Faithful: How Trump Gained Momentum among Evangelicals. *Presidential Studies Quarterly*, Hoboken, v.50, n.4, p. 927-947, 2020.

SMITH, Gregory A. White Christians continue to favor Trump over Biden, but support has slipped. *The Pew Forum on Religion & Public Life*, 13 Oct. 2020. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/10/13/white-christians-continue-to-favor-trump-over-biden-but-support-has-slipped/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

TAYLOR, David. 'In God We Trust': the bills Christian nationalists hope will 'protect religious freedom'. *The Guardian*, London, 14 Jan. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2019/jan/14/christian-nationalists-bills-religious-freedom-project-blitz>. Acesso em: 17 mar. 2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. *Much Hope, Modest Change for Democrats*, 11 Aug. 2010. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2010/08/11/much-hope-modest-change-for-democrats-religion-in-the-2008-presidential-election/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. *How the faithful voted: preliminary analysis*, 5 Nov. 2012. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2014/11/05/how-the-faithful-voted-2014-preliminary-analysis/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. *Faith on the hill: the religious composition of the 114th Congress*, 5 Jan. 2014. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2015/01/05/faith-on-the-hill/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. *An examination of the 2016 electorate*, 9 Aug. 2018. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2018/08/09/an-examination-of-the-2016-electorate-based-on-validated-voters/#religious-affiliation-and-attendance>. Acesso em: 16 mar. 2021.

WILLIAMS, Daniel K. *God's own party: the making of the Christian Right*. New York: Oxford University Press, 2010.

SOBRE O LIVRO

CATALOGAÇÃO

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

NORMALIZAÇÃO

Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
CRB - 8/8292

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Gláucio Rogério de Moraes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

ASSESSORIA TÉCNICA

Renato Geraldi

OFICINA UNIVERSITÁRIA

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

FORMATO

16 x 23cm

TIPOLOGIA

Adobe Garamond Pro

Papel

Polén soft 70g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

TIRAGEM

100

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica
unesp
Campus de Marília



Estas organizações têm obtido repercussão e algumas vitórias eleitorais. Destaca-se o exemplo da ascensão do chauvinista Matteo Salvini, d'a Liga (antiga Liga Norte), que se tornou Vice Primeiro-Ministro e Ministro do Interior na Itália. Com agendas políticas excludentes, exemplos expressivos na Europa, entre outros, podem ser exemplificados no notório caso francês do partido fundado por Jean Marie Le Pen, a Frente Nacional Francesa - FN, hoje reorganizado sob a nova denominação de "Rassemblement National". Outro caso, é o também conhecido e polêmico partido "Alternativa para a Alemanha" (Alternative für Deutschland – AfD). Além da situação atual da Hungria, com Victor Orban, entre outros exemplos de países que atravessam conjunturas de radicalização política à direita. No contexto dessas expressões políticas, temos hoje o caso do Brasil sob a presidência de Jair Bolsonaro.

Diferentes em suas particularidades históricas e singularidades políticas e ideológicas, estes objetos aqui em análise são entendidos como manifestação histórica concreta da conjuntura de crise à direita, no contexto brasileiro com Bolsonaro e internacional com diferentes especificidades nacionais.

A partir do critério da valoração das particularidades históricas e singularidades dos fenômenos sociais, as expressões das direitas compõem diferenças em seus axiomas. Entretanto, além das particularidades e singularidades históricas e nacionais, essas manifestações do extremismo político de direita apresentam um elemento em comum que são formas de expressão política as quais legitimam a autocracia burguesa como universalidade, refletindo a lógica da conflitualidade de classes.

